

Deisiane dos Santos Delfino

**OS VALORES DA PAISAGEM COMO INSTRUMENTO DE  
GESTÃO TERRITORIAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA  
(SANTA CATARINA – BRASIL)**

Tese de Doutorado submetida como requisito final para a obtenção do grau de Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB) em regime de cotutela.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela da Veiga Beltrame (UFSC)

Orientador: Prof. Dr. Albert Pèlach Mañosa (UAB)

Florianópolis/Bellaterra  
2017



Deisiane dos Santos Delfino

**LOS VALORES DEL PAISAJE COMO INSTRUMENTO DE  
GESTIÓN TERRITORIAL EN EL AREA DE PROTECCIÓN  
AMBIENTAL DE LA BALLENA FRANCA  
(SANTA CATARINA – BRASIL)**

Tesis doctoral sometida como requisito final para la obtención del grado de Doctora en Geografía por la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) y por la *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB) en regimen de cotutela.

Directora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela da Veiga Beltrame (UFSC)

Director: Prof. Dr. Albert Pèlach Mañosa (UAB)

Florianópolis/Bellaterra

2017

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Delfino, Deisiane dos Santos.

Os valores da Paisagem como instrumento de gestão territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – Santa Catarina, Brasil / Deisiane dos Santos Delfino ; orientadores: Angela da Veiga Beltrame ; Albert Pèlachs Mañosa. – Florianópolis, SC, 2017.

348 p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universitat Autònoma de Barcelona, Facultat de Filosofia i Lletres. Departament de Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Paisagem. 3. Gestão Territorial. 4. Áreas Protegidas. I. Beltrame, Angela da Veiga. II. Mañosa, Albert Pèlachs. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IV. Universitat Autònoma de Barcelona, Departament de Geografia. V. Título.



**Deisiane dos Santos Delfino**

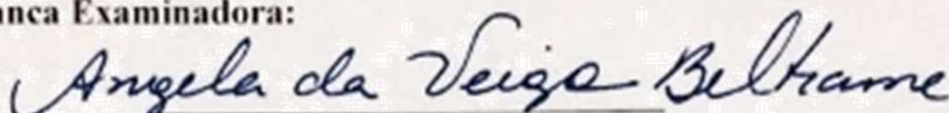
**Os valores da paisagem como instrumento de gestão territorial na área de proteção ambiental da Baleia Branca - SC/Brasil**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de "Doutor em Geografia", e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

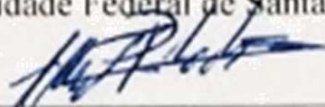
Florianópolis, 08 de março de 2017.

Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Junior  
Coordenador do PPGG/UFSC

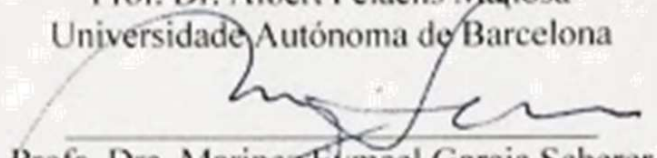
**Banca Examinadora:**

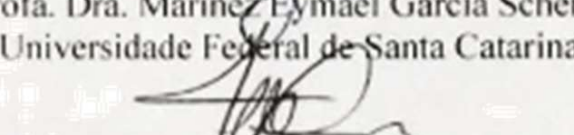



Prof. Dra. Angela da Veiga Beltrame  
Universidade Federal de Santa Catarina

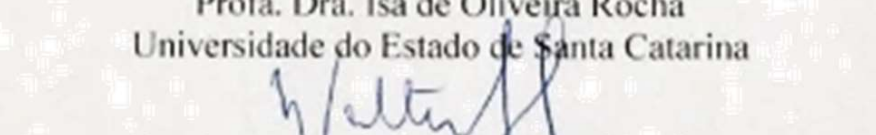


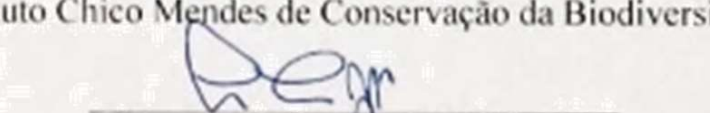
Prof. Dr. Albert Pèlach Mañosa  
Universidade Autònoma de Barcelona

  
Prof. Dra. Marinez Eymael Garcia Scherer  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
Prof. Dr. Eduard Ariza Sole  
Universidade Autònoma de Barcelona

  
Prof. Dra. Isa de Oliveira Rocha  
Universidade do Estado de Santa Catarina

  
Dr. Walter Steenboek  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

  
Prof. Dr. Carlyle Torres Menezes  
Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina



À Salézio e Delair Delfino, meus pais  
Julia, minha filha tão amada  
Maria Elizabeth da Rocha, querida  
amiga e mestre  
Por acreditarem e apoiar meus  
sonhos



## AGRADECIMENTOS

Os momentos decisivos da vida quando sua direção muda para sempre, nem sempre são marcados por melodramas ruidosos. Aliás, os momentos dramáticos das experiências determinantes são frequentemente muitíssimo discretos. Quando exibem seus efeitos revolucionários e garantem que a vida seja revelada em uma nova luz, isso acontece silenciosamente. E é nesse maravilhoso silêncio que está sua especial nobreza.

(PASCAL MERCIER).

Quando estive pela primeira vez na reunião do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (CONAPABF), lá em meados de 2008, jamais poderia imaginar o caminho que viria a trilhar, nem o que o acaso me reservara. Certamente, este foi um desses momentos decisivos a que se refere Pascal Mercier. Aí foi lançada a semente que resultaria na minha tese de doutorado.

Um longo caminho foi trilhado desde que iniciei esta pesquisa em 2013 e muitas pessoas fizeram parte desta história, desta construção, me apoiando intelectual e afetivamente durante estes anos – às quais, quero manifestar minha gratidão.

Primeiramente quero agradecer a CAPES, pela concessão da bolsa de estudo integral, que permitiu que me dedicasse plenamente a minha pesquisa e, ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES), pela bolsa de estudo para o estágio de um ano, no Departamento de Geografia da *Universitat Autònoma de Barcelona*.

Aos meus orientadores, por acreditar e confiar em mim, por me guiarem com paciência, carinho e muita competência. A Angela - orientadora, conselheira, amiga – por aceitar embarcar nesta viagem comigo desde o princípio. A Albert – por aceitar embarcar nesta aventura brasileira por terras *catalanas*. A ambos, minha gratidão, meu carinho e respeito eterno. Encontrar vocês, foi um dos desses encontros fascinantes que a vida me proporcionou.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Departamento de Geografia, da *Univesitat Autònoma de Barcelona*, por todo apoio institucional para a realização desta tese em cotutela. Aos professores de ambas as universidades, que colaboraram direta e indiretamente,

compartilhando sua experiência e conhecimento.

Ao Observatório de Paisagem, especialmente, a Joan Nogué e Pere Sala, pela receptividade e apoio, pelo brilhante trabalho que realizam frente ao Observatório. Minha gratidão pela oportunidade de conhecer e dialogar pessoalmente com minha principal referência bibliográfica e metodológica.

À equipe da APABF e ao CONAPABF, por acreditarem e confiarem em meu trabalho, por compartilharem tanto conhecimento e por ensinarem algo que não se aprende em nenhuma sala de aula: a riqueza de vivenciar a realidade deste território a cada dia.

Ao apoio técnico de amigos e profissionais, na elaboração dos mapas, na obtenção de fotos e dados e na revisão final da tese. À João Eller, que pacientemente trabalhou comigo por um ano na elaboração dos mapas.

Aos amigos companheiros de anos e aos novos amigos conquistados em Barcelona - com os quais troquei ideias, confidências, lágrimas e sorrisos. Eles, que seguraram minha mão quando precisei, que me fizeram sentir menos solidão durante este trabalho que as vezes é tão solitário, e estiverem sempre ao meu lado e da minha filha.

À Maria Elizabeth da Rocha, uma grande sonhadora que dividiu comigo seu sonho de um território melhor para a APA. Grande mestre e amiga, exemplo de mulher, que me ensina a cada dia, como cada pequeno detalhe da vida pode ser uma nova luz.

À minha família, que sempre me deu todo o suporte emocional para enfrentar as adversidades da vida. Minhas sobrinhas, meus irmãos, minha cunhada com os quais, Julia e eu, passamos momentos tão alegres e felizes. À meu pai, que me ensinou a lutar e correr atrás dos meus sonhos, a não temer o desconhecido e a desbravar as oportunidades e a minha mãe, que me ensinou a fazer tudo isso com ternura e amor.

À Julia, que me mostrou uma nova forma de amor, um amor incondicional, genuíno. Que era um bebê quando comecei a tese e agora é uma linda e inteligente menina, que diz que quer ser cientista e adora explorar o mundo.

Às cidades que vivi e às lembranças que guardei, de Jaguaruna, Floripa, Garopaba à Barcelona. Ah Barcelona! Quanta coisa descobri, quanta coisa vivi, quanta emoção senti. Quantas lágrimas chorei, quanta saudade tive, quantas risadas dei. Quantas comidas deliciosas provei, quanta história e cultura incorporei. O teu som, o teu cheiro, o teu sabor e o azul do teu Mar Mediterrâneo não esquecerei! A tua

companhia sempre buscarei, porque um pedaço de mim aí deixei.

Deixamos algo de nós para trás ao deixar um lugar. Permanecemos lá, apesar de termos partido. E há coisas em nós que só reencontramos ao voltar. Viajamos ao nosso encontro quando vamos a um lugar onde vivemos parte de nossa vida, por mais breve que tenha sido (PASCAL MARCIER).





[...] a paisagem é parte de um todo; este todo sendo o território em amplo sentido. Assim concebida, a paisagem não é apenas a aparência das coisas, cenário ou vitrine. É também um espelho que as sociedades erguem para si mesmas e que as reflete. Construção cultural e construção econômica misturadas. E sob a paisagem, há o território, sua organização espacial e seu funcionamento. O complexo território-paisagem é de alguma forma o meio ambiente no olhar dos homens, um meio ambiente com aparência humana (BERTRAND, 2001, p. 332).



## RESUMO

A presente tese trata da gestão da paisagem como instrumento de gestão territorial em Áreas de Proteção Ambiental (APA) no Brasil. As APAs são unidades de conservação ambiental de uso sustentável, que permitem a presença de comunidades e o desenvolvimento de atividades econômicas em seu interior. Representam 1/3 das áreas protegidas no País e demandam um novo olhar sobre a gestão territorial pelo grau de complexidade, pois envolvem diferentes grupos de atores, interesses e territorialidades. Dentro deste contexto, está a APA da Baleia Franca (APABF) (Santa Catarina, Brasil) - criada em 2000, para proteger a Baleia Franca (*Eubalaena australis*) e sua área reprodutiva. Abrange uma área total de 156.100 hectares, é constituída por nove municípios, apresenta potencialidades e conflitos ligados à paisagem litoral. A APA está ameaçada pela urbanização desordenada, pelo turismo de massa e pela degradação dos ecossistemas de dunas e vegetação de restinga. A presente tese tem como **objetivo** descrever e analisar o processo de transformação da paisagem na APABF, para identificar os seus principais valores e apoiar as políticas de gestão territorial desta área protegida. Parte da hipótese de que a gestão da APABF, apoiada nos valores da paisagem, é capaz de promover, integrar e comprometer os municípios na conservação destes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e participante, que combina um marco teórico-metodológico desenvolvido na Calatunya, sobre gestão da paisagem, com o modelo Geossistema-Território-Paisagem (GTP) proposto por Georges Bertrand. A obtenção de dados consiste na coleta de dados primários: questionário com membros do Conselho Gestor (CONAPABF), entrevistas com atores do território, produção de mapas temáticos e análise dos dados com o *software* Atlas.ti.; e outros secundários: atas das reuniões do CONAPABF, relatórios da APABF e pesquisas de mestrado e doutorado. A análise e discussão dos dados, estruturada sob o GTP, aponta que das paisagens que compõem a APABF, as maiores transformações ao longo dos tempos ocorreram no litoral (dunas e vegetação de restinga), sobre o qual foram identificados três importantes períodos que determinaram seu estado atual. O primeiro, de ocupação sambaquiana e indígena; o segundo de ocupação européia; e o terceiro, marcado pelas migrações internas. A paisagem e os valores atribuídos pelos diferentes grupos de atores, é o principal elemento de ligação entre a APA e estes. Os principais grupos de atores, seus interesses e estratégias giram em torno da paisagem litorânea - em que se destaca a omissão das prefeituras na regulação e

fiscalização do uso e ocupação do solo, comprometendo a conservação dos valores do território. O território está constituído por um conjunto de valores concretos e simbólicos, sendo mais importantes os naturais e ecológicos, os produtivos e os históricos. No entanto, há que considerar outros que são levados em conta no referencial adotado, são os valores estéticos, os identitários e simbólicos, os espirituais e religiosos e os de uso social. Com base na avaliação da paisagem, foram formulados oito Objetivos de Qualidade Paisagística (OQP) de forma que sirvam de diretriz para os municípios manterem e fortalecerem tais valores. O referencial teórico-metodológico sobre gestão da paisagem mostrou-se um importante marco conceitual para se repensar e estruturar um plano de gestão territorial em que os valores territoriais e paisagísticos são a principal ferramenta de gestão integrada para áreas protegidas. Os desafios de gestão da área apontam para a necessidade de integrar as políticas urbanísticas e comprometer os municípios com a gestão do território e conservação dos seus valores.

**Palavras-Chave:** Paisagem; Gestão Territorial; Valores da Paisagem; Áreas Protegidas; Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.

## RESUMEN

La presente tesis hace referencia a la gestión del paisaje como instrumento de gestión territorial en las Áreas de Protección Ambiental (APA) en Brasil. Las APAs son unidades de conservación, las cuales permiten la presencia de comunidades y el desarrollo de actividades económicas en su interior. Representan 1/3 de las áreas protegidas del País, son la categoría que más conflictos tienen. Demandan una nueva mirada sobre la gestión territorial por el grado de complejidad, ya que involucran diferentes grupos de actores, intereses y territorialidades. En este contexto, está el APA de la Ballena Franca (APABF), ubicada en el litoral sur-brasileño – creada en el año 2000 para proteger la Ballena Franca (*Eubalaena australis*) y su área reproductiva, en un área total de 156.100 hectáreas. Constituida por nueve municipios, presenta potencialidades y conflictos alrededor del paisaje litoral. Está amenazada por la urbanización, por el turismo de masas y la degradación de los ecosistemas de dunas y la vegetación de restinga. La presente tesis tiene como objetivo describir y analizar el proceso de transformación del paisaje en el APABF, para identificar sus principales valores y apoyar las políticas de gestión territorial de esta zona protegida. La hipótesis plantea que la gestión del APABF apoyada en los valores del paisaje será capaz de promover, integrar y comprometer conjuntamente los municipios en la conservación de estos. Se trata de una investigación cualitativa y participante, que combina un marco teórico-metodológico desarrollado en Cataluña, sobre la gestión del paisaje con el modelo Geosistema-Territorio-Paisaje (GTP) de Georges Bertrand. Así mismo, la obtención de datos ha consistido en primarios: encuestas realizadas al Consejo Gestor (CONAPABF), entrevistas con los actores del territorio, producción de mapas temáticos y análisis de los datos con el *software* Atlas.ti.; y otros secundarios: actas de las reuniones del CONAPABF, informes del APABF y investigaciones de máster y doctorado publicadas. El análisis y la discusión de los datos, que se ha estructurado siguiendo el modelo GTP, apunta que de los paisajes que componen el APABF, las mayores transformaciones a lo largo del tiempo han sido en la zona litoral (dunas y vegetación de restinga), donde fueron identificados tres períodos que han determinado su estado actual. El primero período de ocupación sambaquiana e indígena; el segundo de ocupación europea; el tercero, marcado por las migraciones internas. El paisaje y los valores atribuidos a él por los diferentes grupos de actores son el principal elemento de

enlace entre el APA y estos. Los principales grupos de actores, sus intereses y estrategias están alrededor del paisaje litoral, en que destacase la omisión de los ayuntamientos en la regulación y fiscalización del uso y ocupación del suelo en esta área, comprometiendo la conservación de los valores del territorio. Su territorio está constituido por el conjunto de valores concretos y simbólicos alrededor del paisaje litoral. Los valores más importantes son los naturales y ecológicos, los productivos y los históricos. Sin embargo, hay que considerar otros valores que se tienen en cuenta en el referencial adoptado, que son los estéticos, los identitarios y simbólicos, los espirituales y religiosos y los de uso social. Basada en la evaluación del paisaje fueron formulados ocho Objetivos de Calidad Paisajística (OCP) de manera que sirvan de base para establecer directrices para que los municipios puedan mantener y fortalecer los valores. El referencial teórico metodológico desarrollado para la experiencia sobre la gestión del paisaje en Cataluña se ha revelado como un importante marco conceptual para repensar y estructurar el plan de gestión territorial en que los valores territoriales y paisajísticos sean la principal herramienta de gestión integrada de las áreas protegidas.

**Palabras-Clave:** Paisaje; Gestión Territorial; Valores del Paisaje; Áreas Protegidas; Área de Protección Ambiental de la Ballena Franca.

## ABSTRACT

This dissertation addresses landscape management as a territorial management tool in Environmental Protected Areas (APA) in Brazil. APAs are a legal category of environmental protected areas that allow the presence of communities and the development of economic activities within their area. They account for a third of all protected areas in the country and demand a new approach to territorial management due to their level of complexity, which involves different groups of stakeholders, interests, and territorialities. Within such context is Right Whale Environmental Protection Area (*Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, APABF*) (Santa Catarina, Brasil), established in 2000 to protect the Right Whale (*Eubalaena australis*) and its breeding grounds, covering a total area of 156,100 hectares. Comprising nine municipalities, it presents potentials and conflicts associated with its surrounding coast landscape. It is threatened by population growth, urbanization, mass tourism, as well as the degradation of dune and sandbar vegetation and ecosystems. The present dissertation aims to describe and assess the process of landscape transformation in APABF, in order to identify its key values and support the territorial management policies of this protected area. Therefore, it is based on the hypothesis that the management of APABF – based on landscape values – is able to foster, integrate and jointly commit the municipalities for the conservation of such values. It is a qualitative and participatory research, combining a theoretical-methodological framework developed in Catalunya, about the management of landscape and its values, with the Geosystem-Territory-Landscape (GTP) model proposed by Georges Bertrand. Data collection consists in primary data: a questionnaire applied to APABF's Management Council (CONAPABF), interviews with stakeholders in the territory, the production of thematic maps, and data analysis with the software Atlas.ti.; and secondary data: minutes from CONAPABF meetings, APABF reports, as well as published masters and doctoral research. Data analysis and discussion, structured through the GTP model, shows that of all landscapes that comprise APABF, most changes have occurred through time by the coastline (dunes and sandbar vegetation), and three important periods have been identified that have determined its current state. The first one of midden and indigenous occupation; the second one of European occupation; and the third one marked by inner migrations. The landscape and the values attributed by the different stakeholder groups are the main linking element between

them and the APA. The main stakeholder groups, their interests and strategies are focused on the coastal landscape – highlighting the omission of city administrations in the regulation and enforcement of land use and occupation laws, thus compromising the conservation of territory values. Its territory is constituted by a set of concrete and symbolic values regarding the coastal landscape. The most important ones are the natural and ecological, the productive and the historical values. However, other values have to be thought of, which are considered in Catalunya and are also present here. They are the aesthetical, identity-related and symbolic ones, spiritual and religious ones, as well as values based on their social use. Based on landscape assessment, eight Objectives of Landscape Quality (OLQ) have been formulated, so as to be used as a guideline for the municipalities to maintain and strengthen their values. The theoretical-methodological reference on landscape management has shown to be an important conceptual framework for rethinking and structuring a territorial management plan in which territorial and landscape values are the main integrated management tool for protected areas.

**Key words:** Landscape; Territorial Management; Landscape Values; Protected Areas; Right Whale Environmental Protection Area.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Criação de APAs Federais por década.....	64
Figura 2 - Distribuição das APAs por Bioma, por área total em Milhões de hectares.....	65
Figura 3 - Mapa de localização da APABF.....	73
Figura 4 - As dimensões conceituais de Território	82
Figura 5 - Principais grupos de atores implicados no território da APABF abordados nas pesquisas.....	85
Figura 6 - Componentes do Geossistema segundo Bertrand (1968)....	94
Figura 7 - Estrutura metodológica construída a partir do GTP para a APABF.....	116
Figura 8 - Proposta de Gestão da Paisagem para a APABF a partir do modelo teórico-metodológico da pesquisa.....	117
Figura 9 - Naturalidade dos atores que participaram do questionário.....	122
Figura 10 - Município de residência dos atores que participaram dos questionários.....	122
Figura 11 - Lista de entrevistados por amostragem em bola-de-neve.....	124
Figura 12 - Naturalidade dos atores entrevistados na amostragem.....	125
Figura 13 - Tempo de residência, no território, dos atores de fora do território, entrevistados na amostragem.....	126
Figura 14 - Códigos mapeados na unidade hermenêutica dos questionários.....	132
Figura 15 - Códigos mapeados na unidade hermenêutica das entrevistas.....	132
Figura 16 - Mapa de hidrografia.....	153
Figura 17 - Baleias Francas registradas no território da APABF.....	157
Figura 18 - Caça da Baleia Franca no território da APABF.....	157
Figura 19 - Mapa de Geologia.....	163
Figura 20 - Mapa de Pedologia.....	167
Figura 21 - Formações montanhosas e planície litorânea, território da APABF.....	170
Figura 22 - Mapa geomorfologia.....	173
Figura 23 - Mapa de Hipsometria.....	175
Figura 24 - Neve no Cambirela, Palhoça.....	183
Figura 25 - Destruição em Tubarão pelos ventos fortes do Tsunami Meteorológico.....	183

Figura 26 - Vegetação no Território da APABF.....	186
Figura 27 - Mapa de uso do solo.....	189
Figura 28 - Registros históricos da ocupação humana	198
Figura 29 - Primeiros núcleos urbanos (vilas) do território da APABF criados a partir de Florianópolis e Laguna.....	202
Figura 30 - Porto e Ferrovia Tereza Christina.....	205
Figura 31 - População residente na região da APABF por município, 1970 a 2010.....	213
Figura 32 - Ocupação urbana e a transformação da paisagem litorânea.....	217
Figura 33 - Composição do Conselho Gestor por grupo de atores, entre 2006-2014.....	225
Figura 34 - Espaços de gestão territorial que implicam no território da APABF.....	232
Figura 35 - Ilustração da sobreposição de competências e políticas....	234
Figura 36 - Perfil ilustrativo da sobreposição de competências.....	235
Figura 37 - Esquema da Integração das Principais Políticas de Ordenamento Territorial Brasileiras no Território da APABF.....	237
Figura 38 - Tipologias da Paisagem no território da APABF.....	245
Figura 39 - Continuidade paisagística na UP Complexo Lagunar e Baixo Tubarão.....	251
Figura 40 - Unidades de Paisagem do território da APABF.....	253
Figura 41 - Valores do Território da APABF.....	269
Figura 42 - Valores do Território da APABF (Continuação).....	270
Figura 43 - Representação artística dos Valores do Território da APABF.....	271
Figura 44 - Mapa de valores naturais e ecológicos.....	273
Figura 45 - Mapa de valores estéticos.....	275
Figura 46 - Mapa de valores produtivos.....	277
Figura 47 - Mapa de valores históricos.....	279
Figura 48 - Mapa de valores de uso social.....	281
Figura 49 - Mapa de valores espirituais-religiosos e simbólicos-identitários.....	283
Figura 50 - Evolução do GTP na APABF por ciclo (1,2 e 3).....	286

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação no Brasil (2016).....	62
Quadro 2 - Atores envolvidos na pesquisa.....	126
Quadro 3 - Lista de códigos criados para a pesquisa.....	130
Quadro 4 - Ocorrências dos valores por grupo de valores/unidade de paisagem.....	133
Quadro 5 - Soma das ocorrências por grupo de valor/UP.....	137
Quadro 6 - Tipologias de paisagem do território da APABF.....	138
Quadro 7 - Bases Cartográficas utilizadas para produção dos mapas da pesquisa.....	141
Quadro 8 - Ilhas no Território da APABF.....	149
Quadro 9 - Climograma da região centro-sul catarinense.....	178
Quadro 10 - Climograma dos Municípios de Florianópolis, Imbituba e Laguna.....	181
Quadro 11 - Bacias hidrográficas do território da APABF.....	191
Quadro 12 - Síntese dos valores do Geossistema na APABF.....	192
Quadro 13 - População residente por situação do domicílio na região da APABF, 1970 a 2010.....	211
Quadro 14 - Densidade Demográfica entre 1970 e 2010.....	214
Quadro 15 - Economia dos Municípios por setor econômico entre 2000 e 2010.....	215
Quadro 16 - Arrecadação do IPTU, por município, entre 2000 e 2010.....	216
Quadro 17 - Atores e conflitos no território da APABF.....	221
Quadro 18 - Normativas implicadas no contexto da APABF.....	230
Quadro 19 - Valores da paisagem do território da APA da Baleia Franca.....	256
Quadro 20 - Estado dos valores por Unidades de Paisagem.....	287



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Comercial e Industrial
ADR	Agência de Desenvolvimento Regional
ANA	Agência Nacional de Águas
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
AMREC	Associação de Municípios da Região de Laguna
AMUREL	Associação de Municípios da Região Carbonífera
AP	Antes do Presente
APA	Área de Proteção Ambiental
APABF	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BH	Bacia Hidrográfica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEP	<i>Convenio Europeo del Paisaje</i>
CMA	Centro de Mamíferos Aquáticos
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONAPABF	Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
CT	Câmara Técnica
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DAFO	Debilidades, Ameaças, Fortalezas, Oportunidades
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DRT	Des-Re-Territorializador/Des-Re-Territorialização
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESEC	Estação Ecológica
FATMA	Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FLONA	Floresta Nacional
FTC	Ferrovia Tereza Christina
GERCOSC	Plano de Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina
GRANFPÓLIS	Associação de Municípios da Grande Florianópolis
GT	Grupo de Trabalho

IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LALI	<i>Iniciativa Latino Americana del Paisaje</i>
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OCP	Objetivos de Calidad Paisajística
OLQ	Objectives of Landscape Quality
OQP	Objetivos de Qualidade Paisagística
PARNA	Parque Nacional
PDSE	Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAMAE	Sistemas Autônomos Municipais de Água e Esgoto
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAR	Teoria do Ator-Rede
TOB	Turismo de Observação de Baleia
TOBE	Turismo de Observação de Baleia Embarcado
UAB	<i>Universitat Autònoma de Barcelona</i>
UC	Unidade de Conservação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

UP	Unidade de Paisagem
UPAE	<i>Unidad Paisajística de Atención Especial</i>
WCT	<i>World Championship Tour</i>
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico





## SUMÁRIO

<b>PRESENTACIÓN</b> .....	33
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	49
<b>1 O ESTADO DA QUESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL</b> .....	57
1.1 O Contexto das Áreas Protegidas e o Universo de Pesquisa .....	58
1.2 Das Áreas Protegidas às Áreas de Proteção Ambiental .....	63
1.3 A APA da Baleia Franca, pensando um novo modelo de gestão ....	71
<b>2 A RELAÇÃO MULTIDIMENSIONAL TERRITÓRIO-PAISAGEM: DO MATERIAL AO SIMBÓLICO</b> .....	79
2.1 Do Simbólico ao concreto: Identidade e Território .....	79
2.2 Do Território à Paisagem .....	89
2.3 A dimensão sistêmica na análise da Paisagem: o sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem).....	92
2.4 A Paisagem como instrumento de Gestão e Ordenamento Territorial em Áreas Protegidas .....	95
<b>3 MARCO METODOLÓGICO</b> .....	107
3.1 Questões de Pesquisa e Objetivos .....	110
3.2 Das Etapas Percorridas.....	111
3.2.1 Universo da pesquisa.....	111
3.2.2 Recorte espacial e temporal.....	112
3.2.3 Marco teórico-conceitual da pesquisa .....	114
3.2.4 Fontes de informação e de coleta de dados .....	118
3.2.4.1 Instrumentos de coleta de dados e público pesquisado .....	119
3.2.5 Análise de dados qualitativos .....	129
3.2.5.1 Construindo a avaliação da paisagem.....	133
3.2.5.2 Construindo os Objetivos de Qualidade Paisagísticas e as Diretrizes.....	137
3.2.6 Produção dos Mapas.....	137
<b>4 ÁREA DE ESTUDO SOB O ENFOQUE DO GTP - A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA: UM OLHAR SOBRE O GEOSSISTEMA</b> .....	145
4.1 O Geossistema da APA da Baleia Franca .....	155

4.1.1 A Baleia Franca como um importante valor ao longo do tempo .....	155
4.1.2 Geologia.....	160
4.1.3 Pedologia.....	165
4.1.4 Geomorfologia .....	169
4.1.5 Clima.....	177
4.1.6 Vegetação.....	183
4.1.7 Hidrografia.....	191
4.2 Síntese dos valores do Geossistema da APABF .....	192

## **5 DO GEOSSISTEMA AO TERRITÓRIO: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA APABF.....**

5.1 A ocupação açoriana e a formação dos primeiros núcleos urbanos no litoral da APABF .....	199
5.2 A ocupação italiana nos vales do Urussanga e Tubarão e seus desdobramentos no litoral .....	203
5.3 Os processos de migração internos e a urbanização litorânea.....	206
5.4 Principais usos do solo e impactos na paisagem litorânea .....	213

## **6 AINDA SOBRE O TERRITÓRIO: ATORES, CONFLITOS E GESTÃO TERRITORIAL.....**

6.1 O Conselho Gestor da APA da Baleia Franca .....	224
6.2 Políticas e espaços de Gestão Territorial .....	229

## **7 DO TERRITÓRIO À PAISAGEM: ANÁLISE DA PAISAGEM NA APABF.....**

7.1 Unidades de Paisagem .....	247
7.1.1 Montanhas do Tabuleiro .....	247
7.1.2 Maciambú e Ilha .....	248
7.1.3 Ibiraquera e região .....	249
7.1.4 Complexo Lagunar e baixo Tubarão.....	250
7.1.5 Litoral Sul .....	252
7.2 Os Valores da Paisagem.....	255
7.2.1 Valores Naturais e Ecológicos .....	256
7.2.2 Valores Estéticos.....	259
7.2.3 Valores Produtivos.....	260
7.2.4 Valores Históricos.....	262
7.2.5 Valores de Uso Social.....	264
7.2.6 Valores Espirituais e Religiosos.....	266
7.2.7 Valores Simbólicos e Identitários .....	266

7.3 Avaliação da Paisagem.....	285
7.3.1 Avaliação a partir da análise DAFO.....	287
7.3.1.1 Debilidades.....	288
7.3.1.2 Ameaças .....	289
7.3.1.3 Fortalezas .....	291
7.3.1.4 Oportunidades .....	292
7.3.2 Algumas considerações sobre a matriz DAFO por Unidade de Paisagem e grupos de Valores.....	293
7.4 Objetivos de Qualidade Paisagística e diretrizes para o Território da APABF.....	298
<b>8 DA GESTÃO DA PAISAGEM à CONSTRUÇÃO DE UM PACTO PELO TERRITÓRIO DA APABF .....</b>	<b>305</b>
8.1 Alguns dos acordos e medidas de Gestão.....	306
8.2 Comentários sobre os acordos e medidas de Gestão Mencionados .....	308
8.3 Um possível caminho para o pacto social para a Gestão do Território da APABF.....	310
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>315</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>323</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>341</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>345</b>



## **PRESENTACIÓN**



## LOS VALORES DEL PAISAJE COMO INSTRUMENTO DE GESTIÓN TERRITORIAL EN EL ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL DE LA BALLENA FRANCA

### I) INTRODUCCIÓN

Brasil tiene cerca del 18% de su territorio cubierto por áreas protegidas, gestionadas por el sector público y constituidas por las unidades de conservación ambiental de plena protección y las del uso sostenible.

Las Unidades de Conservación (UC) corresponden a un "espacio territorial y sus recursos ambientales", que poseen "características naturales relevantes, legalmente instituidas por el Gobierno", (BRASIL, 2000, art. 2) y están distribuidas por todos los biomas brasileños.

En total, actualmente, el Sistema Nacional de Unidades de Conservación (SNUC) cuenta con 568 unidades de conservación de plena protección y 1260 de uso sostenible – lo que significa la protección de 1.524.080 km<sup>2</sup> en los diferentes biomas (CNUC/MMA, 2016).

Entre las categorías de áreas protegidas están las Áreas de Protección Ambiental (APA). El APA es la categoría que presenta más conflictos, ya que en su interior puede existir comunidades tradicionales y actividades económicas. Actualmente en Brasil existen 278 APAs - siendo 32 federales, 183 estaduais y 63 municipales, con una cobertura total de 442.771 km<sup>2</sup> – representan 1/3 de las áreas protegidas del País.

Su creación está ligada a la necesidad de la institución de una planificación territorial en zonas que tengan características biológicas relevantes. Tiene el propósito de conservar estas áreas, así como, de promover el uso sostenible de los recursos y ordenar la ocupación del suelo, de modo que se establezca un proceso de desarrollo territorial (BRASIL, 2000).

Además, son reconocidas como una categoría de unidad de conservación que tiene el potencial de establecer un nuevo modelo de gestión, enfocado no solamente a la protección de los recursos naturales, sino también, a los actores, sus valores y el territorio (MACEDO, 2008; RENTE, 2006; CORTE, 1997).

Teniendo en cuenta esta realidad, este estudio ha analizado el contexto de las APAs y ha identificado el APA de la Ballena Franca (APABF) como una referencia en gestión territorial en Brasil. El APABF fue creada en el año 2000 para proteger la Ballena Franca (*Eubalaena*

*australis*) de la caza ilegal y del proceso de urbanización, pero también de la presión del crecimiento demográfico y del turismo de masas en la costa centro-sur de Santa Catarina, que existen desde los años 70 y que se ha intensificado a partir de los años 90 del siglo XX.

Los límites oficiales del APABF incluyen 156.100 hectáreas de un área compuesta por los valores naturales distribuidos sobre un paisaje de 130 km de playas, bordeadas por dunas con y sin vegetación, más de 30 lagunas de diferentes tamaños, estuarios de cinco cuencas hidrográficas, la selva tropical, vegetación de restinga y humedales (DELFINO y PÈLACHS, 2015; DELFINO y BELTRAME, 2014). La Ballena viene de las aguas frías argentinas para reproducirse, entre los meses de junio a noviembre, en las aguas más cálidas y tranquilas de este territorio (GROCH, 2005).

En la actualidad, la falta de integración de las políticas públicas municipales, especialmente las urbanísticas, genera un conflicto entre el APA y los distintos grupos de actores que compiten por la apropiación del paisaje costero y sus recursos.

Teniendo en cuenta este escenario, la presente tesis parte de la **hipótesis** que el paisaje es el principal vínculo entre la APA y los municipios y que la gestión del APABF apoyada en los valores del paisaje es capaz de promover, integrar y comprometer a los municipios en la conservación de sus valores territoriales y paisajísticos. El APABF es una oportunidad para los municipios y para que el territorio pueda promover sus valores, como factor de diferenciación en el mercado nacional y global.

La tesis tiene como **objetivo central** describir y analizar el proceso de transformación del paisaje en el Área de Protección Ambiental de la Ballena Franca (APABF, Santa Catarina, Brasil), para identificar los principales valores del paisaje y apoyar las políticas de gestión territorial de esta área protegida.

Se trata de una **investigación cualitativa y participativa**, que persigue, a través del análisis de un estudio de caso específico, contribuir a la construcción del conocimiento sobre la gestión territorial de las áreas protegidas en Brasil. La gestión del paisaje en Europa y en particular en Catalunya (España) sirve como marco teórico y metodológico de referencia. El trabajo se ha estructurado en ocho capítulos, ordenados en tres apartados principales.

Esta investigación se llevó a cabo en régimen de cotutela entre la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) y la Universitat Autònoma de Barcelona (UAB); con el apoyo financiero de la *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*



(CAPES), do *Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior* (PDSE) y el apoyo del equipo del APABF y del Consejo Gestor del APABF (CONAPABF).

## **II) MARCO TEÓRICO GENERAL: LA GESTIÓN DEL PAISAJE COMO HERRAMIENTA DE GESTIÓN Y ORDENACIÓN DEL TERRITORIO EN ÁREAS PROTEGIDAS**

Para entender el universo de las APAs se propone en este estudio analizar el APABF bajo los conceptos del territorio y del paisaje, ya que se supone que las APAs constituyen un territorio - en el sentido del territorio usado y vivido, apropiado material e inmaterialmente - y que paisaje es un importante elemento de enlace entre los actores y el territorio.

El concepto de territorio está asociado a un campo de fuerzas, donde se desarrolla una trama de relaciones sociales (SOUZA, 2003). Posee relación con el sentimiento de pertenencia, puede ser definido por el dinamismo económico y social, establecido por la interdependencia entre la naturaleza y su uso (SANTOS, 2001). Está relacionado a el valor monetario de la tierra, a su dominio por un lado, y a el valor de uso y a la identidad por el otro (HAESBAERT, 2013).

La identidad es la dimensión inmaterial, simbólica del territorio, responsable por la movilización para la actuación colectiva (SOUZA y PENDON, 2007). Es el componente fundamental en la construcción de proyectos de desarrollo local (SAQUET, 2013). Así, la ordenación territorial debe partir de la idea concebida en los proyectos de identidad (CAMARGO, 2009). De esta forma, el paisaje se configura como “un pilar en la construcción del sentido colectivo, en la configuración de la identidad de cada sociedad” (NELLO, 2012, p. 165).

El paisaje es el resultado de la transformación colectiva de la naturaleza, la proyección cultural de una sociedad en un espacio determinado, repleto de significados y símbolos, es la forma de apropiación del espacio por un colectivo determinado. La construcción y reconstrucción del paisaje también es un reflejo de las relaciones de poder, donde interactúan múltiples identidades e ideologías (NOGUÉ, 2009, p. 12). El paisaje tiene una gran responsabilidad en la creación y el fortalecimiento de las identidades, participa del patrimonio individual y colectivo (BERTRAND, 2009).

Sin embargo, la dinámica de transformación del paisaje y la velocidad con que se produce, compromete sus valores y el potencial de constituirse o mantenerse como un elemento de la identidad. Ha

despertado un sentimiento de pérdida, la pérdida de valores es de gran importancia social, cultural, histórica, económica y ambiental (NEL·LO, 2012).

### **El paisaje en los procesos de gestión europeo y Cataluña y el aporte a esta investigación**

El paisaje ha ganado importancia en los procesos de gestión en Europa en los años 90, con la redacción del primer proyecto del Convenio Europeo de Paisaje (CEP), firmado en 2000. El CEP es resultado de la preocupación por la aceleración del proceso de transformación del paisaje en función de la economía mundial y de la globalización. Reconoce que el paisaje es un importante elemento que contribuye a la formación de las culturas locales, patrimonio natural y cultural, recurso económico; y contribuye, además, a la consolidación de las identidades (ZOIDO, 2009; CONSEJO DE EUROPA, 2000).

El CEP define paisaje como “cualquier parte del territorio, tal como es percibida por las poblaciones, cuyo carácter resulta de la acción de factores naturales y/o humanos y sus interrelaciones”. Y, de este modo, ha determinado medidas de gestión y ordenación del paisaje para todos los territorios (CONSEJO DE EUROPA, 2000).

El convenio se refiere al paisaje, no solo en su dimensión natural o a las unidades geográficas del paisaje tradicionales, sino al paisaje en su totalidad, configurando una visión sistémica, multidimensional e integradora.

En el ámbito de la aplicación del CEP y la elaboración de las políticas de gestión y ordenación del paisaje, Catalunya (España), ha desarrollado una de las políticas más ambiciosas y pioneras en el contexto europeo (NEL·LO, 2012; ZOIDO, 2009). En 2005, se aprobó la ley 8/2005 del Paisaje de Catalunya que tenía por finalidad promover “el reconocimiento, la protección, la gestión y la ordenación del paisaje, a fin de preservar sus valores naturales, patrimoniales, culturales, sociales y económicos en un marco de desarrollo sostenible” (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2005).

La implementación de la política de gestión de paisaje en *Catalunya* ha sido posible gracias a la creación del Observatorio del Paisaje y a la elaboración de los Catálogos del Paisaje, ambos previstos en la ley 8/2005. Los catálogos clasifican los valores del paisaje desde todos los puntos de vista (material e inmaterial). De acuerdo con Nogué y Sala (2009), los catálogos son una importante herramienta de gestión del paisaje, y son la base de los objetivos de calidad paisajística que sirven

para marcar directrices a la ley.

La identificación de los valores es tenida como una de las etapas más importantes de todo el proceso, porque implica la participación de los ciudadanos. “[...] no todos los paisajes tienen el mismo significado para la población y, por otro lado, a cada paisaje se le pueden atribuir diferentes valores y en grados distintos, según el agente o individuo que lo percibe” (NOGUÉ Y SALA, 2009, p. 422).

De acuerdo con Nogué y Sala (2009) los valores pueden ser determinados de acuerdo con las siguientes características:

a) Valores estéticos: elementos estéticos ligados al sentimiento de belleza que el paisaje puede transmitir, en función de su significado cultural que ha adquirido a lo largo de la historia.

b) Valores naturales y ecológicos: elementos que determinan la calidad del medio ambiente natural, relacionados con las áreas de especial interés natural.

c) Valores Productivos: elementos relacionados con la capacidad de un paisaje de proporcionar beneficios económicos en los diferentes sectores, como el turístico, agrícola, industrial, mineral, etc.

d) Valores históricos: elementos materiales concretos producidos por el ser humano en el paisaje, las construcciones más relevantes hechas por la sociedad a lo largo de la historia.

e) Valores de uso social: elementos relacionados con el ocio, placer, práctica de deportes, terapias, etc.

f) Valores religiosos y espirituales: relacionados con las prácticas y creencias religiosas.

g) Valores simbólicos e identitarios: elementos que poseen una fuerte carga simbólica o de identidad para las poblaciones locales, teniendo en cuenta la relación de pertenencia.

De acuerdo con Sala y Moles (2014), cada vez más, las instituciones locales, como los ayuntamientos, ven el paisaje como el posible motor para su desarrollo: un atractivo local, una señal de civilidad y una vía para incrementar la identidad y la calidad de vida de las personas. En el contexto de la globalización, la calidad del paisaje puede volverse un factor de diferenciación del territorio y competitividad para los municipios y la singularización de los territorios, una manera de ser más fuertes frente al mundo global.

Las políticas del paisaje mejor desarrolladas en Europa son aquellas que disponen de estrategias articuladas entre sí y que cuentan con la participación ciudadana y de los agentes públicos y privados del territorio (SALA y MOLES, 2014).

En Catalunya, la implementación de la política de gestión del paisaje se dió por la elaboración de los Catálogos del Paisaje, instrumentos de gestión territorial para proteger, gestionar y ordenar el paisaje e incorporarlo en los planes territoriales parciales, en los planes directores, en los planes urbanísticos y los sectoriales. El paisaje es el elemento integrador de las diferentes políticas de gestión (SALA, 2009).

Teniendo en cuenta la experiencia del APABF y la experiencia catalana, se propone que el paisaje sea el elemento de conexión entre los municipios y el APA. Por lo tanto, es esencial reconocer el paisaje como una herramienta de gestión del territorio y avanzar en el reconocimiento de los valores del paisaje, para contribuir a la consolidación de un proyecto de gestión territorial en el APA a partir de los valores comunes - sostenible e integrado, sistémico y participativo.

El tema de la escala de la conservación en la gestión de las áreas protegidas, va más allá de la cuestión ecológica y de la conservación local, debe considerar la lógica de sistemas: "[...] en una escala más amplia del paisaje, que interactúa con los intereses de los sectores de la economía y de la sociedad del territorio", es decir, significa mirar más allá de los límites oficiales del área protegida (BENSUSAN, 2014, p. 68).

Por lo tanto, esta investigación adopta el sistema geográfico que combina tres categorías espacio-temporales diferentes, pero complementarias, para el análisis territorial y del paisaje: el modelo Geosistema-Territorio-Paisaje (GTP) (BERTRAND, 1996).

El Geosistema-*Source* es el tiempo de la naturaleza *antropizada* como fuente; el Territorio-*Resource* es el tiempo social y económico como recurso, relacionado con el desarrollo sostenible y a la explotación económica; y el Paisaje-*Resourcement* corresponde al tiempo de lo cultural, de la identidad, del patrimonio, de las representaciones sociales y culturales, de volver a las fuentes como resurgimiento. (BERTRAND, 1996). "El paradigma de GTP es la constitución de un tipo sistémico destinado a demostrar la complejidad del medio ambiente geográfico, respetando, siempre que sea posible, su diversidad y su interactividad" (BERTRAND, 2001, p. 334).

### III) MARCO METODOLÓGICO

Para el desarrollo de la investigación se ha utilizado el marco teórico metodológico sobre la gestión del paisaje europeo y catalán y los valores del paisaje como instrumento de gestión territorial y pauta comparativa con el caso brasileño (NELLO, 2012; BUSQUETS Y CORTINA, 2009; NOGUÉ Y SALA, 2006; 2009).

Para comprender el objeto de investigación, se ha realizado la búsqueda de las investigaciones realizadas en el país, publicadas en forma de artículos en las principales revistas, y de las disertaciones y tesis sobre las APAs. Se han reunido éstas en dos grupos de trabajo: uno, con enfoque ecológico y otro, con enfoque social. Este último, constituye el grupo de mayor interés para este estudio.

En total, fueron analizados 154 trabajos académicos, de los cuales 16 tratan del APABF, en su totalidad o en parte de su territorio. Entre las obras con enfoque social, se han seleccionado aquellas que tratan, directa o indirectamente, aspectos territoriales que contribuyen a este estudio (DELFINO y PÈLACHS, 2015; DELFINO y BELTRAME, 2014; GERHARDINGER, 2014; BRAGA, 2014; BUELONI, 2012; MARTINS, 2012; ASSUNÇÃO, 2010; CAPELESSO, 2010; ARAÚJO, 2008; MACEDO, 2008; SEVERO, 2008; GROCH, 2005; FREITAS, 2005).

Asimismo, las fuentes de información sobre el APABF, consisten también en datos primarios y secundarios; encuestas y aplicación de cuestionarios entre 2013-2015. Los actores y los instrumentos principales para el análisis han sido: a) 25 cuestionarios con los consejeros del Consejo Gestor del APABF en el periodo 2013-2014; b) 21 entrevistas semiestructuradas con actores indicados según muestreo por bola de nieve entre 2013-2015 (GODMAN, 1961; COLEMAN, 1958); c) Reuniones con el equipo gestor del APABF.

Es un trabajo de investigación participante y cualitativo. El modelo de análisis general se basa en el modelo GTP (Geossistema-Territorio-Paisaje) (BERTRAND, 2000). El análisis de los datos fue hecha a través de la combinación del método cualitativo deductivo e inductivo de análisis de contenidos, con la codificación de los datos en el software de análisis de contenidos, el Atlas.ti. (BARDIN, 2009).

A partir del marco teórico-metodológico, de las fuentes de información y los datos obtenidos se ha: i) Hecho el análisis de la transformación del paisaje en el territorio del APABF; ii) Evaluado las Debilidades, Amenazas, Fortalezas y Oportunidades (DAFO) del paisaje; iii) Definido las Unidades del Paisaje del APABF; iv) Identificado y elaborado los mapas de los valores del Paisaje; v) Construido ocho Objetivos de Calidad Paisajística (OCP) y tres directrices para cada uno de ellos con énfasis en la ordenación y gestión del territorio del APABF.

Esta investigación concibe la gestión territorial en APAs a partir del enfoque teórico-conceptual del Territorio y del Paisaje. Así para el análisis de la gestión en el territorio del APA de la Ballena Franca, se ha considerado más allá de sus límites jurídico políticos. Lo que se ha

determinado como territorio del APABF es la zona compuesta por la continuidad paisajística que conecta los nueve municipios que la componen – basado en el marco teórico metodológico adoptado (Figura 3).

#### **IV) PRINCIPALES RESULTADOS: EL APABF, EL PAISAJE Y LA GESTIÓN TERRITORIAL**

Entre los estudios investigados, se ha identificado que hay una diversidad de ellos que tratan de APAs en Brasil, llevados a cabo en diferentes áreas del conocimiento. Entre los estudios con enfoque social, se ha verificado la deficiencia de investigación sobre la gestión del territorio en las APAs. Entre las APAs estudiadas, el APA de la Ballena Franca fué la que presentó investigaciones sobre la gestión territorial.

Los estudios, datos y relatos de los actores, revelan que el APA de la Ballena Franca ha concebido una forma diferenciada de gestión, que se destaca en el contexto nacional.

El APA de la Ballena Franca (Figura 3), fué creada en el año 2000 para proteger la especie de la Ballena Franca (*Eubalaena australis*), que llegó hasta la amenaza de extinción en el territorio brasileño. Sin embargo, este no es el único objetivo del APABF. Entre sus objetivos está también la promoción de la ordenación territorial en su área de influencia, que está compuesta por nueve municipios del litoral centro-sur catarinense, en Brasil.

Su localización genera conflictos no solo con los ayuntamientos, sino también con los agentes inmobiliarios y con los empresarios que hacen frente a instalaciones de grandes obras en curso: duplicación del tramo sur de la autopista BR-101, ampliación del puerto de Imbituba, ampliación del aeropuerto de Florianópolis y el aeropuerto de Jaguaruna. Además, del área de expansión urbana del Gran Florianópolis.

Un camino trazado por los gestores del APA ha sido la creación y el fortalecimiento de su Consejo Gestor, creado en 2005. El Consejo es una referencia en la gestión ambiental pública y participativa en Brasil. Desde su creación discute y trata temas importantes para la gestión y ordenación del territorio, tales como la pesca, el turismo de observación de ballenas, la ocupación de las dunas y los bancos de arena en las playas con exceso de urbanización y la especulación inmobiliaria, las licencias ambientales y la actividad portuaria.

Además de promover la gestión de la unidad y de sus recursos, los gestores del APA han facilitado la gestión territorial por la participación del Consejo Gestor en las decisiones pertinentes al territorio, por el

diálogo con actores estratégicos como los empresarios y los ayuntamientos, en el intento de influenciar las políticas públicas locales y regionales; y por considerar los valores locales en la gestión de la unidad.

Los gestores del APABF, la conciben como un territorio, dotado de valores singulares. Su actuación consiste en promover el diálogo con los diferentes actores implicados y romper con el paradigma de que las áreas protegidas son un obstáculo para el desarrollo económico. Sin embargo, aún se encuentran con muchas resistencias, sobre todo, por parte de los agentes económicos y los gestores municipales.

### **Sobre el paisaje del APABF**

El análisis y la discusión de los datos, que se ha estructurado siguiendo el modelo GTP, apunta que de los paisajes que componen el APABF, las mayores transformaciones a lo largo del tiempo han sido en la zona litoral (dunas y vegetación de restinga), donde fueron identificados tres períodos que han determinado su estado actual.

El primer periodo, está relacionado con la ocupación sambaquiiana próximo a la línea de la costa y a los complejos lagunares (5500 AP) al que luego sucedió la población indígena (900 AP). Que a su vez fue la que encontraran los colonizadores a su llegada a partir del año 1651, del siglo XVII.

El segundo periodo, se refiere a la ocupación de origen europea, con la llegada e instalación de los azorianos en el litoral (1651 en Florianópolis y 1676 en Laguna) y luego los italianos, en los valles del río Tubarão y del río Urussanga (alrededor de 1870) hasta principios de 1970.

El último periodo se ha caracterizado por la migración interna que hubo en el País, en función de éxodo rural en la década de 1970, pero también en función de la urbanización del litoral, hacia los días actuales.

Los migrantes provienen principalmente de los estados de sur de país Paraná, Rio Grande do Sul y Santa Catarina), de São Paulo y hasta de Argentina y Uruguay, motivados por la mejor calidad de vida y el contacto con la naturaleza. Una tendencia que se inició aún en la década de 1970 y se viene fortaleciendo en los últimos años, con el crecimiento de la violencia y los problemas de movilidad urbana en las grandes ciudades.

## **Sobre los actores**

Se ha verificado que, entre los grupos de actores, los principales conflictos giran en torno a los recursos y a los valores del paisaje de las playas. Entre ellos, se destaca el importante papel de los municipios, los agentes inmobiliarios, los residentes nativos y sus descendientes, y los inmigrantes provenientes de otras regiones.

Estos grupos de actores de alguna manera compiten por el mismo objeto - el paisaje de las playas. Aunque lo hacen de diferentes modos, atribuyéndoles diferentes valores y generando diferentes conflictos.

Los grupos de actores encuestados, aunque atribuyen diferentes valores al paisaje en el APABF, destacan el importante papel del paisaje costero para la manutención de los valores y para el desarrollo del territorio.

## **Sobre los Valores**

Su territorio está constituido por el conjunto de valores concretos y simbólicos alrededor del paisaje litoral. Los valores más importantes son los naturales y ecológicos, los productivos y los históricos (Figuras 44 a 48).

Entre los valores del territorio apuntados por los actores encuestados se destacan: el mar, la pesca artesanal, la Ballena Franca, el surf, las playas, las dunas, la vegetación, los lagos, el turismo, la cultura azoriana, la tranquilidad, la seguridad, la calidad de vida, la belleza escénica, el puerto, la carretera BR-101, el ferrocarril, los aeropuertos, el patrimonio histórico y arqueológico, las caminatas ecológicas, el turismo de observación de ballenas, entre otros.

## **Sobre las Unidades de Paisaje**

Para delimitar las UPs del APABF, se han considerado los elementos que estructuran el territorio (geología, geomorfología, edafología, hidrología, hipsometría) y su organización (uso de la tierra - urbana, agrícola, forestal) con el apoyo de los Sistemas de Información geográfica (SIG).

Al final se han definido cinco UPs, considerando principalmente el relieve, la geomorfología y el uso del suelo: 1) Montañas del Tabuleiro, 2) Maciambú e isla, 3) Ibraquera y región 5) Complejo Lagunar y bajo Tubarão, 5) Costa Sur (Figura 40).



## **Sobre la DAFO**

Las principales debilidades apuntadas en el territorio son: la ocupación ilegal y desordenada en la zona costera, la deforestación y la pérdida de la biodiversidad, la degradación de los manglares, la polución de los recursos hídricos, la deficiencia en la prestación de servicios públicos de saneamiento y recogida de residuos sólidos, la minería de conchas calcáreas, el cumplimiento de las normas de control del uso del suelo urbano, la falta de integración de las políticas, la pérdida de identidad y el poco conocimiento sobre el APABF.

Entre las amenazas para la gestión del APABF, están la degradación de áreas de dunas y la vegetación de restinga, el crecimiento de la población, el turismo de masas estacional, el crecimiento del mercado inmobiliario en las playas, la falta de gestión territorial integrada, la superposición de normas y políticas, los Planes Directores Municipales, las industrias y los proyectos poco integrados con el paisaje y con los valores locales.

Entre las principales fortalezas están la variedad de paisajes, la riqueza natural y ecológica, la belleza escénica, las actividades productivas relacionadas con los valores del territorio, la red de senderos y caminatas, el patrimonio histórico y arqueológico, la identidad y la cultura alrededor de la pesca tradicional artesana.

Las principales oportunidades están relacionadas con la conservación de la biodiversidad del paisaje costero-marino, con la promoción de la ordenación territorial a partir del paisaje y sus valores, el desarrollo urbano ordenado, la generación de actividades económicas sostenibles, el desarrollo de actividades turísticas enfocadas en la valorización del patrimonio natural, cultural e histórico, el fortalecimiento de la identidad territorial y de la gobernanza.

## **Sobre las Políticas y escalas de Gestión**

En el territorio hay distintas escalas de gestión política, económica y ambiental. En que se destacan las políticas y acciones municipales, en que se ha percibido un esfuerzo por parte de los municipios para promover el desarrollo de estos y proporcionar una mejor calidad de vida para sus habitantes - a pesar de la falta de personal y capacidad financiera. Mientras participen en los diferentes niveles de gestión más políticos, no actúan conjuntamente para su fortalecimiento, como en la promoción de programas de turismo integrados o conservación de los valores naturales y culturales.

Por encima de todo, los gobiernos locales carecen de conocimiento de las leyes que inciden en su territorio, del área cubierta por la unidad de conservación APABF, la capacidad técnica para la planificación sistémica, la capacidad técnica para la supervisión de obras y proyectos y la competencia política para la aplicación efectiva de la legislación.

### **Sobre los OCPs y las Directrices**

Se han formulado ocho OCPs respondiendo a la pregunta "¿qué tipo de paisaje que desea tener en el APABF?". Para cada OCP se han elaborado hasta tres directrices que sirven como estrategias de actuación que deben ser implementadas por los diferentes actores sociales e incorporadas a los documentos normativos, principalmente municipales (ver detalles en el capítulo 7.4).

## **V) CONCLUSIONES**

La presente investigación ha buscado responder: ¿cuáles son los valores del paisaje del APABF y cómo pueden contribuir a la gestión territorial integrada de los municipios de esta área protegida?

Con base a método teórico-metodológico europeo y catalán sobre gestión del paisaje, se ha verificado que los valores más importantes y que justifican la existencia del APABF son los valores naturales y ecológicos: la Ballena, el mar, las playas, las dunas, las lagunas, la vegetación, entre otros. Seguidos de los valores históricos, relacionados principalmente, con la cultura azoriana que posee trazos muy peculiares del territorio: la pesca artesana, las casas de harina de mandioca, y el modo de vida de las comunidades más tradicionales que imprimen una identidad muy propia al paisaje del territorio. Los cuales también componen los valores de identitarios y simbólicos.

Además de estas dos categorías de valores que están relacionadas directamente con los objetivos de creación del APABF, otros valores fueron señalados por los actores y por esta investigación.

Los valores productivos – ligados a la pesca artesana, a las diferentes fuentes de turismo (playas, rural, ecológico y cultural), a la agricultura y a la industria que se viene desarrollando alrededor del puerto y la conexión de este con la carretera BR-101 y con la Ferrovia Tereza Christina.

En menor escala se han reconocido los valores estéticos, relacionados con la belleza de las playas, de las matas, de los acantilados rocosos y de las montañas que cercan el norte del territorio y también los

valores de uso social, relacionados principalmente con las playas, las matas y las lagunas.

Al final, la categoría de valor menos reconocida por el territorio de la APABF es la de los valores espirituales y religiosos.

Es importante observar que todas las categorías de valores pasan por la relación directa o indirecta con los valores que provienen de los paisajes naturales y del litoral del territorio. Por lo tanto, el cambio profundo de estos paisajes terminara comprometerá la conservación de los demás valores. Se dice que sería como “matar la gallina de los huevos de oro”.

Al evaluar las cinco Unidades de Paisaje (UP) definidas para esta investigación, se nota que algunas categorías de valores son más bien apropiadas que otras por los actores en cada UP. Los valores naturales y ecológicos sobresalen en todas las Ups, seguidos por los productivos y los históricos. Las demás categorías de valores son poco apropiadas o poco desarrolladas en la mayoría de las UPs.

La identificación de los valores puede contribuir a la mejora de la gestión del APABF a partir del momento que sean usados como instrumentos de gestión del territorio y de aproximación del APA con los municipios y los demás grupos de actores.

Los valores encontrados por la investigación se configuran como elementos clave para el desarrollo de los municipios que componen el APABF. Los mismos valores que los mercados inmobiliario y turístico aprovechan para que sus bienes valgan más. Lo que pone en evidencia que los valores son de interés común para ambas partes, es decir, para el municipio, para los agentes económicos y para el APA - sus intereses coinciden en los valores del territorio.

El reconocimiento de la existencia de un territorio a partir del área protegida APABF y de sus valores constituye el primer paso para la promoción de la gestión territorial integral. Los gestores del APABF pueden utilizar los valores asignados para sensibilizar a los gestores municipales que el APA es una oportunidad para mejorar su desarrollo económico, junto con la conservación de los valores y la promoción de la gestión integrada. Proponiendo la construcción de un pacto territorial como se hace en Catalunya, con la elaboración de las cartas del paisaje.

Por lo tanto, los Objetivos de Calidad Paisajística (OCPS) formulados tienen el propósito de suscitar la conservación y promoción de los valores existentes, así como orientar las políticas de planificación territorial y urbanística para el desarrollo del territorio.

Con la identificación de los valores y la construcción de los OCPS y de las directrices, esta investigación ha pretendido contribuir a la

consolidación de un proyecto de gestión y desarrollo territorial, que ha sido pensado por el APABF y discutido por CONAPABF. Para ello, es fundamental el compromiso de los municipios y la adecuación de los planes directores y de las políticas sectoriales al Plan de Gestión y a los OCPs.

El APABF constituye en una oportunidad para el territorio y puede promover un modelo de desarrollo diferente, integrado, en función de las peculiaridades y las características de su paisaje, en los valores y en la identidad propia, permitiendo al territorio y a los municipios competir con el mercado local y global. Espacio este, que ha aumentado la demanda por el diferente, por las singularidades, por el sencillo, por el contacto libre y directo con el paisaje y la cultura local.

El marco teórico europeo y catalán adoptado ha demostrado ser un importante marco conceptual para repensar y estructurar un plan de gestión territorial para los áreas protegidas, en que los valores territoriales y paisajísticas son la principal herramienta de gestión integrada entre los distintos agentes implicados en el territorio.

## **VII) REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Las referencias bibliográficas mencionadas en este apartado están apuntadas en la página 323.

# **INTRODUÇÃO**



## INTRODUÇÃO

O Brasil possui cerca de 18% do seu território coberto por áreas protegidas, constituídas por unidades de conservação ambiental de proteção integral e de uso sustentável, geridas pelo poder público federal, estadual ou municipal (CNUC/MMA, 2016).

As Unidades de Conservação (UC) correspondem a um “espaço territorial e seus recursos ambientais, [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, art. 2) e estão distribuídas por todos os biomas brasileiros.

Dentre as UCs de uso sustentável estão as Áreas de Proteção Ambiental (APA) – “área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. As APAs são criadas com o objetivo de “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000, art. 15). Elas correspondem a 1/3 do total de áreas protegidas no País e concentram-se, principalmente, no bioma Marinho, englobando áreas terrestres e marinhas e ilhas oceânicas.

Os ambientes marinho-costeiros estão entre os mais ameaçados do País pelo impacto de atividades desordenadas e intensivas (PRATES, 2014). 84% da população brasileira vive em áreas urbanas (IBGE, 2010), destes 65% se concentram na zona costeira e em áreas remanescentes de Mata Atlântica (MMA, 2010).

A supressão do bioma Mata Atlântica iniciou durante a colonização do território brasileiro e intensificou-se com a industrialização e a urbanização, para abrir espaço a novas atividades econômicas e à instalação de cidades. Em 1850 o estado de São Paulo, por exemplo, possuía cerca de 80% do território coberto por Mata Atlântica; em 1950, essa área foi reduzida à 18% (MMA, 2010).

Para conservar a Mata Atlântica do risco de sua destruição, o Estado buscou na criação de UCs uma estratégia para a conservação da biodiversidade no País (PRATES, 2014).

Dentro deste contexto está inserida a APA da Baleia Franca (APABF), unidade de conservação ambiental proposta em princípios da década de 1990 e criada no ano de 2000, para proteger a Baleia Franca (*Eubalaena australis*) frente ao processo de urbanização, crescimento

populacional e turismo exploratório que vem se desenvolvendo no litoral centro-sul catarinense desde os anos 70 e intensificado a partir dos anos 90.

Os limites oficiais da APABF contemplam 156.100 hectares de uma área conformada por valores naturais distribuídos em uma paisagem de 130 km de praias, contornada por dunas com e sem vegetação, mais de 30 lagoas de variados tamanhos, estuários de cinco bacias hidrográficas, floresta ombrófila densa, vegetação de restinga e marismas (DELFINO y PÈLACHS, 2015; DELFINO y BELTRAME, 2014). A Baleia Franca vem das águas geladas argentinas, para reproduzir-se entre os meses de junho à novembro nas águas mais quentes e calmas deste território (GROCH, 2005).

A existência da APABF ultrapassa os limites da conservação dos valores naturais, pois protege também os valores culturais de uma paisagem moldada ao longo dos tempos, pela cultura sambaquiiana, indígena, açoriana e italiana. Estas imprimiram sua identidade, transformando e resignificando a paisagem - na construção dos sítios arqueológicos, oficinas líticas, comunidades tradicionais, centros históricos, áreas urbanas e rurais.

O território da APABF compreende nove municípios (Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Balneário Rincão), os quais desde a década de 1970 vem apresentando um crescimento populacional bastante expressivo e alta taxa de urbanização. Localiza-se na área de expansão urbana das regiões de Florianópolis, Tubarão e Criciúma e de empreendimentos que visam o desenvolvimento destas regiões, a partir da instalação de zonas industriais para atender ao Porto de Imbituba e a rodovia BR-101 (BUELONI, 2012; MARTINS, 2012; CAPELESSO, 2010; DELFINO, 2008; FREITAS, 2005). Esse processo vem colocando sob ameaça os valores do território da APABF.

A falta de integração das políticas públicas municipais, sobretudo, as urbanísticas, gera conflito entre a APABF e diversos grupos de atores, que competem pela apropriação da paisagem costeira e seus valores – nas quais as prefeituras possuem papel determinante na regulação e fiscalização do uso e ocupação do solo urbano.

Diante deste cenário, os gestores da APABF buscam desde o início estabelecer um processo de diálogo com os diferentes grupos de atores, com o objetivo de comprometê-los na conservação dos valores do território, aliada ao desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a presente tese parte da **hipótese** que a paisagem é o principal elemento de ligação entre a APABF e os municípios e que a



gestão da APABF, apoiada nos valores da paisagem, é capaz de promover, integrar e comprometer os municípios na conservação de seus valores territoriais e paisagísticos – uma vez que os valores da APABF resultam do conjunto dos valores de cada município. A APABF consiste em uma oportunidade para os municípios e para o território promoverem seus valores, como fator de diferenciação diante do mercado nacional e global a partir da elaboração de um plano de gestão territorial integrado e da construção de acordos sociais para a conservação e promoção dos valores.

Sendo assim, esta tese tem como **objetivo central** descrever e analisar o processo de transformação da paisagem na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF, Santa Catarina, Brasil), para identificar os principais valores da paisagem e apoiar às políticas de gestão territorial desta área protegida.

Trata-se de uma **pesquisa qualitativa e participante**, que busca através da análise de um estudo de caso específico contribuir para a construção do conhecimento sobre a gestão territorial em áreas protegidas no Brasil, aplicando a gestão da paisagem europeia e catalã como referencial teórico-metodológico.

A tese está estruturada em oito capítulos, organizados em três partes, em que: i) Refere-se ao contexto e a problemática do objeto de pesquisa, ao marco teórico e ao marco metodológico; ii) Apresenta os dados sobre o estudo de caso; iii) Refere-se aos resultados e a discussão dos mesmos.

O Capítulo 1 apresenta **o estado da questão das áreas protegidas** no Brasil, desde sua origem e como as políticas públicas ambientais brasileiras caminharam na instituição e legalização das mesmas, até a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Bem como, dá um panorama sobre as unidades de conservação brasileiras, em especial sobre a situação das APAs.

O Capítulo 2 foi dedicado à construção do **marco teórico da pesquisa**, com base na reflexão sobre a relação multidimensional Território-Paisagem, do material ao simbólico, em que se apresentam os pilares conceituais sobre a gestão da paisagem e os valores da paisagem europeu e catalã, como instrumento de gestão territorial, abordados por geógrafos, pesquisadores e gestores contemporâneos (SALA y MOLES, 2014; NELLO, 2012; BUSQUETS y CORTINA, 2009; SALA, 2009; NOGUÉ y SALA, 2009; 2006) e o sistema GTP do geógrafo francês Georges Bertrand (2002; 2000). Faz uma relação com outros conceitos inerentes aos primeiros aqui apresentados, como Geossistema (BERTRAND, 1978; 1968), Território (HAESBAERT, 2013; BERTRAND, 2009; SANTOS, 2001), Paisagem (BERTRAND, 2009;

NOGUÉ, 2009, 2008; SANTOS, 2004) e Identidade (SAQUET, 2013; SOUZA e PENDON, 2007).

O Capítulo 3 descreve o **marco metodológico** adotado e o caminho percorrido durante os quatro anos da pesquisa de doutorado, realizada junto aos programas de Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da *Univesitat Autònoma de Barcelona* (UAB). Apresenta as questões de pesquisa, os objetivos, a hipótese, as fontes de informação e de coleta de dados, como foi realizada a análise dos dados coletados e a construção dos principais resultados e produtos da tese.

Os capítulos 4 e 5 apresentam a **área de estudo** sobre o enfoque do GTP – a APA da Baleia Franca, descrevendo os principais elementos do geossistema em que está inserida, como se constitui seu território e as principais transformações e resultados na paisagem.

Os capítulos 6 e 7 apresentam respectivamente, **os principais resultados** relacionados à gestão territorial e à análise da paisagem, em que aborda os atores os conflitos, as políticas e escalas de gestão, os valores da paisagem atribuídos pelos atores, as principais Deficiências, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades (DAFO) que esta possui. Apresenta a proposta de oito Objetivos de Qualidade Paisagística (OQP) para a promoção da gestão territorial integrada entre a APABF e os municípios que a compõem.

Por fim, o capítulo 8 faz uma reflexão e **discussão** sobre os principais resultados sobre a gestão da paisagem, listando algumas iniciativas de acordos realizadas na APABF e apontando um caminho para a construção de um pacto no território da APABF para a conservação e promoção dos valores territoriais e paisagísticos.

A presente pesquisa foi realizada em regime de cotutela na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB); com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Programa de Doutorado Sanduíche no exterior (PDSE) e apoio da equipe da APABF e dos conselheiros do CONAPABF.

## **CAPÍTULO 1**



## 1 O ESTADO DA QUESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NO BRASIL

Os ambientes marinho-costeiros estão entre os mais ameaçados do País, pois contam com atividades de agricultura e pecuária bem desenvolvidas, extração de petróleo e gás, pesca, navegação, maricultura, turismo, especulação imobiliária, etc. Estas atividades vem sendo praticadas de forma desordenada e intensiva, levando à perda da biodiversidade e dos valores culturais tradicionais. Cerca de 80% dos recursos pesqueiros, por exemplo, estão sobreexplorados (PRATES, 2014).

Dos 190,7 milhões de brasileiros, 84% vive em áreas urbanas (IBGE, 2010); aproximadamente 123 milhões estão concentradas na zona costeira e em áreas remanescentes de Mata Atlântica (MMA, 2010). Um estudo feito pelo Ministério do Meio Ambiente mostra que os remanescentes de vegetação da Mata Atlântica ocupam 27% da área original encontrada no século XVI, “incluindo os vários estágios de regeneração de todas as fisionomias: florestas, campos naturais, restingas, manguezais e outros tipos de vegetação nativa” (MMA, 2010, p.16).

A supressão do bioma Mata Atlântica iniciou durante a colonização do território brasileiro, com o desmatamento e a exploração madeireira. A cada ciclo econômico – mineração, plantações, criação de gado e por fim a industrialização - esse processo se intensificava para abrir espaço à novas atividades econômicas e à instalação de cidades. Dentre estes, as *commodities* agrícolas, o crescimento da indústria nacional e a urbanização foram os grandes responsáveis pela destruição parcial ou quase total dos ecossistemas. (MMA, 2010).

Para conservar a Mata Atlântica do risco de sua destruição, o Estado criou Unidades de Conservação (UC) em todo o País. No caso da zona costeira, estão distribuídas por todo o litoral, englobando áreas terrestres e marinhas, incluindo quase todas as ilhas oceânicas. No entanto, ainda assim as áreas terrestres estão mais bem protegidas que as marinhas. Cerca de 40% dos ecossistemas de manguezais, estuários, lagoas costeiras, costões rochosos, dunas e restingas se encontram protegidos por algum tipo de UC. Os demais ecossistemas costeiros, como os marismas, lagunas e o próprio ambiente marinho carecem de maior proteção (PRATES, 2014).

O modelo de desenvolvimento brasileiro vem priorizando o crescimento da indústria e do mercado imobiliário; a implantação de infraestruturas para atender a este crescimento, como novos e modernos portos, aeroportos, rodovias e hidrelétricas; e a geração e ampliação de

emprego. Este modelo vem contribuindo para a descaracterização da paisagem, sobretudo, a litorânea. E no meio dessas questões, as políticas ambientais são vistas por políticos, gestores e empresários como um “empecilho ao almejado desenvolvimento” (PRATES, 2014, p. 144) - o que ocorre também na APA da Baleia Franca, conforme pode ser verificado nos capítulos seguintes.

Para compreender como as políticas ambientais influenciaram a criação e gestão de unidades de conservação, na sequência será apresentada a evolução das políticas e instrumentos de gestão ambiental pública no Brasil relacionadas às áreas protegidas, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação Brasileiro (SNUC) e às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

## 1.1 O CONTEXTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS E O UNIVERSO DE PESQUISA

A criação de áreas protegidas está relacionada a reserva de determinados espaços por dois motivos principais: à conservação dos recursos naturais e à preservação de lugares sagrados e paisagens sublimes. De acordo com Bensusan (2014, p. 33) a reserva de espaços para a manutenção dos recursos naturais tem registros desde 700 a.C., pela criação das reservas de caça, reservas de madeira e reservas de pesca, feitas pelos assírios e depois, pelos romanos. Posteriormente, na Índia e África também foram criadas estas reservas. No entanto, a criação de áreas protegidas com a finalidade de “definir espaços para a conservação de paisagens naturais” surgiu em meados do século XIX, quando estas paisagens começaram a ter um forte apelo sobrenatural e até mesmo, religioso. “As **paisagens sublimes** eram aqueles raros lugares onde o homem teria maior chance de entrever a face de Deus”.

Em 1872 foi criada a primeira área protegida, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos - segundo a atual concepção desta, de conservação da paisagem e dos recursos naturais, em um modelo que separa o homem da natureza, transferindo as populações locais para outros lugares com o intuito de proteger integralmente estas áreas. Logo, esta tendência se disseminou pelo mundo: em 1885, no Canadá; em 1898, na África do Sul e Austrália. Em 1894, no México; 1903, na Argentina e em 1926, no Chile (BENSUSAN, 2014; RENTE, 2006; CÔRTE, 1997).

A criação de áreas protegidas<sup>1</sup> no Brasil teve início em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia – objetivando atender a pesquisa científica e a demanda turística (BENSUSAN, 2014; CÔRTE, 1997).

As primeiras Unidades de Conservação<sup>2</sup> (UC) brasileiras foram criadas a partir de uma visão preservacionista<sup>3</sup> - corrente que pressupõe proteção integral de determinadas áreas. Nesse sentido, preservação era definida como a “[...] tentativa de manter em sua condição presente, áreas da superfície da terra ainda não afetadas pela atuação humana e proteger do risco de extinção aquelas espécies ou recursos ainda não destruídos pelo homem.”. Ou ainda, como “[...] a ação de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica definida ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção [...]” (PASSMORE, 1974; FEEMA, 1990 *apud* CÔRTE, 1997, p. 21).

Esta visão, baseada no modelo norte-americano, perdurou até a década de 1980 no Brasil. A implantação desse modelo se deu sem considerar as peculiaridades de cada região e levou a expulsão de populações tradicionais em alguns lugares, em nome da preservação da natureza em seu estado natural/selvagem (RENTE, 2006; CÔRTE, 1997).

Até então as políticas ambientais brasileiras visavam à proteção integral da natureza, como o Código Florestal de 1934 e o Código Florestal de 1965, enfocados na instituição e legalização de APPs, de reservas legais e de áreas de proteção integral (BENSUSAN, 2014).

Em contraposição a esse modelo, surgiu a visão conservacionista - que diferentemente da anterior, considera a presença do homem e o desenvolvimento de atividades econômicas tradicionais dentro dos limites de uma UC. A criação de unidades de conservação embasadas na visão conservacionista supõe [...] o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio” (PASSMORE, 1974; FEEMA, 1990 *apud* CÔRTE, 1997, p. 21).

---

<sup>1</sup> Entre as áreas protegidas estão as unidades de conservação, as reservas legais e as áreas de preservação permanente (BRASIL, 2006).

<sup>2</sup> Termo criado no Brasil e definido no SNUC como: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, art. 2; BENSUSAN, 2014).

<sup>3</sup> Sobre preservacionismo e conservacionismo ver também Silva (2002); Rente (2006).

Portanto, ações de **preservação** ambiental podem envolver a máxima restrição de uso, permitindo apenas o manejo controlado dos recursos naturais segundo objetivos específicos (pesquisa científica, atividades educativas e recreativas), enquanto que ações de **conservação** ambiental envolvem o uso racional destes recursos, buscando o **equilíbrio entre os objetivos econômicos e ecológicos**, ou seja, buscando conciliar as demandas socioeconômicas com as ações de proteção ambiental (*op. cit*, p. 21, grifo nosso).

Na década de 1980, o Brasil promoveu a elaboração de políticas públicas<sup>4</sup> ambientais mais promissoras: a aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981 e do Sistema Nacional de Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Em 1985 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente.

Em 1988, o País passa, pois, a ter um capítulo específico sobre a política ambiental na Constituição Federal, em que afirma que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Dentre as estratégias para garantir tal direito, está a criação de áreas protegidas, a preservação e restauração dos processos ecológicos e a proteção da fauna e flora, com vistas à sua função ecológica (BRASIL, 1988, art. 225). De acordo com Bensusan (2014) esta foi a base necessária para a consolidação da conservação da natureza no Brasil através da criação de áreas protegidas.

No entanto, o marco para a implantação da política ambiental no Brasil, se deu com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em 1989 - em substituição a

---

<sup>4</sup> Para efeito desta pesquisa, entende-se por Política Pública o conjunto de diretrizes elaboradas para o enfrentamento do problema público, de relevância coletiva, dentro de uma abordagem multicêntrica que considera que a política pública não é necessariamente um monopólio do Estado. Ela também pode ser protagonizada por organizações privadas e organizações da sociedade civil. Políticas Públicas podem ser tanto de ordem de diretrizes estruturantes, mais estratégicas ou de nível intermediário ou ainda, operacionais. Estão compostas por diferentes tipos de instrumentos para que possam ser implementadas, como por exemplo programas, planos, projetos, leis, campanhas, decisões judiciais, etc. (SECCHI, 2010). Considerando este conceito abordado por Secchi (2010) usar-se-á na presente pesquisa o termo política de forma genérica, sempre que se fizer referência aos instrumentos necessários a implementação das Políticas Públicas Nacionais, sobretudo, Urbana e Ambiental.



Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). Inaugurando assim, segundo o próprio IBAMA<sup>5</sup>, a fase de gestão ambiental integrada.

Em 1989, o IBAMA começou a redigir um projeto de lei com o propósito de ordenar a gestão e execução das unidades de conservação no Brasil – o Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação (SNUC).

O projeto do SNUC apresentado no Congresso em 1992, foi aprovado somente em 2000 (lei 9925/2000). De acordo com Bensusan (2014), o Projeto levou 12 anos para ser aprovado, em função da dificuldade de definir as categorias de manejo, criar novas, unir categorias equivalentes, excluir outras. Bem como, pela divergência entre as diferentes visões que predominavam entre os técnicos e ambientalistas sobre a proteção integral, o uso sustentável e a presença de populações tradicionais no interior das UCs.

Desde então, o SNUC regulamenta a criação, implementação e gestão das unidades de conservação ambiental (UCs) no país, sejam federais, estaduais ou municipais. Entre seus objetivos, figuram: promover o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, proteger as **paisagens** naturais e as espécies em perigo de extinção, garantir a manutenção da biodiversidade e a restauração dos ecossistemas degradados, entre outros. As Unidades de Conservação “são uma instituição social, resultado de uma proposta de ordenamento territorial em função das relações verificadas num dado território ao longo do tempo e das ameaças ao equilíbrio do sistema que compõe esse território” (DELFINO y BELTRAME, 2013, p.15).

Desta maneira, o SNUC reúne as duas visões e classifica as áreas de proteção em duas categorias principais: as de proteção integral e as de uso sustentável (Quadro 1).

---

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico>.

Quadro 1 - Unidades de Conservação no Brasil (2016)

<b>Tipo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Nº</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
Proteção Integral	Estação Ecológica	90	115.557
	Monumento Natural	38	1.390
	Parque Nacional-estadual-municipal	350	347.126
	Refúgio da vida silvestre	30	3.735
	Reserva biológica	60	52.823
	<b>Total de Proteção Integral</b>	<b>568</b>	<b>520.632</b>
Uso Sustentável	Floresta Nacional	104	300.007
	Reserva Extrativista	87	143.443
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	34	110.892
	Reserva de Fauna	0	0
	Área de Proteção Ambiental	278	442.771
	Área de Relevante Interesse Ecológico	48	925
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	709	5.411
	<b>Total de Uso Sustentável</b>	<b>1260</b>	<b>1.003.448</b>
	<b>Total Geral de UCs</b>	<b>1828</b>	<b>1.524.080</b>

Fonte: CNUC/MMA (20/05/2014).

No primeiro grupo, encontram-se as unidades cujo propósito está vinculado à proteção integral da natureza. O uso das mesmas se dá de forma indireta, através da pesquisa e da educação ambiental, onde não há presença de qualquer atividade humana dentro de seus limites. A paisagem permanece em seu estado mais natural e o objetivo de gestão visa preservá-la, mantê-la intacta. Dentre estas categorias, as Estações Ecológicas e Reservas Biológicas<sup>6</sup> são as mais restritivas para o uso humano, que é estritamente proibido (BRASIL, 2000).

No segundo grupo, estão as áreas cujo objetivo está vinculado à conservação relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais disponíveis, onde nestas áreas é comum encontrar atividades humanas, econômicas e comunidades. A paisagem acompanha com maior intensidade as transformações e dinâmica social de apropriação do espaço (BRASIL, 2000). Neste grupo, encontram-se as APAs.

Nos últimos anos, as políticas ambientais relacionadas mais diretamente às áreas protegidas, foram a aprovação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), elaborado em resposta ao compromisso que o Brasil assumiu junto à Convenção sobre a

<sup>6</sup> De acordo com Ramos (2014) essas duas categorias – ESEC e REBIO – são praticamente idênticas e foram mantidas no SNUC por conta das divergências existentes entre as diferentes correntes que conceberam os tipos de UCs.

Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2006). E a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) em 2007 – instituição responsável pela gestão das UCs desde então.

O PNAP reconhece como áreas protegidas, além das unidades de conservação, também as terras indígenas e as *quilombolas*<sup>7</sup> – leis 1775/96 e 4887/03 – reforçando a importância da proteção das populações tradicionais e suas áreas e apontando à necessidade do planejamento da paisagem em áreas protegidas dentro de uma abordagem ecossistêmica. Assim, o PNAP considera como áreas protegidas as:

[...] áreas naturais e semi-naturais definidas geograficamente, regulamentadas, administradas e/ou manejadas com objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Enfoca prioritariamente o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, as terras indígenas e as terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. Sendo que as demais áreas protegidas, como as áreas de preservação permanente e as reservas legais são tratadas no planejamento da **paisagem, no âmbito da abordagem ecossistêmica**, com uma função estratégica de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas (BRASIL, 2006, p. 38, grifo nosso).

O ICMBio tem como objetivo principal promover a implementação do SNUC, a partir da criação, gestão, proteção e fiscalização das UCs no Brasil. Ademais, sua gestão foi potencializada pela criação e estruturação de onze coordenações regionais, distribuídas em todo território nacional.

## 1.2 DAS ÁREAS PROTEGIDAS ÀS ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

No Brasil, existem 1.828 unidades de conservação ambiental - de proteção integral e de uso sustentável - totalizando na proteção de

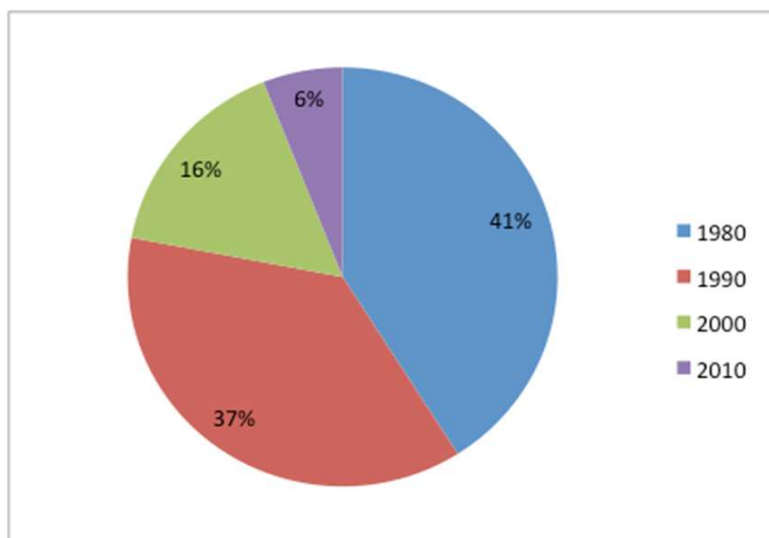
---

<sup>7</sup> Quilombolas: descendentes de escravos africanos no Brasil, os quais mantiveram sua tradição cultural e religiosa, ao longo dos séculos.

1.524.080 Km<sup>2</sup> do território nacional. Do total de UCs, 887 são UCs federais, das quais 140 são de proteção integral e 747 de uso sustentável<sup>8</sup> (CNUC/MMA, 2016).

Entre as categorias de unidades de conservação, aproximadamente 1/3 do total em Km<sup>2</sup> corresponde às APAs. De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), atualmente existem no Brasil 278 APAs registradas no sistema - sendo 32 federais, 183 estaduais e 63 municipais, cobrindo uma superfície total de 442.771 km<sup>2</sup>.

Figura 1 - Criação de APAs Federais por década



Fonte: elaborada pela autora com base em ICMBio (2014).

As primeiras APAs foram criadas na década de 1980 (Figura 1), sua legalização se deu com a instituição da Lei 6.902/1981, regulamentada pelo Decreto 88.351/83, pela Resolução CONAMA 10/88 e pelo Decreto 99.274/90 e sendo incorporada à Política Nacional de Meio Ambiente, Lei. 6938/81 (CÔRTE, 1997; RENTE, 2006; MACEDO, 2008). Foram criadas pela SEMA por influência da visão conservacionista do secretário Paulo Nogueira Neto, com base nos modelos europeus de áreas protegidas que continham propriedades privadas no seu interior, como os Parques Naturais na França e em Portugal (MACEDO, 2008, p. 72).

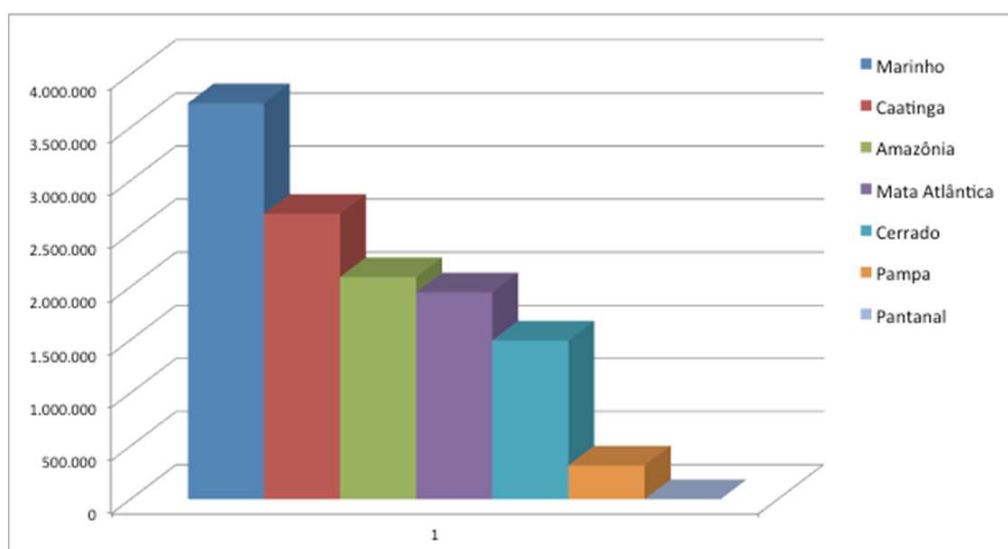
<sup>8</sup> Das 747 UCs de uso sustentável federais, 574 são RPPNs. Apesar do elevado número de UCs dessa categoria em nível federal, elas representam uma das menores coberturas dentro do grupo, ou seja, 4.728 Km<sup>2</sup>.

[...] sua criação baseou-se nos modelos europeus de proteção de paisagens culturais, a exemplo dos Parques Naturais existentes em Portugal e na França, um tipo de área protegida que contém propriedades privadas em seu território. Entre os objetivos de criação dessa categoria estavam: a existência de um instrumento mais adequado para a proteção do entorno de Unidades de Conservação de proteção integral; e a esperança de criar Unidades de Conservação em áreas com ocupação humana, nas quais a indenização e relocação da população fossem consideradas inviáveis.

A grande maioria foi criada entre 1982-1986, logo após a aprovação da PNMA (1981) e período de intensa urbanização do País. A primeira APA federal foi a da Bacia do Rio Paraíba do Sul, situada no bioma Mata Atlântica (CNUC/ICMBIO, 2016). A APA da Baleia Franca foi criada no ano de 2000, apesar de a proposta de criação também ser da década de 1980 (IWF, 1999).

Concentram-se principalmente, nos biomas marinho e do Cerrado (Figura 2). No entanto, quando se trata de hectares protegidos, o bioma com a maior área protegida é o Marinho, que junto com a Mata Atlântica, representa 46,2% das áreas protegidas do país.

Figura 2 - Distribuição das APAs por Bioma, por área total em Milhões de hectares



Fonte: elaborada pela autora com base em ICMBio (2014).

A APA é uma categoria de unidade de conservação ambiental regulamentada pelo SNUC que mais enfrenta conflitos de usos, já que em

seu interior pode existir a presença de comunidades e atividades econômicas. De acordo com o SNUC (2000, art. 15):

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Segundo Macedo (2008) a criação de APAs no País está ligada a necessidade da instituição de um planejamento territorial em determinadas áreas que possuem características biológicas relevantes. Com o intuito de “conservar a diversidade ecológica, promover o uso direto e sustentável dos recursos e disciplinar a ocupação humana, visando o estabelecimento de um processo de desenvolvimento territorial sustentável.” A gestão de territórios constituídos por APAs pretende “transcender a dicotomia “conservação” e “desenvolvimento” (MACEDO, 2008, p. 77; CORTE, 1997).

De acordo com o SNUC (2000) as APAs podem ser constituídas por terras públicas e privadas. As localidades privadas poderão ficar condicionadas à normas de regulamentação e restrição de uso, desde que respeitados os princípios constitucionais. Cabe ao órgão gestor definir como ocorrerão as atividades de pesquisa científica e visitação pública nas áreas de domínio público. Ainda, contarão com um Conselho Gestor composto por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente (BRASIL, 2000).

A propriedade das terras, conforme Corte (1997, p. 27), é um dos fatores que diferencia a APA das demais unidades de conservação. Pois contorna “um dos grandes problemas que é a desapropriação das terras” ao “permitir que as mesmas permaneçam sob o domínio dos proprietários, mesmo que submetidas a restrições de uso do solo e dos recursos naturais”<sup>9</sup>. No entanto, este mesmo fator é registrado por Macedo (2008), como um gerador dos grandes conflitos que aparecem nos territórios constituídos por APAs.

---

<sup>9</sup> Sobre a questão relacionada ao domínio de terras privadas no interior de APAs ver Macedo (2008).

De acordo com Bensusan (2014) esta questão, por muitos anos, foi tratada com a expulsão e realocação destas pessoas para outras áreas. No entanto, nos últimos anos, segundo a autora, os gestores das UCs têm buscado aproximar-se e fazer alianças com as populações implicadas na área. As políticas e os instrumentos de gestão passaram a considerar a possibilidade de conciliar desenvolvimento local com a conservação da natureza - o que pode ser verificado no caso das APAs, em especial, na APA da Baleia Franca.

Para a autora, a exclusão das pessoas residentes nas áreas protegidas é injusta:

[...] algumas populações são direta e indiretamente beneficiadas com a melhoria da qualidade ambiental derivada da proteção de determinadas áreas, enquanto outras são privadas das terras que ocupavam tradicionalmente, sendo em geral, realocadas em locais e condições indefensáveis. É injusta, também, porque muitas das populações beneficiadas são aquelas responsáveis pelo modelo predatório que resultou na necessidade de se reservar áreas para a proteção ambiental, por meio do uso tradicional da terra e dos recursos naturais, as poucas áreas naturais ainda existentes e, por isso, pagam um preço muito alto: **sua destruição cultural e social** (BENSUSAN, 2014, p. 61, grifo nosso).

Entre os conflitos encontrados no contexto das APAs, além da propriedade da terra, ainda pode-se destacar: a falta de planos de manejo<sup>10</sup>, a sobreposição de atribuições entre diferentes órgãos públicos responsáveis pela gestão do território e seus recursos; conflito entre Planos Diretores Municipais e Planos de Manejo, a expansão urbana, a degradação dos recursos naturais e a contaminação dos recursos hídricos (MARTINS, 2012; MARQUES E OLIVEIRA, 2012; GRANJA, 2009; MACEDO, 2008; CÔRTE, 1997).

No caso de APAs em contexto urbano, em que seu território abrange municípios que tem a obrigatoriedade de elaborar o Plano Diretor

---

<sup>10</sup> O SNUC determina que as unidades de conservação tenham um plano de manejo - documento técnico que deve conter o diagnóstico, os objetivos, as normas e programas de gestão e zoneamento das mesmas. A participação cidadã nos processos de gestão se dá pela formação do conselho gestor, que pode ser consultivo ou deliberativo, contando com representantes dos setores público, econômico e social (BRASIL, 2000).

(BRASIL, 2001), existe um conflito relacionado à sobreposição dos instrumentos de gestão (GRANJA, 2009).

O Plano Diretor é o principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana, deve englobar todo o território municipal e ser elaborado/gerido com a participação dos cidadãos. É obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes, as integrantes de regiões metropolitanas, as integrantes de áreas de especial interesse turístico, as inseridas em áreas de influência de empreendimentos de impacto ambiental regional e as suscetíveis à desastres naturais, como deslizamentos e inundações (BRASIL, 2001).

Já o Plano de Manejo constitui-se na principal ferramenta para a gestão de UCs, o qual contém os objetivos de criação da UC, seu zoneamento e as normas de uso da área e manejo dos recursos aí existentes (BRASIL, 2000). Por esta razão os governos locais são importantes aliados na implementação de estratégias para a promoção do ordenamento territorial e para a conservação da biodiversidade em áreas protegidas (PEIXOTO, 2014).

De acordo com Peixoto (2014) as áreas protegidas desempenham um importante papel junto às cidades, como a manutenção do estoque de água, a defesa e restauração do patrimônio natural e a “preservação das paisagens e sua biodiversidade”. De acordo com a autora:

[...] os governos locais são importantes na implantação das estratégias para a conservação da biodiversidade por inúmeras razões, entre elas [...] porque fomentam o **ordenamento territorial para deter a expansão urbana desordenada**; [...] e possibilitam o fortalecimento da participação das comunidades locais na gestão das áreas protegidas, mediante a disponibilização de informações sobre os serviços ambientais proporcionados por tais áreas para a **qualidade de vida das cidades**” (PEIXOTO, 2014, p. 544, grifo nosso).

Dessa forma, as APAs são consideradas, por diversos autores, uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável e territorial (LIMA, 2013; MARQUES e OLIVEIRA, 2012; MARTINS, 2012; GRANJA, 2009; MACEDO, 2008; RODRIGUES, 2008). São uma categoria de unidade de conservação que tem o potencial de estabelecer um novo modelo de gestão, focado nos atores e no território, onde os atores sejam capazes de definir coletivamente o destino do território (MACEDO, 2008).



Os estudos mapeados e os números levantados sobre APAs, demonstram a importância que estas unidades vem assumindo frente ao campo das unidades de conservação ambiental. E mostram que as APAs possuem certas peculiaridades que lhes confere o caráter de territórios ambientais, no sentido de território usado e vivido, concreto e simbólico.

O caráter jurídico que o SNUC lhes confere - e as pesquisas usadas como base para elaboração deste capítulo - mostram que no interior destes territórios existem atores que usam e disputam seus recursos. A instituição legal de uma APA é apenas uma das inúmeras formas de territorialidade manifestadas, que representa o controle por parte de um dos grupos de atores envolvidos na disputa pelos recursos, neste caso o Estado. Uma vez que territorialidade compreende “a tentativa, por parte de um indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” – o território. (SACK, 2013, p. 76).

O grau de complexidade na gestão de APAs se dará quanto maior for o território, maior o número de atores atingidos e de territorialidades propagadas. Um dos seus grandes desafios está em enfrentar os movimentos de resistência, que as consideram como uma barreira ao desenvolvimento. Já que olhando pela ótica da territorialidade, segundo SACK (2013) esta implica em classificar uma área, estipular um limite e impor o controle ao acesso. O que foi feito por muito tempo na criação de UCs no Brasil de forma impositiva pelo Estado (*Top-down*), gerando resistência dos outros grupos de atores envolvidos neste processo.

Irving (2014, p. 171) destaca que esse tipo de visão se multiplica pelo Brasil, em função do processo de criação de UCs que por muitas décadas ocorreu de forma centralizada, burocrática, embasada em argumentos ecológicos, dissociado da dinâmica sociocultural e política local.

[...] E, por esse equívoco de interpretação, estas áreas, impostas por um ator social exógeno à realidade local, não costumam ser internalizadas pelas populações que ali habitam como patrimônio coletivo, de valor para a sua própria sobrevivência. Ao contrário, são interpretadas como obstáculos ao seu direito de existir e sobreviver.

No entanto, quando os atores locais são envolvidos no processo de criação e/ou de gestão, a mobilização destes atores pode gerar “o fortalecimento da organização comunitária e o empoderamento local,

com a consequente internalização da noção de **valor desse patrimônio coletivo**” (*op. cit.*, grifo nosso). Em que a unidade deixa ser vista como uma área do Estado, do ICMBio<sup>11</sup> ou do IBAMA<sup>12</sup> e passa a ser vista, como bem e valor territorial local. Ainda, como uma área com potencial de contribuir para a geração de emprego e renda, para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento local, sem necessariamente excluir as atividades impactantes (PRATES, 2014), mas planejando, orientado o uso e ocupação do solo e compatibilizando-os com a conservação da biodiversidade local.

Os territórios constituídos pelas APAS - no sentido material e concreto - são sobretudo, territórios jurídico-políticos, criados e controlados pelo poder público, como estratégia de controle ao acesso aos seus recursos, assim como nas demais categorias de UCs. No entanto, as APAS, em especial, possuem outras duas importantes dimensões da definição de território - a cultural e a econômica, abordadas por Haesbaert (2013), como pode ser visto nos capítulos que se seguem.

Portanto, o processo de instituição e gestão de áreas de proteção, implica reconhecer os diferentes atores envolvidos, sua relação com o território, os recursos que utilizam e como utilizam, bem como, os conflitos desencadeados pela disputa dos recursos e as territorialidades desenvolvidas.

A partir do momento em que se reconhece uma APA como um território, é possível avançar no processo de gestão da unidade, para o processo de gestão territorial, para além dos seus limites político-jurídicos. De acordo com Mendonça *et. al.* (2014, p. 283) “direcionar a gestão de uma unidade para a sociedade e a região em que está inserida, [...] articulando com as diversas políticas públicas do território, é um desafio que a gestão democrática desses espaços públicos deve buscar enfrentar”.

Geralmente, as APAS estão compostas por grandes áreas, que implicam mais de um—município e às vezes mais de uma região geográfica, mais de uma bacia hidrográfica ou mais de uma unidade da federação. O que pressupõe a integração de diferentes escalas de gestão, instituições, políticas e atores na gestão da APA.

Há distintos interesses em jogo - políticos, econômicos, ambientais e culturais. Assim, questiona-se: como tornar efetiva e potencializar a

---

<sup>11</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão gestor federal, ligado ao Ministério do Meio ambiente (MMA) , responsável pela criação, implementação e gestão das UCs, criado em 2007.

<sup>12</sup> Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, autarquia ligada ao MMA, antes da criação do ICMBio era responsável pelas UCs.

gestão territorial em APAS, considerando os diferentes atores e interesses?

Deste modo, surge neste contexto a APA da Baleia Franca, eleita estudo de caso desta pesquisa.

### 1.3 A APA DA BALEIA FRANCA, PENSANDO UM NOVO MODELO DE GESTÃO

A APABF é uma unidade constituída por área marítima, terrestre e insular, conformada por paisagem montanhosa, baías e enseadas ao norte e por planícies e litoral mais retilíneo ao sul. Foi criada no ano de 2000 com o objetivo de proteger a espécie da *Eubalaena australis*, a Baleia Franca e “ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves” (BRASIL, 2000).

Está localizada ao sul da região metropolitana de Florianópolis e entre as cidades pólo regionais de Criciúma e Tubarão (Figura 3). Abrange nove municípios destas três regiões geográficas, os quais tem apresentando crescimento populacional e urbano significativo nas últimas décadas. Em conjunto, estes totalizam 848.494 habitantes (IBGE, 2010) e tem população predominantemente urbana - que representa a média de 90% da população total. Na década de 1970 a população total destes municípios era de 326.069 habitantes e a média total da população urbana no território era de 46% (IBGE, 1970).

Nos municípios situados mais ao norte, o limite da APABF envolve apenas área marítima e insular; de Garopaba para o sul, o limite da UC incorpora áreas terrestres, onde se encontram áreas estratégicas para a conservação ambiental. Nesta mesma zona, se encontram os principais destinos turísticos destes municípios, que recebem uma grande quantidade de turistas na temporada de verão. Em alguns casos, alcançando o dobro da população existente.

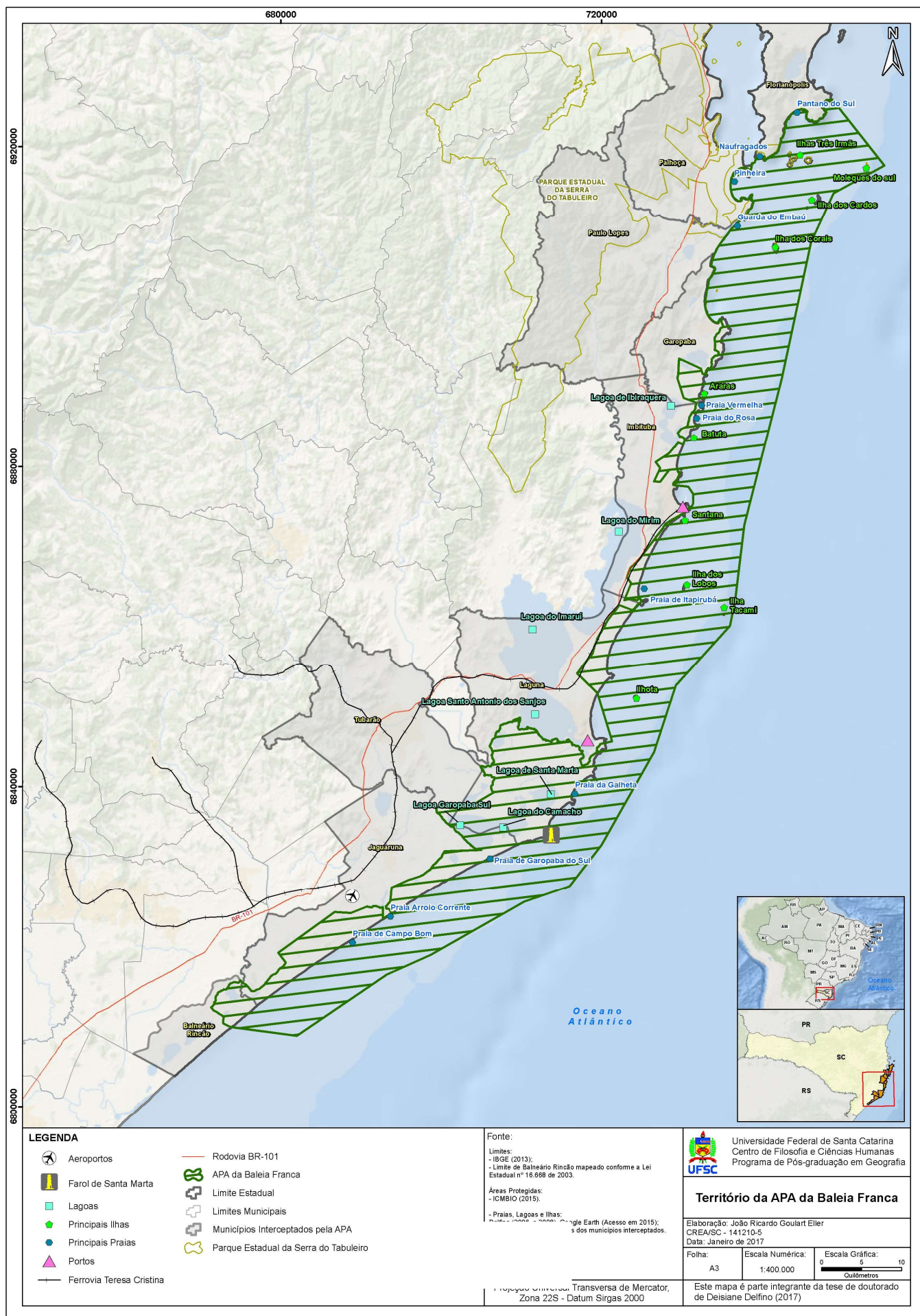
A paisagem da APABF é bastante diversificada e singular, resultado da combinação de agentes e processos naturais específicos da zona marinho-costeira sul catarinense e da ação humana em diferentes períodos históricos. Os principais pilares ecológicos de sua paisagem da APAB são a Baleia, o mar, as dunas e a vegetação de restinga. Enquanto, os pilares culturais são as comunidades tradicionais e toda a cultura ligada à pesca artesanal (DELFINO y PÈLACHS, 2015).

Dentre as principais ameaças para a APABF, está a degradação de áreas de dunas e vegetação de restinga<sup>13</sup>, o crescimento populacional, o turismo de massa sazonal e o crescimento do mercado imobiliário nas praias – o que vem comprometendo a conservação da biodiversidade e dos valores locais ligado direta e indiretamente a seus objetivos de criação. Dentre as principais problemáticas verificadas, estão a falta do Plano de Manejo e a sobreposição e falta de integração dos diferentes instrumentos de gestão nas escalas federal, estadual e municipal (ICMBIO, 2016; ROCHA, 2015; MARTINS, 2012; ICMBIO MACEDO, 2008; CONAPABF, 2015).

---

<sup>13</sup> Áreas protegidas pela política ambiental brasileira.

Figura 3 - Mapa de localização da APABF





As áreas de dunas e vegetação de restinga estão presentes em todo o território da APABF. As dunas exercem importante função de formação e recarga de aquíferos, no controle dos processos erosivos na zona costeira, além de possuir grande beleza cênica e paisagística (MMA, 2003). No território da APABF, estas áreas estão no alvo do mercado imobiliário, que as vem ocupando de forma irregular e desordenada.

Sua localização gera conflito com as prefeituras municipais pela regulação do uso e ocupação do solo. Assim como, com os agentes imobiliários e com os empresários que estão à frente da instalação de grandes obras no território: empreendimentos imobiliários, condomínios residenciais, duplicação do trecho sul da rodovia BR-101, ampliação do porto de Imbituba, ampliação do aeroporto de Florianópolis, construção do aeroporto de Jaguaruna. Além, da área de expansão urbana da Grande Florianópolis (ICMBIO, 2016; ROCHA, 2015; MARTINS, 2012; ICMBIO, 2008; MACEDO, 2008).

O principal desafio de gestão da APABF está em equiparar o desenvolvimento econômico do território com a conservação ambiental. Em 2013, a equipe gestora iniciou a elaboração do Plano de Manejo da UC, o que segundo a própria equipe, exigirá participação e engajamento dos diferentes grupos de atores envolvidos. Bem como, maior envolvimento dos municípios na regulação do uso e ocupação do solo urbano, principalmente ao longo do litoral. Uma vez que este Plano de Manejo pretende ser “transgressor”, promovendo diálogos e acordos com os atores para resolver os conflitos entorno das diferentes territorialidades estabelecidas (MARRUL FILHO, 2016; ROCHA, 2014; CONAPABF, 2015; 2013; 2008).

Como estratégia de gestão, a APABF antes de elaborar seu Plano de Manejo, resolveu criar o CONAPABF em 2006, a fim de dar início a gestão participativa. Os gestores da APABF têm promovido a participação do CONAPABF nas decisões pertinentes ao território - pela promoção e mediação de diálogo com atores estratégicos, como os empresários e prefeituras, no intuito de influenciar as políticas urbanísticas, regionais e setoriais e pelo envolvimento na elaboração do Plano de Manejo da UC, dentre outras ações (DELFINO Y BELTRAME, 2014).

Segundo Macedo (2008), o CONAPABF foi concebido como um espaço efetivamente legítimo, representativo e democrático, sob o enfoque da cogestão. Através deste, a APABF estabelece relações interinstitucionais, que lhe proporcionam credibilidade e legitimidade no contexto nacional, onde ocupa o *status* de referência nacional.

Em trabalho anterior (DELFINO Y BELTRAME, 2013; 2014) se verificou que, entre os grupos de atores, os principais conflitos giram em torno dos recursos e dos valores da paisagem litoral. Entre eles, se destacou o importante papel dos municípios, os agentes imobiliários, os residentes nativos<sup>14</sup> e seus descendentes, e os imigrantes<sup>15</sup> provenientes de outras regiões.

Estes grupos de atores de alguma maneira competem pelo mesmo objeto - a paisagem litoral - ainda que o façam de diferentes modos, atribuindo-lhes diferentes valores e gerando diferentes conflitos. De maneira que, se supõe que a paisagem é o elemento de conexão entre os municípios e a APABF, já que ultrapassa a fronteira delimitada pela dimensão jurídico-política de proteção dos recursos naturais do território e compreende também, as dimensões cultural e econômica, conser visto nos capítulos seguintes.

---

<sup>14</sup> Por residentes nativos, refere-se aqui àquelas pessoas que nasceram e vivem no território.

<sup>15</sup> Por imigrantes, refere-se aqui àquelas pessoas que não nasceram no território, porém aí vivem há mais de 20 anos.



## **CAPÍTULO 2**



## **2 A RELAÇÃO MULTIDIMENSIONAL TERRITÓRIO-PAISAGEM: DO MATERIAL AO SIMBÓLICO**

Para compreender o universo das APAs se propõe neste estudo analisar a APABF à luz do território e da paisagem, pois parte-se do pressuposto que as APAs constituem um território – nos termos do território usado e vivido, apropriado material e imaterial - e que a paisagem é um importante elemento de ligação entre os atores e esse território. Para tanto, esta seção apresenta uma discussão teórica-conceitual acerca de território e paisagem para que se possa compreender melhor essa relação dualista.

Os estudos sobre áreas de proteção ambiental pouco enfatizam a abordagem territorial e quando o fazem, é na perspectiva do desenvolvimento territorial, sem considerar de que tipo de território está se falando e, geralmente tratam de realidades ligadas a territórios rurais.

No entanto, na zona marinho-costeira brasileira estão situadas áreas de proteção que possuem realidades ligadas a outros contextos: urbano, de expansão urbana e turística, por exemplo. Assim, questiona-se aqui como promover a gestão territorial ou até mesmo, o desenvolvimento territorial em áreas protegidas que compreendem estes contextos? Para tanto, inicialmente se quer destacar o que se compreende por território, os conceitos secundários ligados a ele, por paisagem e por fim, gestão territorial e da paisagem.

### **2.1 DO SIMBÓLICO AO CONCRETO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO**

A definição de território está associada a um campo de forças, onde se desenvolve uma teia de relações sociais. Tem relação com espaços de poder e é constituído em diferentes escalas físicas e temporais. O território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Sempre que houver interação homem-natureza num dado espaço, transformando-o e criando valor ao transformar este espaço, se estará diante de um território (SOUZA, 2003, p. 96),.

Santos (2001, p.19) evidencia que o território só existe quando considera-se o seu uso e os atores que o utilizam - tem relação com o sentimento de pertencimento. A “territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro [...]”. Para o autor é preciso analisar sistematicamente a constituição de um território, numa concepção de território utilizado, podendo ser definido pelo

dinamismo econômico e social; levando em conta a interdependência entre a materialidade – que inclui a natureza – e o seu uso, que inclui a ação do homem sobre o espaço geográfico, sobre o território. O território é o conjunto de sistemas naturais e dos sistemas de engenharia e envolve relações de poder intra e inter-territórios. O conceito de território está ligado diretamente às relações sociais e as relações de poder que se estabelecem sobre ele.

Segundo Haesbaert (2013) o termo território tem uma dupla conotação – material e simbólica. De um lado, o termo pode estar relacionado a dominação da terra, considera relações de poder, é mais concreto (material), ligado ao valor de troca. Por outro lado, pode estar ligado à identificação, apropriação, num sentido mais simbólico, ligado ao valor de uso, do “vivido”.

Assim, o território deve ser abordado dentro de um amplo *continuum*, desde os territórios de caráter mais material-funcional até aqueles com maior carga simbólica [...]. No primeiro caso, eles estariam vinculados tanto aos efeitos concretos das relações de poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de limites (ou “fronteira”), quanto a determinados circuitos de produção, circulação e consumo, que têm enorme relevância, hoje, em termos de controle territorial. Já no segundo caso o “controle” (e o próprio poder) se exerceria no campo do vivido e do simbolismo – indissociáveis na visão de Lefebvre” (HAESBAERT, 2013, p.24).

No que concerne ao debate sobre território, o autor aponta alguns aspectos importantes a serem considerados: a) As relações de poder ocorrem com múltiplos atores, não somente a partir da figura do Estado; b) O território está intrinsecamente ligado a questões econômicas, políticas e as simbólicas, culturais; c) Há que se considerar a concepção de limites dos territórios, mas também “admitir a existência de territórios descontínuos, construídos no e pelo movimento, cujo componente fundamental é a rede” (HAESBAERT, 2013, p. 25). Podem existir territórios em diferentes escalas, eles podem ter um caráter permanente, periódico ou cíclico (SOUZA, 2003).

O estudo do território é multi-transdisciplinar e à geografia cabe pesquisar a dimensão espacial do território enquanto realização material das relações sociais, sobretudo, a partir das relações de poder; é um campo de multiplicidades, pois deve-se considerar suas transformações ao longo

do tempo. Sendo assim, território e espaço não são equivalentes, porém são inseparáveis, pois sem espaço não existiria território. Espaço corresponde a uma dimensão mais ampla e abstrata e território a uma dimensão mais concreta (HAESBAERT, 2013).

Os processos de territorialização não são necessariamente uma exclusividade do Estado (HAESBAERT, 2013; SOUZA, 2013).

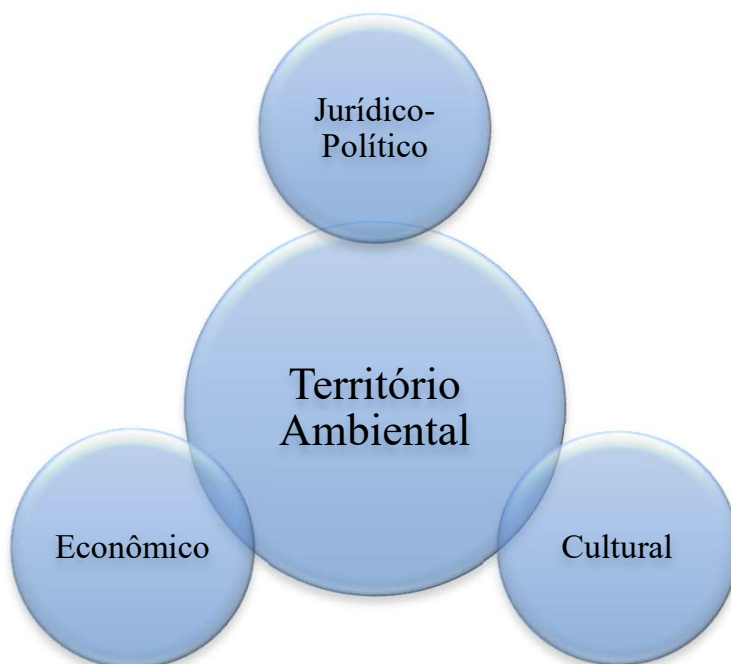
Pelo contrário, Haesbaert (2013, p.27) afirma que o Estado “é o grande agente desterritorializador, viabilizador de uma nova ordem social”. No entanto, não pode-se esquecer “dos poderes heterônomos que nascem a partir de movimentos sociais, de resistência articuladores de territórios/territorialidades mais alternativos ou mais autônomos” (*op. cit.*, p. 33). Na sua visão é essencial reconhecer e priorizar a existência e a multiplicidade de sujeitos envolvidos nesse processo e seus resultados.

Uma nova forma de territorialização considerada por Haesbaert (2013, p. 34) advém justamente da constituição de territórios alternativos, que levam em conta atividades e movimentos mais tradicionais, como as reservas indígenas e seringalistas. Estas “[...] conformam novas modalidades de territorialização que, em geral, aliam um tipo específico de domínio jurídico coletivo à forma tradicional de apropriação econômica e simbólica desses espaços por cada grupo sociocultural”. Estes territórios conformam diferentes territorialidades e, de acordo com o autor, compreendem o território nas suas três dimensões: jurídico-político, econômico e simbólico-cultural (Figura 4).

Territorialidade está ligada a uma estratégia de controle, onde o território representa o espaço de acesso controlado (SACK, 2013; SOUZA, 2003). Essa área geográfica corresponde ao território. Território e territorialidade estão intimamente ligados à relações de poder (SACK, 2013; HAESBAERT, 2013).

A definição de territorialidade ajuda a compreender que ela envolve uma forma de classificação por área; envolve uma forma de comunicação sobre os limites desse território; impõe o controle sobre o acesso a essa área. Essas três relações associadas a noção de territorialidade e suas interconexões são o significado da mesma e contribuem na definição de limites entre as relações e usos em um território num dado contexto histórico. “As funções de mudança da territorialidade nos ajudam a entender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo” (SACK, 2013, p. 63).

Figura 4 - As dimensões conceituais de Território



Fonte: Haesbaert (2013) adaptado pela autora.

Nessa perspectiva, a APABF representa no universo das unidades de conservação um território ambiental, constituído juridicamente pelo Estado a partir da iniciativa de diferentes grupos de atores – universidade, movimento ambientalista e o próprio Estado. Sua criação representa a tentativa de estabelecer o controle sobre o uso dos recursos ambientais desse território, visto os impactos causados nas últimas décadas, principalmente, derivados do crescimento populacional e pela urbanização.

Ao mesmo tempo em que representa a estratégia de um grupo de atores, com uma visão mais conservacionista, desperta em outros grupos de atores, novas territorialidades em contraposição e/ou resistência aos primeiros. Essa dinâmica verificada no território da APABF – e no âmbito do conselho gestor – tem acentuado as relações de poder pré-existentes e criado novas relações de poder.

Olhar para a APABF na perspectiva do território e da territorialidade nos permite compreender que existe uma teia de relações e de atores entorno do uso e da limitação de uso de seus recursos ambientais.

Segundo Sack (2013), a territorialidade, está embutida de relações sociais, é construída socialmente e assume um ato de vontades, de razões e significados – tal como afirma Haesbaert (2013).

Territorialidade pode ter implicações normativas para restringir ou estabelecer diferentes níveis de acesso ou uso num dado território, o que demonstra que territorialização também produz exclusão – ela pode produzir controle, contenção, restrição e até mesmo, exclusão. “Territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes níveis de acesso a coisas e relações” (SACK, 2013, p.78).

As APAs brasileiras foram criadas pelo poder público, com o objetivo de proteger áreas de relevante interesse ecológico e os recursos naturais explorados por populações tradicionais. Esses territórios – no sentido material, concreto - foram instituídos na forma jurídica-política (*top-down*) e são geridos pelo Estado. No entanto, constituem-se uma forma de territorialização alternativa, no intuito de conciliar os interesses econômicos de exploração dos recursos naturais, com a proteção e garantia de continuidade desses recursos, através de uso mais racional e controlado.

Ao mesmo tempo, as APAs representam o território na sua dimensão cultural (Figura 4) - no sentido imaterial, simbólico, de apropriação - a partir do momento que existem grupos de atores que pertencem a esse território, desenvolvem suas atividades, fazem diferentes usos dele. Há que se considerar que antes mesmo da instituição jurídico-política dos territórios de APAs no Brasil, elas já eram constituídas por outros tipos de territórios no sentido imaterial, com diferentes formas de apropriação por seus atores. A partir da instituição legal, as APAs reconfiguram esses territórios como territórios ambientais, dando início a um processo de reterritorialização, buscando construir uma ressignificação a partir de seus objetivos e recursos a serem protegidos. Haesbaert (2013) atribui esse tipo de reconfiguração ao poder des-territorializador (DRT) do Estado.

Por fim, as APAs também constituem territórios econômicos, uma vez que seus recursos são alvo não só das comunidades tradicionais<sup>16</sup>, mas em alguns casos, de empresas e corporações industriais, como no caso da pesca industrial, da mineração, da agricultura, do mercado imobiliário. Dessa forma, a criação desses territórios ambientais visa proteger as populações tradicionais que dependem da extração dos

---

<sup>16</sup> O termo Comunidades Tradicionais aqui é adotado no sentido determinado pelo Decreto Federal 6040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que os define como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, art. 2).

recursos naturais em detrimento das corporações industriais que exploram em maior escala. E ao mesmo tempo, garantir o uso racional dos recursos naturais em detrimento desses dois grupos de atores – as populações tradicionais e as corporações industriais.

Nesse aspecto, a APABF compreende as três dimensões apontadas por Haesbaert (2013) (Figura 4). Em relação a questão cultural e econômica, a população tradicional em evidência é a pesqueira - a qual convive com conflito com outros grupos de atores.

Os pescadores artesanais são um dos grupos de atores que historicamente mais se destacam no território. Primeiro, ligados à caça da Baleia e conseqüentemente, a sua proibição. Segundo, à chegada dos turistas, ao crescimento populacional, à urbanização das praias e reconfiguração de sua atividade. Terceiro, à concorrência com a pesca industrial. Os pescadores artesanais e a Baleia Franca (como ator não-humano<sup>17</sup>) são os principais atores abordados nos estudos realizados sobre o território da APABF (DELFINO y PÈLACHS, 2015; DELFINO y BELTRAME, 2014; GERHARDINGER, 2014; BRAGA, 2014; BUELONI, 2012; MARTINS, 2012; CAPELESSO, 2010; SEVERO, 2008; GROCH, 2005; FREITAS, 2005).

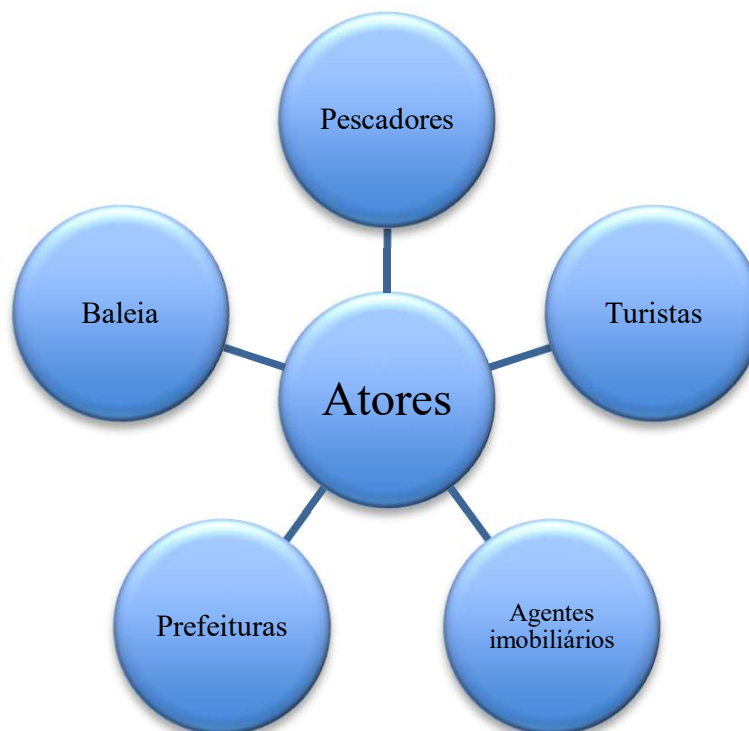
Por outro lado, estão outros grupos de agentes que disputam recursos ambientais com os pescadores artesanais: como por exemplo, os turistas, os agentes imobiliários e as prefeituras como estimuladores da ocupação dos balneários, etc. (Figura 5).

---

<sup>17</sup> Latour (2000) classifica os atores em humanos e não-humanos, conforme pode ser observado no capítulo 4.



Figura 5 - Principais grupos de atores implicados no território da APABF abordados nas pesquisas



Fonte: elaborado pela autora.

Portanto, o processo de instituição e gestão de áreas de proteção ambiental implica em reconhecer a existência dos diferentes grupos de atores envolvidos, sua relação com o território e as territorialidades, os conflitos desencadeados. A territorialidade em APAs corresponde às estratégias dos diferentes grupos de atores na tentativa de assegurar seu acesso, uso ou controle dos recursos ambientais desse território.

Saquet (2013), numa reflexão sobre as abordagens e concepções acerca de território, apresenta a evolução do conceito e as quatro tendências e/ou perspectivas de abordagem do território identificadas em seus estudos: a) Econômica, “na qual se entende o território a partir das relações de produção e das forças produtivas”; b) Geopolítica, em que os territórios são relacionados ao Estado Nação; c) Fenomenológica, “dando ênfase às dinâmicas política, cultural e simbólico-identitária”; d) Sobre desenvolvimento, “voltada às discussões sobre a sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local”.

De acordo com Souza (2003) a noção de território e desenvolvimento vem sendo associada uma à outra, no entanto, esta associação deve ocorrer na direção da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial. Um desenvolvimento que vai além do pensamento econômico capitalista, mas que englobe estratégias que

busque uma maior justiça social, que inclua além das necessidade básicas, temas socmo liberdade, cultura e participação social.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; descontinuidade; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. Isso significa a existência de interações no e do processo de territorialização, que envolvem e são envolvidas por processos sociais semelhantes e diferentes nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centradas na conjugação, paradoxal, de des-continuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns. Cada combinação específica de cada relação espaço-tempo é produto, acompanha e condiciona fenômenos e processos territoriais (SAQUET, 2013, p. 24).

Em suas abordagens os autores destacam a importância da dimensão cultural do território (HAESBAERT, 2013; SAQUET, 2013; SOUZA, 2003; SANTOS, 2001). Em que destaca-se o importante papel do território como um catalisador de identidade, não somente de identidade individual, mas de uma identidade coletiva - para além do espaço físico e concreto (SOUZA, 2003).

A identidade com o território é um dos fatores responsáveis pela mobilização para a ação coletiva. “Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá a esse espaço o caráter de território” (SOUZA e PENDON, 2007, p. 136).

A identidade é a dimensão imaterial, simbólica do território. “O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas como ideologia-cultural [...]”. Essa ideologia cultural se manifesta através das relações políticas, sociais, econômicas e culturais (SOUZA E PENDON, 2007, p. 133).

A identidade vai determinar a apropriação das pessoas sobre o território, manifestada nas territorialidades. No caso de territórios de gestão ambiental pública, as pessoas estão ligadas pelo objetivo principal

de proteção dos recursos naturais e da biodiversidade aí existentes – pelo uso direto e indireto - e este será alcançado quanto maior for a identidade destas pessoas para com o território.

A identidade está ligada a vida em sociedade, é uma construção coletiva, um campo simbólico, que envolve reciprocidade; é sinônimo de espacialidade, territorialidade. A identidade se constitui em um importante componente para a constituição territorial; como produto social, ela sofre transformações ao longo do tempo, sendo construída, desconstruída e reconstruída; antecede os processos de territorialização ou mesmo de des-re-territorialização (MAGNAGHI, 2000; GOVERNA e VINCI, 2003; RAFFESTIN, 2003 *apud* SAQUET, 2013).

Nas últimas décadas a identidade tem se destacado como uma dimensão importante na compreensão dos processos de territorialização e mais como um componente fundamental na construção de projetos de desenvolvimento local, na concepção da identidade territorial ou identidade coletiva. “A identidade é construída *coletivamente* pelos sujeitos locais, interagindo entre si e com o *milieu* e significa uma forma para, politicamente, potencializar as ações e os recursos para o desenvolvimento local” (SAQUET, 2013, p. 152).

Num mesmo território podem haver múltiplas identidades e territorialidades sobrepostas entre si, ligadas a diferentes elementos – econômico, político, cultural, histórico e natural (SAQUET, 2013).

Para o autor a identidade “significa unidade na diversidade e organização política, na tentativa de transformação do lugar e de conquista de melhores condição de vida” (*op. cit.*, p. 154). Num processo que reconheça a dimensão (i)material do território e das territorialidades historicamente construídas e que envolva os diversos grupos de atores na elaboração de um projeto coletivo de construção de identidades territoriais. “[...] que possam significar tentativas de produção e gestão da unidade na diversidade e da diversidade na unidade” (*op. cit.*, p. 155).

De acordo com Castells (2002 *apud* CAMARGO, 2009, p. 43) “na gênese da construção da identidade de um povo está sua base cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado”. Castells aponta que a identidade coletiva pode ser formada a partir de três concepções diferentes: i) Legitimadora, construída a partir de uma lógica de dominação; ii) De resistência, construída a partir da resistência de determinados grupos contra a lógica da dominação; e iii) Identidade de projeto, construída a partir de um projeto com base no material cultural, que não está nem a favor, nem contra a lógica dominante, mas na lógica

cultural ali existente. Um projeto de identidade que parta da valorização do local, que leve a pensar uma nova ética, uma dinâmica sintrópica.

Segundo Souza (2003, p. 108 e 109) “o espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural simbólico”. Assim, as lutas que se estabelecem sobre este território podem gerar uma “sinergia transformadora”, bem como, uma estratégia contra os efeitos alienantes da globalização. Dessa forma, “[...] os atores se verão confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida”.

No território da APABF por exemplo, os estudos realizados até o momento destacam a identidade existente em torno da pesca artesanal e da cultura açoriana – como uma identidade bastante singular e característica local, bem como, as dificuldades que este grupo enfrenta para manter a atividade e o modo de vida entorno desta frente aos processos de modernização e globalização (BUELONI, 2012; JERÔNIMO, 2012; CAPELESSO, 2010).

Dessa forma, os projetos de desenvolvimento e ordenamento territorial partiriam da ideia concebida pelo projeto de identidade, em que o conhecimento e a valorização das potencialidades locais implicam na valorização do espaço geográfico não geométrico e interno (CAMARGO, 2009).

Neste sentido, NELLO (2012, p. 165) aponta que a principal missão do ordenamento territorial deve ser buscar regular os usos do espaço, de forma a gerir suas potencialidades e conflitos em benefício da maioria, através de processos políticos democráticos e projetos coletivos. Assim, segundo o autor a paisagem configura-se como “um pilar na construção do sentido coletivo, na configuração da identidade de cada sociedade”.

Nessa perspectiva de território, territorialidade e identidade territorial, a paisagem se constitui como uma dimensão importante do processo de construção coletiva para um projeto territorial. Produto e condicionante social – a paisagem também possui a dimensão concreta, material e a simbólica, imaterial e constitui-se em um elemento importante na criação e fortalecimento das identidades territoriais. Sobretudo, em APAs, que conservam e/ou englobam diferentes tipos de paisagens.

A paisagem é resultado da transformação coletiva da natureza, da projeção cultural de uma sociedade em um determinado espaço, está repleta de significados e símbolos, representa a forma de apropriação do espaço por um determinado coletivo. “*Las miradas sobre el paisaje – y*

*el mismo paisaje – reflejan una determinada forma de organizar y experimentar el orden visual de los objetos geográficos en el territorio”* (NOGUÉ, 2009, p. 12). A construção e reconstrução da paisagem também é reflexo das relações de poder, onde interatuam múltiplas identidades e ideologias. *“A paisaje no solo refleja la cultura, sino que es parte de su constitución”* (*op. cit.*, p. 21) – por tanto, constitui-se uma importante ferramenta para a construção de um projeto coletivo para os territórios.

## 2.2 DO TERRITÓRIO À PAISAGEM

A paisagem tem se revelado um importante elemento na constituição de unidades de conservação ambiental. No entanto, são nas unidades de conservação ambiental de uso sustentável<sup>18</sup> em que elas revelam-se no seu sentido mais amplo – a paisagem como resultado da interface sociedade e natureza ao longo dos tempos.

A paisagem não é fixa, nem imóvel; ela se transforma assim como a dinâmica da sociedade acompanhando as transformações sociais, econômicas, políticas que ocorrem em ritmo e intensidade variados. “A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social” (SANTOS, 2004, p. 54).

Assim, a paisagem é composta de elementos de atualidades do presente e do passado. Para compreendê-la e apreendê-la é necessário compreender a dinâmica de transformação da própria sociedade num determinado período de tempo e num dado espaço. “Em um determinado ponto do tempo uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade”. Para tanto, a paisagem é única, não se repete em nenhum outro lugar. “Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente” (SANTOS, 2004, p.60).

Pode-se tomar como exemplo a paisagem nos balneários da APABF. Resultado da combinação de diversos fatores naturais, culturais, políticos, econômicos e históricos – guarda impressões do período da ocupação sambaquiana e indígena (DE BLASIS *et al.*, 2007); foi transformada em função da cultura açoriana (BASTOS, 2011); sofreu interferências por conta da descoberta do carvão, do desenvolvimento agrícola, da mineração (BASTOS, 2011; MARTINS, 2012; SANTOS,

---

<sup>18</sup> Sobre os grupos e subgrupos de Unidades de conservação ambiental ver Lei 9985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

1997); no entanto, as transformações mais profundas foram impressas a partir da implantação da BR-101 (MARTINS, 2012; FREITAS, 2005).

Segundo Bertrand (2009, p. 196) a paisagem é ao mesmo tempo objeto material e sujeito de representação; produto de interconexão entre natureza e a sociedade. “Ela é a expressão do trabalho das sociedades humanas sobre a natureza, ao mesmo tempo com e contra esta última. A paisagem então não é apreendida fora de sua dimensão histórica e de seu valor patrimonial”.

Bertrand (1991, p.177) ao estudar os *terroirs* franceses afirma que “no coração do consciente e do inconsciente coletivo forja-se a identidade na profundidade de uma história que dá sentido às formas da paisagem”.

A paisagem tem grande responsabilidade na criação e fortalecimento de identidades, participa do patrimônio individual e coletivo.

A paisagem deve ser colocada no coração da sociedade, lá onde a cultura e a sensibilidade vêm interferir com as questões socioeconômicas e ecológicas, muito especialmente aquelas que relevam da gestão do meio ambiente e da transformação dos territórios (BERTRAND, 2009, p. 301).

Bertrand (2009, p. 332) relaciona paisagem e território. A paisagem é a parte de um todo, reflexo da sociedade e para a sociedade; construção cultural e econômica misturadas. Sob ela está o território, sua organização espacial e seu funcionamento. “O complexo território-paisagem é de alguma forma o meio ambiente no olhar dos homens, um meio ambiente com aparência humana”.

Saquet (2013) apresenta a evolução do conceito de paisagem a partir da década de 1960-70, buscando em Gambi (1961), Quaini (2006), Turri (2002), Raffestin (2005) e outros autores, elementos importantes para esse debate. Para estes autores a paisagem possui forte relação com o território, é construída histórica e socialmente e se manifesta através de sua materialidade e imaterialidade.

Para Gambi (1961), a paisagem é resultado de processos de diferenciação que se materializam no território (SAQUET, 2013, p. 139). Turri (2002) adiciona a esta análise a importância da dimensão simbólica - os valores culturais em sua relação com a paisagem; a paisagem modifica-se de acordo com os movimentos da sociedade. Raffestin (2005) e Quaini (2006) ponderam a paisagem como um elemento importante no

processo de criação de um plano territorial, uma vez que ela representa as vontades, os desejos, as territorialidades.

Beltrame (2012, p. 3) ao pesquisar as estratégias de gestão da paisagem na *Catalunya* destaca o importante papel que a paisagem assume em processos de gestão territorial, pelo reconhecimento da existência da identidade da paisagem:

Muitas atividades produtivas baseadas na cultura tradicional imprimem na paisagem características próprias, exclusivas da forma de interação entre a população e o ambiente onde vive e trabalha. As múltiplas culturas surgem a partir das diferenças socioambientais e da criatividade dos povos, desenvolvidas no decorrer do tempo. Essas características quando expressas no espaço, constituem-se em um tipo de **identidade da paisagem**, que se mantém enquanto esta interação ocorrer. Esta paisagem passa a constituir um **patrimônio natural-cultural** cada dia mais raro em tempos de cultura globalizada.

No entanto, as dinâmicas de transformação da paisagem e a celeridade com que ocorrem, comprometem seus valores e o próprio potencial de constituir-se ou manter-se como um elemento de identidade individual ou coletiva. Vem despertando um sentimento de perda, perda de valores de grande importância social, da paisagem como patrimônio cultural e histórico, como indicador de qualidade ambiental, como recurso econômico (NEL·LO, 2012).

A preservação destes valores é essencial para o bem-estar e para a coesão da sociedade. Assim, nasce a necessidade de incorporar valores nas políticas de gestão territorial e de impulsionar a gestão da paisagem como um instrumento de gestão territorial. A qual deve estar alinhada e integrada com as demais políticas territoriais e urbanísticas (NEL·LO, 2012).

*“[...] sin una política territorial destinada a garantizar su sostenibilidad, funcionalidad y equidad no es posible hoy la preservación y la exaltación de los valores del paisaje; y, vice versa, sin el reconocimiento de los valores del paisaje no es posible la gestión del territorio en beneficio de la colectividad”* (NEL·LO, 2012, p. 166).

Associar paisagem à território contribui no processo de fortalecimento dos territórios, utilizar os valores da paisagem como critério de ordenamento territorial é uma estratégia contra a degradação do próprio território (MADERUELO, 2008).

Esta pesquisa quer evidenciar a paisagem no seu sentido mais subjetivo, como afirma Nogué (1985, p. 49) a partir da ideia que o homem tem da paisagem, de suas percepções, as quais estão condicionadas pelos valores individuais e coletivos, bem como, por variáveis sócio-culturais. O que faz com “*cada individu i grup social té la seva propia percepció del paisatge*”, dentro de uma abordagem da geografia humanista fenomenológica.

### 2.3 A DIMENSÃO SISTÊMICA NA ANÁLISE DA PAISAGEM: O SISTEMA GTP (GEOSSISTEMA-TERRITÓRIO-PAISAGEM)

A paisagem como concepção científica foi incorporada à Geografia por Humboldt e seus sucessores Ritter, Ratzel, Troll, Schimithusen, dando origem à Ciência da Paisagem (SOUZA, 2013; MOURA e SIMÕES, 2010; MADERUELO, 2009; 2008). Tradicionalmente o conceito de paisagem está ligado ao espaço “abarcado pela visão de um observador”. De acordo com Souza (2013) a ciência da paisagem começou a evoluir com a contribuição do geógrafo alemão Troll, que introduziu o conceito de ecologia da paisagem ou geoecologia, buscando construir uma abordagem mais holística e integradora da natureza.

O conceito de ecossistema proposto por Tansley (1935), da Teoria Geral dos Sistemas elaborada por Bertalanffy (1968), de modelização sistêmica da natureza de Le Moigne (1977) e o de Modelagem de Sistemas Ambientais de Christofolletti (1999) são exemplos de alguns dos estudos que introduziram a tendência de compreender os fenômenos a partir da totalidade, das inter-relações, de processos e da complexidade dos sistemas, proporcionando avançar também no conceito e no estudo da paisagem (BERTRAND, 1968; MOURA e SIMÕES, 2010; SOUZA, 2013). Para estes autores a paisagem pode ser definida como totalidade, em que suas estruturas e relações são o resultado da inter-relação de longos processos naturais e antrópicos no tempo e no espaço.

Assim, inspirado nas concepções de Troll, o geógrafo Jean Tricart (1981) apresentou o conceito de unidades ecodinâmicas, defendendo a ideia de que o conceito de sistema seria um dos melhores instrumentos para compreender os problemas do meio ambiente.



Enquanto o geógrafo russo, Sochava (1977) introduziu o conceito de geossistema. Este seria o sistema próprio de estudo da paisagem, sendo o “sistema natural de nível local, regional ou global, no qual o substrato mineral, o solo, as comunidades dos seres vivos, a água e as massas de ar particulares às diversas subdivisões da superfície da terra, acham-se interconectadas por trocas de matérias e energia em um só conjunto”.

Bertrand (1968) em sua trajetória nos estudos sobre paisagem, criou um método, aperfeiçoando o conceito de geossistema, integrando a dimensão social à análise da paisagem. O geossistema é o resultado da inter-relação e da combinação dinâmica e instável de elementos bióticos, abióticos e antrópicos que compõem um determinado sistema, materializado no tempo e no espaço. Sua escala varia entre quilômetros quadrados a centenas de quilômetros quadrados (BERTRAND, 1968; 1978; 1992).

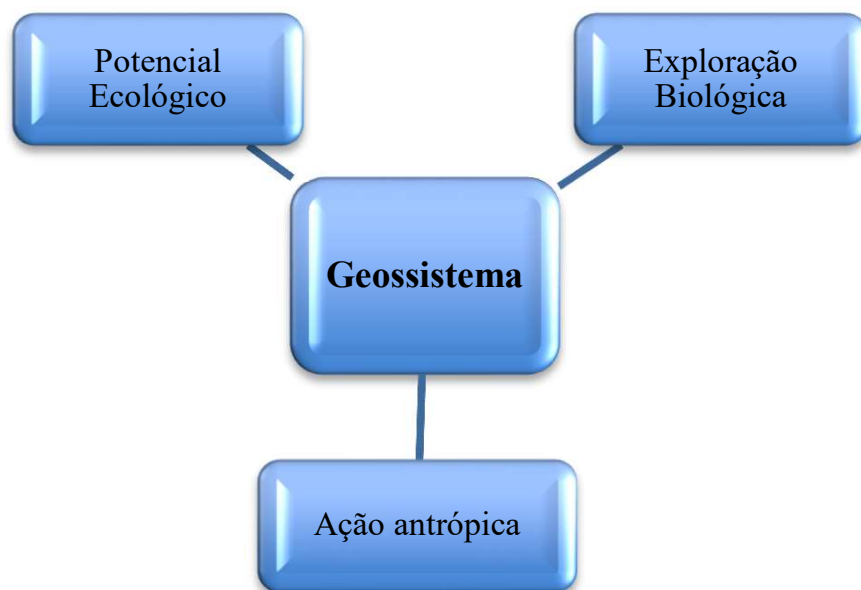
A abordagem geosistêmica foi introduzida no Brasil por Monteiro (2000), confrontando as escolas russa e francesa e propondo uma metodologia de trabalho que possibilita uma análise integrada no estudo da qualidade ambiental, baseado na sua experiência profissional e atuação em diversos projetos no Brasil.

O geossistema é um complexo dinâmico, em que o potencial ecológico e a ocupação biológica variam no tempo e no espaço, podendo ser formado por diferentes paisagens que representam a sua evolução. Cada geossistema apresenta um sistema de evolução diferente, definido por uma série de agentes e de processos (naturais e antrópicos) e é composto de três partes e a reação dialética entre elas (BERTRAND, 1968) (Figura 6):

- O sistema geomorfognético ou potencial ecológico (geomorfologia, clima, hidrologia);
- A dinâmica biológica ou exploração biológica (vegetação, solo, fauna);
- O sistema de exploração ou ação antrópica.

O elemento humano está presente tanto no sistema biótico, como no sistema antrópico; leva em consideração “o impacto econômico e social sobre o complexo territorial natural”, ou seja, a forma como impacta o geossistema e causa sua transformação. (BERTRAND, 1978).

Figura 6 - Componentes do Geossistema segundo Bertrand (1968)



Fonte: Bertrand (1968).

Segundo Bertrand (1968) nos estudos sobre paisagem é necessário considerar a reconstrução histórica da evolução do geossistema (tempo), como a justaposição e a distribuição espacial dos geossistemas (espaço).

Na década de 1990, Bertrand criou um sistema geográfico através de um “sistema multipolar de três entradas” que combina três categorias espaço-temporal diferentes, porém complementares: o Geossistema, Território e Paisagem, o sistema GTP, em três tempos diferentes.

O tempo do Geossistema-fonte (*Source*) corresponde ao tempo da natureza antropizada, como fonte; o tempo do Território-recurso (*Ressource*) corresponde ao tempo social e econômico, ligado ao desenvolvimento durável, à exploração econômica; e o tempo da Paisagem-ressurgimento (*Ressourcement*) corresponde ao tempo do cultural, da identidade, do patrimônio, das representações sociais, de retorno às fontes. (BERTRAND, 1996). “O paradigma GTP é uma constituição de tipo sistêmica destinada a demonstrar a complexidade do meio ambiente geográfico respeitando, tanto quanto possível, a sua diversidade e sua interatividade” (BERTRAND, 2001, p. 334).

O sistema GTP constitui-se em uma ferramenta de análise territorial e de transformação da paisagem, que considera a interface sociedade-natureza, baseada no conceito de antropização, do meio natural cada vez mais antropizado. Sua estruturação se dá a partir de três vias metodológicas i) O geossistema possibilita analisar a estrutura e o funcionamento de um determinado espaço geográfico; ii) O território permite analisar a organização e o funcionamento social e econômico

sobre este espaço; iii) A paisagem, permite analisar a dimensão sociocultural. (BERTRAND, 1992; 2001).

Assim o GTP constitui-se, neste estudo, como uma categoria de análise das transformações da paisagem com intuito de subsidiar o processo de construção de um plano de gestão da paisagem e ordenamento territorial.

## 2.4 A PAISAGEM COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS

De acordo com Bertrand (1992) por algum tempo o meio ambiente e a organização dos territórios foram tratados separadamente, como se não tivessem relação um com o outro e foram considerados como duas concepções diferentes de análise do espaço geográfico: uma ecológica, a outra econômica. Como se os desequilíbrios ecológicos e os desequilíbrios econômicos não estivessem relacionados e não fossem dependentes. No entanto, já na década de 1990, o autor refletia sobre a necessidade de se criar uma política de meio ambiente, baseada essencialmente na qualidade de vida, que deveria abordar as questões de organização do espaço. “A organização do território é então concebida como a ciência de gestão territorial do meio ambiente” (BERTRAND, 1992, p. 206).

Considerando aqui, que ao abordar áreas protegidas, se está falando de meio ambiente e sobretudo, no caso das APAs, que este meio ambiente está cada vez mais alterado, transformado e ameaçado. A literatura e a própria evolução do conceito de paisagem, apontam que a paisagem constitui-se como uma importante entrada na organização do território. Uma vez que ela, a paisagem, é produto da relação da sociedade com este meio ambiente. É a representação social materializada no tempo e no espaço, carregada de simbolismos, de identidade e de valores que lhes são atribuídos pela sociedade e vem sendo considerada como um elemento gerador de qualidade de vida, como se pode ver adiante.

A paisagem ganhou importância nos processos de gestão territorial na Europa nos anos 90, com a redação do primeiro projeto do Convênio Europeu de Paisagem (CEP), firmado em 2000.

O CEP é resultado da preocupação pela aceleração do processo de transformação da paisagem em função da economia mundial e da globalização. Reconhece que a paisagem é um importante elemento que contribui à formação das culturas locais, patrimônio natural e cultural, recurso econômico; e contribui, ademais, à consolidação das identidades (CONSEJO DE EUROPA, 2000; ZOIDO, 2009).

A paisagem é um elemento importante da qualidade de vida das populações em todas as partes e sua proteção, gestão e ordenação implica direitos e responsabilidades para cada pessoa (CONSEJO DE EUROPA, 2000). Constitui um pilar na construção do sentido coletivo, na configuração da identidade social, dotada de valores que possibilitam avaliar sua evolução e definir políticas para sua gestão (NELLO, 2012).

De acordo com esta visão sobre a paisagem, o CEP a define como *“cualquier parte del territorio, tal como es percibida por las poblaciones, cuyo carácter resulta de la acción de factores naturales y/o humanos y sus interrelaciones”*. E, deste modo, determinou medidas de gestão e ordenação da paisagem para todo o território (CONSEJO DE EUROPA, 2000).

Entre os pontos inovadores da política de gestão da paisagem europeia está a qualificação da paisagem considerando seus valores particulares, atribuídos pelos atores sociais. Bem como, a integração da paisagem às políticas de ordenamento territorial, urbanísticas, ambientais e outras políticas que possam ter efeitos diretos ou indiretos sobre a paisagem.

O convênio se refere a paisagem, não somente em sua dimensão natural ou às unidades geográficas tradicionais da paisagem, mas também à paisagem em sua totalidade, configurando uma visão sistêmica, multidimensional e integradora.

No âmbito da aplicação do CEP e da elaboração das políticas de gestão e ordenamento territorial, a Catalunya (Espanha), desenvolveu uma das políticas mais ambiciosas e pioneiras no contexto europeu (ZOIDO, 2009; NELLO, 2012). Em 2005, aprovou a lei 8/2005 da Paisagem da Catalunya, que tem por finalidade promover *“el reconocimiento, la protección, la gestión y la ordenación del paisaje, a fin de preservar sus valores naturales, patrimoniales, culturales, sociales y económicos en un marco de desarrollo sostenible”* (GENERALITAT DE CATALUNYA, 2005).

A implementação da política de gestão da paisagem na Catalunya foi possível com a criação do Observatório de Paisagem e da elaboração dos Catálogos de Paisagem para cada uma das comarcas catalãs, ambos previstos na lei de Paisagem.

Os catálogos de paisagem são um novo instrumento de gestão territorial para proteger, gerir e ordenar a paisagem. Tem como objetivo contribuir à incorporação da paisagem nos planos territoriais parciais, nos planos diretores territoriais e nos planos urbanísticos e setoriais na Catalunya. A paisagem constitui-se como o elemento integrador das diferentes políticas de gestão do território. Os catálogos foram concebidos

em função da necessidade de implantar uma nova cultura de ordenação territorial “*basada en la gestión prudente y sostenible de los recursos naturales, en el tratamiento nuevo e imaginativo del suelo no urbanizable y del paisaje en su conjunto [...]*”, fundamentada no diálogo e no acordo social (SALA, 2009, p. 36).

A incorporação da variável paisagística nos planos de ordenamento territorial, planejamento urbanístico municipal e setorial, contribui para o desenvolvimento de políticas de proteção de espaços naturais, para a valorização das atividades econômicas, para o melhor planejamento para a implantação de infraestrutura, assim como, para sensibilizar a sociedade sobre a paisagem e seus valores (SALA, 2009).

Os catálogos estão estruturados de maneira que vão além da descrição diagnóstica da paisagem ou de um inventário dos seus elementos, espaços e valores. Eles permitem conhecer como a paisagem foi transformada e evoluiu em função das dinâmicas econômicas, sociais e ambientais ao longo do tempo e sobretudo, as atuais. Para a partir daí, com a participação ativa dos agentes sociais do território definir que tipo de paisagem se quer e como alcançá-lo (SALA, 2009).

Os catálogos de paisagem constituem-se como um plano de ordenamento territorial, que tem por finalidade gerir e ordenar a paisagem desde uma perspectiva do planejamento territorial e urbanístico, que reúne o conhecimento do gestor público, o conhecimento científico, o técnico e o empírico dos cidadãos que vivem o dia-a-dia do território. (NOGUÉ y SALA, 2015) E vão ao encontro da busca pela qualidade como uma premissa, a qualidade de vida, a qualidade das paisagens, não só das paisagens cênicas e belas, mas das paisagens cotidianas também. Das paisagens que estão carregadas de símbolos, significados, aspirações, emoções e experiências passadas e presente, como afirma Nogué (1985), em sua pesquisa sobre a paisagem de La Garrotxa.

Na Catalunya, foram elaborados catálogos de paisagem para cada uma das sete das regiões em que se aplicam os planos territoriais parciais: Alt Pirineu i Aran, Comarques Centrals, Camp de Tarragona, Terres de Lleida, Regió Metropolitana de Barcelona, Comarques Gironines y Terres de l’Ebre (NOGUÉ y SALA, 2015).

De acordo com Sala (2009), os catálogos estão estruturados em quatro partes principais:

- a) **Identificação e caracterização da paisagem** – descreve a evolução e transformação da paisagem em função da sua dinâmica e dos fatores naturais e socioeconômicos. Faz um inventário dos seus valores, identifica as unidades de paisagem

e analisa as possibilidades de evolução futura e as tendências socioeconômicas. Avalia a legislação vigente e a implementação das políticas territoriais, urbanísticas e setoriais.

- b) **Avaliação da paisagem** – fase em que se avalia a paisagem a partir do estudo das Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades (DAFO) para proteger, gerir e ordenar a paisagem de forma sustentável.
- c) **Definição dos objetivos de qualidade paisagística** – construção de objetivos que contribuirão para a melhora e conservação da paisagem, com base nas informações obtidas nas duas primeiras fases.
- d) **Proposta de critérios e ações** – fase propositiva, que contém diretrizes de como gerir a paisagem e que envolverá todos os agentes implicados na transformação da paisagem.

Os catálogos classificam os valores da paisagem desde todos os pontos de vista, material e imaterial. De acordo com Nogué y Sala (2009), os catálogos são uma importante ferramenta de gestão da paisagem e são a base dos objetivos de qualidade paisagística que servem para marcar diretrizes à lei.

A identificação dos valores é tida como uma das etapas mais importantes de todo o processo, porque implica participação dos cidadãos. “[...] *no todos los paisajes tienen el mismo significado para la población y, por otro lado, a cada paisaje se le puede atribuir diferentes valores y en grados distintos, según el agente o individuo que lo percibe*” (NOGUÉ Y SALA, 2009, p. 422).

Os valores são a materialização dos significados que a sociedade atribuí à paisagem, que evocam o sentido de pertencimento, de identidade de um grupo com a paisagem. Se configuram como um instrumento de resistência à “estandarização” e “homogeneização” da paisagem, provocados pela sociedade industrial ocidental, como aponta Nogué (1985).

A atribuição de valores à paisagem é uma forma de analisá-la da maneira como é percebida pela sociedade, pelo homem, capaz de resgatar “*emocions, sensacions, pensaments propis de l'experiència quotidiana de l'espai*” (NOGUÉ, 1985, p. 56). Dessa maneira, os grupos de valores ultrapassam a linha de significados ligados somente aos aspectos naturais, ecológicos ou estéticos e compreendem outras dimensões, não menos importantes, porque cada grupo de ator lhe atribuí um significado diferente.

De acordo com Nogué y Sala (2009) os valores estão classificados em sete grupos e podem ser determinados de acordo com as seguintes características:

- a) **Valores estéticos:** elementos estéticos ligados ao sentimento de beleza que a paisagem pode transmitir, em função do significado cultural que adquiriu ao longo da história.
- b) **Valores naturais e ecológicos:** elementos que determinam a qualidade do meio ambiente natural, relacionados com as áreas de especial interesse natural.
- c) **Valores Produtivos:** elementos relacionados com à capacidade da paisagem de proporcionar benefícios econômicos nos diferentes setores, como o turístico, agrícola, industrial, mineral, etc.
- d) **Valores históricos:** elementos materiais concretos produzidos pelo homem na paisagem, as construções mais relevantes feitas ao longo da história.
- e) **Valores de uso social:** elementos relacionados com o ócio, prazer, prática de esportes, terapias, caminhadas, trilhas, etc.
- f) **Valores religiosos e espirituais:** relacionados com as práticas e crenças religiosas.
- g) **Valores simbólicos e identitários:** elementos que possuem forte carga simbólica ou de identidade para as populações locais, tendo em conta a relação de pertencimento.

De acordo com Nel-lo (2012) os valores da paisagem encontram-se em risco pelo impacto das dinâmicas territoriais. Por este motivo, a preservação dos valores é essencial para o bem-estar, a qualidade de vida e a coesão social. O que implica na elaboração de políticas específicas da paisagem, integradas com o planejamento territorial e urbanístico. E que neste sentido, assumem um importante papel nesta pesquisa, porque atendem às necessidades de gestão demandadas pelas APAs, em especial, pela APABF.

O modelo de gestão da paisagem proposto e celebrado pelo Convênio Europeu e catalã também serviu como uma das referências para a criação da Iniciativa Latino Americana de Paisagem (LALI). A LALI tem como principal objetivo promover o reconhecimento, valoração, proteção, gestão e planejamento sustentável da paisagem latino-americana, mediante a adoção de convenções que reconheçam a diversidade e os valores locais, nacionais e regionais, tanto tangíveis quanto intangíveis (LALI, 2016).

A LALI (2006, p. 9) define a paisagem como “um espaço-tempo resultado de fatores naturais e humanos, tanto tangíveis como intangíveis, que ao ser percebido e moldado pelas pessoas, reflita a diversidade das culturas”.

Para tanto, dentro as ações que desenvolve junto aos países latino-americanos está o estabelecimento de ferramentas voltadas à gestão da paisagem em diferentes escalas, como os planos de paisagem, planos de ordenamento territorial, estudos de paisagem, elaboração de inventários ou catálogos de paisagem e redação de cartas da paisagem locais, nacionais ou regionais. Destas ferramentas, a mais utilizada tem sido as cartas de paisagem, a qual foi firmada por 12 países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

As cartas de paisagem são um instrumento que visam estabelecer acordo entre os atores públicos e privados, envolvidos na transformação e na gestão da paisagem de um determinado território. Buscam promover a melhora da paisagem e a qualidade de vida das pessoas, através do estabelecimento de objetivos de qualidade paisagística, estratégias, medidas e ações. Os objetivos da carta de paisagem devem contribuir à consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável do território baseado nos seus valores, nos valores locais (BUSQUETS y CORTINA, 2009; NOGUÉ *et al.*, 2009).

*[...] la carta del paisaje es un documento de carácter público que contiene un compromiso explícito a favor del paisaje [...]. En dicho documento, las partes firmantes se comprometen ante la sociedad a formar parte de un proyecto colectivo y a trabajar en consecuencia por alcanzar los compromisos firmados, desarrollando las estrategias medidas y acciones establecidas (paisajísticas, urbanísticas, agrarias, de potenciación del patrimonio natural y cultural, turísticas, de custodia del territorio, de desarrollo local, etc.) con el objetivo principal de dinamizar los valores del lugar donde se ha consensuado el pacto a favor del paisaje (BUSQUETS Y CORTINA 2009, p. 429, grifo nosso).*

Segundo os autores, qualquer ator do território pode ser o proponente de uma carta de paisagem e incentivar os demais atores implicados para o acordo, mediação e participação da mesma. No entanto,



o projeto necessita que um dos atores assuma a liderança para sua concretização.

No Brasil, a Carta Brasileira de Paisagem<sup>19</sup> foi elaborada pela Associação Brasileira de Arquitetos paisagistas no ano de 2010 e logo, incorporada à LALI. A Carta é uma declaração de princípios éticos “que envolvem a ecologia, a justiça social e as políticas culturais e econômicas de desenvolvimento”.

A Carta Brasileira de Paisagem apresenta doze princípios, dentre os quais estão: a paisagem e seu papel coletivo; a paisagem como instrumento de planificação do desenvolvimento sustentável do país; a paisagem e seu valor econômico para a sociedade brasileira; a necessidade do respeito e da preservação das paisagens brasileiras; a necessidade da visão integrada para os projetos e políticas governamentais.

De acordo com Sala e Moles (2014), cada vez mais, as instituições locais, como as prefeituras, veem a paisagem como o possível motor para seu desenvolvimento: um atrativo local, um sinal de civilidade e uma via para incrementar a identidade e a qualidade de vida das pessoas. No contexto da globalização, a qualidade da paisagem pode tornar-se um fator de diferenciação do território e de competitividade para os municípios e a singularização dos territórios - uma maneira de ser mais forte frente ao mundo global.

As políticas de paisagem melhor desenvolvidas na Europa são aquelas que dispõem de estratégias articuladas entre si e que contam com a participação cidadã e dos agentes públicos e privados do território (SALA y MOLES, 2014). Ou seja, que se acercam aos princípios da governança.

No contexto deste estudo a governança<sup>20</sup> adquire um papel substancial, uma vez que, no Brasil, o SNUC, prevê que a gestão das áreas protegidas conte com a participação da sociedade através da formação do conselho gestor, que contemple representantes de todos os setores sociais.

---

<sup>19</sup> Disponível em [http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/anexos/noticias/CARTA\\_BRASILEIRA\\_DA\\_PAISAGEM.pdf](http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/anexos/noticias/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf), acessado em 29/11/2016.

<sup>20</sup> Por governança entende-se o processo social de planejamento e gestão dos recursos públicos, “*en modo de interdependencia – asociación – coproducción – corresponsabilidad entre el gobierno y las organizaciones privadas y sociales*” (AGUILAR, 2006 *apud* BARRAGAN, 2014). Tendo em conta o contexto litoral da APABF, ainda considera-se aqui o referencial de governança para a gestão integrada de áreas litorais e para os ecossistemas marinho-costeiros, que além de apresentar os princípios específicos da governança, enfoca o funcionamento e os limites deste ecossistema.

Voltando às APAS, os estudos e os dados sobre as APAs, demonstram a importância que estas unidades tem assumido perante o campo das unidades de conservação ambiental brasileiras. As APAs possuem certas peculiaridades que lhes conferem o carácter de territórios ambientais, no sentido de território usado e vivido, material e simbólico.

Como pode ser visto anteriormente, as APAs são criadas com o objetivo de proteger áreas de especial interesse ecológico e dos recursos naturais explorados pelas populações, ou seja, os valores destes territórios.

Portanto, o processo de gestão de APAs, implica reconhecer a existência dos atores que participam e sua relação com o território, bem como incluí-los no processo de construção de um projeto coletivo para o território. Um projeto baseado no fortalecimento da identidade e dos valores locais. Este é o primeiro grande avanço no contexto da APA da Baleia Franca.

O segundo ponto de discussão no presente estudo é a importância dos valores territoriais, identificados a partir da metodologia de gestão da paisagem utilizada na gestão da paisagem na Catalunya. A paisagem apresenta-se como um elemento chave na constituição das APAs, já que um dos maiores desafios para as APAs é equiparar o uso dos recursos e a conservação destes com o desenvolvimento econômico.

Levando em consideração a experiência da APABF e a experiência catalã, se propõe que a **paisagem** seja o elemento de enlace entre os municípios e a APA para a construção de um projeto territorial baseado na conservação dos valores da paisagem. Uma vez que a própria *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), classifica as APAs no Brasil como uma categoria de área protegida de **Paisagem terrestre/marinha protegida** dotadas de valores concretos e simbólicos (PHILLIPS, 2002).

De acordo com a IUCN as paisagens terrestre/marinhas correspondem às áreas protegidas “*en la que la interacción entre los seres humanos y la naturaleza ha producido un área de carácter distintivo con valores ecológicos, biológicos, culturales y estéticos significativos*” (DUDLEY, 2008, p. 25, grifo nosso). Esta categoria é considerada única entre as demais categorias de áreas protegidas no mundo, porque considera a intervenção e a interação humana, conjuntamente. Abriga paisagens mais extensas e múltiplos valores, paisagens valiosas por sua biodiversidade e riqueza cultural.

Bensusan (2014, p. 68) ao abordar a questão da escala da conservação na gestão em áreas protegidas, afirma que está ultrapassa a questão ecológica e a escala da conservação do local e deve contemplar

também, a lógica de sistema, “[...] numa escala mais ampla da **paisagem**, que interage com os interesses dos demais setores da economia e da sociedade do **território** ” (grifo nosso). Significa olhar para além dos limites da UC, olhar para a paisagem mais ampla, constituída por dimensões biológica, social, cultural e econômica, onde a UC é inserida.



## **CAPÍTULO 3**



### 3 MARCO METODOLÓGICO

O **objeto central** da presente tese é a gestão da paisagem como ferramenta de gestão territorial em Áreas de Proteção Ambiental com **estudo de caso** na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), a qual destaca-se no campo da gestão de UCs, por promover um tipo de gestão pautada no diálogo e estabelecimento de acordos com os atores locais para a defesa e proteção do território.

Trata-se de uma **pesquisa qualitativa e participante**.

**Qualitativa** desde a escolha do marco teórico e metodológico ao estudo empírico, com a aplicação de entrevistas e questionários com atores do território da APABF - os quais foram analisados com o apoio de *software* específico. Dentro desta perspectiva, foi definido um caminho metodológico que permitisse a combinação de diferentes categorias de análise geográficas e sociológicas, a fim de atingir os objetivos propostos. De acordo com Bertrand (2009), dentre os desafios relacionados a pesquisa sobre o meio ambiente, está a adoção de um método que permita dar conta da complexidade que o tema abarca, associando dialeticamente epistemologia e história, teoria e prática, método e técnica, saber e formação.

**Participante**, uma vez que há um amplo envolvimento da pesquisadora com o território. A pesquisadora nasceu e viveu praticamente toda sua vida no território, mudando apenas de cidade, o que a permitiu vivenciar as diferentes dinâmicas entre norte, centro e sul do território da APABF. Foi conselheira do CONAPABF durante três gestões, entre o período 2008-2013, primeiro representando uma Organização Não-Governamental no setor das ONGs ambientalistas e depois, uma universidade pública, no setor Governamental. E no final do doutorado (2016-2), participando ativamente nas reuniões do CONAPABF, na moderação de oficinas e na elaboração do Plano de Manejo da APABF. O que, dessa forma, torna a pesquisadora um ator inserido no sistema que estuda.

Na condição de **pesquisadora participante**, a leitura sobre a teoria do Ator-Rede de Latour (2000; 2006) foi fundamental para buscar uma certa imparcialidade na análise dos discursos dos atores. Para Latour (2000; 2006) o pesquisador deve ser o porta-voz dos “actantes” e deve deixá-los falar, assim como, deve evitar emitir julgamentos. A teoria do Ator-Rede (TAR) parte do pressuposto de que as dimensões social e natural são indissociáveis, assim como, o sociológico e o científico. Já que os conceitos tanto de ambiente quanto de sociedade foram

construídos pelo próprio homem - ele mesmo um híbrido de natureza e cultura. Na TAR, a análise de organização e estruturação de espaços e territórios parte das relações constituídas pela coletividade de atores humanos e não humanos. Portanto, é preciso identificar quais os atores responsáveis por este processo, sejam eles os humanos, sejam eles os não humanos.

Por ator considera-se aqui o conceito relacionado a ator social: indivíduo autônomo, um “constructo humano capaz de aproveitar as oportunidades, isto é, de desenvolver estratégias”. Que não se reduz a sua condição de indivíduo singular, mas de um indivíduo inserido em um contexto organizacional, em um coletivo, em um sistema concreto. “Não existe ator sem sistema, também não existe sistema sem atores sociais que o definam como um conjunto de relações de poder entre atores” (DUBAR, 2004, p.59).

Os atores no sistema são definidos pela sua posição e pela dinâmica de poder. Trata-se de um ator estratégico, que é definido pelo contexto em que vive, como um ator participante de um coletivo. “É deste contexto, de sua leitura das oportunidades [...], que o ator tira seus recursos”. Neste sistema, a interação coletiva prevalece sobre a incorporação individual. Os indivíduos que se tornam atores, estão engajando uns com os outros em ações estratégicas. Assim, a subjetividade do ator é mobilizada pelas estratégias de poder, entendidas como a capacidade de influência no sistema, seja pela dominação, pela cooperação ou pela aliança para defender os interesses de determinado coletivo (DUBAR, 2004, p. 60).

Diante do do exposto, esta pesquisa parte do pressuposto que: a) As APAs constituem um território – nos termos do território usado, vivido, apropriado material e imaterialmente; b) A paisagem é um importante elemento de ligação entre os atores e esse território, os quais atribuem diferentes valores (concretos e simbólicos) à paisagem; c) Os valores da paisagem podem ser o elo entre os diferentes atores para a consolidação da gestão territorial; d) Os municípios possuem papel fundamental para que a gestão da APA se efetive, uma vez que são os responsáveis diretos pela aplicação da política urbana.

Sendo assim, considerando o objeto e a área de estudo tem-se como **hipótese** que a gestão da APA da Baleia Franca apoiada nos valores da paisagem é capaz de promover, integrar e comprometer conjuntamente os municípios na conservação de seus valores territoriais e paisagísticos.

Esta pesquisa supõe que a paisagem é o principal elemento de ligação entre os municípios e a APA e entre os próprios municípios. Mesmo que a jurisdição política dos municípios termine com os limites



políticos estabelecidos em lei, existem continuidades paisagísticas para além de seus limites, como é o caso da área de dunas e restinga entre Laguna, Jaguaruna e Balneário Rincão. O que demanda um novo olhar sobre a gestão pública e demanda ações de gestão integrada sobre o território.

A APA da Baleia Franca – **área de estudo** desta pesquisa - foi criada no ano de 2000, com o objetivo de proteger a espécie *Eubalaena australis* dos impactos de atividades como a caça, o turismo exploratório e da urbanização da zona litorânea. Possui 156.100 hectares e abrange diretamente nove municípios. O decreto de criação da APA estabeleceu também como objetivo de criação o ordenamento das atividades marítimas e terrestres que de certa maneira, impactam direta ou indiretamente as áreas reprodutivas e de ocorrência da espécie.

As áreas oficiais e os municípios implicados pela APABF de acordo com o decreto de criação da UC são: i) A parte marítima do sul da Ilha de Florianópolis, do município de Palhoçae do município de Paulo Lopes; ii) a parte marítima e parte terrestre situada na faixa litorânea dos municípios de Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna e parte da praia de Balenário Rincão, no município de Içara.

Originalmente, o decreto menciona o município de Içara, no entanto, o Balneário Rincão foi elevado a condição de município no ano de 2013. Portanto, alguns dados demonstrados na pesquisa referem-se ainda ao município de Içara.

A APABF convive com inúmeros conflitos ambientais, além dos conflitos verificados no contexto das APAs brasileiras, como a sobreposição e falta de integração das políticas em diferentes escalas. Entre as atividades que impactam o território estão o turismo sazonal, a especulação imobiliária nas praias; a extração de dunas e conchas; a sobrepesca, o cultivo de arroz, o uso de pesticidas na agricultura e a atividade portuária (ICMBIO, 2008).

O desenvolvimento das atividades econômicas relacionadas principalmente com o turismo e o crescimento do setor imobiliário provocou a ocupação das principais praias da região - dotadas de belas paisagens, clima agradável e áreas conservadas. (DELFINO, 2008). Este processo vem afetando e comprometendo a paisagem e os valores do território da APA, observado principalmente, na degradação e ocupação das áreas de dunas e vegetação de restinga.

### 3.1 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS

Considerando o contexto da APABF, foi construída a seguinte questão como a principal **pergunta de pesquisa**: Quais são os valores da paisagem da APABF e como podem contribuir à gestão territorial integrada dos municípios desta área protegida? **O objetivo geral** da pesquisa consiste em descrever e analisar o processo de transformação da paisagem na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF, Santa Catarina, Brasil), para identificar os principais valores da paisagem e apoiar às políticas de gestão territorial desta área protegida.

A partir deste planejamento inicial e de caráter mais geral, surgiram outras questões relevantes para esta pesquisa e que resultaram em **perguntas de pesquisa mais específicas**, as quais direcionaram a construção dos objetivos específicos e o desenho dos próximos passos da pesquisa. Assim, no contexto do marco teórico se tem questionado:

- Como a identificação dos valores da paisagem podem contribuir à gestão territorial na APABF?
- O enfoque territorial e paisagístico pode contribuir à construção de um projeto como a APABF e melhorar sua gestão territorial?

A respeito do marco metodológico e da categoria de análise adotados, as perguntas estão distribuídas de acordo com o tripé Geossistema-Território-Paisagem:

- Geossistema – quais são os principais valores que justificam a existência da APABF e que papel desempenharam no processo de ocupação humana?
- Território – qual é a dinâmica territorial e os aspectos socioeconômicos mais destacados dos últimos 45 anos do território? Que função exerceram os municípios em relação à transformação da paisagem no território de APABF?
- Paisagem – quem são os principais grupos de atores, seus interesses e estratégias no uso e ocupação do solo e como estes, condicionam a paisagem da APABF? Quais são as políticas de gestão territorial e urbanística que incidem no território da APABF e qual seu estado em relação aos objetivos de criação da APABF?

Com base nestas questões, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Estudar a dinâmica territorial e as transformações da paisagem usando o método GTP;
- Identificar as unidades de paisagem que compõem o território e mapear os principais valores da paisagem;
- Analisar e avaliar a paisagem e seus valores para identificar quais são as principais Deficiências, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades (DAFO) à sua conservação;
- Formular os Objetivos de Qualidade Paisagística (OQP) e diretrizes que sirvam para conservar e promover os valores atuais, bem como, orientar as políticas territoriais e urbanísticas para o desenvolvimento integrado do território.

### 3.2 DAS ETAPAS PERCORRIDAS

A seguir será apresentado detalhadamente as etapas percorridas para o desenvolvimento da pesquisa, estruturadas de forma a responder as questões e objetivos de pesquisa.

#### 3.2.1 Universo da pesquisa

Para compreender o **estado da arte** sobre unidades de conservação ambiental no Brasil e mais especificamente, sobre as APAs, foi realizado um primeiro levantamento sobre as pesquisas realizadas no País (DELFINO y BELTRAME, 2014), publicadas no formato de artigos nas principais revistas que abordam a temática, bem como, dissertações e teses.

No total foram mapeados 78 trabalhos entre artigos científicos completos (57%), dissertações (32%), teses (2,5%) e outros (TCCs e publicações 8,5%) do período entre 2000<sup>21</sup>-2014, através do sistema de pesquisa *scielo* e *google acadêmico*. Os descritores utilizados para realização da pesquisa foram: “área de proteção ambiental”, “área de proteção ambiental da Baleia Franca”, “unidades de conservação e território”, sucedidos da extensão “pdf”.

Dos estudos mapeados, a maior parte deles está relacionado as áreas de Meio Ambiente e Desenvolvimento e Geografia (33% dos

---

<sup>21</sup> Para efeitos dessa pesquisa elegemos como ponto de partida o ano de 2000 por corresponder ao ano de aprovação do SNUC.

trabalhos); seguidos da Agronomia (10%), Biologia (10%) e Engenharia Ambiental (7,6%). No entanto, cabe destacar que foi uma surpresa para nossa pesquisa a diversidade de áreas em que as pesquisas sobre APAs estão relacionadas, como saúde pública, arquitetura, direito e economia.

Após esta etapa as mesmas foram reunidas em dois grupos de trabalhos: um com enfoque ecológico e outro com enfoque social – sendo este último grupo de maior interesse para nossa pesquisa. Nesta etapa, pode-se observar que existe uma grande quantidade de trabalhos sobre unidades de conservação com ênfase em questões ecológicas, estudos sobre fauna e flora.

Dentre os trabalhos com enfoque social foram selecionados aqueles que tratam direta ou indiretamente de aspectos territoriais que contribuem para este estudo, os quais foram utilizados como referência ao longo do texto.

Em uma segunda etapa, foram mapeadas as pesquisas cadastradas no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio), que envolvem diretamente a APA da Baleia Franca, na qual foram encontradas 76 pesquisas referentes ao período 2007-2015. Destas, 78% possuem enfoque biológico (mamíferos marinhos, peixes, moluscos, poríferos, aves, crustáceos, anfíbios, espécies invasoras, insetos, plantas, etc.) e 22% possuem enfoque social (gestão, planejamento urbano, pesca artesanal, comunidades locais, didática e participação social).

Os principais estudos selecionados para compreender o estado da arte sobre as APAs foram Besunsan e Prates (2014), Lima (2013), Marques (2012), Rodrigues (2008), Granja (2009), Macedo (2008), Rente (2006) e Côrte (1997).

Sobre a APABF foram mapeados, nas duas etapas, trabalhos que tratam da APA em sua totalidade ou de partes de seu território. Destes foram selecionadas as pesquisas que contribuíram para compreender a formação do território, identificar os principais grupos de atores, assim como, compreender o papel da Baleia Franca perante o território (DELFINO y PÈLACHS, 2015; DELFINO y BELTRAME, 2014; GERHARDINGER, 2014; BRAGA, 2014; BUELONI, 2012; MARTINS, 2012; ASSUNÇÃO, 2010; CAPELESSO, 2010; ARAÚJO, 2008; MACEDO, 2008; SEVERO, 2008; GROCH, 2005; FREITAS, 2005).

### **3.2.2 Recorte espacial e temporal**

Um dos maiores desafios foi delimitar o recorte espacial, pois o território da APABF possui mais de 156 mil hectares de área, envolvendo

nove municípios, diversos grupos de atores e diferentes atividades econômicas. Embora a pesquisa requeira uma visão sistêmica e integradora - que considere a totalidade - foi necessário realizar um recorte espacial e temporal, para possibilitar a elaboração de uma tese bem fundamentada no período acadêmico estabelecido.

Portanto, foram estabelecidos alguns parâmetros para iniciar o recorte para a análise espacial e temporal. O primeiro passo foi fazer uma aproximação da realidade vivida pelos gestores da APA. Em reunião com a equipe gestora da APABF em julho de 2013, os mesmos foram questionados sobre qual seria o maior conflito enfrentado no território. A equipe apontou a ocupação e urbanização de áreas de dunas como um dos principais conflitos e desafios de gestão.

O segundo passo, foi analisar a imagem de satélite com o polígono que compreende o território da APABF e verificar qual(is) o(s) elemento(s) da paisagem poderiam ser comum aos nove municípios abarcados pela unidade. Assim, verificou-se que o elemento comum era a paisagem de dunas e/ou de vegetação de restinga ao longo da zona costeira.

Com base nessas duas informações, foi definido como **recorte espacial** a paisagem de dunas e de vegetação de restinga ao longo do litoral da APABF, incluindo os sistemas lagunares costeiros integrados a estes ambientes.

Para efeitos desta pesquisa, compreende-se por dunas, tanto as áreas de dunas fixas ou móveis situadas ao longo do litoral do território da APABF, definidas como “unidade geomorfológica de constituição predominante arenosa, com aparência de cômodo ou colina, produzida pela ação dos ventos, situada no litoral ou no interior do continente, podendo estar recoberta, ou não, por vegetação” (MMA, 2003).

Enquanto à vegetação de restinga: de acordo com o Novo Código Florestal Brasileiro, aprovado em 2012, a vegetação de restinga enquadra-se como Área de Preservação Permanente (APP), tem como principal função a fixação de dunas e estabilização de mangue. Por restinga compreende-se:

[...] depósito arenoso paralelo à linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, com cobertura vegetal em mosaico, encontrada em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio

sucessional, estrato herbáceo, arbustivo e arbóreo, este último mais interiorizado (BRASIL, 2012, art.3).

Como **recorte temporal** foi determinado o período entre 1970-2016. O período inicial escolhido levou em consideração a implementação da BR-101 - quando, segundo Farias (2005), começaram a ocorrer as principais transformações da paisagem de dunas e restinga nos principais balneários do território. O período final, corresponde ao ano do início da elaboração do Plano de Manejo da APABF.

### **3.2.3 Marco teórico-conceitual da pesquisa**

Esta pesquisa foi construída com base no referencial teórico-metodológico europeu e catalão sobre gestão da paisagem e os valores da paisagem, como instrumento de gestão territorial abordados por geógrafos, pesquisadores e gestores contemporâneos (NOGUÉ y SALA, 2006; 2009; BUSQUETS y CORTINA, 2009; SALA, 2009; NELLO, 2012, SALA y MOLES, 2014) e no sistema geográfico Geossistema-Território-Paisagem (GTP) (BERTRAND, 2000; 2002) - pilares conceituais-metodológicos centrais.

A principal referência em gestão da paisagem, são os catálogos de paisagem e o protótipo dos catálogos do Observatório de Paisagem da Catalunya, em que Joan Nogué e Pere Sala – dois dos teóricos aqui abordados – atuam, o primeiro como Diretor do Observatório e o segundo como Coordenador Técnico, sendo ambos coordenadores da elaboração dos catálogos de paisagem.

Utilizou-se de conceitos secundários, porém não menos importantes, que dão suporte aos primeiros: Geossistema (BERTRAND, 1968; 1978), Território (SANTOS, 2001; BERTRAND, 2009; HAESBAERT, 2013), Paisagem (SANTOS, 2004; NOGUÉ, 2008, 2009; BERTRAND, 2009) e Identidade (SOUZA e PENDON, 2007, SAQUET, 2013). Buscou-se assim, construir uma reflexão crítica e contribuir para a produção do conhecimento sobre Áreas de Proteção Ambiental à luz desses conceitos, conforme apresentado nos capítulos anteriores.

Ao aprofundar o estudo sobre os conceitos de Território e Paisagem, chegou-se ao sistema GTP (BERTRAND, 1992; 2000; 2002) que norteia a construção e conexão das ideias e a análise dos dados empíricos durante a pesquisa, na construção de uma proposta de gestão da paisagem no território da APABF.

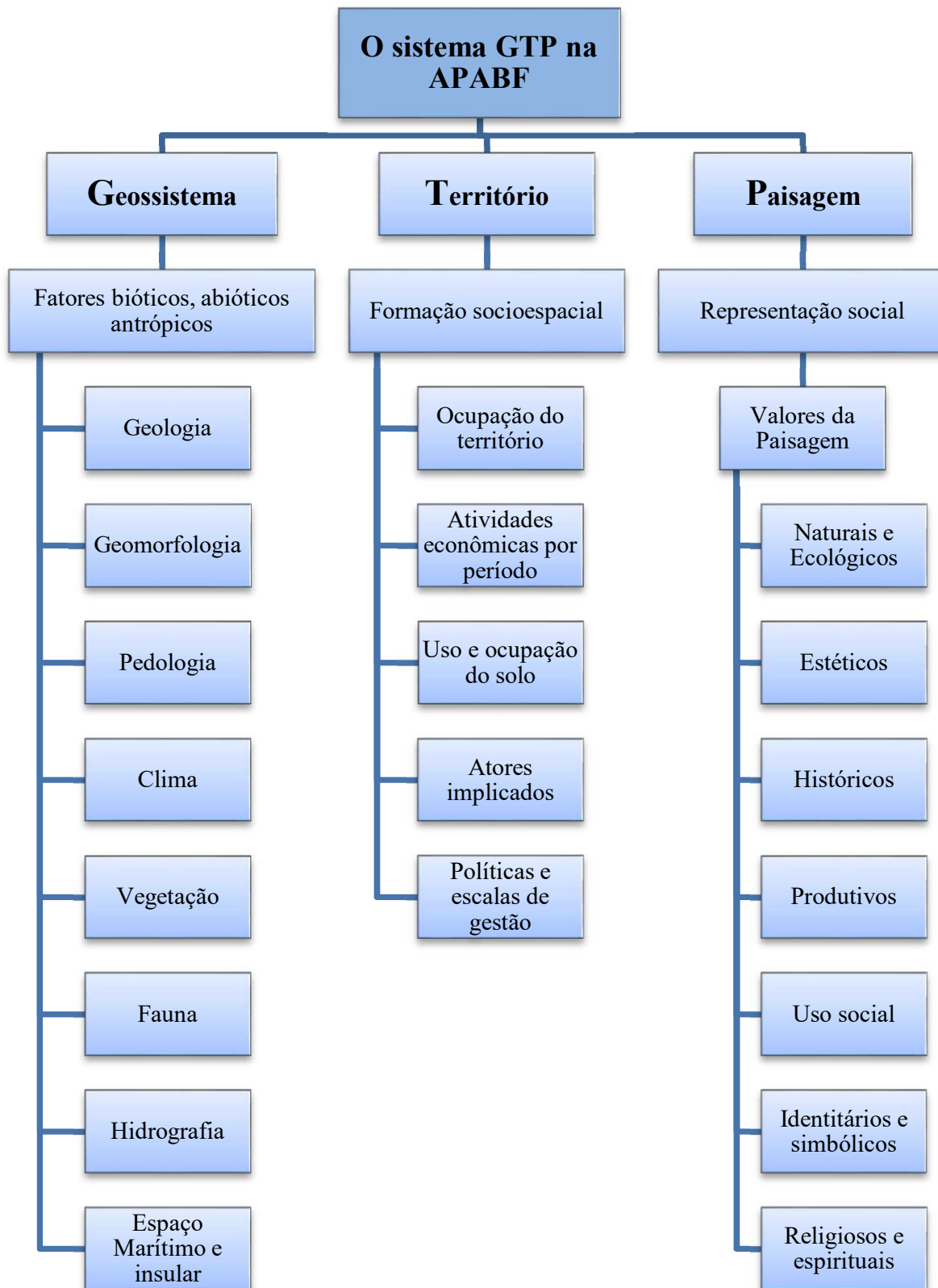
Com base na coletânea de conceitos e contribuições teóricas sobre o Geossistema-Território-Paisagem e do próprio sistema GTP elaborado por Bertrand, buscou-se construir uma estrutura metodológica a partir de diversos componentes para apresentar a evolução do sistema GTP no território da APABF, conforme as figuras 7 e 8.

Ao sistema GTP, foi incorporado a categoria da formação socioespacial (SANTOS, 1982) para compreender como se deu a ocupação do território da APABF e assim, complementar a análise geossistêmica no que se refere a ação antrópica.

A formação socioespacial contribui na compreensão da formação de um dado espaço combinando estudos sobre os modos de produção, a formação social e história, materializados no tempo e no espaço. Permitindo, ao mesmo tempo, conhecer uma sociedade em sua totalidade e em suas frações e, sobretudo, a sua evolução a partir do modo de produção. No entanto, é importante lembrar que como a sociedade é dinâmica, o espaço geográfico como produto social seria a combinação de arranjos espaciais dos modos de produção particulares e da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção ao longo do tempo (SANTOS, 1977).

Para tanto, buscou-se compreender a trajetória da formação dos municípios que compõe a APABF, bem como, de suas regiões de influência a fim de compreender as transformações sociais, econômicas e políticas que interferiram na ocupação e transformação da paisagem no território da APABF.

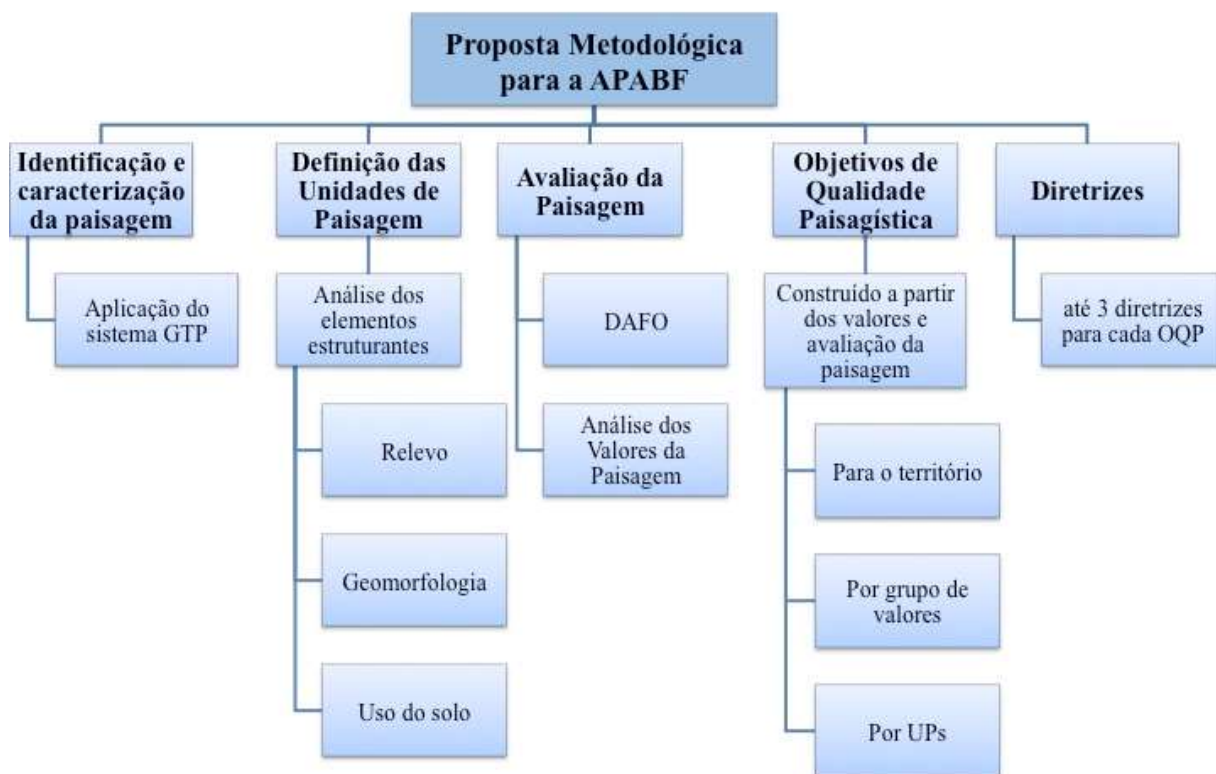
Figura 7 - Estrutura metodológica construída a partir do GTP para a APABF



Fonte: elaborado pela autora.



Figura 8 - Proposta de Gestão da Paisagem para a APABF a partir do modelo teórico-metodológico da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

O período de pesquisa realizado junto ao Departamento de Geografia, da *Universitat Autònoma de Barcelona (UAB)*<sup>22</sup>, na cidade de Bellaterra (Catalunya, Espanha), proporcionou contato direto com a equipe do Observatório de Paisagem e maior compreensão sobre o marco teórico-metodológico aqui adotado. Foram realizadas duas visitas ao Observatório, sediado na cidade de Olot, e acompanhamento dos seminários promovidos pelo mesmo, bem como, entrevistas com os responsáveis pela implementação da Política de Paisagem na Catalunya, gestão do Observatório e elaboração dos Catálogos - os autores aqui mencionados, Joan Nogué e Pere Sala.

Foram realizadas entrevistas com os autores Oriol Nel·lo e Jaume Busquets e com outros pesquisadores da UAB, sobre as temáticas específicas de gestão da paisagem, ordenamento territorial, gestão de

<sup>22</sup> O período de permanência na UAB foi entre 15/08/2014 à 15/08/2015, proporcionado pelo Programa de Doutorado Sandúiche no exterior (PDSE), o qual evoluiu para a cotutela por conta do ingresso formal desta pesquisadora no doutorado do Departamento de Geografia da UAB.

áreas protegidas e gestão costeira, para melhor compreensão do sistema de gestão pública catalã.

Além do referencial fornecido pelo observatório, foram analisados e usados como principal referência metodológica o Protótipo dos Catálogos de Paisagem e os próprios Catálogos de Paisagem do Delta *del Ebro* e o de Girona.

Ainda foram realizadas visitas a campo, com o objetivo de conhecer a gestão de áreas protegidas e da paisagem: i) De montanha, nos parques dos Pirineus; ii) Costeira, ao longo da Costa Brava e iii) De paisagem intermediária entre as anteriores, na cidade de Olot e arredores.

### **3.2.4 Fontes de informação e de coleta de dados**

A pesquisa qualitativa, em geral, é construída com base na combinação de diferentes técnicas de coleta direta e indireta de dados, as quais exigem um intenso e exaustivo trabalho de campo. Guirado (2011), ao realizar sua pesquisa e usar a combinação da metodologia qualitativa e quantitativa, afirma que de modo geral, a natureza dos dados na metodologia qualitativa pode ser bem diversa, no entanto, pode-se destacar o especial interesse pelos discursos e narrações dos atores e dos grupos sociais, bem como, pela observação de seu comportamento.

Assim, é cada vez mais crescente na Geografia o emprego de diferentes técnicas como as entrevistas, os relatos de vida, a observação participante, os mapas mentais, as fotografias, materiais literários - e até mesmo, a análise de canções, vídeos e pinturas elaboradas por atores locais<sup>23</sup> - para estudar os processos sociais, culturais, ambientais e territoriais.

As fontes de informação desta tese de doutorado estão compostas de dados primários (observação participante, entrevistas e questionários semiestruturados) e secundários, tais como fontes documentais (leis, resoluções, atas, documentos históricos, acervo fotográfico, relatórios e trabalhos técnicos). Além de pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, trabalhos de graduação e pós-graduação) que envolvem a área de conhecimento desta pesquisa e dos municípios a ela diretamente relacionados.

---

<sup>23</sup> Como pôde ser observado no Seminário de Paisagem, realizado pelo Observatório de Paisagem da Catalunya, em Novembro de 2014, onde dois dos conferencistas trouxeram análises sobre a transformação da paisagem através de pinturas e vídeos que retratavam a vida local.

Durante os quatro anos de pesquisa, foram realizadas visitas a campo nas principais praias que comportam a problemática apresentada, bem como, acompanhamento das plenárias do CONAPABF - com construção de acervo audiovisual.

#### 3.2.4.1 Instrumentos de coleta de dados e público pesquisado

Abaixo segue o detalhamento dos instrumentos de coleta de dados empregados e com quais públicos. Ambos foram pré-determinados na fase inicial da pesquisa, passando por ajustes e refinamento durante o seu desenvolvimento.

##### a) Equipe gestora da APABF

Um dos primeiros passos para refinamento da metodologia proposta, foi a realização de duas reuniões com a equipe gestora da APA da Baleia Franca na etapa inicial da pesquisa (julho de 2013), com o intuito de melhor compreender o objeto e a área de estudo, bem como, definir quais os melhores instrumentos de coleta de dados e qual seriam os atores que contribuiriam com a pesquisa. Durante estas reuniões, que contou com a colaboração de dois analistas ambientais do ICMBio, se chegou a dois dilemas da pesquisa. O primeiro, relacionado ao tamanho e complexidade do território da APA. O segundo, ao polígono político-jurídico da unidade.

Em debate com a equipe da APA, foi possível perceber que apesar do trabalho tratar de gestão territorial na área protegida, quando feito sob o enfoque da gestão da paisagem, é necessário compreender a dinâmica de formação e transformação da paisagem da APABF até se chegar ao processo de gestão territorial. Sendo assim, foi necessário identificar qual paisagem é mais impactada e que apresenta maiores conflitos de gestão. Portanto, foi definido como recorte espacial, a paisagem de dunas e vegetação de restinga, conforme explicado anteriormente. A partir desta definição, procurou-se compreender o processo de (trans)formação da paisagem a partir da ocupação destes ambientes e como a dinâmica de ocupação das regiões adjacentes influenciaram neste processo.

O segundo ponto, foi relacionado ao polígono da APA. Ao analisar de forma mais detalhada o polígono da unidade, percebeu-se que ele segue uma lógica pouco compreensível (Figura 3), uma vez que abrange ambiente marinho e terrestre de forma bastante irregular ao longo do território e rompe padrões paisagísticos que se repetem pelo território.

Baseado no conceito de território, buscou-se a melhor aproximação para definir o território da APABF, uma vez que não há como limitar os fluxos e as trocas materiais e imateriais dentro do limite político-jurídico – como as relações de poder, as territorialidades e o sentimento de pertencimento. Um cidadão pode viver fora dos limites oficiais da APA, no entanto, sentir-se identificado e pertencente com a mesma e considerar-se cidadão do território da APABF.

Portanto, foram estudados, inicialmente, os limites das bacias hidrográficas ou microbacias, por considerar que os rios são um importante elemento de conexão entre os municípios e a APABF, já que os principais rios de cinco bacias hidrográficas deságuam em seu interior e remetem a uma análise sistêmica. No entanto, estes limites de estudo, logo foram descartados por apresentarem uma escala muito distante da realidade de estudo.

Dessa forma, considerando que: a) A paisagem de dunas e restinga é comum aos nove municípios; b) A ocupação e degradação desta paisagem é um dos maiores conflitos que a APABF enfrenta; c) Os municípios são responsáveis pela implementação da política urbana e conseqüentemente, da regulação da ocupação e uso do solo; d) Existem continuidades paisagísticas para além dos limites municipais, foi determinado como território da APABF nesta pesquisa, a área compreendida pelos nove municípios que a compõem, para poder iniciar as análises relacionadas ao GTP.

Outro ponto, abordado a partir das reuniões com a equipe gestora, foi a definição do público a ser entrevistado. O ponto de partida para a coleta de dados seria o CONAPABF. No entanto, foi sugerido que fossem entrevistados outros atores do território, que não fizessem parte do CONAPABF, pois acredita-se que de certa forma, este tem uma visão bastante aprofundada sobre a APABF e por mais que esteja representado por diferentes setores e interesses, apresenta uma visão global homogênea sobre a mesma. Assim, foram incluídos outros atores na etapa de entrevista, conforme descrito na sequência.

#### b) Conselho Gestor da APABF

O instrumento de coleta de dados aplicado com o CONAPABF, foi um questionário estruturado em três blocos (Apêndice 1) com respostas abertas. O questionário foi aplicado na ocasião da realização da oficina de fortalecimento do conselho, em novembro de 2013. Foi enviado às 42 instituições conselheiras, gestão 2012-2014, por *e-mail*. Do total, 25 instituições (59,5%) retornaram o questionário respondido: 28,5% do

setor de instituições governamentais, 16,6% do setor de organizações não governamentais e 14,2% do setor de usuários.

O primeiro bloco de questões refere-se a dados sobre o conselheiro e sua instituição para poder elaborar o perfil do entrevistado, conforme apresentado abaixo.

O segundo bloco de questões refere-se ao município sede da instituição conselheira e foi elaborado com o objetivo de identificar valores, deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades relacionadas ao município.

O terceiro e último bloco, foi elaborado com o objetivo principal de identificar os valores, deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades relacionadas a unidade de conservação. Possibilitou realizar um paralelo entre as respostas relacionadas aos municípios e à APA, uma vez que a tese parte do pressuposto que os valores da APA são os mesmos valores dos municípios em conjunto.

Abaixo segue o perfil dos atores que participaram dos questionários:

- Quanto ao sexo: 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino;
- Quanto a idade: 8% possui menos de 30 anos de idade; 24% está na faixa entre 31-40 anos; 28% entre 41-50 anos; 28% entre 51-60 anos; 12% entre 61-70 anos;
- Quanto a naturalidade: 84% não são naturais do território; os outros 16% são nascidos em um dos nove municípios do território (Figura 9);
- Quanto aos não nascidos no território: dentre os motivos que os trouxe para o território, foram citados o trabalho 47,6%, a qualidade de vida 33,3%, a identidade com o lugar 9,5% e outros motivos 9,6%;
- Quanto a residência dos participantes: 24% reside em Garopaba; 20% em Imbituba; 16% em Florianópolis; 16% em Tubarão; ainda, 9% de Jaguaruna e 9% de Tubarão; não participaram desta etapa nenhuma pessoa de Balneário Rincão e Paulo Lopes; e 12% dos participantes residem em municípios fora do território (Figura 10);
- Quanto ao grau de instrução: 16% possuem o ensino médio; 40% possuem o ensino superior e 44% possuem pós-graduação em nível de mestrado e doutorado;

- Quanto ao setor no CONAPABF: 48% dos participantes representam o setor governamental, 28% o setor de ONGs ambientalistas e 24% o setor de usuários.

Figura 9 - Naturalidade dos atores que participaram do questionário



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 10 - Município de residência dos atores que participaram dos questionários



Fonte: elaborado pela autora.

### c) Atores dispersos pelo território

Para esta etapa foram realizadas entrevistas com diferentes atores do território indicados por amostragem em bola-de-neve. A amostragem em bola-de-neve é uma técnica não probabilística usada nos estudos sociais, que utiliza um sistema de referências para chegar aos entrevistados. Dessa forma, os primeiros participantes da entrevista,

indicam novos participantes e assim, sucessivamente. O ponto de saturação ocorre quando as informações começam a se repetir. Tal amostragem foi introduzida por Coleman (1958) e Godman (1961) (DEWS, 2013). Cada entrevistado desta pesquisa foi solicitado a indicar três nomes para a amostragem, conforme pode ser visto no esquema a seguir (Figura 11).

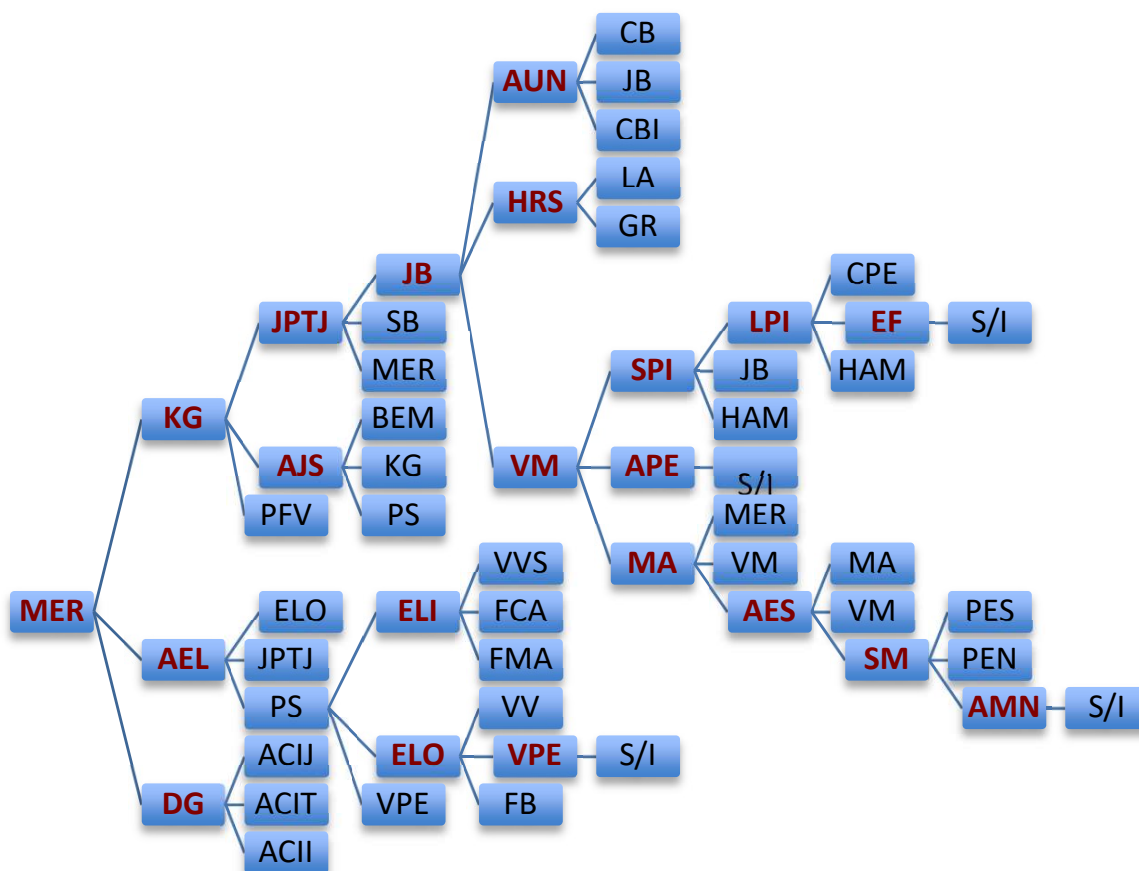
Ao final foram realizadas 21 entrevistas, do total de 39 atores indicados. Na amostragem geral ocorreram 53 indicações, no entanto, destas, 14 referem-se a repetições de pessoas que foram indicadas mais de uma vez, confirmando o que Dews (2013) aponta sobre a repetição de atores e informações a partir de um determinado ponto da bola-de-neve, indicando o ponto de saturação da amostragem.

A previsão inicial era realizar entre 15 e 25 entrevistas, seguindo a sugestão de Bauer e Gaskell (2005, p. 71). De acordo com os autores, este seria um número satisfatório de entrevistas a serem tratadas em uma tese qualitativa, construída com base no discurso dos atores, pois a representação das experiências individuais, de alguma forma, são o resultado de um processo social. As “[...] representações de um tema de interesse comum, ou de pessoas em um meio social específico são, em parte, compartilhadas”.

Assim, as primeiras entrevistas aparecem carregadas de surpresas, no entanto, no transcorrer do processo as informações começam a se assemelhar ou de alguma forma, a se repetir – o que foi constatado nesta pesquisa. As primeiras 10 entrevistas possuíam conteúdo inédito, enquanto que a partir destas algumas informações eram inéditas, enquanto que outras começaram a se repetir com bastante frequência. Devido a quantidade de pessoas indicadas na amostragem e a repetição de nomes, nas últimas entrevistas realizadas não foi solicitado a indicação de nomes, onde na figura 11 consta a sigla “S/I”(Sem Indicação).

As entrevistas foram semiestruturadas a partir de dois blocos de questões. O primeiro, sobre os dados pessoais e trajetória pessoal do entrevistado. O Segundo, bloco sobre as principais transformações da paisagem no território, valores, políticas e cenário futuro.

As questões estruturadas no roteiro (Apêndice 2) serviram para orientar o diálogo com os atores e sofreram alguns desdobramentos, de acordo com as respostas e a necessidade de exploração dos temas relacionados aos objetivos desta pesquisa.

Figura 11 - Lista de entrevistados por amostragem em bola-de-neve<sup>24</sup>

Fonte: elaborado pela autora.

Abaixo segue o perfil dos atores entrevistados na amostragem:

- Quanto ao sexo: 81% são do sexo masculino e 19% feminino;
- Quanto a idade: 19% estão na faixa entre 41-50 anos; 48% entre 51-60 anos; 28% entre 61-70 anos e 5% com mais de 70 anos;
- Quanto a naturalidade: 67% não são naturais do território; os outros 33% são nascidos em um dos nove municípios do território (Figura 12);
- Quanto a residência dos participantes: 33% da amostra pertence a Imbituba, 28% a Garopaba, 14% a Laguna, 10% a Florianópolis, 5% a Rincão, 5% a Palhoça; não participaram desta etapa representantes

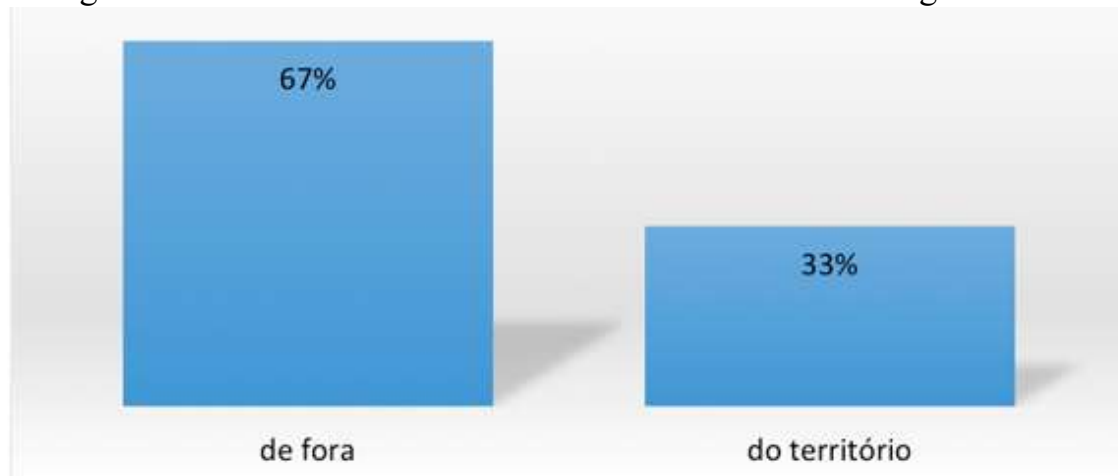
<sup>24</sup> A identidade dos entrevistados foi preservada na pesquisa. Nesta figura, os mesmos são representados por siglas e ao longo do texto, quando citados, são identificados com a palavra “Entrevistado” seguido de um número ordinal.



de Jaguaruna, Tubarão e Paulo Lopes. Um participante mora fora do território.

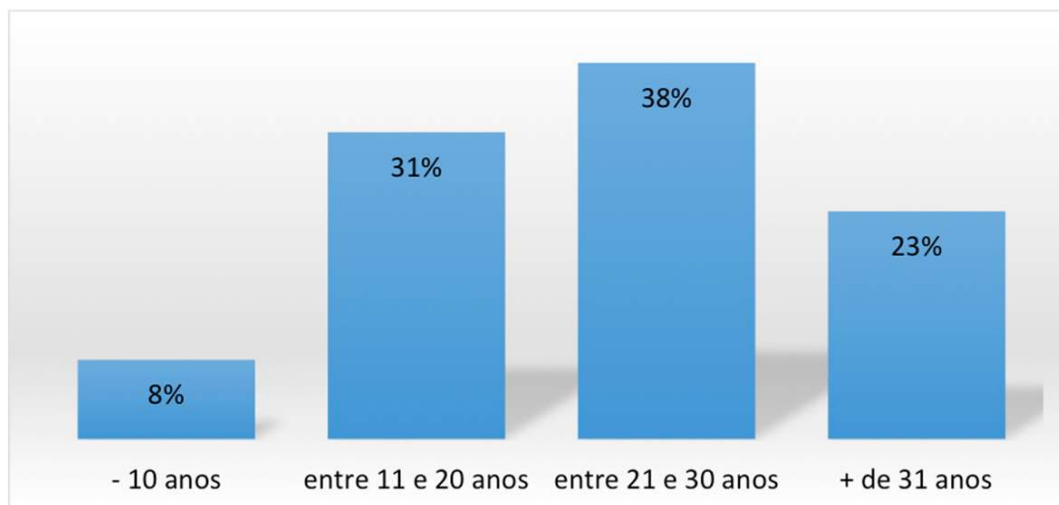
- Quanto ao tempo de residência no território: dos entrevistados não nascidos no território, porém que possuem residência no mesmo, 8% vive há menos de 10 anos; 31% vive entre 11-20 anos; 38% vive entre 21-30; e 23% vive há mais que 31 anos no território (Figura 13);
- Quanto ao grau de instrução: 10% possui o ensino primário; 19% possuem o ensino médio; 71% possuem o ensino superior; dos que possuem ensino superior, 27% possui mestrado ou doutorado;
- Quanto a organização que representam: 24% representam ONGs; 19% poder público municipal; 14% comunidades; 14% pescadores; 9% poder público federal; 10% empresários; 5% universidade; 5% poder público estadual;
- Quanto a relação com a APABF e CONAPABF: 48% da amostra é conselheiro; 9% servidor público da APABF e 43% não possui relação nenhuma com o CONAPABF ou APABF.

Figura 12 - Naturalidade dos atores entrevistados na amostragem



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 13 - Tempo de residência, no território, dos atores de fora do território, entrevistados na amostragem



Fonte: elaborado pela autora.

Ao final, tem-se o quadro de atores (Quadro 2) que participaram da pesquisa, somando os que responderam aos questionários e os entrevistados diretamente, os quais foram identificados ao longo do texto com o nome “entrevistado”, seguido do número. No quadro, as linhas brancas referem-se aos atores dispersos pelo território que foram entrevistados e as linhas azuis, aos atores do CONAPABF que responderam os questionários. Os primeiros 18 atores foram entrevistados em 2014 e os últimos 5 atores (42-46) foram entrevistados ao longo de 2016.

A interpretação dos resultados obtidos na coleta de dados, será tratada nos capítulos 6 e 7, referente a apresentação dos principais resultados e discussão dos mesmos.

Quadro 2 - Atores envolvidos na pesquisa

Nome	Naturalidade	Escolaridade	Idade	Sexo
Entrevistado 1	Não nascido no território	Superior	61	F
Entrevistado 2	Não nascido no território	Superior	52	M
Entrevistado 3	Não nascido no território	Superior	57	M
Entrevistado 4	Nascido no território	Primário	83	M
Entrevistado 5	Nascido no território	Superior	45	F
Entrevistado 6	Não nascido no território	Superior	61	M

<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>
Entrevistado 7	Não nascido no território	Superior	61	F
Entrevistado 8	Não nascido no território	Superior	57	M
Entrevistado 9	Nascido no território	Superior	52	M
Entrevistado 10	Nascido no território	Superior	49	M
Entrevistado 11	Não nascido no território	Superior	42	F
Entrevistado 12	Não nascido no território	Superior incompleto	64	M
Entrevistado 13	Nascido no território	Técnico	51	M
Entrevistado 14	Não nascido no território	Superior	59	M
Entrevistado 15	Não nascido no território	Superior	43	M
Entrevistado 16	Não nascido no território	Superior	57	M
Entrevistado 17	Não nascido no território	Ensino médio	58	M
Entrevistado 18	Não nascido no território	Superior	59	M
Entrevistado 19	Nascido no território	Superior	70	M
Entrevistado 20	Nascido no território	Superior	29	M
Entrevistado 21	Não nascido no território	Superior	58	M
Entrevistado 22	Não nascido no território	Pós-graduação	44	F
Entrevistado 23	Não nascido no território	Superior	40	M
Entrevistado 24	Nascido no território	Técnico	28	M
Entrevistado 25	Nascido no território	Pós-graduação	56	M
Entrevistado 26	Não nascido no território	Doutorado	52	F
Entrevistado 27	Não nascido no território	Mestrado	37	M
Entrevistado 28	Não nascido no território	Doutorado	56	M
Entrevistado 29	Não nascido no território	Ensino médio	62	M
Entrevistado 30	Não nascido no território	Mestrado	42	F

<b>Nome</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo</b>
Entrevistado 31	Não nascido no território	Superior	44	F
Entrevistado 32	Não nascido no território	Superior	35	F
Entrevistado 33	Não nascido no território	Superior	64	F
Entrevistado 34	Nascido no território	Ensino Médio	46	M
Entrevistado 35	Nascido no território	Superior	44	M
Entrevistado 36	Não nascido no território	Superior	31	F
Entrevistado 37	Não nascido no território	Pós-doutorado	44	F
Entrevistado 38	Não nascido no território	Mestrado	36	F
Entrevistado 39	Não nascido no território	Doutorado	44	M
Entrevistado 40	Não nascido no território	Superior	51	M
Entrevistado 41	Não nascido no território	Mestrado	57	M
Entrevistado 42	Não nascido no território	Mestrado	63	M
Entrevistado 43	Não nascido no território	Superior	41	M
Entrevistado 44	Não nascido no território	Superior	61	F
Entrevistado 45	Nascido no território	Ensino primário	68	M
Entrevistado 46	Não nascido no território	Ensino Médio	53	M

Fonte: elaborado pela autora. \*Os entrevistados 19 à 41 referem-se aos atores que responderam os questionários. Os demais, referem-se às entrevistadas.

a) Acompanhamento das reuniões plenárias do Conselho Gestor

As reuniões plenárias do CONAPABF ocorrem a cada três meses, totalizando 4 reuniões por ano. Como pesquisadora participante, a mesma esteve presente em 10 reuniões do conselho gestor entre os anos de 2013 e 2016 - período de realização da pesquisa de doutorado. No entanto, antes já acompanhava as reuniões desde o ano de 2008, como conselheira.

### 3.2.5 Análise de dados qualitativos

Para análises dos dados obtidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdos com o auxílio do *software* Atlas.ti de análise de dados qualitativos para sistema operacional *Apple*, versão 1.0.18. A análise de conteúdos, segundo Bardin (2009), é uma técnica de análise de dados qualitativos que consiste em um conjunto de técnicas de análise de mensagens de forma sistemática e objetiva da descrição e interpretação dos conteúdos relacionados a determinados temas, com o intuito de gerar conceitos e formular teorias, baseado principalmente na codificação das mensagens.

O *software* Atlas.ti foi construído com base na Teoria Fundamentada - *Grounded Theory* – Glaser (1967). Ela foi elaborada para ajudar o pesquisador a construir a teoria durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, entre a coleta e a análise de dados, reunindo um volume de informações no campo empírico, comparando-as e codificando-as para assim, identificar certos padrões e a partir daí, teorizar.

Consiste da coleta de dados, análise dos dados por redução com a codificação destes, desenvolvimento da reflexão teórica e escrita teórica.

A etapa da coleta de dados foi realizada com a aplicação de questionários e entrevistas, as quais foram transcritas para o posterior tratamento dos dados. Para cada instrumento de coleta de dados foi criada uma unidade hermenêutica diferente no Atlas.ti, representada aqui pela *Tag Cloud*<sup>25</sup> dos códigos mapeados durante a análise (Figuras 14 e 15).

A codificação de dados pode-se se dar de duas maneiras diferentes ou através da combinação de ambas: através do método dedutivo, com a definição prévia dos códigos a serem mapeados no texto e/ou através do método indutivo, no qual os códigos são criados no decorrer da análise do texto.

Nesta pesquisa, foram usados os dois métodos, o dedutivo e o indutivo. Inicialmente foi criada uma lista de códigos que deveriam ser identificados e analisados nos questionários e entrevistas sobre: transformação da paisagem e do território; informações para a construção da matriz de análise DAFO<sup>26</sup> - Deficiências, Ameaças, Fortalezas, Oportunidades; e os grupos de valores da paisagem. Além destes códigos pré-determinados, outros códigos foram criados durante a análise dos documentos de forma a atender os objetivos da pesquisa (Quadro 3).

---

<sup>25</sup> A *Tag Cloud* demonstra a frequência com que ocorrem os códigos mapeados, de forma hierárquica, representada pelo tamanho da fonte.

<sup>26</sup> Ferramenta aplicada nos processos de planejamento estratégico, que promove análise de cenários a partir das Deficiências, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades do ambiente em questão. Originalmente foi criada pelo norte-americano Albert Humphrey entre as décadas de 1960 e 1970, conhecida por Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats). No Brasil também é chamada de análise FOFA (OLIVEIRA, 2007).

Quadro 3 - Lista de códigos criados para a pesquisa

<b>Códigos de A-L</b>	<b>Entrev.</b>	<b>Quest.</b>
Acordo social APABF	x	
APAS estaduais	x	
APABF	x	x
Agricultura		x
Ameaças	x	x
Articulação Política	x	
Atores	x	x
Açoriano	x	x
Baleia	x	
Barra Camacho e Ibiraquera	x	
BR-101	x	
CONAPABF	x	x
Cenário de Futuro	x	
Conflitos	x	
Crescimento Urbano	x	
Debilidades/deficiências	x	x
Desenvolvimento Urbano	x	
Dinâmica territorial	x	
Dunas	x	
Educação ambiental	x	
FATMA	x	
Fortalezas	x	x
Gestão municipal	x	
Gestão territorial	x	
Governança	x	x
Identidade	x	x
Indústria	x	x
Lagoas	x	
Mercado imobiliário	x	
Naturalidade	x	X
Ordenamento Territorial	x	
Observação de Baleia	x	
Oportunidades	x	x
Paisagem	x	
Participação social	x	
Pesca	x	x
Planejamento Urbano	x	x
Plano Diretor	x	
Plano de Manejo	x	
Políticas integradas	x	
Políticas Públicas	x	x

<b>Códigos de A-L</b>	<b>Entrev.</b>	<b>Quest.</b>
Poluição	x	
Porto	x	x
Potencialidades	x	x
Praias	x	
Surf	x	
Transformações do território	x	
Trajetória profissional e pessoal do entrevistado	x	
Turismo e crescimento do turismo	x	
Valor estético	x	x
Valor Natural e ecológico	x	x
Valor simbólico e identitário	x	x
Valor produtivo	x	x
Valor religioso-espiritual	x	x
Valor de uso social	x	x

Fonte: elaborada pela autora.

As *Tag Clouds* abaixo (figuras 14 e 15) mostram quais códigos foram mapeados mais vezes pela pesquisa, durante a análise dos documentos em cada unidade hermenêutica, através das palavras destacadas em letras maiores. É possível observar pela figura que dos grupos de valores, por exemplo, o que mais destaca-se é o de valores ecológicos em ambas unidades, o que significa que tiveram a maior ocorrência durante a codificação dos dados.





envolvidos neste processo, quais políticas de gestão urbanística e territorial incidem no território, identificação dos valores da paisagem e construção da avaliação da paisagem, com o quadro da matriz DAFO.

### 3.2.5.1 Construindo a avaliação da paisagem

A avaliação da Paisagem constitui-se da matriz DAFO e da ocorrência dos valores da paisagem por UP. Para construção da tabela de valores por UP, seguiu-se as seguintes etapas:

- a) Mapeamento dos valores por UP com construção dos mapas de cada grupo de valor.
- b) Verificação da ocorrência de cada valor, por grupo de valor e por UP. Para tanto, foi dado o valor 1 para a ocorrência e 0 para a ausência (Quadro 4). Ao final foi realizado a soma de todas as ocorrências, as quais somaram 177 (Quadro 5).
- c) Cálculo proporcional do total de ocorrências de cada grupo de valor por UP sobre o total geral de ocorrência.

Quadro 4 - Ocorrências dos valores por grupo de valores/unidade de paisagem  
**ECOLÓGICO-**

<b>NATURAL</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Geológico	0	1	0	0	0
Costões	1	1	1	0	0
Restinga	0	1	1	1	1
Mata atlântica	1	1	1	0	0
Lagoas	0	1	1	1	1
Áreas úmidas (banhados)	0	1	1	1	1
Nascentes e rios	1	1	1	1	1
Cordões arenosos	0	1	0	0	0
Manguezal como último ponto austral	0	0	0	1	0
Ambiente marinho	1	1	1	1	1
Boto	0	0	0	1	0
Baleia	0	1	1	1	0
Barra Ibiraquera e Camacho	0	0	1	0	1

Zonas de refugio da Baleia	0	1	1	0	0
Dunas	0	1	1	0	1
<b>Total por grupo</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>7</b>

<b>ESTÉTICO</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Costoes	1	1	1	0	0
Montanha	1	1	1	0	0
Dunas	0	1	1	0	1
Algumas praias específicas	0	1	1	1	1
<b>Total por grupo</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

<b>PRODUTIVO</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Potencial de exploração mineral	0	0	0	0	1
Atividade retro portuária	0	0	1	0	0
Pesca artesanal	0	1	1	1	1
Aquicultura	0	0	1	1	0
Agropecuária e agricultura orgânica	0	0	1	1	1
Serviços	0	1	1	1	1
Geração de energia limpa	0	0	0	1	1
Extrativismo vegetal	1	0	0	0	0
Atividade portuária, o Porto de Imbituba	0	0	1	1	0
Observação de Baleias por terra e por mar	0	1	1	1	0
Turismo de base comunitária	0	1	1	0	0
Observação de aves	0	1	1	1	0
Esporte de aventura e radical (incluindo atividades aéreas)	1	1	1	0	0
Turismo religioso	0	0	0	1	1
Artesanato local	0	1	1	1	1

Praias	0	1	1	1	1
<b>Total por grupo</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>8</b>

<b>HISTÓRICO</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Oficinas líticas	0	1	0	0	0
Sambaquis	0	1	1	1	1
Arquitetônico	0	1	1	1	1
Naufrágios	0	1	1	1	1
Farol de snta marta	0	0	0	0	1
Ferrovia tereza christina	0	0	1	1	1
Centro de laguna	0	0	0	1	0
Engenhos de farinha de mandioca	0	0	1	0	1
Interação do Boto com o Pescador em Laguna	0	0	0	1	0
Comunidades quilombolas próximas ao território	0	0	1	0	0
Comunidades indígenas	1	0	0	0	0
Gastronomia local (acervo gastronômico natural e cultural)	0	1	1	1	1
Museu jaguaruna, imbituba, garopaba	0	0	1	1	1
Porto de Pesca tradicional Porto Novo	0	0	1	0	0
Centro de garopaba	0	0	1	0	0
Algumas casas centro de jaguaruna	0	0	0	0	1
Igreja matriz laguna	0	0	0	1	0
Igreja matriz garopaba	0	0	1	0	0
<b>Total por grupo</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

<b>USO SOCIAL</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Exporte náutico	0	1	0	1	1
Marinas e trapiches	0	0	0	1	0
Surf	0	1	1	1	1
Pesca esportiva e amadora	0	1	1	1	1
Trilhas e caminhos históricos	1	1	1	1	0
Praias	0	1	1	1	1
Esportes nas lagoas	0	0	1	1	1
<b>Total por grupo</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>5</b>

<b>ESPIRITUAL- RELIGIOSO</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Festas religiosas	0	1	1	1	1
Centro de yoga garoapba	0	0	1	0	0
<b>Total por grupo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

<b>SIMBÓLICO- IDENTITÁRIO</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Modo de fazer local, saberes locais, valores humanos da sociedade local	0	1	1	1	1
Manifestações culturais e religiosas	0	1	1	1	1
Artesanato	0	1	1	1	1
Pesca artesanal - comunidades pesqueiras	0	1	1	1	1
Engenhos de farinha	0	0	1	0	1
<b>Total por grupo</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 5 - Soma das ocorrências por grupo de valor/UP

<b>Grupos de Valores/UP</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Ecológico-Natural	4	12	11	8	7
Estético	2	4	4	1	2
Produtivo	2	8	12	11	8
Histórico	1	5	11	9	9
Uso Social	1	5	5	7	5
Espiritual-Religioso	0	1	2	1	1
Simbólico-Identitário	0	4	5	4	5
<b>Total por UP</b>	<b>10</b>	<b>39</b>	<b>50</b>	<b>41</b>	<b>37</b>

Fonte: elaborado pela autora.

### 3.2.5.2 Construindo os Objetivos de Qualidade Paisagísticas e as Diretrizes

A construção dos OQPs se deu a partir da análise e avaliação da paisagem, com o posterior agrupamento dos resultados por área temática. Os conteúdos agrupados referem-se, principalmente a determinados tipos de paisagens que foram verificadas no território da APABF: paisagem da APABF, urbana, natural, produtiva, singular, identitária, marítima, litorânea e lagunar. Após a análise dos dados qualitativos, construção da DAFO e dos valores, estes foram agrupados por temas afins, chegando-se assim aos grupos paisagísticos aqui especificados. De modo geral, a DAFO e os valores referiam-se a estes grupos de paisagem.

Identificadas estas paisagens, foram construídos 8 OQPs com base na questão: “que tipo de paisagem se deseja ter no território da APABF?”. Os OQPs foram ordenados em OQPs gerais e OQPs de acordo com seu campo de abrangência no modelo GTP. Para cada OQP, foram elaboradas até três diretrizes principais para sua implementação.

### 3.2.6 Produção dos Mapas

A produção dos mapas pode ser dividida em três etapas. Primeiramente, foram elaborados os mapas necessários a análise da paisagem e compreensão do geossistema em que a APABF está inserida. Os mapas elaborados nesta fase foram: Mapa do Território da APABF,

Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Hidrografia, Uso do solo e Hipsometria.

Com base nos dados obtidos com os mapas da primeira etapa, foram elaborados os mapas de Unidades de Paisagem - os quais buscam dividir o território da APABF em zonas com características similares. Para se chegar as UPs, primeiramente foram analisadas as tipologias da paisagem (Quadro 6) através da combinação dos dados obtidos na primeira fase.

Quadro 6 - Tipologias de paisagem do território da APABF

<b>Tipologia</b>	<b>Geologia</b>	<b>Geomorfologia</b>	<b>Pedologia</b>	<b>Hipsometria</b>	<b>Uso do solo</b>
Montanhas do Tabuleiro	Granito Serra do Tabuleiro, Granitóide Imaruí-Capivari, Riolito Cambirela, Granitóide Paulo Lopes, Granito rio Chicão e Granitóide Santo Antônio	Embasamento Serra do Tabuleiro, Riolito Cambirela e Granitóide Paulo Lopes	Cambissolos e pequena porção de argissolos	120 a 1270m	Floresta em estágio inicial, médio ou avançado e/ou primárias Floresta de Faxinais
Morros dispersos	Granitóide Santo Antônio, Granitóide Imaruí-Capivari, formação Rio Bonito e Fácies Gramado	Serra do Tabuleiro e Granitóide Pedra Branca.	Cambissolos e Argissolos	60 e 720m	Floresta em estágio inicial, médio ou avançado e/ou primárias, pastagens e campos naturais
Ilhas, Costões e Promontórios	Granitóide Imaruí-Capivari, Granito Ilha, Granito Serra do Tabuleiro e	Granito Ilha, Riolito Cambirela, Granitóide Paulo Lopes e Serra do Tabuleiro	Argissolos e Cambissolos	até 180 m no continente e até 360m na Ilha de SC	Floresta em estágio inicial, médio ou

	Granito Jaguaruna				avançado
Planície Lagunar	Depósito deltaico, Depósito praial, flúvio-lagunar e aluvial-coluvial	Lagunar	Neossolos, Espodosolos e organossolos	0 e 30m	Agricultura, Pastagens e campos naturais
Planície Eólica	Planície de inundação	Lagunar praial	Neossolos	0 e 30m	Agricultura, Reflorestamento, Pastagens e campos naturais
Praias e Dunas (com ou sem vegetação)	Depósitos eólicos, litorâneo e praial	Deposito lagunar praial	dunas	0 a 30m	Dunas com ou sem vegetação, várzea, restinga e área urbanizada ou construída
Área urbana ou construída	Se sobrepõe a área de dunas com ou sem vegetação ao longo da costa; inclui as sedes, vilas e distritos municipais.				
Complexo Lagunar e Lagoas	Complexo Santo Antônio dos Anjos-Mirim-Imaruí, Sistema lagunar Camacho-Laranjal-Garopaba do Sul, Lagoa do Ibiraquera e demais lagoas costeiras				
Espaço Marítimo	Toda área marinha compreendida pela APABF				

Fonte: elaborado pela autora.

A partir das tipologias identificadas, o território foi zoneado em cinco unidades de paisagem (UP) no intuito de subsidiar o processo de gestão territorial na APABF: 1) Montanhas do Tabuleiro, 2) Maciambú e Ilha, 3) Ibiraquera e região, 5) Complexo Lagunar e Baixo Tubarão, 5) Litoral sul (Figura 40).

De acordo com Nogué e Sala (2014) as unidades de paisagem são porções do território com uma mesma característica, compostas por

elementos que as distinguem umas das outras. Para a delimitação das UPs, parte-se da combinação, principalmente dos elementos estruturantes do território - como o relevo, a rede hidrográfica, a rede de caminhos – e a sua organização em solo urbano, solo agrícola, florestas, etc.

No entanto, segundo os autores, não é possível delimitar uma UP apenas sobrepondo camadas cartográficas. Sua delimitação dependerá da combinação das formas do relevo, dos usos do solo, da organização espacial, da dimensão histórica, da percepção social, das transformações da paisagem e/ou das relações estabelecidas entre a população local e a sua paisagem, como o sentimento de pertencimento.

Portanto, para a delimitação das UPs do território da APABF levou-se em consideração a combinação destes fatores. Numa primeira análise considerou-se o relevo e as continuidades paisagísticas compostas por este, seguida, da análise geomorfológica e de usos do solo. As tipologias identificadas contribuíram para estruturar uma primeira leitura sobre a paisagem do território, a qual levou à estruturação final das UPs, somada à análise sobre as transformações da paisagem, à dinâmica de ocupação e urbanização do território, à estruturação da rede viária-ferroviária-portuária e aos discursos dos atores entrevistados.

Pode-se afirmar que o tripé relevo-geomorfologia-uso do solo foi o elemento estruturante para a delimitação final das UPs do território da APABF. No entanto, a descrição das características das UPs varia de acordo com a predominância dos elementos que a ela conferem características mais específicas em relação às demais.

Por fim, foram elaborados seis mapas de valores da paisagem com base no quadro de valores da paisagem construído. Nesta etapa, também foi utilizado como subsídio, o material cartográfico produzido na Primeira Oficina de Planejamento Participativo para elaboração do Plano de Manejo da APABF, realizado em agosto de 2016. Dessa forma, essas informações foram cruzadas e comparadas com as informações sobre os valores da paisagem construídos nesta pesquisa e foram mapeadas primeiramente no *Google Earth*, na extensão *.kmz*.

Para tanto, buscou-se as bases cartográficas oficiais (Quadro 7) em formato digital, produzidas e disponibilizadas por órgãos públicos, que foram complementadas com as informações levantadas em campo durante a pesquisa, embasando as análises e resultando nos mapas.

Os materiais cartográficos foram projetados para o sistema de projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), em que utilizou-se como referência o sistema geodésico Sirgas 2000. Os dados foram integrados em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) e serviram como base para a elaboração dos mapas. O SIG utilizado foi o “Arcgis



10.3”. Este *software* permite a integração dos dados cartográficos, assim como a realização de diversas análises espaciais.

Para a organização das informações cartográficas, elaboração dos mapas e aplicação de simbologias e convenções, foram seguidas as premissas trazidas por Nogueira (2009), assim como pelo “Manual Técnico de Uso e Cobertura da Terra” produzido pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013).

Quadro 7 - Bases Cartográficas utilizadas para produção dos mapas da pesquisa

<b>Material</b>	<b>Tipo/Formato</b>	<b>Escala / Resolução</b>	<b>Fonte</b>
Portos do Brasil	Vetorial/Shape	Variada	ANTAQ (2013)
Rodovias do Brasil	Vetorial/Shape	Variada	DNIT (2013)
Pedologia do Brasil	Vetorial/Shape	1:5.000.000	EMBRAPA (2004)
Batimetria – Costa brasileira	Vetorial/Shape	Variada	CPRM (2013)
Geomorfologia	Vetorial/Shape	Variada	GERCO (2013)
Geologia de Santa Catarina	Vetorial/Shape	1:1.000.000	CPRM (2010)
Uso e cobertura da terra	Vetorial/Shape	Variada	GERCO (2013)
Microbacias – Projeto Microbacias Epagri	Vetorial/Shape	1:50.000	EPAGRI (2007)
Bacias Hidrográficas	Vetorial/Shape	Variada	ANA (2012)
Hidrografia – 10.000	Vetorial/Shape	1:10.000	SDS (2012)
Hidrografia – 250.000	Vetorial/Shape	1:250.000	ANA (2012)
Sítios Georreferenciados	Vetorial/Shape	Variada	IPHAN (2015)
Unidades de Conservação – “UCs Todas”	Vetorial/Shape	Variada-	MMA (2016)
Malha Municipal Digital do Brasil/Mapeamento Sistemático	Vetorial/Shape	1:250.000	IBGE (2013)
Modelo Digital do Terreno (MDT)	Matricial	30 metros	USGS/earthexplorer

Fonte: elaborado pela autora.



## **CAPÍTULO 4**



#### 4 AREA DE ESTUDO SOB O ENFOQUE DO GTP - A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA: UM OLHAR SOBRE O GEOSSISTEMA

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) - localizada entre as regiões centro e sul do Estado de Santa Catarina (Figura 3) – é uma unidade de conservação (UC) ambiental federal<sup>27</sup> de uso sustentável criada em 14 de setembro de 2000. Seu objetivo é proteger a espécie Baleia Franca (*Eubalaena australis*), bem como “[...] ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as atividades de pesquisa e o tráfego local de embarcações e aeronaves” (BRASIL, 2000).

A proposta inicial de criação da APABF pretendia incluir apenas a área marítima nos limites da UC, de modo que esta se constituísse em uma unidade de conservação para proteger o berçário natural das Baleias Francas no Estado de Santa Catarina.

No entanto, ocorreram alterações na proposta inicial de criação da APABF elaborada pelo Projeto Baleia Franca em relação ao decreto final aprovado pelo IBAMA, as quais estão relacionadas aos limites territoriais da unidade (MARTINS, 2012). Além da área marítima, o decreto final incluiu partes terrestres com a finalidade de proteção da zona costeira e de ecossistemas costeiros com importância ecológica para a região, como áreas de vegetação de restinga, lagoas e áreas úmidas ao longo do litoral compreendido pela APABF.

Os principais pontos de divergência entre o decreto final de criação da APABF e a proposta inicial do Projeto Baleia Franca são os seguintes: 1- exclusão de algumas áreas de superposição com o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, justificadas pela possibilidade de invalidação do ato de criação; 2 - inclusões de novas áreas terrestres nos limites da unidade a fim de ampliar a proteção da faixa costeira. Segundo o informe técnico não há como garantir a qualidade ambiental da faixa costeira protegendo apenas o mar; 3 - inclusões de lagoas costeiras e áreas úmidas de relevante importância

---

<sup>27</sup> A unidade foi gerida pelo IBAMA até 2007, quando foi criado o ICMBio – órgão responsável pela execução do SNUC desde então (Lei. 9985/2000).

ecológica e que estavam em franco processo de degradação; 4 - exclusão das áreas portuárias de Imbituba e Laguna; 5 - ampliação dos limites austrais até o Balneário do Rincão, município de Içara, mediante a justificativa de que, durante o sobrevoo de reconhecimento da área, cinco dos nove pares de mães com filhotes avistados estavam nessa área; 6 - redução da largura da faixa marinha englobada, a fim de restringir a responsabilidade de fiscalização direta e a interferência com o trânsito de embarcações comerciais (MARTINS, 2012, p. 149, grifo nosso).

Desconhece-se as razões ou argumentos técnicos que resultaram nos recortes de áreas com continuidade paisagística, como no caso das dunas, da vegetação de restinga restinga e lagoas. Como o exemplo da Lagoa Encantada, que tem uma pequena porção aquática dentro do polígono da APABF, ou de Ibiraquera, que tem uma porção ainda menor coberta pelo polígono. De acordo com Palazzo Junior (2014)<sup>28</sup> essa alteração ocorreu em função de estudos técnicos feitos pelo IBAMA, principalmente a partir do sobrevoo e levantamento de estudos sobre a região realizado com o apoio de Sérgio Brant, especialista com experiência na criação de unidades de conservação no Brasil. “A importância ambiental das lagoas, das dunas e das áreas de restinga e costão remanescente teriam importância suficiente para serem incorporadas em sua totalidade à APABF”.

O território compreendido pela APABF possui área total de 156.100 hectares e abrange nove municípios, dos quais oito são costeiros: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna, Tubarão e Balneário Rincão<sup>29</sup>. No total, 22% da APABF é composta de área terrestre e 78% de área marítima.

A área compreende desde o sul da Ilha de Florianópolis até o município de Balneário Rincão (como limites norte e sul), por se tratar da área de maior concentração de fêmeas com filhotes e, constitui-se como a faixa do litoral brasileiro mais importante para conservação da espécie

---

<sup>28</sup> PALAZZO JUNIOR, José Truda. Pesquisador e Fundador do Projeto Baleia Franca. **Entrevista realizada para esta pesquisa.** Florianópolis, 02/03/2014. Tempo total: 43'55”.

<sup>29</sup> Originalmente, Balneário Rincão pertencia ao município de Içara, que incorporava o grupo de municípios da APABF junto ao seu Decreto de criação de 2000. No entanto, Balneário Rincão foi elevado a categoria de Município pela Lei Estadual 12.668, de 03 de outubro de 2003 e instalado em 01/01/2013. A partir de então, Balneário Rincão e não mais Içara, passou a fazer parte dos limites da APABF.

(GROCH, 2014<sup>30</sup>; PALAZZO JUNIOR, 2014).

“[...] a ocupação do litoral de Santa Catarina pelas Baleias Francas está diretamente associada à estrutura geomorfológica da planície costeira. [...] além das temperaturas mais amenas do que aquelas encontradas na Antártida – onde as Baleias Francas habitam durante o verão e parte do outono –, as áreas de reprodução desses mamíferos estão associadas a águas calmas e rasas. Essas características são típicas das diversas baías e enseadas presentes na sequência de praias, que integram o litoral centro-sul do estado (PALAZZO *et al.*, 2007 *apud* MARTINS, 2012, p. 110).

Juntos esses municípios somam 848.494 habitantes (IBGE, 2010) e possuem população predominantemente urbana – correspondendo a 93,9% do total de habitantes. Nem toda esta população está concentrada no interior da UC, no entanto, está concentrada na zona costeira e possui influência direta no uso e ocupação do solo, seja através da construção de loteamentos nas praias, do turismo, de atividades de lazer e uso recreativo ou pela circulação de pessoas e mercadorias.

A APABF está localizada entre três cidades pólos regionais do litoral centro-sul catarinense – Florianópolis, Tubarão e Criciúma – e está ao lado de uma das rodovias federais mais importantes do País, a BR-101. Além disso, a região metropolitana de Florianópolis tem apresentado um crescimento populacional considerável nas últimas décadas que afeta os municípios situados ao norte da APABF<sup>31</sup>. Seguida, de Imbituba, que vem se destacando pelo crescimento da atividade portuária e demais atividades atreladas a ela<sup>32</sup>.

Ao norte da unidade estão os municípios de Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes, onde os limites da APABF abrangem somente porção marítima. No centro, estão os municípios de Garopaba e Imbituba, onde a unidade começa a incorporar algumas porções terrestres, que ganham

---

<sup>30</sup> GROCH, Karina Rejane. **Entrevista realizada para esta pesquisa.** Imbituba, 28/01/2014. Tempo total: 67’26”.

<sup>31</sup> Segundo o IBGE (2000) a Região Metropolitana de Florianópolis apresentou crescimento quase duas vezes maior que o nacional entre 1991 e 2000.

<sup>32</sup> O Porto de Imbituba teve seu auge de movimentação na década 1980, quando movimentou 2.568.267 toneladas de cargas. Com a crise do carvão, esse número caiu para 1.156.048 toneladas em 2000 (HERZMANN, 2005). Desde então, o Porto vem se recuperando e apresentou um crescimento de 171,88% na movimentação de cargas entre 2000 e 2014 – chegando a movimentar 3.143.116 toneladas (ZILLI, 2009).

corpo mais ao sul, nos municípios de Tubarão, Laguna, Jaguaruna e Balneário Rincão. Laguna e Jaguaruna possuem a maior área terrestre dentro dos limites da unidade. Em Balneário Rincão há uma pequena porção do município no interior da UC. Já Tubarão, tem seu limite municipal leste levemente tocado pelo polígono da APABF, porém abriga um dos principais rios que deságua no interior da unidade, o rio Tubarão.

Juntamente com o rio Tubarão, outros quatro rios deságuam no interior da APABF: Cubatão Sul, da Madre, D'Una e Urussanga (Figura 16). A APABF abrange diretamente cinco bacias hidrográficas. Entre as atividades que mais impactam estas bacias, estão a exploração do carvão mineral, a suinocultura, o crescimento urbano, a falta de sistema de tratamento do esgoto sanitário, a rizicultura e a pesca predatória.

Ao longo de todo o território, por exemplo, ocorre a produção de arroz irrigado, sobretudo, no setor sul da APABF nos arredores do rio Tubarão e seus afluentes, o que constitui-se em uma ameaça aos recursos hídricos da região pela retificação dos cursos d'água, pelo uso de pesticidas agrícolas, comprometendo a qualidade das águas e a diminuição da quantidade de peixes nas lagoas. Este setor é responsável pela produção de 14,1% do arroz produzido no estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2010<sup>b</sup>; 2014).

No território encontra-se o maior complexo lagunar do estado de Santa Catarina, formado pelo sistema lagunar Santo Antônio-Mirim-Imaruí e pelo sistema lagunar Camacho-Laranjal-Garopaba do Sul (Figura 3). Ambos sistemas são interligados pela Lagoa de Santa Marta. Além destes complexos, pode-se encontrar mais de 30 lagoas costeiras entre Florianópolis e Balneário Rincão.

Este sistema lagunar destaca-se por diferentes tipos de usos e funções: a) Ecológica, além de ser um importante abastecedor de água, é rica em peixes, moluscos e crustáceos; b) De uso social, ligado ao ócio, à prática de atividades de lazer e de esportes aquáticos e c) Produtiva, proporcionada pelos estoques pesqueiros e o desenvolvimento de atividades produtivas locais, fomentando a pesca artesanal. Em 2014, Santa Catarina produziu 17.853 toneladas de mexilhões e 3.670 toneladas de ostras (SANTA CATARINA, 2015).

Além de ambiente terrestre, marítimo e lagunar, a APABF conta com ambiente insular, em que conta com doze ilhas distribuídas pelo território (Quadro 8) - sete protegidas pela APABF e as demais pelo Parque Estadual Serra do Tabuleiro (PEST)<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> O PEST – UC de proteção integral estadual gerida pela FATMA – foi criado em 1975 e já incluía em seus limites cinco ilhas pertencentes aos municípios de Florianópolis e



Quadro 8 - Ilhas no Território da APABF

<b>Município</b>	<b>Ilha</b>	<b>UC</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Distância do continente (m)</b>	<b>Usos</b>
Florianópolis	Três-irmãs	PEST	>55	4.516	Pesca, acampamento, coleta de marisco, visitação
	Moleques do Sul	PEST	10,6	14.000	Pesca, acampamento, coleta de marisco, pesquisa
	dos Cardos	PEST	0,78	1.230	Pesca, acampamento, sinalização náutica e pesquisa.
Palhoça	dos Corais	PEST	31,28	4.679	Pesca, coleta de mariscos, visitação, captura de aves, acampamento, sinalização náutica
	Siriú	PEST	1,92	1.167	Pesca, coleta de mariscos, visitação, acampamento, pesquisa.

---

Palhoça. Assim, quando a APABF foi criada em 2000, incluíram-se em seus limites de proteção somente as ilhas que não eram protegidas pelo PEST.

Garopaba	Araras	APABF	9,81	4.852	Pesca, coleta de mariscos, sinalização náutica, pesquisa e visitação.
Imbituba	Batuta	APABF	8,17	350	Pesca, coleta de mariscos e visitação. Possui oficinas líticas.
	Santana-de-Dentro	APABF	3,72	82	Pesca, coleta de mariscos e visitação.
	Santana-de-Fora	APABF	4,59	540	Pesca, coleta de mariscos e visitação. Possui Zoólitos.
	Tacami	APABF	0,73	9.600	Pesca.
	Lobos	APABF	8,70	3.754	Pesca, coleta de mariscos, acampamento e sinalização náutica.
Laguna	Ilhota	APABF	2,38	156	Pesca, coleta de mariscos, acampamento e pesquisa.

Fonte: Filippini (2009) elaborada pela autora.

Tais ilhas tem importante função ecológica, servindo de abrigo e espaço reprodutivo para as aves marinhas e costeiras: *Fregata magnificens* (Fragata), *Larus dominicanus* (Gaivotão), *Sterna hirundinacea* e *S. eurygnatha* (Trinta-réis) (FILIPPINI, 2009; BRANCO, 2004).

Os usos variam de acordo com a ilha, no entanto, é importante lembrar que as cinco ilhas protegidas pelo PEST fazem parte de uma UC de proteção integral. Enquanto, as sete ilhas protegidas pela APABF fazem parte de uma UC de uso sustentável. De acordo com o SNUC, os usos seriam mais limitados no primeiro grupo, do que o segundo. De

modo geral, Filippini (2009) constatou que os usos estão ligados à pesca, à coleta de mariscos, ao acampamento, à pesquisa, à visitação e à sinalização náutica.

Os nove municípios contribuem para uma formação territorial bastante diversificada na APABF, que une potencialidades e conflitos em torno da paisagem costeira. De um lado, encontram-se cerca de 130 quilômetros de praias com dunas, lagoas, foz de rios importantes, restingas, florestas ombrófila densa e, remanescentes de manguezais. De outro, sambaquis, paisagens rurais, urbanas, portuária, rodoviária (rodovia federal BR-101) e as atividades turística sazonal, agrícola, industrial e de pesca. Esta combinação de fatores faz do território da APA da Baleia Franca um território bastante dinâmico e desafiador dentro do contexto de uma unidade de conservação ambiental - desde o ponto de vista ecológico, cultural e econômico. Dessa forma, para contribuir com a gestão territorial e compreender a transformação da paisagem no território da APABF, a presente pesquisa parte da visão geossistêmica (BERTRAND, 1968; 1998; 2008; 2009), no intuito de compreender a relação dinâmica e instável entre os diferentes elementos bióticos, abióticos e antrópicos que compõem o sistema onde a APABF está inserida, materializados no tempo e no espaço e cristalizados na paisagem.

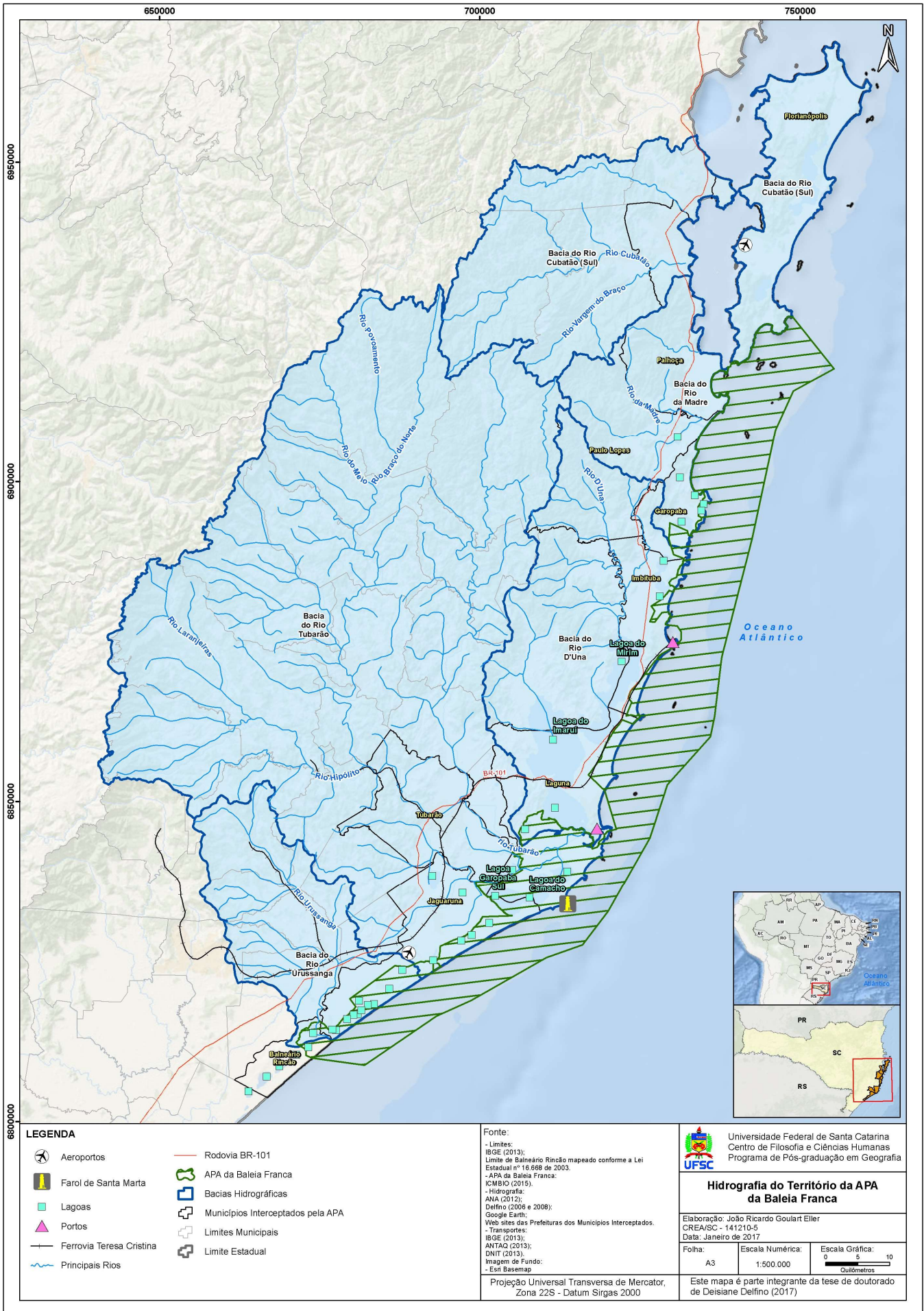
Assim como, adota a versão aprimorada da teoria pelo próprio Bertrand (2001) – em que ele constrói o tripé de análise **Geossistema-Território-Paisagem** (GTP) que permite traçar uma análise de passado, presente e futuro voltada para a gestão, como visto no capítulo 2. Em que procura-se conhecer o geossistema, entender o território e verificar as transformações da e na paisagem, para a partir de então, se estabelecer um plano de gestão territorial ambiental - sistêmico e integrado.

Com base neste conceito, verificou-se no decorrer desta pesquisa que o polígono que define os limites políticos-jurídicos da APABF não corresponde aos anseios desta pesquisa, porque não permite visualizar o geossistema, em que a UC está inserida, na sua totalidade. A continuidade de determinados ecossistemas para fora do polígono da APABF e as relações e trocas de energia entre os diferentes elementos presentes (endógenas e exógenas) exigiu um olhar para além dos seus limites oficiais e é um dos motivos pelos quais se sugere uma gestão diferenciada no âmbito da UC - a gestão territorial.

Por tais motivos, esta pesquisa considera como território da APABF a área delimitada pelos nove municípios que a compõem, com exceção de Tubarão, em que o recorte incorporou apenas as áreas planas do município e a planície de inundação do rio Tubarão. Esta delimitação

é importante porque norteia a apresentação dos dados a seguir e nos capítulos seguintes sobre a configuração do sistema GTP na APABF.

Figura 16 - Mapa de hidrografia



**LEGENDA**

	Aeroportos		Rodovia BR-101
	Farol de Santa Marta		APA da Baleia Franca
	Lagoas		Bacias Hidrográficas
	Portos		Municípios Interceptados pela APA
	Ferrovias (Teresa Cristina)		Limites Municipais
	Principais Rios		Limite Estadual

Fonte:  
 - Limites: IBGE (2013);  
 - Limite de Balneário Rincão mapeado conforme a Lei Estadual nº 16.888 de 2003.  
 - APA da Baleia Franca: ICMSBio (2015);  
 - Hidrografia: ANA (2012); Delino (2006 e 2008); Sogite Earth; Web sites das Prefeituras dos Municípios Interceptados.  
 - Transportes: IBGE (2013); ANTAQ (2013); DNIT (2013).  
 Imagem de Fundo: Esti Basemap  
 Projeção Universal Transversa de Mercator, Zona 22S - Datum Sirgas 2000

Universidade Federal de Santa Catarina  
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-graduação em Geografia

**Hidrografia do Território da APA da Baleia Franca**

Elaboração: João Ricardo Goulart Eller  
 CREA/SC - 141210-5  
 Data: Janeiro de 2017

Folha: A3	Escala Numérica: 1:500.000	Escala Gráfica: 0 5 10 Quilômetros
-----------	----------------------------	------------------------------------

Este mapa é parte integrante da tese de doutorado de Deisiane Delino (2017)



## 4.1 O GEOSSISTEMA DA APA DA BALEIA FRANCA

A unidade de análise denominada geossistema vem atender a necessidade de se compreender a complexidade geográfica ambiental vivida nas últimas décadas, em que os espaços estão cada vez mais antropizados e artificializados. É um conceito aplicado no âmbito territorial, se constitui em uma unidade espacial delimitada e analisada dentro de uma escala, que permite compreender a complexidade da hibridação entre o natural e o social, materializados na paisagem (BERTRAND, 1968).

A APA da Baleia Franca foi criada, em função do crescimento urbano desordenado que vinha ocorrendo na região desde a década de 1970 - acentuado nos anos 90-, da ameaça que esse processo poderia representar à permanência e sobrevivência da Baleia Franca no território, bem como, da degradação dos ecossistemas marinho-costeiros na área.

A Baleia Franca vem sofrendo diferentes tipos de ameaça no litoral catarinense: primeiro, ligado à caça até a década de 1970; segundo, ao molestamento da espécie por diferentes tipos de atividades e logo, da degradação e contaminação dos recursos naturais e maior circulação de pessoas e embarcações na zona costeira. Estes fatores, associados ou não, podem provocar o seu afastamento do território, comprometer o seu ciclo reprodutivo e sua sobrevivência (IWC/BRASIL, 1999; IBAMA, 2000; GROCH, 2005, BRAGA, 2014).

De acordo com o plano de ação para a conservação da Baleia Franca no estado de Santa Catarina (IWC/BRASIL, 1999) – que embasou a criação da área protegida - estes cetáceos estão sujeitos a uma série de ameaças, tais como: a) Perturbação na área reprodutiva, causada por ruídos produzidos em geral por embarcações; b) Colisão com embarcações de grande porte; c) Emalramento em redes de pesca; d) Eventos relacionados a poluição, tanto sonora, quanto a contaminação das águas por agentes químicos poluentes; e) Poluição causada pelo esgoto doméstico, industrial ou resíduos de defensivos agrícolas; f) Ocupação desordenada da terra e do mar; e g) A sobrepesca.

### 4.1.1 A Baleia Franca como um importante valor ao longo do tempo

A *Eubalaena australis* - Baleia Franca austral (Figura 17) - habitante do Hemisfério Sul, costuma passar o verão (dezembro a março) nos pólos e migra para águas mais quentes durante o inverno (junho a setembro) para acasalamento e reprodução (GROCH, 2005; BRAGA, 2014).

Os locais reconhecidos como estoques reprodutivos mundiais da espécie estão localizados na África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e América do Sul. Na América do Sul a maior área de concentração reprodutiva ocorre na Península Valdez, na Argentina e uma área menor no sul do Brasil, proveniente da Argentina. No Brasil, a área de maior concentração está em Santa Catarina (IWC/BRASIL, 1999; BRAGA, 2014).

São animais de grande porte, dentre os quais a fêmea pode atingir até 17 metros de comprimento (IWC/BRASIL, 1999). Atualmente, estima-se que no Hemisfério Sul existam cerca de 12.000 indivíduos da Baleia Franca Austral; no entanto, antes da exploração comercial mundial, este número chegava a 90.000 indivíduos (GROCH *et al.*, 2013; GROCH, 2005).

A sua área de alimentação está associada a áreas com grandes concentrações de zooplânctons. As fêmeas costumam permanecer com o filhote no local de reprodução cerca de 11 semanas. A primeira gestação de uma fêmea pode ocorrer aos nove anos; a expectativa de vida reprodutiva é de cerca de 30 anos e pode viver até os 65. Uma estação reprodutiva pode durar até 5 meses. Não costumam formar grandes grupos, geralmente estão solitárias, em pares de mães e filhotes ou em pequenos grupos de adultos (GROCH, 2005).

No Brasil, a ocorrência da Baleia Franca se dava da Bahia, situada no litoral nordeste, em direção ao litoral sul. No entanto, a caça da Baleia até meados do século XX levou a sua quase extinção (Figura 18). Até que em 1987, a lei federal n. 7643 decretou a proibição da caça de Cetáceos no Brasil. No entanto, em 1989, a Baleia Franca entrou na lista oficial brasileira de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA (IWC/BRASIL, 1999; BRAGA, 2014).

Somente no litoral catarinense foram capturadas 750 Baleias entre 1793-1796, cerca de 350 entre 1812-1815 e cerca de 300 entre 1816-1819, período em que começou a ser registrada a sua escassez. Segundo os últimos registros, entre 1950-1973 foram capturados 350 indivíduos e, em 1973, foi capturada a última Baleia Franca no litoral catarinense (IWC/BRASIL, 1999).

*Toda a minha família, o meu avô, meu tio, meu pai, eles eram matador de Baleia né. Então a última Baleia que teve em Garopaba, eu ajudei a matar, e ajudei a desossar ela, com mais seis pescadores. Eu tinha de 18 a 20 anos, faz quase 50 anos. [...] Nós tava numa corrente naquela época de matação*



*de Baleia porque era um ganho a mais que a gente tinha. [...]. Mas hoje eu tenha ela como proteção viva. Aqui em Santa Catarina, nós temos ela mais próxima da praia que em outros lugares pra gente ver... é um orgulho pra gente (Entrevistado 45).*

Figura 17 - Baleias Francas registradas no território da APABF



Acervo: Projeto Baleia Franca, autoria de Paulo Flores (ICMBio, 2015).

Figura 18 - Caça da Baleia Franca no território da APABF



Acervo: Projeto Baleia Franca [197?].

As armações baleeiras em Santa Catarina se distribuían do litoral norte ao litoral sul, sendo que os pontos mais ao sul localizavam-se no que hoje é o território da APABF - um em Garopaba e outro em Imbituba, ambos construídos no século XVIII. A caça de Baleias estava ligada ao

aproveitamento da gordura para a produção de óleo para iluminação, lubrificação e fabricação de argamassa para construções (IWC/BRASIL, 1999).

Na década de 1980, as Baleias Francas reapareceram no litoral brasileiro, tendo como principal área de concentração o sul-catarinense, situada entre o Cabo de Santa Marta, em Laguna, e Florianópolis. Esta região está composta por enseadas e baías, de águas mais calmas, mais rasas e protegidas de predadores e do vento sul forte, típico dos meses de inverno – características estas mais adequadas a reprodução da espécie (GROCH, 2005; BRAGA, 2014).

Durante o monitoramento realizado pelo projeto Baleia Franca, no período entre 1986-2010, verificou-se um aumento populacional estimado em 12%, onde foram registrados 670 indivíduos. A estimativa é que cerca de 100 Baleias visitam o litoral catarinense por ano, no período entre julho e novembro (GROCH *et al.*, 2013).

Além de ser protegida pela APABF, a espécie foi declarada Monumento Natural do Estado de Santa Catarina em 1995<sup>34</sup>. Ambas iniciativas foram promovidas pelo Projeto Baleia Franca, fundado em 1982, com o objetivo de “garantir a sobrevivência e a recuperação da Baleia Franca em águas brasileiras” (IWC/BRASIL, 1999).

As Baleias Francas são os cetáceos que chegam mais próximo da praia, algumas vezes alcançando a zona de rebentação das ondas ou posicionando-se a poucos metros dos costões rochosos. A observação de Baleias pode ser feita por mar e até mesmo por terra, justamente por chegar tão próximo a costa.

Desde 1999 pode ser observada através das atividades de Turismo de Observação de Baleia (TOB), reguladas pela portaria do IBAMA n. 117, de 26/12/1996. O IWC/BRASIL (1999) já destacava em seu plano de ação o potencial que a Baleia Franca representa para o turismo ecológico de Santa Catarina, uma vez que sua presença ocorre entre o inverno e a primavera, representando uma alternativa ao turismo sazonal que ocorre na região somente no verão. De acordo com o IWC/BRASIL, seria necessário regulamentar e monitorar a atividade de forma a assegurar a proteção da espécie e poderia ser feito tanto por mar, como por terra<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Decreto estadual n. 171, de 06/06/1995.

<sup>35</sup> A atividade de Turismo de Observação de Baleias Embarcado (TOBE) foi suspensa por ação judicial em 2012 até o momento, por suspeita de molestamento das baleias, gerando uma divisão de opiniões nos diversos setores sociais a respeito da viabilidade da realização do mesmo e suas interferências no comportamento da espécie.

Com base na referida portaria, a APABF faz o monitoramento e cadastramento anual das embarcações que realizam a atividade no território. Além desta, a lei 7.643/1987, a portaria do IBAMA n.24/2002 e a Instrução normativa 102/2006 regulamentam a atividade e/ou buscam proteger os cetáceos (ICMBIO, 2014).

De acordo com o relatório da atividade emitido pela equipe técnica da APABF, no período de 2005 a 2010 foram realizados 742 passeios embarcados, atingindo 9.247 passageiros; deste total, foram registrados 3.060 passageiros somente no ano de 2010. A atividade foi realizada por 3 operadoras de turismo e utilizou 4 embarcações, durante os meses de julho a novembro. Os passeios ocorreram, em sua maior parte, nas praias de Ibiraquera, Guarda do Embaú, Siriú, Gamboa e Garopaba - onde tem sido registrado o maior número de avistagens e tempo de permanência das Baleias (MOREIRA *et al.*, 2011).

Segundo BRAGA (2014) as áreas com maior densidade de Baleias são as enseadas da Guarda-Gamboa, Siriú-Garopaba e Ribanceira-Ibiraquera - áreas que apresentam sedimento de areia argilosa, estão conectadas a desembocaduras de rios de maior porte, possuem maior turbidez e/ou estão menos expostas a ação dos ventos.

De 2010 a 2012, foram registrados 673 passeios e 12.215 passageiros, sendo a maioria dos passageiros de origem do continente sul-americano - cerca de 90% -, originários principalmente do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Argentina e Venezuela (ICMBIO, 2014).

Por outro lado, existe a atividade de observação de Baleia por terra. Entre as principais iniciativas no território está a Rede TOBTerra, formada em 2015, com o objetivo de promover a prática do turismo de base comunitária focado no respeito aos ecossistemas costeiros e a Baleia Franca e visando fortalecer a cultural local.

A Rede envolve diferentes grupos de atores, como instituições de ensino, ONGs ambientalistas e as prefeituras municipais de Garopaba e Imbituba. Os trabalhos da rede são desenvolvidos com base na promoção do Turismo de observação terrestre de Baleias, na realização de trilhas ecológicas na zona costeira e na criação de receptivos culturais ligados a cultura da pesca e agricultura local (IFSC, 2016<sup>36</sup>).

---

<sup>36</sup> Disponível em <http://garopaba.ifsc.edu.br/index.php/component/content/article/391-a-importancia-do-turismo-de-base-comunitaria-para-garopaba>. Acessado em 27/06/16.

### 4.1.2 Geologia

Um dos primeiros fatores necessários à compreensão do estado da paisagem no território da APABF - como está composta, sua estrutura, sua forma - está relacionado à geologia.

No território da APABF ocorre a predominância de depósitos sedimentares do Quaternário em toda a zona costeira, onde pode-se identificar os depósitos litorâneos nas praias ao norte, em Palhoça e ao sul, em Jaguaruna; os depósitos de planície de inundação em Imbituba; os depósitos deltáicos em Laguna e Jaguaruna; e os depósitos eólicos de Imbituba a Balneário Rincão. Nestes depósitos encontram-se as areias, argilas, cascalhos, seixos e sedimentos silticos argilosos (SANTA CATARINA, 1986; VEADO, 1989).

O território apresenta formações mais antigas do Neoproterozóico, com idade entre 1000 m.a a.p, como toda a área formada pelo Granito Serra do Tabuleiro, Riolito Cambirela, Granitóide Imaruí-Capivari, Granitóide Paulo Lopes e Granito Jaguaruna. E apresenta formações mais recentes, do Cenozóico, com idade entre 65 M. A. AP-hoje, na área correspondente aos depósitos sedimentares.

A costa de Santa Catarina é extensa e foi bastante deprimida pelos movimentos tectônicos que se seguiram à ruptura do Gondwana. De Imbituba para o norte, movimentações relativamente recentes são responsáveis por uma costa ainda muito recortada, com formação de muitas ilhas como a de Santa Catarina, ela mesma um produto da união de ilhas menores pela sedimentação. De Imbituba para o sul, a costa é mais retilínea, sendo finalmente separada da extensa planície costeira do Rio Grande do Sul pelas falésias basálticas de Torres (SCHEIBE, 1986, p. 33).

De acordo com o Mapa Geológico (Figura 19) observa-se ainda que:

- a) Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Tubarão apresentam algumas áreas com formação do Paleozóico, constituindo a Suíte Intrusiva Serra do Mar e Suíte Intrusiva Tabuleiro.
- b) Ao longo do litoral, todos os municípios apresentam áreas com formação do Cenozóico, compondo a planície costeira

quaternária, formada por depósitos marinhos, coluviais, eólicos, lacustres e mistos. Sendo que no litoral sul da APABF há o predomínio dos depósitos eólicos.

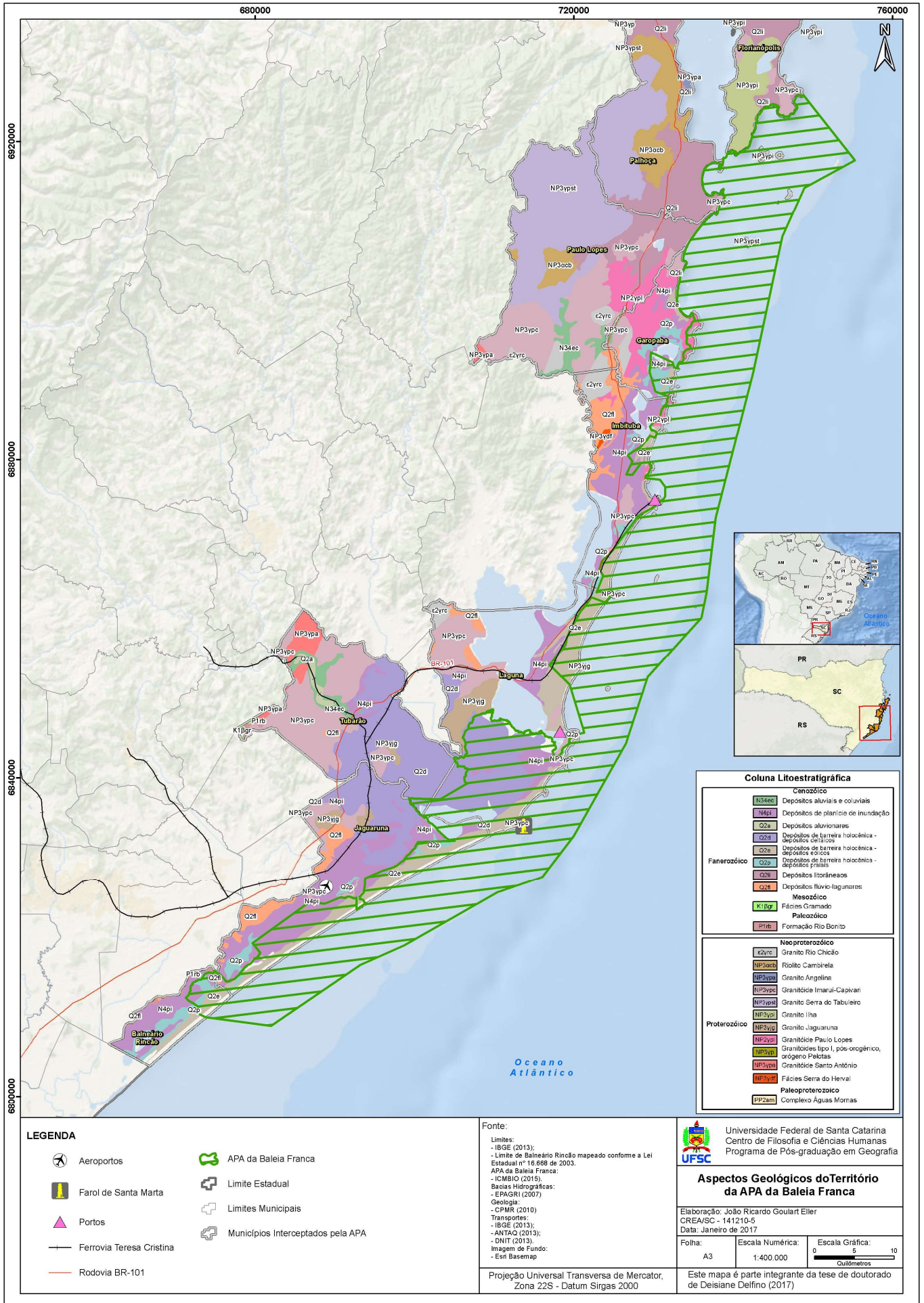
O setor norte e centro da APABF é marcado por uma planície “mais estreita e muito seccionada por morros, rochedos e afloramentos cristalinos pertencentes ao geossistema Serra do Leste Catarinense, que avançam até a costa e originam pontais, baías e penínsulas” (VEADO, 1998, p. 38).

No setor sul, “a planície é contínua e alarga-se para o interior, em direção à Serra Geral. A sedimentação marinha originou muitas lagoas na planície” (*op. cit.* p. 42), como as de Garopaba e Ibiraquera (Imbituba). Há presença de campo de dunas baixas neste setor, bastante modificadas pela atividade turística e ocupação desordenada nos balneários. A área é rica em calcário de Ibiraquera (Imbituba) à Garopaba do Sul (Jaguaruna).





Figura 19 - Mapa de Geologia







### 4.1.3 Pedologia

Um dos elementos que contribui na compreensão da dinâmica da evolução da paisagem é o conhecimento da configuração pedológica – a qual leva a entender como se dá a aptidão agrícola dos solos na área de estudo. No território da APABF, pode-se distinguir dois agrupamentos de solos, conforme a sua distribuição geográfica, um associado à planície litorânea e o outro às áreas montanhosas.

A área litorânea ao norte da APABF apresenta argissolos nas partes mais altas da planície (Figura 20), predominante em Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes e Garopaba.

Em Palhoça, na área conhecida por Baixada do Maciambú, estão os neossolos, seguidos de uma faixa de dunas junto à costa. A área possui ocupação mais próxima a linha de costa, cercada por cordões arenosos que se estendem próximo as serras cristalinas. Atualmente está livre de qualquer tipo de ocupação, porque pertencia ao PEST, que por ser unidade de proteção integral não permite nenhum tipo de uso no interior do Parque. A área foi desanexada do PEST em 2010 e incorporada a uma nova área protegida de uso sustentável, a APA do Entorno Costeiro<sup>37</sup>, criada em 2010. Para esta área está previsto um plano de urbanização, com previsão para a construção de uma cidade que poderá abrigar até 30 mil habitantes a médio prazo<sup>38</sup>. Tal área é classificada pela equipe gestora da APABF e do PEST como de fragilidade ambiental.

Em Paulo Lopes, estão os gleissolos, na área banhada pelo rio Maciambú e pelo rio da Madre, área bastante úmida, onde se desenvolve atividade pecuária e recebe interferência direta da rizicultura, que ocorre

---

<sup>37</sup> A APA do Entorno Costeiro e outras duas APAs foram criadas em 2010, em áreas desanexadas do PEST pelo Decreto Estadual n. 3159, de 24/03/2010. No entanto, o processo de criação desta APA está em discussão no Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF), que associado as mudanças nos Planos Diretores municipais, põe a área em risco ambiental, pela projeção e tipo de ocupação urbana prevista (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, 02/11/2013).

<sup>38</sup> Em 2010, o município de Paulo Lopes fez alterações no seu Plano Diretor, permitindo a construção de edifícios de até 15 andares, na área formada pela Lagoa do Ribeirão e banhados – área alagável e bastante sensível, que foi desanexada do PEST recentemente. Tendo em vista tal alteração, já existe previsão de urbanização para abrigar cerca de 30 mil pessoas em médio prazo. (JORNAL DIÁRIO CATARINENSE, (02/11/2013). Um dos projetos de urbanização previstos, o Projeto Porto Baleia, prevê a construção de 12 empreendimentos relacionados a moradia, hotel, centro de convenções, aeródromo e clube de golfe. O que até 2035 permitiria a movimentação de cerca de 13 mil pessoas, mais que a própria população de todo o município de Paulo Lopes hoje. O projeto foi para análise da FATMA e não teve seu licenciamento deferido (JORNAL NOTICIAS DO DIA, 04/05/2014).

mais ao interior do município. Os rios nesta unidade deságuam diretamente na praia da Guarda do Embaú.

Na planície litorânea entre Garopaba e Balneário Rincão estão os neossolos, onde localizam-se as principais áreas urbanas dos municípios situados ao norte e, há produção agrícola ao sul. A maior área de neossolos encontra-se em Jaguaruna, onde ocorre a produção de mandioca, melancia, fumo e plantações de eucalipto.

Apesar das limitações de usos agrícolas causada por sua baixa fertilidade, os neossolos nesta área estão associados à culturas sazonais, localizadas em relevo plano levemente ondulado, associadas à elevação do lençol freático em grande parte do ano. O município de Jaguaruna é o maior produtor agrícola e com maior diversidade de culturas do território, no entanto, tais culturas exigem a necessidade de correção da acidez e fertilidade do solo com produtos químicos (PUNDEK e MOLINARI, 2001; ZAMPIERI *et al.*, [20??]<sup>39</sup>).

O solo de dunas estende-se por todo o território, mas é a partir de Imbituba - na direção sul - que tem maior expressão. Nestas áreas encontram-se as principais ocupações urbanas de praias e as maiores irregularidades em relação a ocupação e degradação de áreas de vegetação de dunas e restinga. Esta área caracteriza-se pela aptidão não agrícola do solo. Segundo Pundek e Molinari (2001) e Zampieri *et al.* [20??] são terras impróprias para qualquer cultivo e destinadas a proteção e abrigo de fauna e flora, classificadas como de preservação permanente.

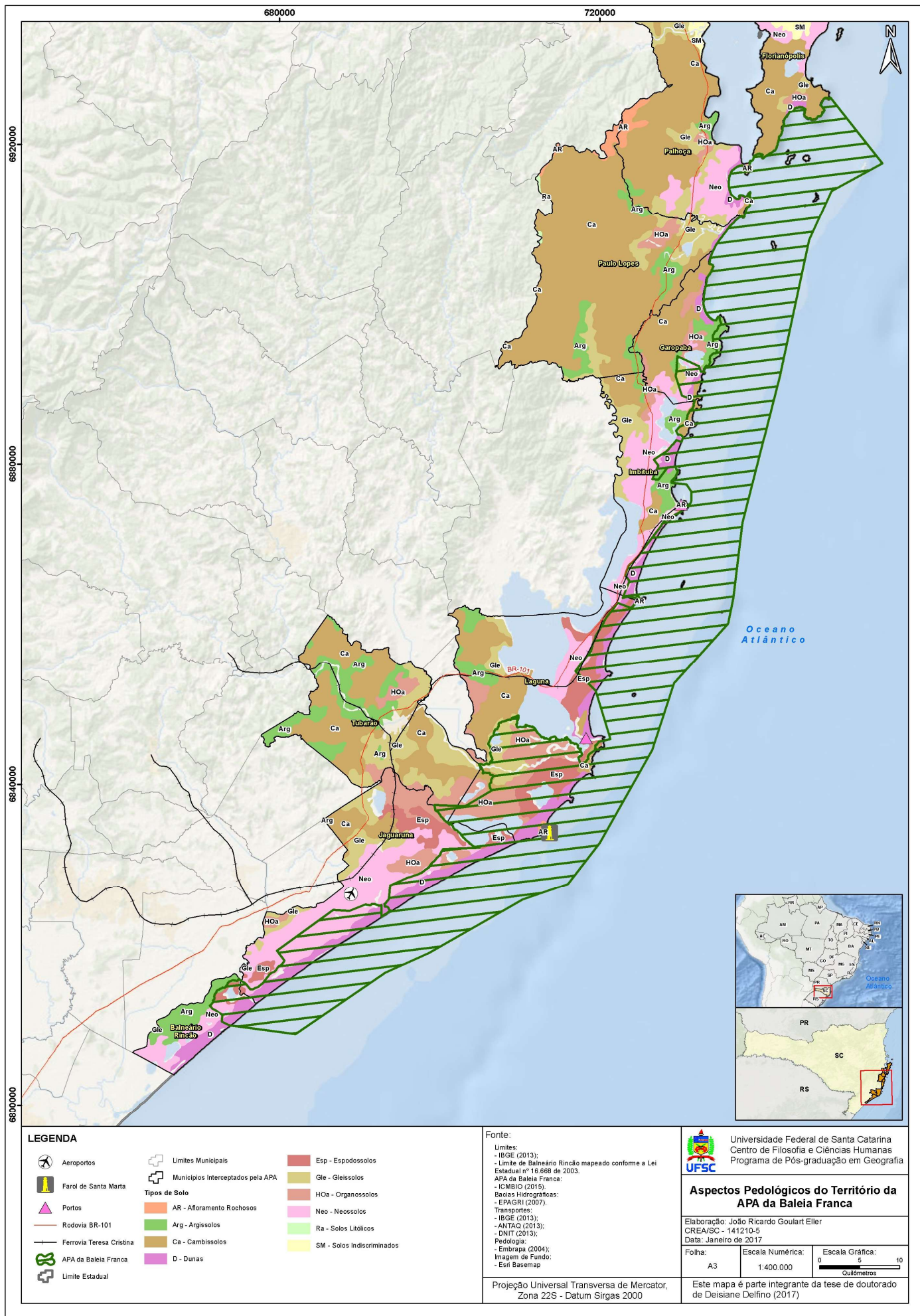
Na planície da bacia do rio Tubarão, na intersecção entre Tubarão, Jaguaruna e Laguna, estão os organossolos e espodossolos, área onde ocorre o cultivo de arroz irrigado e há a presença de turfeiras. A produção de arroz, como já foi mencionado, está associada ao uso de produtos químicos e, conseqüentemente, à contaminação dos recursos hídricos que deságuam diretamente dentro da APABF.

Observando os tipos de solos e os usos no território da APABF, percebe-se que a agricultura é mais desenvolvida ao sul do território. Ao norte os solos são mais pobres e ácidos, um fator limitante para a agricultura (VEADO, 1998).

---

<sup>39</sup> Ano de publicação não divulgado.

Figura 20 - Mapa de Pedologia





#### 4.1.4 Geomorfologia

A APABF é composta por paisagens derivadas da combinação de dois grandes blocos geomorfológicos que compõem o litoral centro-sul catarinense (Figura 22), formados a partir do final da era Mesozóica - o de terras altas e o de terras baixas (Figura 21):

- a) **Unidade Geomorfológica da Serra do Tabuleiro/Itajaí** – constituída de terras mais altas ao norte da APABF, embora se estenda até o município de Laguna. É proveniente de embasamentos em estilos complexos, “composta por uma sequência de serras dispostas de forma subparalela”, as quais apresentam-se mais baixas em direção ao litoral, onde formam pontas, penínsulas e baías. Nesta unidade encontram-se as maiores altitudes do território, na área onde localiza-se o PEST, onde os picos mais altos chegam cerca de 1.000 metros de altitude, como o Morro do Cambirela com 1.043 metros. Por outro lado, as partes mais baixas - que se estendem até a costa - atingem até 100 metros. A paisagem nesta unidade é caracterizada por vales profundos e encostas íngremes, separadas por cristas bem marcadas, composta por rochas graníticas intrusivas, rochas metamórficas e rochas cristalinas (SANTA CATARINA, 1986, p. 32).
- b) **Unidade Geomorfológica Planície Litorânea** – constituída por terras mais baixas, sobretudo ao sul, proveniente de depósitos sedimentares da planície litorânea, predominante nos municípios de Laguna, Jaguaruna, Balneário Rincão, parte de Tubarão e, ainda, em Imbituba na área central da APABF. Esta unidade caracteriza-se por um litoral mais largo e retificado, onde localizam-se praias extensas, acompanhadas de formações dunares e lacustres, as quais são verificadas, com maior expressão, na paisagem litorânea dos municípios de Laguna e Jaguaruna. A altitude média da área fica entre 10 e 30 metros. Seus principais componentes geológicos são os sedimentos sílticos-argilosos e as areias finas quartzosas de depósitos quaternários. Aqui encontram-se os sambaquis do território da APABF – sítios arqueológicos, produto de depósitos conchíferos (SANTA CATARINA, 1986, p. 31).

Desta combinação geomorfológica se dá o contraste de uma paisagem formada pelas planícies litorâneas e pelas elevações montanhosas, resultando em uma costa desenhada por enseadas, praias, campos de dunas, costões, lagunas e manguezais (SANTA CATARINA,



2010<sup>c</sup>).

Figura 21 - Formações montanhosas e planície litorânea, território da APABF



a) Propriedade Gaia Village, Garopaba. Área de dunas com vegetação de restinga na parte da frente e Montanhas do Tabuleiro ao fundo. Acervo: Gaia Village (2016).



b) Planície Litorânea no Farol de Santa Marta, Laguna. Mar à esquerda e Complexo Lagunar Santa Marta-Camacho-Garopaba do Sul à direita. Crédito: Miguel Von Berh (2015).

Na porção ocidental da APABF localiza-se um conjunto de serras “moldadas por escarpas que alcançam o oceano na forma de promontórios rochosos”. Na porção oposta encontra-se a planície litorânea, formada “por depósitos sedimentares distribuídos em uma faixa estreita arenosa, que percorre paralelamente ao mar e se caracteriza pela presença de praias e sistema de dunas” (MARTINS, 2012, p. 111).

Do Farol de Santa Marta, em Laguna, na direção norte - há o predomínio de um litoral recortado pela descontinuidade da costa, dando lugar a praias de bolso ou enseadas. É “composta por um conjunto singular de praias, promontórios e costões rochosos, baías, enseadas, cabos e ilhas de expressivo valor estético e paisagístico” (MARTINS, 2012, p.111). A área é drenada por pequenas bacias hidrográficas e seus principais rios são o Cubatão, da Madre e o D’Una.

Já do Farol para o sul - incluindo Jaguaruna e Balneário Rincão - a área apresenta uma costa retilínea e alongada na direção nordeste-sudoeste, separada entre si apenas pela foz do rio Urussanga e da Lagoa do Camacho. A paisagem nesta porção da APABF “é marcada pelo alargamento (sentido Leste-Oeste) da planície costeira e pela homogeneização da linha da costa, dando início a uma das praias arenosas mais extensas do mundo” (MARTINS, 2012, p. 114). A área é drenada por duas bacias hidrográficas e seus principais rios são o Tubarão e o Urussanga.

Na planície litorânea há presença de inúmeras lagoas paralelas à linha da costa, separadas do mar pela extensa barreira de formações dunares, onde predominam paisagens de dunas arenosas. Tal paisagem é predominante na APABF, possui forte apelo turístico e vem sendo alvo do mercado imobiliário nos últimos 30 anos (SANTA CATARINA, 2010<sup>b</sup>).

Esta unidade ainda pode ser subdividida em outros cinco compartimentos geomorfológicos segundo Santa Catarina (1996, p. 43), compondo paisagens com diferentes feições ao longo da planície litorânea:

- a) **Marinho Praial** – “área plana resultante da acumulação marinha, podendo comportar praias, canais de maré, cordões litorâneos, dunas, plataformas de abrasão, e terraços arenosos”, característica das praias da Pinheira e da Guarda do Embaú (Palhoça).
- b) **Depósito Lagunar** – “área plana, levemente inclinada para o mar, apresentando ruptura de declive em relação a planície marinha recente, entalhada em consequência de variação de nível”,

- característica da área do entorno da Lagoa de Ibiraquera (Imbituba) e da Lagoa do Arroio corrente (Jaguaruna).
- c) **Depósito Flúvio Lagunar** – “área plana resultante de processo de acumulação lacustre permanente ou periodicamente inundada, podendo comportar diques marginais”, característica de toda área formada pelo complexo lagunar Santa Marta-Camacho-Garopaba do Sul (Laguna e Jaguaruna).
  - d) **Depósito Deltáico intralagunar** – “área plana resultante de processos de acumulação lacustre, apresentando ruptura de declive em relação a planície lacustre, em consequência da variação do nível marinho ou por movimentação tectônica”, encontrada no Ouvidor (Garopaba), no entorno do complexo lagunar Santa Marta-Camacho-Garopaba do Sul (Laguna, Jaguaruna) e pequena porção junto ao rio Sangão, no centro de Jaguaruna.
  - e) **Depósito Eólico** – “depósito arenoso de origens diversas, remodelado pelo vento, apresentando formas características de dunas [...] ou planícies arenosas”, aparecem desde Ibiraquera (Imbituba) até o limite sul do Estado de Santa Catarina, sendo mais expressivo em Jaguaruna.
  - f) De acordo com o MMA/CONAMA (2003) as dunas desempenham um importante papel na formação e abastecimento dos aquíferos, no controle de processos erosivos na dinâmica da zona costeira, além de possuir beleza cênica e paisagística – compondo assim um valor paisagístico e uma fortaleza do território da APABF.

A geomorfologia da APABF contribui para a existência de diferentes valores paisagísticos ao longo do território, valores estes que se classificam em mais de uma categoria como no caso das dunas, ricas pelo seu valor estético, mas também ecológico e de uso social. E mais do que isso, ajuda a compreender a paisagem através das formas do seu relevo e a história de evolução deste ao longo do tempo geológico – ferramenta essencial ao planejamento territorial e ambiental. Pois permite identificar “áreas de potencialidade, fragilidade, vulnerabilidade e sustentabilidade da paisagem [...]” (PENHA, 1992, p. 164).

Entre os dois blocos geomorfológicos que compreendem o território da APABF, a planície litorânea é a que apresenta maior índice de ocupação humana e urbana, em que a paisagem apresenta-se mais vulnerável e ameaçada pela falta de planejamento e de ordenamento territorial.



Figura 22 - Mapa geomorfologia

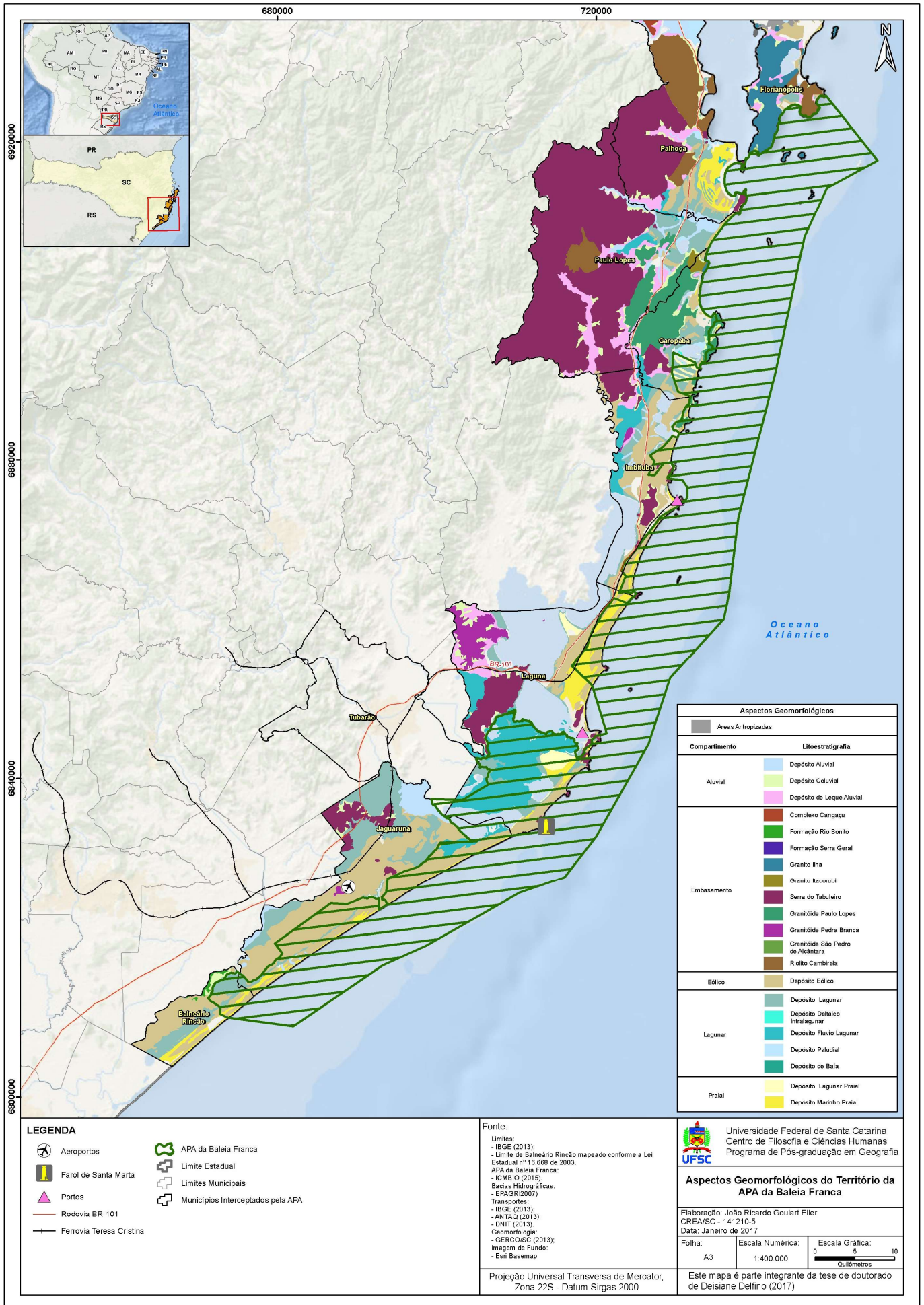
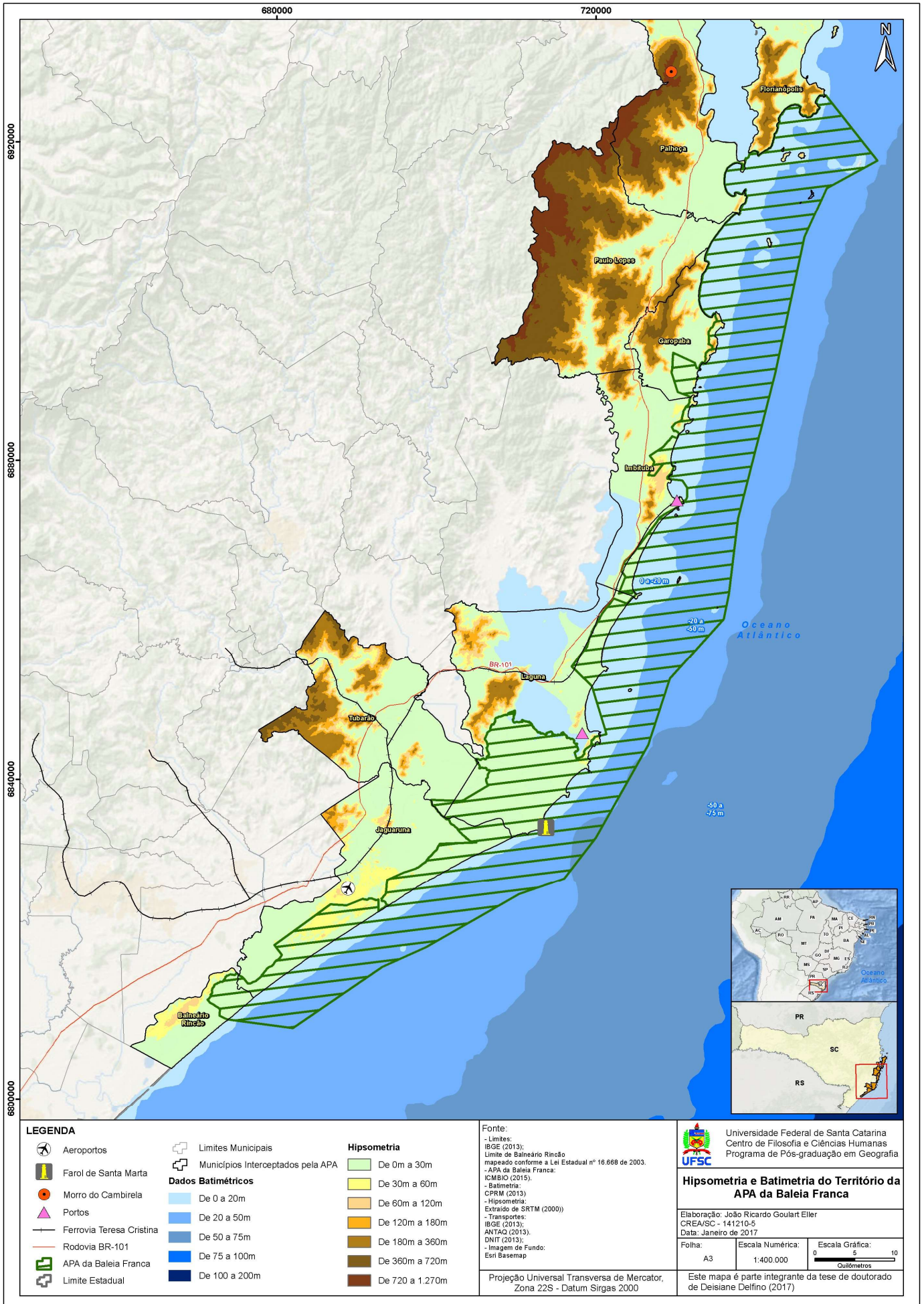






Figura 23 - Mapa de Hipsometria





#### 4.1.5 Clima

O clima, de acordo com a classificação de KOPPEN, é subtropical – mesotérmico úmido - ao longo de todo o litoral catarinense, sem a presença de estação seca e com verão quente, com pequenas variações em determinadas áreas do território da APABF em função dos microclimas que se formam.

O tipo climático é úmido com pluviosidade distribuída ao longo de todo o ano em função do seu relevo e das Massas Polar Atlântica e Tropical Atlântica (SANTA CATARINA, 1986). O território apresenta temperatura média anual de 20°C; precipitação de 1.400 mm ao longo do território e de 1.600 mm na região de Tubarão em direção ao ocidente; e possui umidade relativa anual de 85% em todo o território e maior que 85% no entorno ocidental do complexo lagunar até o litoral de Imbituba.

A temperatura média dos meses mais quentes é de 23°C na região centro-sul do Estado de Santa Catarina, enquanto que a temperatura média dos meses mais frios fica em torno dos 12°C.

De acordo com o Mapa Climatológico de Santa Catarina elaborado pela Epagri (PANDOLFO *et al.*, 2002), a temperatura média mínima anual para o território da APABF é maior que 8°C, enquanto que a média máxima anual está entre 18 e 19°C. A probabilidade de ocorrência de geada é de 20 a 30% nos meses de junho e julho (Quadro 9).

Veado (1998, p. 81) destaca que o clima ao longo do litoral catarinense é irregular e sofre algumas alterações de acordo com o geofácio. Em seu estudo mostra que no litoral sul -que inclui o sul da APABF - as chuvas são menos abundantes que no litoral central e norte de Santa Catarina (Quadro 10), o que de acordo com o autor se deve a dois fatores principais: o esfriamento da água do mar pela corrente das Malvinas<sup>40</sup> e a posição da linha de costa, voltada para o sudeste.

No litoral Sul, o litoral toma a direção nordeste-sudoeste, já no litoral central a costa está voltada para o norte. Isso faz com que no verão este último receba maior quantidade de chuvas trazidas pela Massa Tropical Atlântica. Já no inverno, o litoral sul apresenta mais chuvas por receber maior influência da Frente Polar (*op. cit.*, p. 45).

---

<sup>40</sup> A região sofre influência da corrente oceânica das Malvinas, que chega até o limite norte da APABF, no sul da Ilha de SC. Esta corrente é fria, “[...] reduz a temperatura da água do mar e, conseqüentemente, também a evaporação, o que refletira nos índices pluviométricos” (VEADO, 1998, p. 60).

...

[...] As invasões da frente polar, que governa o clima na Região Sul do país durante todo o ano, embora com menor incidência no verão, são frequentes, principalmente a partir de meados de outono até meados da primavera, com o máximo no inverno (*op. cit.*, 47).

O autor destaca que o município de Laguna apesar de estar numa faixa de menor pluviosidade do Estado, sofre a influência das serras cristalinas da região e das lagoas do Mirim, Imaruí e Santo Antônio, as quais “parecem atuar para elevar ligeiramente a pluviosidade da região”.

Quadro 9 - Climograma da região centro-sul catarinense

J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Temperatura Média mensal mês em °C											
23- 24	23- 24	22- 23	20- 21	17- 18	15- 16	14- 15	15- 16	16- 17	18- 19	20- 21	22- 23
Média da Temperatura Mínima Anual por mês em °C											
19- 20	19- 21	18- 20	16- 17	13- 13	11- 12	10- 11	11- 12	12- 14	14- 16	16- 17	17- 19
Média da Temperatura Máxima Anual por mês em °C											
30- 32	30- 31	29- 31	27- 28	24- 25	21- 22	22- 23	22- 24	23- 24	25- 26	27- 28	30- 31
Umidade relativa do ar em %											
80- 82	82- 84	82- 84	82- 84	82- 84	84- 86	82- 84	82- 84	82- 84	82- 84	80- 82	80- 82
Precipitação Total em mm											
110 - 170	110 - 170	130 - 170	<90 - 110	<90 - 110	<90 - 110	<=9 0	<90 - 150	110 - 130	90- 130	110 - 130	110 - 170
Insolação em horas											
180 - 220	160 - 180	180 - 220	160 - 180	160 - 180	140 - 160	160 - 180	140 - 180	120 - 160	140 - 180	160 - 200	180 - 220

Fonte: Pandolfo *et al.* (2002).

Em Santa Catarina, o clima com características subtropicais influencia na redução do número de espécies da Mata Atlântica no Estado. Assim como, o solo pobre em nutrientes no litoral é um fator limitante para o desenvolvimento das plantas. As chuvas constantes verificadas na região são um fator extremamente importante para o crescimento das plantas. No sul do território da APABF a vegetação sofre ainda mais a influência das condições climáticas, em função da redução da temperatura

média. “[...] o litoral do Estado funciona como um divisor fitogeográfico, tanto para a restinga e para o mangue, quanto para a floresta. [...] muitas espécies tropicais escasseiam à medida que avançam para o sul” (VEADO, 1998, p.85).

De acordo com o autor, a importância do clima para o desenvolvimento dos solos na região, uma vez que o clima super-úmido mantém o solo encharcado “devido às chuvas e ao lençol freático baixo”. No entanto, alerta que “a pobreza dos solos, a descontinuidade da planície, o relevo aplainado que facilita inundações das chuvas prolongadas”, são fatores limitantes às atividades agrícolas em algumas áreas do litoral centro-sul, consideradas de baixa produtividade em relação ao território catarinense (VEADO, 1998, p. 59).

Veado (1998) ao estudar as interações dos fatores ambientais no geossistema Planície Costeira quaternária demonstra que as chuvas tem uma presença relevante no geossistema, pois podem provocar inundações nas cidades, em função da quantidade e regime no decorrer no ano; mantém a quota de água no solo arenoso, evitando o déficit hídrico em quase todo o litoral; é importante para o cultivo de arroz irrigado em algumas áreas do território; costumam alagar áreas ao longo de rodovias, como a BR-101; e ainda, que quando coincide episódios de cheias com a maré alta, ocorre um grande acúmulo de água na planície.

Por outro lado, o clima subtropical, associado à paisagem das praias do território<sup>41</sup>, proporciona o desenvolvimento do turismo sazonal, especialmente, entre os meses de dezembro a março em todo o litoral da APABF. Atraindo sobretudo, turistas do sul do Brasil, Uruguai e Argentina, que buscam as praias catarinenses como alternativa ao clima mais frio das latitudes mais ao sul. Alguns municípios, neste período do ano, recebem um fluxo de turistas alto, como é o caso de Garopaba que em 2010 recebeu 132.738 turistas, quase sete vezes o tamanho de sua população. Segundo o mesmo estudo, a maioria dos turistas busca como principais atrativos: i) Os naturais, cerca de 60%; e ii) Os histórico-culturais, cerca de 20% (SANTUR, 2012).

---

<sup>41</sup> Vegetação, dunas, lagoas, temperatura da água do mar, enseadas, baías e costões.





Quadro 10 - Climograma dos Municípios de Florianópolis, Imbituba e Laguna

<b>Município</b>	<b>J</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>A</b>	<b>M</b>	<b>J</b>	<b>J</b>	<b>A</b>	<b>S</b>	<b>O</b>	<b>N</b>	<b>D</b>	<b>Média anual</b>
<b>Temperatura Média mensal em °C</b>													
Florianópolis	24,3	24,3	23,7	21,4	19,2	17,4	16,4	16,8	17,8	19,2	20,8	22,2	20,3
Imbituba	22,5	22,3	21,8	20,1	17,2	14,9	13,4	13,7	15,1	17,0	18,1	21,3	18,1
Laguna	23,6	23,7	23,0	20,7	18,2	16,5	15,8	16,0	17,1	18,6	20,2	21,6	19,5
<b>Precipitação Total Mensal em mm</b>													
Florianópolis	164,0	168,4	145,5	123,3	96,6	84,4	79,1	90,7	108,6	117,1	112,9	114,9	1405,5
Imbituba	138,8	75,3	123,9	53,8	113,3	125,6	63,3	136,1	114,1	151,0	72,7	66,9	1243,8
Laguna	116,8	104,4	147,9	124,5	95,7	94,6	92,4	118,9	143,8	125,6	98,2	88,7	1387,5

Fonte: Santa Catarina (1986).



Figura 24 - Neve no Cambirela, Palhoça



Foto: Daniel Queiroz, NDonline, 24/07/2013.

Figura 25 - Destruição em Tubarão pelos ventos fortes do Tsunami Meteorológico



Foto: Doia Cercal, NDonline, 17/10/2016.

A região vem enfrentando nos últimos anos alguns eventos climáticos extremos (Figuras 24 e 25), como o Furacão Catarina em 2004, que ocorreu no litoral sul catarinense e atingiu Balneário Rincão e Jaguaruna – seu epicentro foi mais ao sul do Estado<sup>42</sup>; a neve no Morro do Cambirela, Palhoça, em 2013, com registro de temperaturas de zero grau e abaixo de zero em municípios litorâneos da Grande Florianópolis<sup>43</sup>; e o Tsunami Meteorológico no litoral sul catarinense em 2016, o qual deixou rastros de destruição em parte do território da APABF, onde o município mais afetado foi Tubarão<sup>44</sup>.

#### 4.1.6 Vegetação

A área encontra-se no domínio de Mata Atlântica, com predominância de Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, vegetação de mangue e de restinga (Figuras 26). Estas podem ser divididas em dois grupos, de acordo com a geomorfologia local:

<sup>42</sup> Centro Universitário de estudos e pesquisas sobre desastres, Universidade Federal de Santa Catarina (CEPED/UFSC). Disponível em <http://www.ceped.ufsc.br/2004-furacao-catarina/>. Acessado em 18/10/2016.

<sup>43</sup> Notícias do Dia Online. Disponível em <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/ultima-grande-nevasca-no-morro-do-cambirela-em-palhoca-havia-sido-registrada-em-1942>, acessado em 18/10/2016.

<sup>44</sup> Notícias do Dia Online. Disponível em . Acessado em 18/10/2016.

- a) **Floresta pluvial da Costa Atlântica** - Está dividida em dois subgrupos, a vegetação de áreas mais altas e a de terras mais baixas. No primeiro grupo, podem ser encontradas árvores perenefoliadas de 20 a 30 metros de altura, com copas largas, espalhamento grosso e folhagem verde escura. As espécies mais importantes deste grupo são a *Ocotea catharinensis* (canela-preta), *Ocotea pretuosas* (canela-sassafrás), *Aspidosperma olivadeum* (peroba vermelha). No extrato médio pode ser encontrado o *Euterpe edulis* (Palmitreiro) (SANTA CATARINA, 1986; 2010).

Ainda, há um grande número de Bromeliáceas, orquidáceas, cactáceas e pteritóftas. Esta vegetação característica de áreas mais altas, pode ser encontrada no norte da APABF, nos municípios de Palhoça e Paulo Lopes, em altitudes entre 400 a 1000 metros. Entre as aves típicas deste ambiente pode-se citar a *Ortalis guttata* (aracuã) e *Aramides saracura* (saracura-do-mato) (SANTA CATARINA, 1986; 2010).

A Floresta Ombrófila Densa na região é caracterizada pela presença de matas de encostas íngremes “situadas nas diversas ramificações da Serra do Mar e Geral”, com composição diversificada em função da variabilidade de solos e microclimas (SANTA CATARINA, 2010<sup>b</sup>). Este tipo de vegetação cobre 7.000 km<sup>2</sup> do Estado de Santa Catarina. No município de Garopaba esta é a paisagem predominante, o que tem atraído a construção de condomínios residenciais de baixa densidade nas encostas, valorizados pela beleza cênica.

- b) **Vegetação Pioneira de influência fluvial marinha e marinha (mangue e restinga)** - Neste grupo, a vegetação é predominantemente herbácea e arbustiva, abrange agrupamentos e associações vegetais direta e indiretamente influenciadas pelo mar e pode ser encontrada ao longo de toda a costa da APABF.

Ao longo do território pode ser encontrada vegetação secundária sem palmeira em Florianópolis; área de agricultura e culturas cíclicas em todo o território; vegetação de restinga desde a Lagoa de Ibiraquera até o sul, sendo que a maior área se concentra nos municípios de Laguna e Jaguaruna; e vegetação fluvial herbácea ao redor das lagoas de Santa Marta, Camacho e Garopaba (Figura 27).

As áreas de manguezais são encontradas nos municípios de Florianópolis, Palhoça e Laguna – sendo que a porção de Laguna corresponde à última ocorrência de manguezal no Hemisfério Sul (Figura 43). A diversidade de espécies encontradas na área é pequena devido as condições climáticas e a degradação ocorrida. As espécies encontradas nos manguezais do território são *Rhizophora mangle*

(mangue-vermelho ou verdadeiro), *Laguncularia racemosa* (mangue-branco), *Avicennia schaueriana* (siriúba), *Spartina densiflora* e *S. alterniflora* (campim-praturá), dentre outras. Em Laguna, já não é mais possível encontrar o mangue-vermelho. Os marismas, ou brejos, ocorrem geralmente nas mesmas áreas ocupadas pelos manguezais, porém, na região da APABF são mais extensos pela topografia plana e úmida (SANTA CATARINA, 2010).

Os banhados estão por quase todo o litoral do território onde ocorrem lagoas, lagoinhas e beiras de rios, onde podem ser encontradas plantas submersas, flutuantes, ciperáceas, turfeiras, vegetação paludosa ou de brejo. Essas áreas no interior da APABF são impactadas, principalmente, pela rizicultura.

A vegetação de restinga é encontrada ao longo de todo o litoral – “situada em terrenos predominantemente arenosos, de origem marinha, fluvial, lagunares, eólicas ou combinações destas, de idade quaternária, em geral com solos pouco desenvolvidos”. Predominam espécies herbáceas e arbustivas, as quais ajudam na proteção de dunas. As dunas mais altas e extensas estão localizadas a partir do município de Garopaba na direção sul.

Dentre as espécies encontradas na faixa herbácea estão *Panicum racemosum* e *Spartina ciliata* (ambas conhecidas como capim-das-dunas) – as quais possuem importante função na fixação de dunas; na fase arbustiva, estão *Butia capitata* (butiazeiro), *Dodonaea viscosa* (vassoura-vermelha), *Eupatorium casarettoi* (vassoura-branca), *Schinus terebinthifolius* (aroeira-vermelha); enquanto que na fase arbórea, estão espécies como *Calophyllum brasiliense* (olandi), *Andira fraxinifolia* (angelim) e *Rapanea umbellata* (capororocão) (SANTA CATARINA, 2010<sup>b</sup>, p.153).

Dentre este agrupamento de vegetação cabe destacar que algumas espécies são bastante conhecidas e utilizadas no território pelo senso comum, como é o caso da aroeira-vermelha com função medicinal, o butiá para produção de licor e a vassoura para produção de vassouras e balaios artesanais.



Figura 26 - Vegetação no Território da APABF



a) Restinga arbórea na Propriedade Gaia Village, Garopaba. Acervo: Gaia Village (2016).



b) Figueira (*Ficus carica*), na propriedade Gaia Village, Garopaba. Acervo: Gaia Village, autoria de Ricardo Hentschel (2015).



c) Ipê –amarelo-do-brejo (*Handroanthus umbellatus*) na propriedade Gaia Village, Garopaba. Acervo: Gaia Village, autoria de Ricardo Hentschel (2015).

Atualmente, as áreas central e sul do território da APABF apresentam estágio mais avançado de transformação da paisagem de dunas e restinga, alvo da especulação imobiliária nas praias - onde ocorreu a construção de loteamentos e ocupação irregular em área de preservação permanente (APP), a exemplo de alguns balneários em Jaguaruna apontados por Delfino (2008).

Segundo Palazzo *et al.*. (2007) a vegetação que recobre os diversos promontórios da região é baixa e moldada pelo vento, comportando um conjunto florístico rico e variado. Esse “pacote” ambiental e paisagístico, composto por faixas de terra que se projetam sobre o mar, desprovidas de densa vegetação, tem sofrido ao longo dos anos com a degradação resultante de queimadas, pastoreio e, sobretudo, pela ocupação ilegal de loteamentos e casas de veraneio. As praias e baías emolduradas por essas formações rochosas são aquelas mais procuradas pelas Baleias (PALAZZO *et al.*, 2007 *apud* MARTINS, 2012, p. 111).

Estas são áreas de tensão ecológica protegidas por legislação específica, como a lei 11.428/2006, da Mata Atlântica e a lei 12.651/2012, Novo Código Florestal. De acordo com este último, dentre as formações vegetais citadas acima são consideradas APP:

- Vegetação de restinga, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;
- os manguezais;
- as florestas situadas em topos de morro, montanhas, serras com altura mínima de 100 metros e inclinação de 25°;
- a margem dos cursos d’água natural perenes e intermitentes, com no mínimo de 30 metros e máximo de 500 metros, de acordo com a largura do curso d’água.

Um estudo feito pelo Ministério do Meio Ambiente mostra que os remanescentes de vegetação da Mata Atlântica ocupam 27% da área original, “incluindo os vários estágios de regeneração de todas as fisionomias: florestas, campos naturais, restingas, manguezais e outros tipos de vegetação nativa”.

A supressão do bioma Mata Atlântica iniciou durante a colonização do território brasileiro com o desmatamento e a exploração madeireira. A cada ciclo econômico – mineração, plantações, criação de gado e por fim a industrialização - esse processo se intensificava para abrir espaço à novas atividades econômicas e à construção de cidades. Dentre estes, as *commodities* agrícolas, o crescimento da indústria nacional e a urbanização foram os grandes vilões da destruição parcial ou quase total destes ecossistemas (MMA, 2010, p.16).

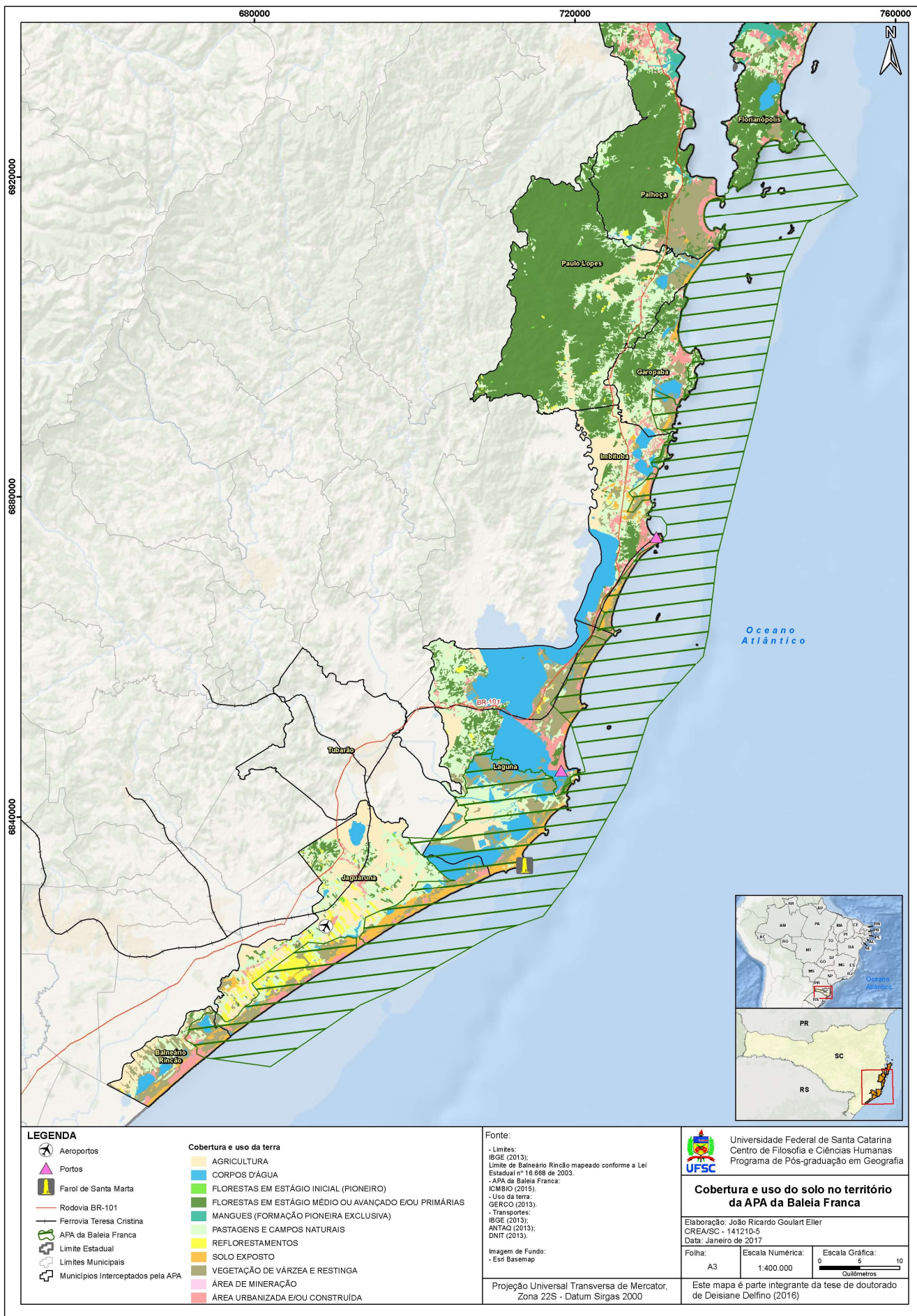
No território da APABF a urbanização das praias vem sendo a principal responsável pela ocupação e destruição da vegetação, o que vem ocasionando a ameaça de extinção de algumas espécies em ambiente de floresta ombrófila densa, restinga e dunas, verificados nos municípios de Laguna, Garopaba e Imbituba, de acordo com a Instrução Normativa MMA 06/2008 sobre a lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção (MMA, 2008; SANTA CATARINA, 2010).

A construção de residências, condomínios, restaurantes, hotéis e vias de acesso sem critério algum, intensificou os processos erosivos e de sedimentação marinha, a que se juntam os desmatamentos de encostas, que provocam transformações nos ecossistemas e aumentam o constante risco de deslizamentos (VEADO, 1998, p. 75).

No território ainda é possível encontrar espécies exóticas invasoras utilizadas com a finalidade de reflorestamento comercial, como *Pinus elliottii* (pinus) e *Eucalyptus spp.* (eucalipto). A *Casuariana equisetifolia* (casuarina) é uma espécie invasora que avança significativamente sobre as dunas frontais nos municípios de Jaguaruna e Balneário Rincão (SANTA CATARINA, 2010; CONAPABF, 2013).



Figura 27 - Mapa de Uso do solo





### 4.1.7 Hidrografia

Algumas das praias da APABF são banhadas pela desembocadura dos principais rios que cortam o território (Figura 16) e nascem nas Bacias Hidrográficas (BH) do rio Urussanga, Tubarão, D’una, Cubatão Sul e da Madre (Quadro 11) – contribuindo para a formação de paisagens peculiares.

A área de drenagem da BH do rio Tubarão – a maior do território e a segunda maior de SC - é de 4.728 km<sup>2</sup>, nasce junto a encosta da Serra Geral e deságua na Lagoa de Santo Antônio, em Laguna. O rio Tubarão possui vazão média de 130 m<sup>3</sup>/s (SANTA CATARINA, 2007).

Dentre os municípios que são drenados por esta BH, Jaguaruna e Tubarão se destacam pela produção de arroz irrigado. Em 2004, produziram 5.200 ha e 4.790 ha, respectivamente, consumindo 24.258.000m<sup>3</sup> e 22.35.350m<sup>3</sup> de água da bacia para irrigação do cultivo<sup>45</sup>.

Os municípios de Palhoça (800ha), Paulo Lopes (800 ha), Laguna (740ha) e Garopaba (40ha) também tem produção de arroz, em menor escala que os anteriormente citados (SANTA CATARINA, 2007).

A BH do rio Tubarão e a do rio D’Una são unidas pelo Complexo Lagunar. O rio D’Una nasce no PEST e deságua na Lagoa do Mirim, em Imbituba (SANTA CATARINA, 2007; 2010).

Quadro 11 - Bacias hidrográficas do território da APABF

<b>Bacia Hidrográfica</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>	<b>Região Hidrográfica</b>
Rio Tubarão	4.792	RH 9 – Sul Catarinense
Rio Cubatão do Sul	1.428	RH 8 – Litoral Centro
Rio D’Una	941	RH 9 – Sul Catarinense
Rio Urussanga	703	RH 10 – Extremo Sul
Rio da Madre	551	RH 8 – Litoral Centro

Fonte: Santa Catarina (2007).

Os rios que banham o território deságuam diretamente dentro da APABF. Os rios representam muito bem o funcionamento deste sistema interconectado, onde os impactos de determinadas atividades poderão ser verificados direta ou indiretamente no território da APABF.

Embora as áreas de drenagem das bacias hidrográficas sejam muito maior que o território delimitado para esta pesquisa, há que se considerar que as atividades carboníferas nas BHs do rio Urussanga e Tubarão,

<sup>45</sup> O maior produtor de arroz do Estado de Santa Catarina, Turvo, produziu 9.550 ha no mesmo período, consumindo 44.550.750 m<sup>3</sup> de água para irrigação (SANTA CATARINA, 2007).

podem ser percebidas no interior do território. A poluição dos recursos hídricos pela atividade carbonífera, pela suinocultura e pela rizicultura são ameaças ao território da APABF (ICMBIO, 2008).

As BHs por sua vez estão subdivididas em microbacias, unidades que se aproximam mais do território adotado por esta pesquisa em nível escalar, e considerada por esta pesquisa, como área de impacto mais direto à UC.

A captação e abastecimento de água no território é realizada pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) em Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna e Tubarão ou, por Sistemas Autônomos Municipais (SAMAE), em Jaguaruna e Balneário Rincão. No entanto, a captação de água nas áreas rurais e em muitos balneários ainda é realizada por sistema de ponteira, realizada direto pelo consumidor.

#### 4.2 SÍNTESE DOS VALORES DO GEOSISTEMA DA APABF

Abaixo segue o quadro síntese dos valores do Geossistema da APABF (Quadro 12), construído com base nas principais características de cada componente apresentado anteriormente, de forma a facilitar a leitura e compreensão do presente capítulo.

Quadro 12 - Síntese dos valores do Geossistema na APABF

- Ambiente Marinho rico em biodiversidade: Baleia Franca, Boto-Pescador, peixes (destaque para a Tainha), moluscos e crustáceos;
- Ambiente Lacustre amplo e diverso, com a existência de dois grandes complexos lagunares e mais de 30 lagoas dispersas pelo território – importante fonte de peixes, moluscos e crustáceos;
- Rede Hidrográfica ampla e complexa, contempla a área de drenagem de cinco bacias hidrográficas, que juntas somam 8.515 km<sup>2</sup> em que seus rios principais deságuam dentro da APABF;
- Ambiente Insular que serve de abrigo e espaço reprodutivo para aves marinhas e costeiras, no total são 12 ilhas;
- Ambiente Continental formado por serras e áreas montanhosas mais ao interior, que terminam em baías e enseadas na costa centro-norte;
- Ambiente Continental formado por planícies litorâneas que terminam em praias de faixas mais alargadas e extensas no sul;
- Presença de dunas, cordões arenosos, barreiras dunares e depósitos arenosos moldados pelos ventos predominantemente sul e leste, em toda a costa;
- Clima variado, com estações bem definidas, com destaque para o

verão e inverno, com temperaturas mínimas e máximas bem características e períodos chuvosos;

- Períodos chuvosos frequentes e importante para o abastecimento dos aquíferos e desenvolvimento e manutenção da vegetação nativa;
- Vegetação variada, típica de Mata Atlântica, composta por florestas de encosta, vegetações de planície e costeira, como a restinga, que tem importante papel na fixação de dunas; e existência de plantas típicas locais como a Arnica e o Butiá.
- Diversidade de espécies animais que abrigam-se nos diferentes ambientes marinhos, lacustres e florestais.

Fonte: elaborado pela autora.



## **CAPÍTULO 5**





## 5 DO GEOSSISTEMA AO TERRITÓRIO: A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA APABF

Dentro da categoria de análise geossistêmica apontada por Bertrand (1968 *apud* BERTRAND, 2009, p. 45) a ação antrópica apresenta-se como um fator de análise importante na evolução do geossistema. “O sistema de evolução se define por uma série de agentes e de processos mais ou menos hierarquizados”, divididos em agentes naturais e agentes antrópicos.

Ao analisar a ação dos agentes antrópicos na APABF não nos limitamos a avaliar os processos antrópicos decorrentes de diferentes atividades econômicas locais, mas buscamos compreender a transformação da paisagem litorânea - recorrendo a formação socioespacial (SANTOS, 1982), para assim, compreender o processo antrópico a partir da ocupação da região da área de influência da APABF.

A ocupação humana na região é anterior a chegada dos colonizadores, marcada pela presença de inúmeros sambaquis ao longo da costa, em que Jaguaruna possui a maior concentração mundial desses sítios arqueológicos - localizados junto as praias, dunas e sistemas lagunares. Os sambaquis “incluem sedimentos de origem artificial construídos pela ação tecnógena antropogênica [...] constituem acumulações de origem natural, com mistura de materiais de origem sedimentar, artefatos líticos e restos orgânicos” (HORN FILHO, 2003, p. 81). Apresentam diferentes formas e tamanhos, guardam vestígios da ocupação dos povos pescadores e coletores que viviam na costa sul brasileira, onde as datações realizadas apontam idades aproximadas de 5.500, 4.000 e 1.700 anos AP (SANTA CATARINA, 2010<sup>b</sup>; GIANNINI *et. al*, 2010;).

Na costa catarinense estão distribuídos em maior número entre os municípios de Laguna (43 sítios arqueológicos) e Jaguaruna (34 sítios arqueológicos); ainda podem ser encontrados em Tubarão (8 sítios arqueológicos). Estes sítios são bastante explorados para pesquisas arqueológicas e são protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional – IPHAN. Neles é possível encontrar instrumentos de pedra e ossos humanos. Foram intensamente explorados na década de 1970 para a produção de cal usada na construção civil, implementos agrícolas e ração animal e mais recentemente, vem sendo ameaçados pela ocupação urbana (ASSUNÇÃO, 2010).

Em seu estudo Assunção (2010) mapeou 90 sítios arqueológicos no litoral sul-catarinense, dos quais 32% foram classificados como de

grande porte – com até 400 metros de comprimento, 17% de médio porte, 41% de pequeno porte e 7% como deteriorados. Do total de sítios, 18% encontram-se bem preservados, 51% parcialmente preservados, 23% destruídos e 2% totalmente destruídos.

Além dos sambaquis (Figura 28a), podem ser encontrados registros da ocupação dos “homens dos sambaquis” nas oficinas líticas (Figura 28b) e inscrições rupestres (Figura 28c), registradas por exemplo, na Praia de naufragados, da Pinheira, Guarda do Embaú e Ilha dos Corais (SEVERO, 2008).

Figura 28 - Registros históricos da ocupação humana



a) Sambaqui Garopaba do Sul, Jaguaruna. Crédito: Miguel Von Berh



b) Oficinas Líticas, Praia da Ferrugem, Garopaba. Crédito: Miguel Von Berh (2015).



c) Inscrições rupestres, Garopaba. Crédito: Miguel Von Berh (2015).

Após a ocupação sambaquiiana, chegaram ao litoral catarinense os índios tupi-guaranis, provenientes do Paraguai; os quais viviam da agricultura, “praticada principalmente nas encostas e restingas”, da caça, da pesca e da produção artesanal de cestos e cerâmica; além de fabricar seus próprios instrumentos, como as canoas “escavadas em tronco de

garapuvú”. Os registros da ocupação indígena é de cerca de 1.000 AP (SEVERO, 2008, p. 59; PIAZZA e HUBENER, 2003).

Os remanescentes indígenas no território da APABF podem ser encontrados no município de Palhoça, na região do PEST, no Maciambú, e no município de Imaruí, ao lado da APABF. Em 2012, a população dos guarani em Santa Catarina era de 1.657 pessoas (BRIGHENTI, 2012).

Os colonizadores europeus começaram a navegar a costa litoral sul brasileira a partir do século XVI rumo ao rio da Prata, no Uruguai. Ao longo do litoral da APABF existem registros de naufrágios de navios dos exploradores coloniais, como o naufrágio ocorrido em 1516, no sul da Ilha de Santa Catarina, em Naufragados ou o de 1751, ocorrido em área próxima ao primeiro (SEVERO, 2008).

No entanto, a ocupação efetiva ocorreu a partir do século XVII com a chegada dos açorianos. Segundo Bastos (2011) o desenvolvimento urbano do litoral catarinense é resultado da combinação da evolução da ocupação e das atividades econômicas desenvolvidas com a chegada dos açorianos, italianos e alemães entre os séculos XVII e XVIII. E posteriormente, com o processo de migração interno brasileiro e crescimento urbano de Florianópolis e região, no final do século XIX.

Para compreender o processo de ocupação dos municípios que compõem o território da APABF, faz-se necessário compreender o processo de formação dos três pólos regionais que incidem sobre o território - Criciúma, Tubarão e Florianópolis – bem como, das cidades de Laguna e Imbituba, que em determinado período tiveram papel na formação do território.

## 5.1 A OCUPAÇÃO AÇORIANA E A FORMAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS URBANOS NO LITORAL DA APABF

A ocupação dos municípios que compõem a APABF se deu, principalmente, a partir da fundação dos municípios de Florianópolis e de Laguna (Figura 29). A colonização do Estado de Santa Catarina pela coroa portuguesa teve início no século XVII com a fundação de três povoados ao longo do litoral, primeiro pela ocupação vicentista, como estratégia da Coroa Portuguesa para ocupar as terras sul-brasileiras, em disputa com a Espanha: i) São Francisco em 1645, ao norte; ii) Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) em 1651, no centro; iii) Laguna em 1676, ao sul (SOSTISSO, 2011; SEVERO, 2008; MAMIGONIAN, 1998). A coroa portuguesa tomou uma série de medidas geopolíticas e geoeconômicas para ocupação do litoral catarinense neste período, dentre elas a construção de fortificações visando a segurança e de armações

baleeiras com finalidade comercial (MAMIGONIAN, 1998).

As baleias já eram avistadas no território desde o período de ocupação vicentista, que tratou de construir armações baleiras com objetivo de promover a exportação do óleo da baleia para países da Europa, como Inglaterra, Holanda, Alemanha e França, sob o comando de Lisboa (SOSTISSO, 2011; BASTOS, 2000; MAMIGONIAN, 1998).

Em 1745 começaram a chegar os primeiros açorianos, como estratégia da coroa portuguesa para expansão da ocupação em direção ao sul do Brasil. Chegaram ao litoral catarinense entre 5 e 6 mil colonos açorianos (pescadores e agricultores) – provenientes da Ilha dos Açores em Portugal (MAMIGONIAN, 1998).

Nesta primeira fase de ocupação do litoral catarinense, a economia açoriana estava alicerçada na policultura de subsistência e na pesca artesanal, chegando a fornecer e exportar gêneros alimentícios, como a farinha de mandioca, óleo de peixe e peixe salgado. No entanto, a ocupação ainda era incipiente e a economia pouco dinâmica (SOSTISSO, 2011; PEREIRA, 2011; BASTOS, 2000; MAMIGONIAN, 1998).

Desde que fora iniciada a ocupação até a segunda metade do século XIX, a economia de Santa Catarina permaneceu marginalizada da economia de exportação colonial [...]. Os vazios demográficos eram imensos e núcleos estagnados e isolados. A comunicação entre os núcleos litorâneos só podia ser efetuada pelo mar (SOSTISSO, 2011, p. 233).

A estrutura urbana nesses povoados foi conduzida pelas atividades portuárias, já que as trocas comerciais ocorriam basicamente via transporte marítimo. Florianópolis era o núcleo mais importante; recebia a maior parte da produção do litoral e centralizava o comércio de exportação e importação. No período ocorria exportação de produtos ligados à colonização açoriana, como a farinha de mandioca, peixe salgado e o óleo de Baleia. A cidade localizava-se na rota das duas principais cidades da época: Rio de Janeiro e Buenos Aires e, em 1796, contava com 3.757 habitantes (BASTOS, 2000; 2011; SOSTISSO, 2011).

A pesca da Baleia surgiu como uma alternativa lucrativa à economia alicerçada na cultura açoriana, já que o seu óleo era utilizado na construção civil, na conservação da madeira, como combustível na iluminação e como lubrificante – comercializado para o mercado consumidor nacional e internacional, inclusive, o europeu. A primeira

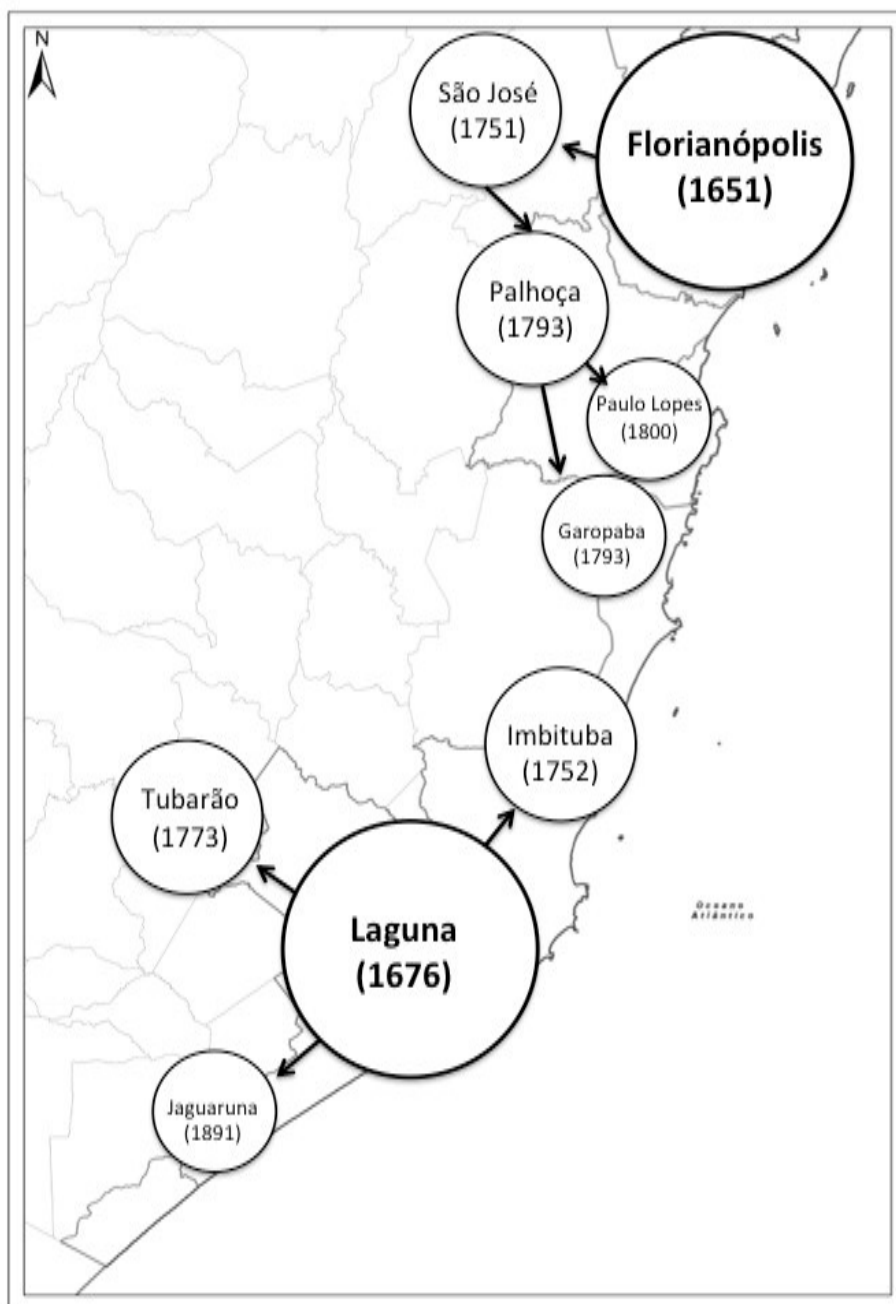
armação baleeira em Santa Catarina data de 1742, na Armação da Piedade; logo, nos anos de 1791 e 1796, foram construídas, respectivamente, uma armação em Garopaba e a outra, em Imbituba. O auge da caça da Baleia em território catarinense foi atingido entre 1765 e 1801 (BASTOS, 2000; 2011; PIAZZA e HUBENNER, 2003).

A Baleia-Franca Austral juntamente com a Baleia-Franca Boreal, *Eubalaena glacialis* (Borowski, 1781), foi a espécie mais predada pela caça baleeira (CUMMINGS, 1985). No Brasil, a espécie, que se distribuía de Santa Catarina até pelo menos a Baía de Todos os Santos, no litoral do estado da Bahia (CÂMARA & PALAZZO, 1986), passou a sofrer com a matança maciça a partir do século XVII. Em meados desse século, estações baleeiras (armações) começaram a ser instaladas em vários pontos do litoral de Santa Catarina (COMERLATO, 2004 *apud* BUELONI, 2012, p.24).

Lentamente foram difundindo-se pequenos núcleos de famílias de agricultores, de pescadores e núcleos baleeiros pelo território. Havia famílias que viviam somente da agricultura e havia famílias que viviam somente da pesca e, realizavam trocas comerciais entre elas. Os núcleos eram caracterizados pela presença dos ranchos de pesca próximos ao mar e por engenhos de farinha de cana-de-açúcar mais ao interior (SEVERO, 2008; PIAZZA; HUBENER, 2003).

Laguna era o segundo núcleo mais importante do Estado, pois estava na rota da expansão portuguesa em direção ao sul do País. A colônia de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, criada oficialmente em 1720, incorporava, além da região hinterlândia, uma parte do território do Estado do Rio Grande do Sul e sua fundação foi fundamental para alcançar a região do Rio da Prata. O município de Laguna era formado por sete freguesias: Freguesia Nossa Senhora das Dores; Imaruí; Sant'Ana de Vila Nova; Mirim; Senhor Bom Jesus do Socorro; Pescaria Brava e, Araranguá - as quais correspondem às cidades de Jaguaruna, Imaruí, Imbituba, Laguna e Araranguá (DALL'ALBA, 1979 *apud* DELFINO, 2008).

Figura 29 - Primeiros núcleos urbanos (vilas) do território da APABF criados a partir de Florianópolis e Laguna



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (2010).

A configuração socioespacial de Laguna, ainda sofreu a influência da Guerra dos Farrapos, que ocorreu no sul do Brasil entre 1835-1845; a cidade foi tomada pelos farroupilhas em 1839, em função do “seu valor como centro abastecedor das tropas e por ser um porto de mar à disposição, no momento em que estavam sem saída para o mar, no Rio Grande do Sul”; tornando-se sede do governo provisório da “República

Catarinense” (PIAZZA e HUBENER, 2003, p. 94).

## 5.2 A OCUPAÇÃO ITALIANA NOS VALES DO URUSSANGA E TUBARÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO LITORAL

A partir de 1870 começam a chegar em Santa Catarina os italianos, que chegavam ao Brasil neste momento, estimulados pela política de migração de europeus para o País, induzida pelo fortalecimento do movimento a favor do fim da escravidão e pela pressão dos fazendeiros de café junto ao governo imperial brasileiro (PIAZZA e HUBENER, 2003).

O fim da escravidão no Brasil se deu no ano de 1888. O território da APABF apresenta registros socioespaciais do período da escravidão, os quais podem ser verificados pela existência de comunidades quilombolas. Segundo De Paula (2014) no estado de Santa Catarina existem 16 comunidades reconhecidas, das quais três estão nos municípios de Garopaba, Imbituba e Paulo Lopes.

As comunidades quilombolas foram formadas por grupos de escravos com ascendência africana, que fugiam das senzalas e plantações – em oposição ao sistema escravocrata - e, se instalavam em lugares não-ocupados, geralmente de difícil de acesso. “Os escravizados que conseguiam fugir formavam grupos cuja subsistência dependia de seu próprio trabalho voltado à agricultura, à pesca, ao artesanato, entre outros serviços” (DE PAULA, 2014, p. 159).

Esta etapa culminou na ocupação de áreas mais distantes da costa, sobretudo, nos vales do rio Tubarão e do rio Urussanga, onde foram fundadas vilas como Criciúma, Nova Veneza, Urussanga Tubarão e Lauro Muller – impulsionada pela descoberta do carvão na região<sup>46</sup>. Segundo Sostisso (2011, p. 235) “[...] para demarcar as terras, foram criados municípios e vilas, para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias, portos fluviais [...]”.

O carvão foi descoberto na região em 1827; sua exploração se deu a partir de 1885, quando foi concluída a Ferrovia Tereza Christina (FTC), para escoamento do carvão da região sul do Estado até o terminal do porto de Imbituba (Figura 30). Assim, o desenvolvimento do município de Imbituba está ligado, à descoberta do carvão.

---

<sup>46</sup> Porém, foi na década de 1940, que a exploração do carvão na região de Criciúma ganhou força, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da subsidiária Carbonífera Próspera (SANTOS, 1997).

Esse período contribuiu para o surgimento e/ou afirmação de pequenos núcleos urbanos ao longo da FTC, localizados no ramal que passa por municípios da área de influência direta da APABF como Içara, Jaguaruna, Tubarão, Laguna e Imbituba. Estes acabaram sofrendo, direta e indiretamente, os impactos da atividade carbonífera, por estarem na principal rota de escoamento do carvão na região.

Herzmann (2005) analisa a trajetória histórica do Porto de Imbituba e seus reflexos urbanos e regionais, identificando duas consequências da atividade sobre o município e áreas litorâneas circunvizinhas. Num primeiro momento, com os investimentos na infraestrutura portuária, o estabelecimento da ICC e, posteriormente, o crescimento do setor cerâmico, o município é afetado de forma ascendente. Entre as décadas de 1950 e 1980, Imbituba cresceu e se remodelou. As vilas de pescadores dão lugar às armações e ao porto, “atualizando” o espaço para se adaptar às novas demandas geradas pela indústria carbonífera. Durante a instalação da ICC houve forte investimento em saneamento básico, com implantação do sistema de abastecimento de água, melhorias na distribuição de energia elétrica, ampliação da rede de telefonia e a construção e pavimentação de ruas. A melhoria da infraestrutura e o aumento da oferta de mão de obra resultaram no adensamento da população urbana com a migração de pessoas do campo para cidade (MARTINS, 2012, p. 132).

O desenvolvimento da indústria carbonífera no Sul do Estado de Santa Catarina teve seu auge entre 1944 e 1985. Esse foi um período em que a atividade carbonífera contribuiu para uma diferenciação regional, marcada pela ideia do progresso e do crescimento. O ciclo do carvão em Santa Catarina envolvia o sistema de mineração, a FTC, o Porto de Imbituba, a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC) e a Eletrosul (MARTINS, 2012).

O povoamento da região pelos italianos e a descoberta do carvão permitiram que ocorresse uma maior diversificação da economia, uma vez que estes instalaram novas atividades comerciais e artesanais e desenvolveram a agricultura no sul do estado de Santa Catarina. Eles introduziram a produção de milho, arroz, uva, fumo e o cultivo do bicho-



da-seda; passaram “a ser o fornecedor de produtos agrícolas por excelência” e “tornaram-se grandes produtores de arroz” (PIAZZA e HUBENER, 2003, p. 121).

Figura 30 - Porto e Ferrovia Tereza Christina



a) Porto de Imbituba. Crédito: SCPAr Porto de Imbituba – Divulgação (2016).



b) Maria-Fumaça, locomotiva à vapor da FTC. Crédito: FTC, divulgação (2016).

No entanto, na década de 1980, a indústria carbonífera catarinense entrou em crise devido a um conjunto de fatores. Dentre eles, a retirada de subsídios estatais, a falta de uma política para o setor e a baixa qualidade do carvão catarinense comparado a outros países (SANTOS, 1997).

Em função dessa crise, toda a região foi afetada negativamente, inclusive os municípios de Laguna e Imbituba. Ao mesmo passo em que a atividade carbonífera perdeu força, a ferrovia e o Porto de Imbituba perderam sua expressão na economia regional.

Com o aprofundamento das políticas de cunho neoliberal no país, não somente o complexo carbonífero sofre um desmonte parcial, mas também os demais setores econômicos sul catarinenses, que já estavam em franca diversificação, são afetados pela concorrência de mercadorias externas baratas, que passam a entrar no mercado nacional. Os efeitos desta crise manifestaram-se através do refluxo de habitantes nativos de alguns centros industriais para as

pequenas praias dos municípios costeiros, a exemplo de Garopaba, Paulo Lopes, Imbituba e Laguna, assim como da intensificação da urbanização do litoral e como consequência, um expressivo aprofundamento da exploração imobiliária na região. É nesse período que a forte identidade territorial associada ao carvão é, aos poucos, desarticulada [...] (MARTINS, 2012, p.132).

Este período de ocupação italiana e de descoberta do carvão contribuiu para a solidificação de uma rede urbana entorno do território da APABF: a) Com a consolidação das cidades pólos regionais de Criciúma e Tubarão a partir da indústria carbonífera; b) Da cidade intermediária de Imbituba, a partir do porto e da ferrovia que subsidiavam o escoamento da produção da indústria carbonífera; c) De núcleos urbanos menores situados às margens da ferrovia – como por exemplo Jaguaruna – que serviam de pequenos centros de trocas comerciais; e d) Da construção de loteamentos urbanos na faixa costeira em todo o território.

### 5.3 OS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO INTERNOS E A URBANIZAÇÃO LITORÂNEA

Com a Revolução de 1930 no País, um dos principais objetivos traçados pelo Estado Novo, foi promover a integração do mercado nacional. O Plano Nacional de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, estabelecido no final dos anos 50, previa como principais ações a “construção e melhoramento das redes rodoviárias”, dentre outras redes técnicas e a “criação e ampliação das indústrias prioritárias – automobilística, da construção civil e siderúrgica” (DIAS, 2007, p. 19).

Assim, Florianópolis ganhou novo dinamismo com o desenvolvimento de cidades como Curitiba e Porto Alegre - ligado à estrutura capitalista em implantação e com a modernização do sistema rodoviário no País, a partir de 1960 e o próprio processo de urbanização brasileiro e catarinense. Florianópolis passou a crescer no ritmo maior que outros centros urbanos do país (BASTOS, 2000).

As transformações observadas Florianópolis, se estendem em certa medida para os municípios da região, especialmente, os litorâneos, que passaram a receber migrantes, tiveram sua população aumentada e desenvolveram atividades econômicas ligadas ao turismo (MARTINS, 2012).

A origem da atividade turística nos municípios de Garopaba e Imbituba, por exemplo, se deu entre as décadas de 1960 e 1970, com a vinda dos primeiros visitantes à região e pela recepção familiar, onde os visitantes eram acolhidos pelos moradores locais.

Foi em meio a este cenário que surgiram os primeiros “visitantes”, que acampavam nas praias e/ou nas casas de pescadores nativos, uma vez que não havia qualquer tipo de infraestrutura turística, como bares, mercados, restaurantes ou pousadas. [...] os primeiros visitantes descobriam a região através de relatos de amigos e conhecidos que haviam estado lá [...] (ARAÚJO, 2008, p. 77).

Após a década de 1970, começaram as transações de compra e venda de terras nas praias para construção de segundas residências e loteamentos. As terras eram adquiridas por empreendedores de outras regiões ou estados, que tinham interesses imobiliários na região devido a seus atrativos naturais. Essa fase inaugurou o turismo baseado na especulação imobiliária e posteriormente, a consolidação do turismo de massa. “É nesse período que emergem os conflitos socioambientais sob a tensão: exploração turística versus conservação” (ARAÚJO, 2008, p. 68).

Enquanto os “nativos” estavam adaptados a uma economia tradicional, os “novos empresários do turismo”, geralmente empreendedores vindos de centros urbanos, se baseavam na economia mercantil e tinham pleno conhecimento que em um futuro próximo haveria uma supervalorização das terras do lugar [...] (*op. cit.*).

Essa mesma dinâmica ocorreu em toda a zona costeira catarinense, onde a economia tradicional foi substituída pela economia mercantil, possibilitando o desenvolvimento de um turismo fundamentado na comercialização de terras. Inicialmente a comercialização de terras ocorreu no sistema de troca por bens e produtos, porém com sua valorização, os empreendedores da época presumiam a construção de loteamentos e empreendimentos lucrativos na região (ROCHA, 2014<sup>47</sup>).

---

<sup>47</sup> ROCHA, Maria Elizabeth Carvalho. **Entrevista realizada para esta pesquisa.** Imbituba, 28/01/2014. Tempo total: 174’13”.

Segundo Araújo (2008, p. 83) “[...] as áreas mais valorizadas foram “vendidas” por preços que [...] eram considerados irrisórios em grandes centros urbanos. Grandes porções de área nobre foram simplesmente trocadas por automóveis, geladeiras, rádios, etc. De acordo com um dos entrevistados os pescadores que viviam no centro da cidade de Garopaba, por exemplo, trocavam suas terras por consulta médica, geladeira e outros bens.

Uma amostra do crescimento populacional nesses municípios pela migração pode ser percebida no perfil do público-alvo desta pesquisa, os quais 67% dos entrevistados não nasceram no território e que, destes, a maioria vive entre 20 e 30 anos ou mais. De acordo com alguns entrevistados<sup>48</sup>, eles vieram viver no território entre a década de 1970 e 1980, atraídos pelos atrativos naturais.

Eu vim passar um feriado de Páscoa aqui e conversando com um pescador, eu disse que o que eu gostaria mesmo seria morar aqui. E ele me disse, então tu vem, que tu vai pescar comigo. E eu decidi me mudar. Eu queria morar aqui pelos atrativos naturais, pela beleza, pelo sonho romântico do final dos anos 70, início dos anos 80, pela influência da cultura hippie de viver em contato com a natureza (Entrevistado 46<sup>49</sup>).

A maioria dos municípios que compõem a APABF, na década de 1970 possuía população predominantemente rural. No entanto, a partir desta época, se processaram as principais mudanças na região com a chegada dos turistas, facilitadas e intensificadas pela construção da BR-101, pela ampliação da rede de energia elétrica e pela política de industrialização pesqueira. “A maior facilidade para o deslocamento favoreceu a ampliação das trocas externas de produtos e informações, mas também a chegada dos primeiros turistas vindos do Rio Grande do Sul e do interior de Santa Catarina” (CAPELLESSO, 2010, p. 82; FREITAS, 2005).

Alguns impactos desse período foram: ocupação e urbanização de áreas costeiras, fechamento de caminhos tradicionais usados pelos pescadores, construção de casas em áreas impróprias, contaminação dos recursos hídricos, prática do surf, atração de trabalhadores de outras regiões para a construção da BR-101. Assim como, a possibilidade de

---

<sup>48</sup> Entrevistados 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 23, 37, 40 e 46, por exemplo.

<sup>49</sup> 53 anos, homem, ensino médio não nascido no território .

geração de trabalho para as famílias de pescadores e agricultores da região em outros setores:

Contribuindo para a criação de oportunidades fora da pesca no município de Imbituba, pode-se apontar ainda o Porto de Imbituba e algumas indústrias, como a fábrica de cerâmica (telhas) e a Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), inaugurada em 1979. É justamente a partir da década de 1980 que pluriatividade das famílias pescadoras se amplia, pois a renda da pesca caiu e abriram-se ocupações na construção civil e demais trabalhos ligados à expansão do turismo (CAPELLESSO, 2010, p. 83).

Os pescadores artesanais, em função da baixa renda obtida na pesca, começaram a vender seus ranchos de pesca a turistas e empresários, que passaram a ser utilizados para guardar barcos de passeio, restaurantes e hospedagem (CAPELLESSO, 2010).

A decadência da atividade pesqueira no território da APABF em detrimento do turismo e do mercado imobiliário, é um denominador comum em algumas pesquisas e relatos. Assim como, o enfraquecimento da cultura tradicional local com a chegada dos visitantes, turistas sazonais e dos turistas que escolheram residir definitivamente na região (ARAÚJO, 2008; CAPELLESSO, 2010; BUELONI, 2012; MARTINS, 2012; ROCHA, 2014).

As décadas de 1980 e 1990 representam a expansão do setor imobiliário na região. O desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao setor turístico e imobiliário, impulsionou a ocupação e crescimento dos principais balneários da região – dotados de belas paisagens, áreas preservadas e clima agradável. Dessa forma, muitas dessas áreas, anteriormente rurais, foram convertidas em urbanas a partir de 1970, com a criação de novos loteamentos nos principais balneários (DELFINO, 2008).

A urbanização da costa centro-sul não ficou restrita apenas aos municípios de Garopaba, Laguna e Imbituba. Nas últimas duas décadas (1990 e 2000), a extensa faixa litorânea inserida na APA da Baleia Franca vem recebendo em ritmo acelerado novas levas de turistas de origens geográficas diversas. Em primeiro lugar, destacam-se os turistas

provenientes do Rio Grande do Sul (gaúchos) e aqueles de origem platina (argentinos, em especial). Além de principais frequentadores tornaram-se proprietários de terras nestas praias. Depois têm expressão os moradores de Criciúma e Tubarão, que devido à proximidade espacial utilizam, em particular, algumas praias dos municípios de Laguna (Farol de Sta Marta), Imbituba (Itapirubá) e Jaguaruna (Praia do Camacho) como balneários de verão e de fim de semana. Mais recentemente paulistas, uruguaios e cariocas tem ganhado relevo no cenário, distribuindo-se por toda costa centro-sul do estado (MARTINS, 2012, P. 139).

O crescimento populacional municipal (Quadro 13; Figura 31) em alguns casos ultrapassou o patamar de 100% entre as décadas de 1970 e 2010 – como no caso de Florianópolis que cresceu no período 147,4%, de Içara 184,4% e de Palhoça representando a maior taxa com 397,4%. Garopaba e Imbituba cresceram 76,5% e 74,1%, respectivamente. Enquanto Laguna 35,7%, Tubarão 32,2%, Paulo Lopes 3,7% e Jaguaruna 1,5% apresentaram as menores taxas de crescimento populacional no período. O que não significa que apresentam menor ameaça a APABF, ao contrário, Jaguaruna tem se revelado um dos municípios com maior ocupação de áreas protegidas, com a criação de loteamentos sobre dunas, conforme aponta o ICMBio e o CONAPABF.

Dos nove municípios, com exceção de Florianópolis, Imbituba e Tubarão, seis deles apresentavam população predominantemente rural na década de 1970. Na década de 1980, apenas Paulo Lopes e Garopaba apresentaram população predominantemente rural e população total inferior a 10 mil habitantes.

Em 1991, todos os municípios apresentaram população predominantemente urbana. Florianópolis ultrapassou os 200 mil habitantes em população total, Tubarão chegou a quase 100 mil e Imbituba ultrapassou os 50 mil habitantes.

Quadro 13 - População residente por situação do domicílio na região da APABF, 1970 a 2010.

**Município**

	<b>Total da População residente (habitantes) e % da população Urbana</b>									
	<b>1970</b>		<b>1980</b>		<b>1991</b>		<b>2000</b>		<b>2010</b>	
	<b>Total</b>	<b>urbana</b>	<b>Total</b>	<b>urbana</b>	<b>Total</b>	<b>urbana</b>	<b>Total</b>	<b>urbana</b>	<b>Total</b>	<b>urbana</b>
Santa Catarina	2901660	42,98%	3628292	59,37%	4541994	70,64%	5357864	78,72%	5357864	83,99%
Florianópolis	138337	87,5%	187880	86,1%	255390	94,0%	342315	97,0%	421240	96,2%
Garopaba	7458	24,8%	8238	35,1%	9918	52,2%	13164	81,4%	18138	84,5%
Içara	17098	19,6%	24493	49,1%	38095	71,8%	48634	81,4%	58833	91,6%
Imbituba	20498	59,6%	25155	65,9%	30942	83,3%	35700	96,7%	40170	100,0%
Jaguaruna	14397	21,9%	14699	50,5%	18427	54,9%	14613	70,1%	17290	76,3%
Laguna	35042	49,8%	39531	71,7%	44862	76,2%	47568	78,4%	51562	78,8%
Palhoça	20652	30,9%	38023	92,2%	68430	96,1%	102742	95,3%	137334	98,5%
Paulo Lopes	5711	7,9%	5490	39,1%	5530	51,0%	5924	60,0%	6692	72,0%
Tubarão	66876	76,5%	75242	85,8%	95062	87,6%	88470	79,0%	97235	90,6%

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

Em 2000, esses municípios, com exceção de Palhoça, apresentavam população urbana superior a 70% da população total. Paulo Lopes continuava com uma estagnação populacional em cerca de 5 mil habitantes. Tubarão e Jaguaruna perderam população pela emancipação, respectivamente, de Capivari de Baixo e Sangão.

Em 2010 possuíam população urbana com índices superiores a 70% da população total. Sendo que Florianópolis, Içara, Imbituba, Palhoça e Tubarão obtinham os maiores índices - superiores a 90% da população total. Florianópolis ultrapassou os 400 mil habitantes e Paulo Lopes continua estagnado com população total em cerca de 6 mil habitantes.

O processo de urbanização do litoral catarinense em sua fase mais recente sofreu forte aceleração em função das infraestruturas alocadas na região, da existência de terras desvalorizadas com grande potencial de valorização e, sobretudo, do extraordinário desenvolvimento alcançado pela industrialização brasileira e catarinense (BASTOS, 2011, p. 269).

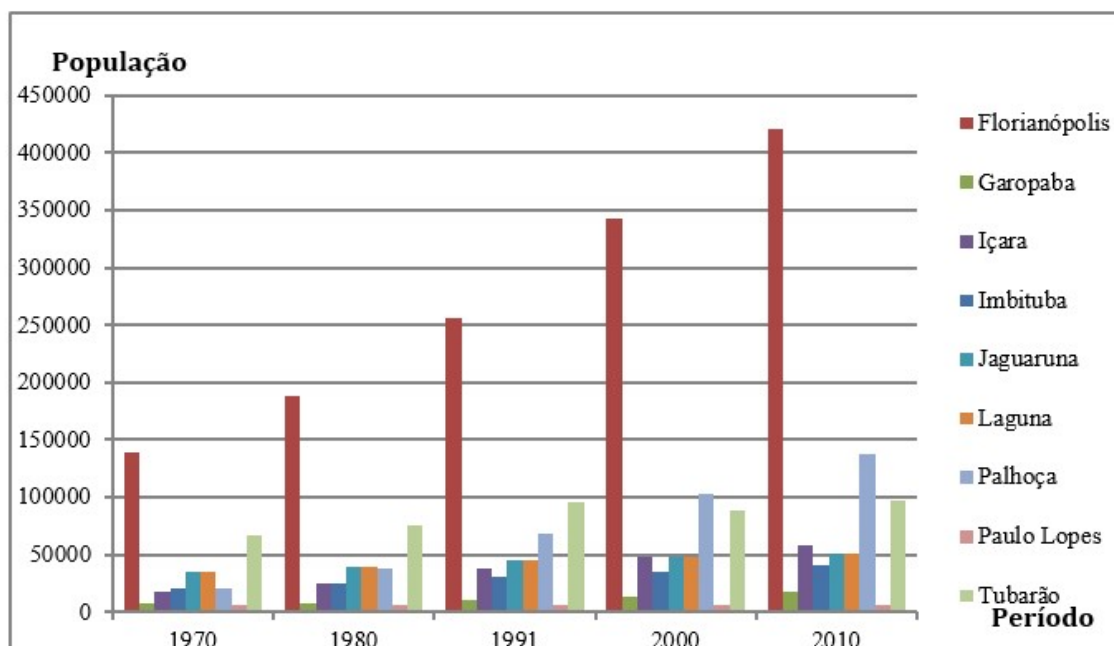
O crescimento da população destes municípios entre os censos de 1970 a 2010, na maioria, foi maior que a média estadual catarinense. Assim como, os índices de população urbana da maioria em cada período também estão acima da média estadual.

Diante de tal cenário o Projeto Baleia Franca iniciou na década de 1990 um movimento em prol da criação da APABF, que visava proteger a espécie e sua área de ocorrência das ameaças trazidas pela urbanização da zona costeira.

Diante do aumento da pressão urbana sobre as praias da região, impulsionada pelo interesse turístico e consequente crescimento do mercado imobiliário, a perspectiva para a manutenção do equilíbrio ambiental das baías e enseadas que abrigavam as Baleias na região não era favorável (PALAZZO *apud* MARTINS, 2012, p. 143).



Figura 31 - População residente na região da APABF por município, 1970 a 2010



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A faixa de praia extensa, a presença de paisagem de dunas e inúmeras lagoas, a balneabilidade favorável aos banhistas, ao surf e a pesca atraíram diferentes agentes que influenciaram na ocupação e desenvolvimento dos loteamentos balneários na região.

Embora com particularidades, a APABF apresenta um padrão de ocupação ao longo dos cerca de 130 quilômetros de praias – onde moradores nativos dividem/disputam espaço com migrantes gaúchos, paulistas, argentinos que aí se estabeleceram. Assim como, com o grande número de turistas sazonais que circulam e se hospedam nos balneários durante os meses de dezembro a fevereiro.

#### 5.4 PRINCIPAIS USOS DO SOLO E IMPACTOS NA PAISAGEM LITORÂNEA

O decreto de criação da APABF estabelece que determinadas atividades que possam causar impacto ou degradação dos ecossistemas sob sua jurisdição sejam regulamentadas, como as atividades náuticas, extração de areia e material rochoso, o Turismo de Observação de Baleias (TOB) e das ilhas, projetos de urbanização e de expansão urbana, a pesca, construção de vias de circulação e a drenagem de áreas úmidas (BRASIL, 2000).

De acordo com dados estatísticos do IBGE, em relação à demografia pode-se verificar que (Quadro 14):

- A densidade demográfica dos municípios do território, com exceção de Paulo Lopes, elevou-se consideravelmente da década de 1970 para 2010, superando a média estadual de 65,29 hab/km<sup>2</sup> e a média nacional de 22,43 hab/km<sup>2</sup>.
- Florianópolis, Palhoça e Garopaba apresentaram os maiores índices de aumento na densidade demográfica entre 1991 e 2000, atingindo um aumento de 65%, 100,6% e 82,8%, respectivamente.
- A densidade demográfica do município de Jaguaruna apresentou uma pequena queda no período entre 1991 e 2010, por conta da emancipação de Sangão.
- Dentre as atividades econômicas, na agricultura destaca-se a produção de arroz irrigado, mandioca, melancia e fumo, dos quais Jaguaruna possui a maior área agricultável do território.

Quadro 14 - Densidade Demográfica entre 1970 e 2010

Município	Área municipal (km <sup>2</sup> )	hab/km <sup>2</sup>		
		1970	1991	2010
Florianópolis	675,409	204,81	378,12	627,24
Palhoça	395,133	52,26	173,18	347,56
Paulo Lopes	449,679	12,70	12,29	14,88
Garopaba	115,405	64,62	85,94	157,16
Imbituba	182,929	112,05	169,14	219,59
Laguna	441,565	79,35	101,59	116,77
Tubarão	301,755	221,62	315,03	322,23
Jaguaruna	328,347	43,84	56,12	52,65
Içara	293.553	58,24	129,77	200,41

Fonte: IBGE (1970, 1991, 2010).

Sobre o **setor econômico** pode-se afirmar que (Quadro 15):

- Na pecuária destacam-se a produção de bovinos, suínos e aves.
- A produção agrícola apresentou queda em todos os municípios entre 2000 e 2010.
- O setor de comércio e serviços é o mais representativo na economia dos nove municípios.

- Entre 2000 e 2010 o setor de comércio e serviços apresentou um aumento em cinco dos nove municípios, onde Jaguaruna e Balneário Rincão apresentaram o maior aumento percentual (11%).
- Entre os municípios que apresentaram queda neste setor, Imbituba apresentou a maior queda percentual (15%).
- O setor industrial, entre 2000 e 2010, apresentou queda em seis municípios. E um aumento em três municípios, dentre os quais Paulo Lopes – o menor deles - apresentou o maior aumento percentual.
- Na indústria, ocorre a mineração de quartzito e conchas calcárias em Jaguaruna, utilizadas na produção de vidro e esmalte cerâmico, ambos setores também localizados no território.
- Imbituba, nos últimos anos vem recebendo indústrias diversas que se instalam no Distrito Industrial, localizado às margens da BR-101, relacionadas ao setor portuário.
- A arrecadação de impostos apresentou um aumento em 5 dos 9 municípios, sendo que Imbituba apresentou o maior aumento percentual (29%).

Quadro 15 - Economia dos Municípios por setor econômico entre 2000 e 2010

Município	Indústria (%)		Comércio e Serviços (%)		Agricultura (%)		Impostos (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Florianópolis	33,66	25,91	41,91	52,86	21,86	16,00	2,57	5,23
Palhoça	25,28	19,66	64,70	67,57	3,24	0,73	6,77	12,03
Paulo Lopes	19,16	32,94	58,83	48,83	13,86	10,45	8,13	7,78
Garopaba	16,9	19,96	68,15	66,63	7,64	5,07	7,31	8,34
Imbituba	25,28	13,30	62,11	47,68	5,11	2,14	7,49	36,88
Laguna	11,15	16,67	72,79	67,61	10,72	10,20	5,34	5,52
Tubarão	29,96	25,82	57,77	62,16	1,44	1,84	10,83	10,18
Jaguaruna	33,66	25,91	41,91	52,86	21,86	16,00	2,57	5,23
B. Rincão (dados de Içara)	37,25	32,22	38,3	49,06	9,98	5,04	13,47	13,68

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Sobre a arrecadação do **Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)** (Quadro 16):

- O IPTU apresentou um aumento relativo em 2010, em relação a 2000 por dois fatores principais: aumento no número de domicílios urbanos e recadastramento da área construída nos domicílios existentes.
- Os municípios de Palhoça, Jaguaruna e Florianópolis foram os que apresentaram maior percentual de aumento no período.

- De acordo com o IBGE (2010), nos últimos 20 anos o número de domicílios urbanos aumentou em todos os municípios, dentre os quais Garopaba, Paulo Lopes, Içara e Imbituba, foram os que registraram maior aumento com 32%, 20%, 19% e 17%, respectivamente.

Quadro 16 - Arrecadação do IPTU, por município, entre 2000 e 2010

Município	2000 (R\$)	2010 (R\$)	Aumento (%)
Florianópolis	21.463.506,62	127.300.251,39	493,10
Palhoça	1.244.951,82	9.472.095,27	660,84
Paulo Lopes	20.109,75	117.708,14	485,33
Garopaba	604.588,07	2.437.415,76	303,15
Imbituba	447.007,22	1.658.875,34	271,11
Laguna	1.235.056,77	3.335.554,59	170,07
Tubarão	1.785.977,69	7.412.172,20	315,02
Jaguaruna	350.042,63	2.358.203,45	573,69
Içara	807.848,93	3.274.445,11	305,33

Fonte: IBGE (2000, 2010).

Dentre as atividades mais impactantes para a APABF aparece a urbanização nas praias e em áreas de dunas (com ou sem vegetação), ao longo de todo o território (Figura 32) De acordo com estudo de Von Behr (2015) sobre a situação da **ocupação urbana** no território da APABF:

- 51,24% do território de Laguna está dentro da UC; 33,33% de Jaguaruna; 15,80% de Garopaba; 12,44% de Imbituba; 1,14% de Tubarão; 27,22% de Balneário Rincão.
- O município que mais possui área urbana dentro da UC é Balneário Rincão com 11,3%; Imbituba com 8,41%; Jaguaruna com 8,36%; Garopaba com 1,97%; Laguna com 1,13%.
- 6.947 hectares da APA é ocupado por dunas (2.500ha), lagos e lagoas (4.447ha).
- Vivem no interior dos limites oficiais da APABF 83.106 habitantes na alta temporada e cerca de 33.242 habitantes permanentes.
- A população nos municípios da APABF na temporada de verão chega a dez vezes a população fixa destes.

Figura 32 - Ocupação urbana e a transformação da paisagem litorânea



a) Urbanização na Praia de Itapirubá, Imbituba, ao lado de áreas de dunas e vegetação de restinga. Crédito: Miguel Von Berh (2015).



b) Urbanização na Praia de Ipiraquera, Imbituba, entre o mar e a Lagoa de Ipiraquera. No topo, à direita está a Barra de Ipiraquera. Crédito: Miguel Von Berh (2015).

- Os municípios de Garopaba, Imbituba, Jaguaruna e Laguna possuem juntos 68.939 domicílios (IBGE, 2010), dos quais 38,6% referem-se a domicílios não ocupados de uso ocasional (sazonal).
- O turismo desenvolvido nos municípios da APABF é predominantemente sazonal, baseado na produção de moradias de veraneio e/ou segundas residências.
- A oferta de serviços e a infraestrutura existente foi projetada para atender as necessidades da população fixa nos municípios.
-

O modelo de ocupação urbana instalado ao longo do litoral da APABF compromete a paisagem e sobretudo, a manutenção e conservação de seus valores. Para ilustrar, toma-se aqui o caso do município de Jaguaruna, onde os loteamentos urbanos provocaram profundas alterações na paisagem costeira, ocupando e expandindo sobre APPs – dunas, vegetação de restinga, lagoas, áreas alagadas e sítios arqueológicos (EUZEBIO, 2010; DELFINO, 2008).

## **CAPÍTULO 6**





## 6 AINDA SOBRE O TERRITÓRIO: ATORES, CONFLITOS E GESTÃO TERRITORIAL

A formação do território da APABF teve relação com a cultura açoriana, com a pesca, com a agricultura de subsistência e demais atividades relacionadas aos modos de produção tradicionais. No entanto, como pôde ser observado, ao longo das últimas três décadas o território passou por transformações significativas em função da migração, da urbanização e do desenvolvimento de novas atividades econômicas.

Neste processo, outros grupos de atores, além das populações tradicionais, formada em sua maioria por pescadores e agricultores, começaram a protagonizar a transformação da paisagem na APABF. Entretanto, as transformações mais significativas podem ser percebidas justamente na zona costeira, objeto de atuação e de conflito destes atores e principal zona de proteção da UC.

A partir dos estudos levantados, das entrevistas realizadas, bem como, da observação e participação das atividades do Conselho Gestor e da análise das atas das plenárias do Conselho, pode-se apontar os seguintes grupos de atores como os que possuem relação direta com o território da APABF, seguidos das atividades e conflitos (Quadro 17).

Quadro 17 - Atores e conflitos no território da APABF

Grupo de atores		Descrição das atividades principais	Conflitos principais
Populações tradicionais	Agricultores	Plantio de arroz, mandioca e fumo (principalmente)	Uso intenso de pesticidas, sobretudo, na rizicultura e contaminação dos recursos hídricos e rios que deságuam na APABF Desconhecimento parcial ou total sobre a APABF
	Pescadores	Pesca artesanal	Conflito intenso com a pesca industrial e em menor grau com surfistas na época da Tainha Dificuldades no setor faz com que pescadores abandonem a atividade Visão de que a APABF prejudica a pesca
	Quilombolas	Agricultura e pesca de subsistência praticada pelas comunidades de descendentes de escravos que se instalaram no território	Luta pela manutenção da identidade e cultura africana, frente a globalização e os processos de desterritorialização (Não há

			conflito com a APABF)
	Indígenas	Agricultura de subsistência, produção de artesanato e expressão cultural dos Índios guaranis no PEST	Luta pela manutenção da identidade frente a globalização e os processos de desterritorialização e conflito com o setor público-privado pelo uso da terra (Não há conflito com a APABF)
Gestores Públicos	Municipais	Regulação e fiscalização do uso e ocupação do solo; elaboração e implementação do Plano Diretor; implementação de política ambiental municipal com estruturação dos respectivos órgãos ambientais municipais; elaboração do Projeto orla (facultativo).	Deficiência na elaboração e implementação de políticas públicas; deficiência na fiscalização do uso e ocupação do solo; permissividade com a ocupação desordenada e irregular nas praias; Visão de que a APABF pode ser uma barreira ao desenvolvimento dos municípios, porque proíbe a ocupação em determinadas áreas
	Estaduais	Licenciamento e fiscalização de obras que impactam o meio ambiente; Regulamentação e fiscalização do uso do mar territorial e área de marinha	Conflito com o setor privado no licenciamento de obras e até mesmo, com o poder público municipal ou federal pela sobreposição ou falta de integração de políticas, normas e leis
	Federais		Conflito com o setor privado no licenciamento e fiscalização de obras e do uso e ocupação do solo e do mar territorial; fiscalização da degradação dos ecossistemas marinho-costeiros; conflito com o poder público municipal pela má gestão da política urbana na zona costeira; ou com o estadual e até mesmo, outras instituições federais pela sobreposição ou falta de integração de políticas, normas e leis
Residentes	Nativos – nascidos no território	Os nativos são os nascidos no território e que vivem há mais de 30 anos. Os migrantes são os que vivem no território e vieram de outras regiões. São responsáveis pelo uso dos recursos naturais, sociais,	Desconhecimento parcial ou total sobre a APABF Luta pela manutenção da identidade local <i>versus</i> busca pelo desenvolvimento econômico
	Migrantes – não nascidos no território		

		ambientais, econômicos e culturais; pela defesa e manutenção da qualidade de vida	
Turistas	de segunda residência (casa de veraneio)	Uso dos recursos naturais, sociais, ambientais, econômicos e culturais Defesa e manutenção da qualidade de vida por possuírem residência de veraneio no território	Desconhecimento parcial ou total sobre a APABF Superpopulação nos balneários no período do verão Alto consumo de água em curto período de tempo, alta produção de resíduos sólidos e líquidos
	de massa	Predominância do turismo de massa em período sazonal, atraídos pelas belas paisagens, pela disponibilidade de recursos naturais e tranquilidade	Degradação dos ecossistemas marinho-costeiros pelas atividades de lazer e ócio
Setor Privado	Agentes imobiliários	Construção de loteamentos residenciais nas praias Venda da imagem da paisagem litorânea e da Baleia Franca como atrativo turístico	Ocupação irregular e desordenada, ocupação de áreas de preservação permanente (dunas, restinga, margens de lagoas), deficiência na estrutura dos loteamentos, Visão de que a APABF pode ser uma barreira ao desenvolvimento dos municípios
	Empresas e indústrias	Destaque para atividades ligadas à mineração de areia e conchas calcárias e atividade portuária em Imbituba Pesca industrial	Degradação dos recursos naturais pela mineração, Impacto da atividade portuária sobre as Baleias, Conflito com os pescadores artesanais pelo estoque pesqueiro Visão de que a APABF pode ser uma barreira ao desenvolvimento econômico
	Agentes de turismo, Comércio e prestação de serviços	Restaurantes, hotéis, pousadas, guias Venda da imagem da paisagem litorânea e da Baleia Franca como atrativo turístico Realização de eventos no verão	Alto fluxo de turistas no verão Impacto sobre os ecossistemas costeiros Desconhecimento parcial ou total sobre a APABF
Outros	ONGs e movimentos sociais	Defesa dos recursos naturais, defesa do meio ambiente, defesa da Baleia Franca	Conflito com os interesses econômicos, com os municípios em relação aos Planos Diretores, com os gestores da APA em relação ao TOBE

	Universidades e centros de ensino superior	Pesquisa e apoio à gestão da APABF.  Participação de 5 instituições de Ensino Superior no CONAPABF	Falta de dados nas diferentes áreas do conhecimento, falta de recursos para realização das pesquisas.
--	--	--	---

Fonte: elaborado pela autora.

Entre os grupos de atores, verificou-se que os principais conflitos se dão em torno dos recursos naturais e dos valores da paisagem da zona marinho-costeira. Entre eles, pode-se destacar o importante papel dos municípios e dos agentes imobiliários na transformação da paisagem costeira, que juntos com os residentes, pescadores, turistas, setor privado e ONGs, de alguma maneira competem pelo mesmo objeto – a paisagem das praias, ainda que com diferentes estratégias, atribuindo-lhe diferentes valores e gerando diferentes conflitos (DELFINO y BELTRAME, 2015).

De acordo com os atores entrevistados, os principais conflitos passam pela existência de políticas urbanas municipais pouco claras ou pouco conhecimento sobre as políticas que incidem sobre a paisagem da APABF. Alguns grupos de atores apresentam uma visão de que a APABF pode ser ou é um obstáculo ao desenvolvimento econômico e dos municípios.

Os grupos de atores, em sua maioria, estão representados no Conselho Gestor da APABF (CONAPABF) (Figura 33) ou tem seus interesses representados por outros grupos com interesses afins, conforme pode ser visto a seguir.

## 6.1 O CONSELHO GESTOR DA APA DA BALEIA FRANCA

Tendo em vista a extensão do território e os conflitos de gestão a serem enfrentados, no ano de 2005 foi formado um grupo de trabalho<sup>50</sup> denominado GT-APA com o objetivo de conceber o conselho gestor da unidade<sup>51</sup>.

Assim, o Conselho Gestor da APA da Baleia Franca (CONAPABF) foi criado em 2005 através de um processo participativo, instituído pela Portaria do IBAMA n. 48, de 22 de junho de 2006 (IBAMA, 2006). De acordo com a chefe da unidade, Maria Elizabeth Carvalho da Rocha, em 2005, se decidiu pela criação do Conselho Gestor

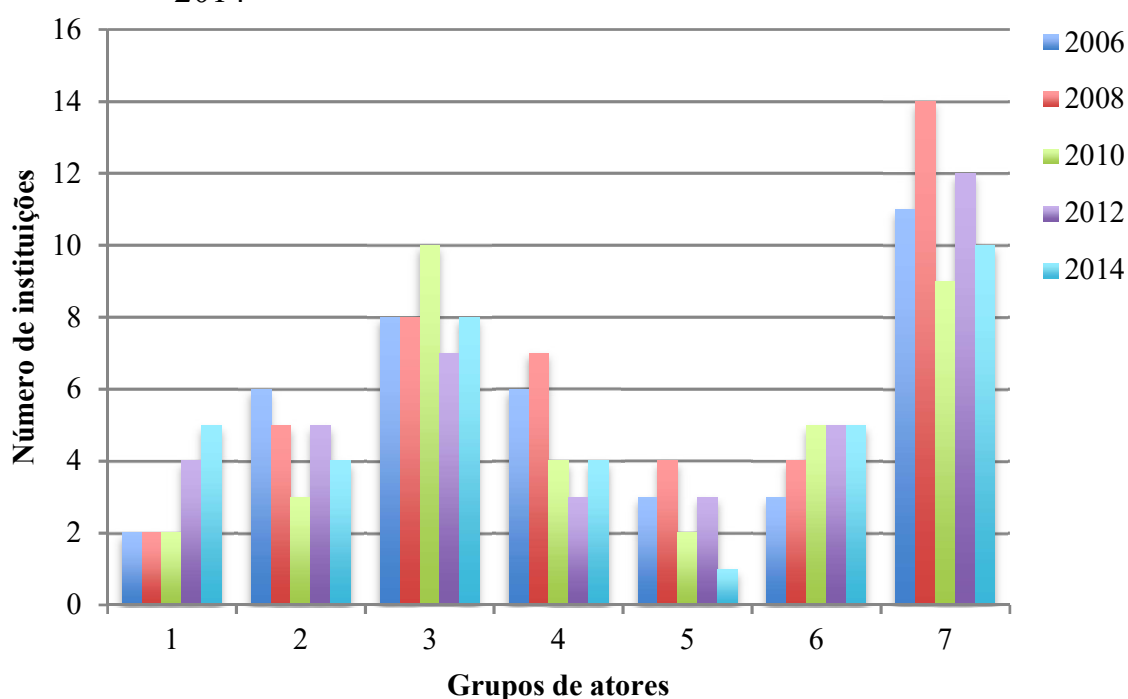
<sup>50</sup> Grupo de pessoas ligadas ao IBAMA/SC, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e entidades ambientalistas da região.

<sup>51</sup> Para conhecer melhor o processo ver Delfino e Beltrame (2014).

antes mesmo da elaboração do Plano de Manejo, partindo do pressuposto da criação de um espaço em que a sociedade pudesse exercer a gestão participativa da unidade.

O CONAPABF é composto por 14 organizações do setor de ONGs ambientalistas, 14 do setor de usuários dos recursos e 14 do setor governamental e, conta com um comitê executivo composto por instituições conselheiras. Dentre os usuários estão as universidades privadas, os residentes e os setores econômicos, por exemplo. No Setor governamental estão as universidades públicas e as instituições públicas municipais, estaduais e federais.

Figura 33 - Composição do Conselho Gestor por grupo de atores, entre 2006-2014



Grupos de atores: 1– Universidades; 2– Residentes; 3– Atividades econômicas; 4– Governo Municipal; 5– Governo Estadual; 6– Governo Federal; 7– ONGs ambientalistas.

Fonte: elaborado pela autora.

O conselho reúne-se em plenárias ordinárias trimestrais, para tratar de temas específicos e estratégicos para a gestão da APABF. Desde sua criação trabalha também com Grupos de Trabalho (GT) e Câmaras Técnicas (CT).

Entre os temas discutidos em plenária ao longo desses anos, segundo Delfino e Beltrame (2014) podem ser destacados:

- Licenciamento da atividade de mineração de conchas calcárias na Lagoa do Camacho, associado a abertura da própria Barra do Camacho (2006);
- Reestruturação do ICMBio e criação de uma Reserva Extrativista no interior da APABF (2007);
- a elaboração de um plano de ação para o conselho em 2008;
- Aprovação do Código Florestal Catarinense, construção da rodovia interpraías SC-100 e elaboração dos Planos Diretores (PD) Municipais no território da APABF (2009);
- Aprovação do novo regimento interno e reestruturação das CTs (2010);
- Capacitação com ênfase em gestão ambiental, apreciação do licenciamento da lavra de conchas calcárias (2011);
- Elaboração do Plano de Manejo da Unidade e a construção da estratégia de participação do Conselho na sua elaboração (2012/2013);
- Turismo de Observação de Baleias e o fortalecimento do Conselho (2014).

As primeiras câmaras técnicas foram criadas em 2007 - CT da Pesca e CT do Ordenamento Territorial - dada à importância de ambos os temas para o desenvolvimento do território e conservação dos recursos naturais. Em 2010 foram constituídas novas CTs - Conservação da Baleia Franca; Gestão da Biodiversidade; Gestão Territorial; Proteção e Monitoramento; Atividades Econômicas Sustentáveis.

O conselho está em sua quinta gestão (Anexo 1) e tem por objetivo:

[...] garantir a gestão participativa e integrada da APABF, com ações que assegurem a proteção da diversidade biológica e cultural, o disciplinamento da ocupação e a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais, além do gerenciamento participativo e integrado para a implantação das diretrizes das políticas nacional, estadual e municipais do meio ambiente e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no que diz respeito à sua área de atuação, visando atender aos objetivos específicos, às metas e às diretrizes do seu Plano de Manejo (CONAPABF, 2010, art. 5).

Atualmente, o conselho concentra seu trabalho na direção da elaboração do Plano de Manejo. Um dos maiores desafios está em acompanhar a implementação dos Planos Diretores dos municípios – uma vez que o município é o responsável pela execução da Política Urbana em nível municipal (BRASIL, 2001).

A representação no conselho tem variado de acordo com o grupo de atores e o período de gestão. No entanto, verificou-se que o setor de usuários foi o único que sempre ocupou as vagas disponíveis (1/3), uma vez que o setor das ONGs ambientalistas têm encontrado dificuldades para ocupar 1/3 das vagas no CONAPABF.

Da composição inicial feita na primeira gestão do conselho, houve uma diminuição significativa das prefeituras no conselho: de sete prefeituras que ocupavam as vagas destinadas ao setor público no CONAPABF, restaram quatro na última gestão (DELFINO e BELTRAME, 2014). Assim como caiu a representatividade do grupo de pescadores.

Já os agentes imobiliários de alguns municípios estão representados no conselho pela Associação Comercial Industrial (ACI), como no caso de Imbituba. Quanto a parte dos moradores estão representados por algumas associações de moradores e organizações ambientalistas.

Alguns municípios, como Garopaba, Imbituba, Laguna e Jaguaruna tem uma porção significativa do território municipal dentro da APABF e juntos com Palhoça e Paulo Lopes possuem seus principais balneários dentro da unidade. Nesta área estão localizadas áreas estratégicas para a conservação ambiental, compostas por ecossistemas de dunas, restingas, lagoas e sambaquis. Assim como, estão situados os principais destinos turísticos desses municípios – os quais recebem uma grande quantidade de turistas na temporada de verão, em alguns casos, chegando a dobrar a população<sup>52</sup>.

Todos os municípios que compõe o território da APABF se enquadram na lista dos que tem obrigação legal de elaborar seus PDs (BRASIL, 2001) por estarem situados na área de impacto da duplicação da BR-101 ou situados em região metropolitana. Dos nove municípios apenas Balneário Rincão não possui Plano Diretor.

Sobre a participação dos municípios no conselho gestor, são os municípios do setor central da APABF aqueles que tem maior participação desde o início. As prefeituras, em especial, demonstram

---

<sup>52</sup> Há o predomínio de residências secundárias em alguns desses balneários como Balneário Rincão, Esplanada e Arroio Corrente, ao sul da APABF. (DELFINO, 2008).

pouco interesse em participar do conselho, sendo sua contribuição essencial, uma vez que são responsáveis pela implementação das políticas de planejamento urbano municipais.

Dentre os municípios, Imbituba foi o que sempre teve mais representação no conselho nos diferentes setores; enquanto Paulo Lopes e Palhoça estiveram sem representantes no CONAPABF desde o início até 2014, quando Palhoça ingressou com um representante no setor de usuários (DELFINO y PELACHS, 2015).

Uma questão que surgiu a partir de 2008 nas plenárias do CONAPABF é que tipo de desenvolvimento se quer para o território da APABF. Os conselheiros apontaram a necessidade de o conselho ser um espaço público para discussão de interesses coletivos do território e para a construção de um projeto de desenvolvimento territorial (CONAPABF, 2008; 2013; 2014).

Os atores relacionados no quadro 17, ou seus interesses específicos, estão representados no CONAPABF pelas seguintes instituições:

- Os agentes imobiliários, empresários e os interesses dos turistas, pelas Associações Comerciais e Industriais (ACI) dos municípios;
- Os gestores públicos municipais, pelas prefeituras ou fundações municipais de meio ambiente. Além dos gestores públicos municipais, existem representantes do poder público estadual e federal;
- Os moradores, pelas associações comunitárias;
- As ONGs ambientalistas, que tem direito a 1/3 do Conselho;
- Os pescadores, pelas associações ou colônias de pescadores;
- Os agricultores, por associações ambientalistas ou comunitárias ligadas a agroecologia.

Os gestores da APABF – onde o chefe da UC é o presidente do conselho -, a concebem como um território, dotado de valores singulares, onde há distintos interesses, atuação de múltiplos grupos de atores, relações de poder e, conseqüentemente, diferentes estratégias em torno ao uso dos recursos ambientais e de apropriação de seus valores. Sua atuação consiste em promover o diálogo com os diferentes atores implicados e romper com o paradigma de que as áreas protegidas são um obstáculo para o desenvolvimento econômico. No entanto, ainda encontram muitas resistências, sobretudo, por parte dos agentes econômicos e dos gestores municipais.



*Los gestores del APA entienden, como Barragán (2003) que solamente el proceso dinámico, continuo e iterativo, basado en la cooperación y la participación, de diálogo entre los diferentes actores implicados puede promover la gestión eficaz en el territorio (DELFINO y MARRUL FILHO, 2016).*

Tais resistências se materializam na flexibilização das leis de uso e ocupação do solo urbano litoral pelos municípios, na falta de cumprimento das leis ambientais, na visão de que as áreas protegidas são restritivas e impedem o desenvolvimento econômico. No entanto, algumas iniciativas de diálogo apostaram em medidas que beneficiem todas as partes interessadas. Iniciativas estas, em que os agentes privados adequaram seus projetos a uma série de sugestões por parte dos gestores e conselho da APABF, sendo mais sustentável com os valores do território.

O núcleo central de participação social, no modelo de gestão da APABF, é o conselho gestor. Além deste espaço, outros mecanismos de participação foram instituídos, de modo a trabalhar com os conflitos que podem comprometer a integridade ambiental ou às práticas tradicionais de gestão de recursos mais adequadas à dinâmica ecológica do território.

Estes mecanismos de gestão participativa incluem no diálogo setores econômicos da região: como o espaço de negociação permanentemente do Porto de Imbituba; ou no acordo social comunitário para a gestão da Barra de Ibiraguera, gerido por um comitê composto por moradores, setor público, esportistas, empresários do turismo e pescadores (MARRUL FILHO *et al.*, 2014; DELFINO y MARRUL FILHO, 2016).

## 6.2 POLÍTICAS E ESPAÇOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Para efetiva gestão da APABF é necessário considerar as políticas implicadas no contexto em que está inserida nas três escalas de gestão governamental: federal (Brasil), estadual (Santa Catarina) e municipal. Assim como, as diferentes áreas envolvidas - ambiental, territorial, urbanística e costeira.

O território da APABF conta com uma série de políticas em diferentes escalas de gestão (Quadro 18), que estão desarticuladas entre si e sua superposição compromete a efetiva gestão dos recursos, uma vez que, em alguns casos, como nos planos diretores municipais, apresentam

incoerências no uso e ocupação do solo com a conservação dos recursos e seus valores.

Se constatou que a maioria destas políticas indicam a promoção do desenvolvimento sustentável e a gestão democrática dos territórios, como meio para alcançar seus objetivos. Ainda que, os gestores da APABF enfrentem o problema da crescente desarticulação e desintegração dos órgãos gestores em relação a execução de tais políticas – uma vez que seus objetivos e área de implementação se sobrepõem.

Quadro 18 - Normativas implicadas no contexto da APABF

Escala		Ano	Normativas
Federal		1946	Terrenos de Marina - Ley de bienes inmuebles de la unió - ley 9760
		1981	Política Nacional de Medio Ambiente
		1988	Plan Nacional de Gestión Costero - ley 7661
		1988	Resolución CONAMA sobre las APAs – 010
		1993	Zona Económica Exclusiva y otros - ley 8617
		1997	Política Nacional de los Recursos Hídricos - ley 9466
		2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservación - ley 9985
		2001	Política Urbana - ley 10257
		2005	Política Nacional para los Recursos del Mar - ley 5377
		2006	Ley de la Foresta Atlántica - ley 11428
		2009	Política Nacional Desarrollo Sostenible, Acuicultura y Pesca - ley 11959
		2012	Nuevo Código Forestal - ley 12651
	2015	Portaría sobre la pesca de la <i>Tainha</i> - Portaria MMA 04	
	Estadual	2005	Plano Estadual de Gestão Costera – ley 13553
		2005	Decreto Estadual del Proyecto Orla – ley 3077
		2006	Plano Estadual de Gestão Costera –Decreto 2010
2014		Código Estadual de Medio Ambiente - ley 16342	
Municipal	2000+	Planos Directores Municipales	
	2005+	Proyecto Orla	

Fonte: Delfino y Pelachs (2015).

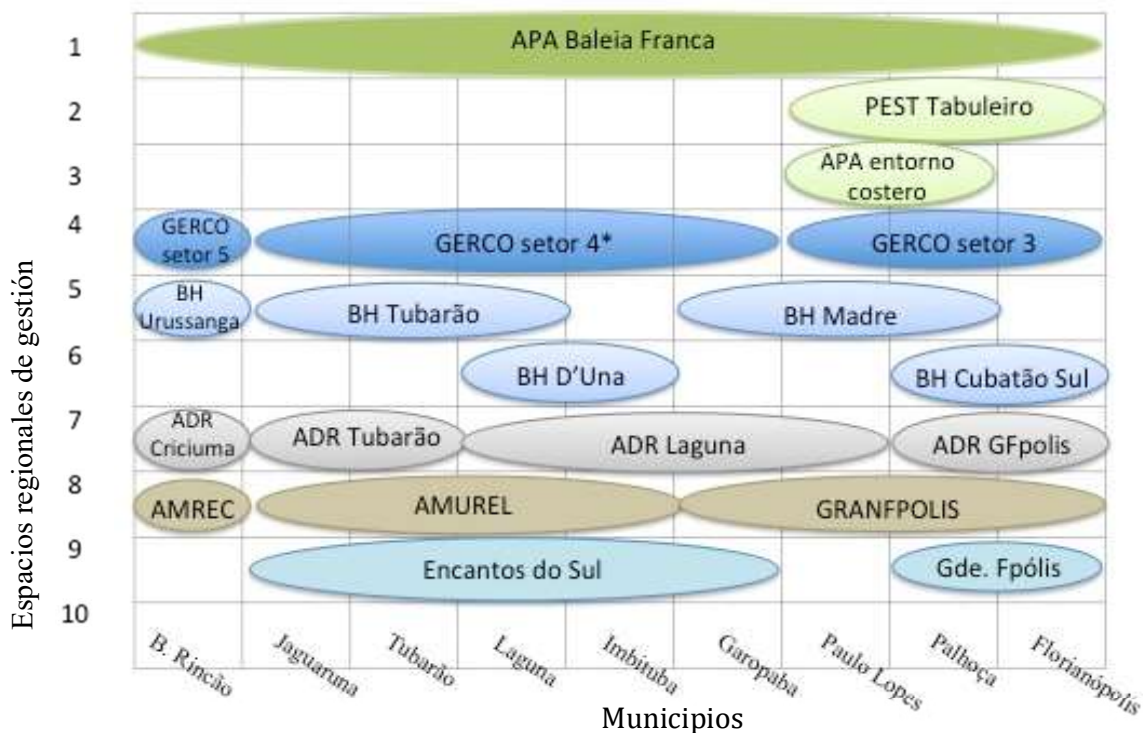
Como já foi dito, a APABF compreende nove municípios, 156.100 hectares de área protegida e uma costa de cerca de 130 km, compreendendo cinco bacias hidrográficas. Tendo em conta este contexto, buscou-se identificar quais são os diferentes espaços de gestão territorial que implicam decisões sobre os municípios (Figura 34): a gestão de unidades de conservação, a gestão de bacias hidrográficas, a gestão costeira, as agências de desenvolvimento do estado catarinense a que os municípios se subordinam, as associações de municípios que estes participam e, por fim, a gestão urbanística municipal de cada um dos nove municípios. Ainda há as regiões turísticas<sup>53</sup>, onde os municípios da APABF participam da região denominada Encantos do Sul.

Dos municípios que compõem a APABF, oito são costeiros e têm como característica comum a paisagem litoral e os ecossistemas marinho-costeiros. Tubarão, embora sem ser costeiro, é onde se encontra o principal rio que deságua diretamente no maior e mais importante complexo lagunar do território.

---

<sup>53</sup> O Governo do Estado de Santa Catarina divide o estado em 10 regiões turísticas: Vale das Águas, Grande Florianópolis, Serra Catarinense, Caminho dos Cânions, Costa Verde e Mar, Caminhos da Fronteira, Caminho dos Príncipes, Grande Oeste, Vale Europeu e Encantos do Sul (SANTA CATARINA, 2016). Disponível em <http://turismo.sc.gov.br/destinos/> acessado em 06/01/2017.

Figura 34 - Espaços de gestão territorial que implicam no território da APABF



Legenda (Espaços regionais de gestão):

1 – Unidade de conservação federal; 2 e 3 – Unidades de conservação Estadual; 4 - Gestão Costera; 5 e 6 – Bacias Hidrográficas; 7 – Agências de Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de SC; 8 – Associações de Municípios; 9 – Regiões Turísticas do Estado de SC; 10 – Municípios que compõem cada escala de gestão.

\* Exceto Tubarão, pois não é costero.

Siglas:

APA (Área de Proteção Ambiental), PEST (Parque Estadual Serra Tabuleiro), GERCO (Gestão Costera), CH (Cuenca Hidrográfica/Bacia Hidrográfica), ADR (Agência de Desenvolvimento Regional), AMREC (Associação de Municípios da Região Carbonífera), AMUREL (Associação de Municípios da Região de Laguna), GRANFPOLIS (Associação de Municípios da Grande Florianópolis).

Fonte: Delfino y Pèlachs (2015), atualizado pela autora.

De acordo com os espaços de gestão apresentados, os municípios estão distribuídos entre as diferentes instituições de gestão regional, política, administrativa e ambiental - sendo que a APABF dentro as apresentadas, configura-se como a que congrega todos. Ainda assim, informalmente a APABF está dividida em três setores para melhorar a gestão do território (norte, sul e central). De acordo com a equipe gestora

da UC, esta divisão faz parte de uma estratégia de gestão com base nas características de cada setor.

Para cada espaço de gestão apresentado existe uma política de gestão correspondente: cada município possui o Plano Diretor, instrumento de gestão urbanística, exceto Balneário Rincão; das BHs citadas, a do Rio Tubarão possui um comitê de gestão; o GERCO possui diagnósticos e planos para cada setor; a APA do Entorno Costeiro e o PEST ainda não possuem Plano de Manejo; a APA da Baleia Franca está com o Plano de Manejo em elaboração.

Observando a figura acima, percebe-se que Balneário Rincão parece estar mais isolado dos outros municípios, isso porque está situado ao sul do território e geograficamente mais próximos aos municípios de Içara e Criciúma – cidades regionais situadas fora do território.

Os municípios de Jaguaruna, Tubarão, Laguna, Imbituba e Garopaba subordinam-se aos espaços de gestão centralizados nos municípios de Laguna e Tubarão, na maioria das vezes. Enquanto os municípios de Paulo Lopes e Palhoça, subordinam-se aos espaços de gestão localizados a Florianópolis.

De certa maneira, a distribuição dos municípios nos espaços de gestão apresentadas, seguem a lógica da formação socioespacial que se deu a partir das cidades pólos regionais que influenciam o território, reforçando a sua centralidade.

De todos os municípios Palhoça é o que está subordinado a mais espaços de gestão, o que compromete a implementação das políticas públicas setoriais, uma vez que o município não consegue articular e integrar as políticas públicas setoriais, ao Plano Diretor, aos interesses de gestão da Bacia Hidrográfica, do Gerenciamento Costeiro, do PEST do Tabuleiro e da APABF, por exemplo. Ainda, é o município que apresentou maior crescimento populacional e tem um Plano Diretor voltado para a expansão urbana, permitindo a ocupação em áreas frágeis ambientalmente, como a Baixada do Maciambú.

A área da figura 35, por exemplo, representa uma faixa do município de Jaguaruna, que está dentro do polígono da APABF e demonstra como se torna difícil a integração das diferentes normativas e escalas de gestão para o uso e ocupação do solo e conservação dos recursos naturais e valores.

Figura 35 - Ilustração da sobreposição de competências e políticas



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

Os pontos numerados na imagem equivalem:

- 1) Ao maior sítio arqueológico do território da APABF, o Sambaqui Garopaba do Sul – maior sambaqui do mundo, decretado pelo patrimônio histórico nacional pelo IPHAN. Este sítio foi georreferenciado em um ponto mais ao sul no mapa de macrozoneamento da Prefeitura de Jaguaruna, quando comparado à sua localização na imagem de satélite, situasse-se na Macrozona “do ambiente natural<sup>54</sup>”.
- 2) Às dunas, área regulamentada pelo Código Florestal Nacional. No macrozoneamento municipal também encontra-se na Macrozona “do ambiente natural”.
- 3) À Vegetação de restinga e área úmida, regulamentada pelo Código Florestal Nacional. Esta área enquadra-se na Macrozona “do Ambiente Construído<sup>55</sup>”, no macrozoneamento municipal,

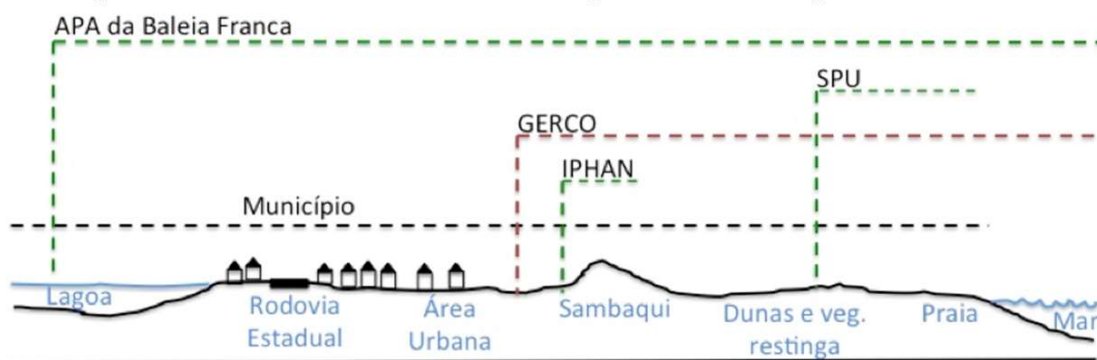
<sup>54</sup> Para esta zona está definido que “compreende as áreas Preservação Ambiental, destinada a usos de baixo impacto que não conflitem com a preservação ambiental e à preservação ambiental permanente, e caracterizada pela presença significativa da água, como elemento natural definidor do seu caráter, enriquecidas pela presença de maciço vegetal preservado, englobando as ocupações próximas a esses corpos e cursos d’água” (JAGUARUNA, 2014, art. 30).

<sup>55</sup> “destinada prioritariamente aos diversos usos urbanos e compreende as áreas caracterizadas pela predominância do conjunto edificado, definido a partir da diversidade

que ao mesmo tempo indica a presença de corpos d'água em toda a área. Já no mapa de zoneamento detalhado não menciona nenhum tipo de uso ou restrição à área.

- 4) À Área urbana consolidada, definida também na Macrozona “do Ambiente Construído”, no macrozoneamento municipal. E uma parte da urbanização está zoneada como histórica <sup>56</sup> e corresponde à uma das comunidades mais antigas do município e de pescadores artesanais.
- 5) À Lagoa de Garopaba do Sul, componente de um dos complexos lagunares do território, importante fonte de pesca - em que para a gestão dos recursos hídricos deve levar-se em conta a Lei dos Recursos Hídricos, o Código Florestal para a proteção das margens, a regulamentação da extração mineral, das atividades pesqueiras e de lazer em seu interior
- 6) À Área Marítima, em que devem ser regulamentadas as atividades produtivas, de circulação e de lazer, baseados também no Plano de Gerenciamento Costeiro Catarinense (GERCOSC) e no Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).
- 7) À área agrícola definida no macrozoneamento municipal.
- 8) À Faixa de Praia - área de marinha, competência da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

Figura 36 - Perfil ilustrativo da sobreposição de competências



Fonte: elaborado pela autora<sup>57</sup>.

das formas de apropriação e ocupação espacial e cuja finalidade será a de definir, de forma genérica sua característica ocupacional” (JAGUARUNA, 2014, art. 30).

<sup>56</sup> “A Zona Histórica, ZH é formada por conjuntos de relevante expressão histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção é necessária à preservação do patrimônio cultural do Município. A ZH objetiva a proteção e a recuperação do ambiente construído e do espaço urbano, a valorização da paisagem e o desenvolvimento sustentável” (*op. cit.*, art. 54).

<sup>57</sup> Este perfil é meramente ilustrativo, se trata de uma aproximação da sobreposição de competências de ordem federal, estadual e municipal, baseado na área da figura 35 e não corresponde aos limites e escalas reais. Foi construído com base em uma figura similar



A área representada na figura 36 está contemplada no Plano do GERCOSC e será regulamentada pelo Plano de Manejo da APABF, bem como, para esta pesquisa é um importante exemplo de uma pequena área que agrupa valores naturais-ecológicos (ex.: dunas, vegetação de restinga, mar e lagoa), valores históricos (ex.: sítio arqueológico), valores produtivos (ex.: pesca e turismo), valores de uso social (ex.: atividades de ócio e lazer relacionados à praia, ao mar e à lagoa) e valores simbólico-identitários (ex.: comunidade pesqueira).

Em se tratando zona costeira, o Plano de Gerenciamento Costeiro brasileiro, ainda prevê um instrumento de gestão específico para a orla marítima, o Projeto Orla.

O Projeto Orla tem por objetivo promover o ordenamento do espaço litoral integrando as políticas de gestão urbana, ambiental e patrimonial, de forma a estabelecer uma faixa de proteção entre a terra e o mar em função das características paisagísticas e ecossistêmicas. Sua área de abrangência terrestre varia entre 50 metros em áreas urbanizadas e 200 metros em áreas não urbanizadas a partir da linha de preamar para dentro do continente. Envolve principalmente a SPU e os municípios, uma vez que sua elaboração ocorre na escala municipal e é implementada pelo Município, por adesão (OLIVEIRA E NICOLODI, 2012).

Dentre os municípios da APABF, Balneário Rincão é o único que tem o Projeto Orla elaborado e encontra-se em fase de aprovação.

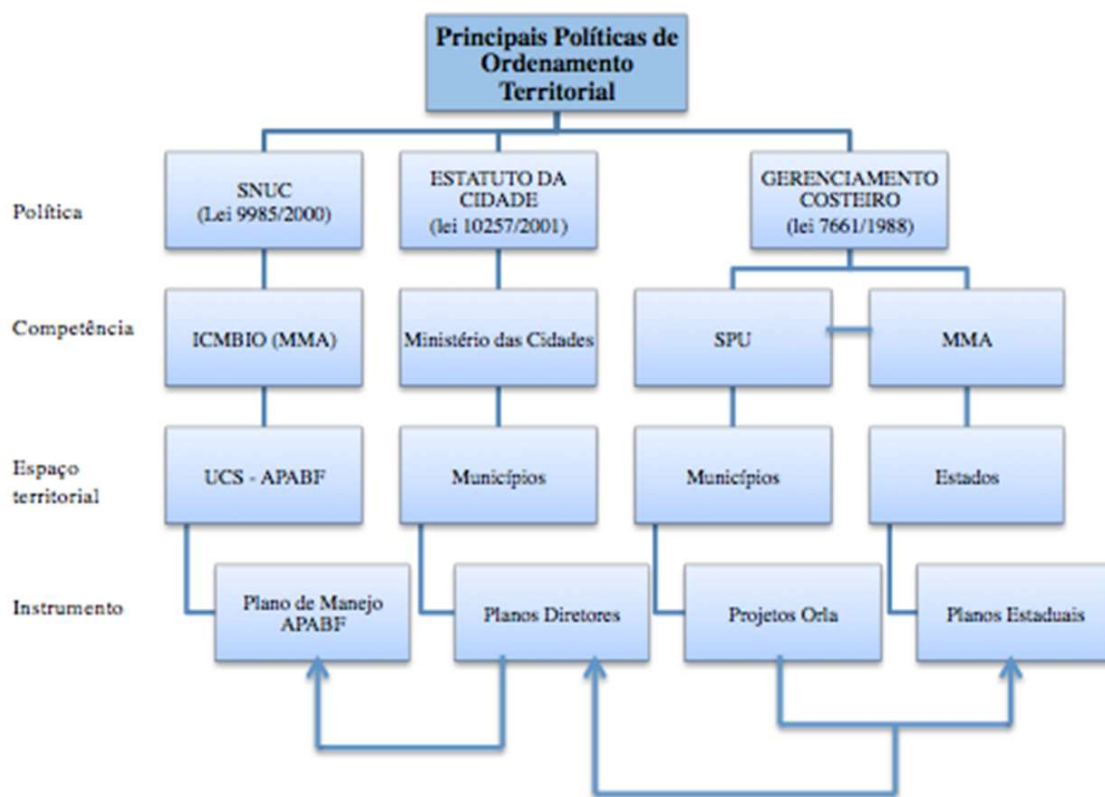
Dentre as políticas apresentadas, o diálogo e a integração entre os Planos Diretores Municipais, a Plano de Gerenciamento Costeiro e o Plano de Manejo da APABF (Figura 37), constitui-se como um dos principais limites a serem superados para a efetiva implementação da gestão territorial na APABF.

O elemento comum entre estas políticas e seus instrumentos de gestão correspondentes está na proteção da paisagem litorânea pela regulação do uso e ocupação do solo urbano.

À estas políticas, ainda é necessário integrar as políticas setoriais, como por exemplo de meio ambiente municipal, saneamento, resíduo e circulação – as quais são de competência do município.



Figura 37 - Esquema da Integração das Principais Políticas de Ordenamento Territorial Brasileiras no Território da APABF



Fonte: elaborado pela autora.



## **CAPÍTULO 7**



## 7 DO TERRITÓRIO À PAISAGEM: ANÁLISE DA PAISAGEM NA APABF

Considerando: 1) que a APABF é uma área protegida que considera a interação entre as comunidades e a natureza; 2) que desta interação resultam certos valores distintos e únicos ao seu território; 3) os conflitos de gestão que enfrenta; 4) a necessidade de articulação e integração entre as políticas e os atores em diferentes escalas; 5) que o território da APABF extrapola os limites políticos jurídicos utilizados para a definição da UC; esta pesquisa buscou um marco teórico metodológico capaz de contribuir à gestão territorial na APA da Baleia Franca, pautada na gestão da paisagem e nos valores da paisagem, como ferramenta útil nas mãos dos atores, aqueles que vivem e sentem a paisagem no dia-a-dia.

Partindo da análise geossistêmica, identificou-se as Unidades de Paisagem (UP), através da combinação de dados morfológicos e estruturais que permitiram zonar o território da APABF em UPs com características distintas entre si.

As unidades de paisagem “são resultado da delimitação sobre um mapa de uma porção do território com morfologia e cobertura do solo semelhantes e, portanto, fruto da combinação de elementos meramente estruturais”. Elas consideram as relações particulares que se estabeleceram entre os habitantes e seu território, constituindo parte da identidade das pessoas que aí vivem. Assim, cada UP será única, singular, diferente das demais UPs da APABF e de outros territórios, atendendo aos critérios estruturais, funcionais e históricos do território (NOGUÉ Y SALA, 2006, p. 30) formado por esta unidade de conservação ambiental.

*En aquest sentit, es proposa un concepte operatiu d'unitat de paisatge, entesa com una part del territori caracteritzada per una combinació específica de components paisatgístics de naturalesa ambiental, cultural i estètica i de dinàmiques clarament recognoscibles que li confereixen una idiosincrasia diferenciada de la resta del territori<sup>58</sup> (op. cit., p. 31).*

---

<sup>58</sup> “Neste sentido, se propõe um conceito operativa de unidade de paisagem, entendida como uma parte do território caracterizado por uma combinação específica de componentes da paisagem, de natureza ambiental, cultural e estética e de dinâmicas claramente reconhecíveis que lhe conferem uma idiosincrasia diferenciada do resto do território”.

Para a delimitação das UPs da APABF, levou-se em consideração os elementos que estruturam o território (geologia, geomorfologia, pedologia, hidrografia, hipsometria) e a sua organização (uso do solo – urbano, agrícola, florestal) com o apoio do Sistema de Informação geográfica (SIG). Somados às dinâmicas que contribuíram para modelar sua atual forma e imagem (como o processo de urbanização da zona costeira), à tradição cultural e sua história, conforme orientação de Nogué y Sala (2006).

Desta maneira, chegou-se a identificação de dez tipologias da paisagem no território da APABF (Figura 38), conforme as características abaixo apresentadas a partir das informações contidas nos mapas apresentados na descrição do geossistema da APABF:

- a) **Montanhas do Tabuleiro** – Situada ao norte do território, esta formação parte da combinação de formações geológicas do Proterozóico (Granito Serra do Tabuleiro, Riolito Cambirela, Granitóide Imaruí-Capivari, Granitóide Santo Antônio, Granitóide Paulo Lopes e Granito Rio Chicão) e geomorfológicas de embasamento cristalino (Serra do Tabuleiro, Riolito Cambirela e Granitóide Paulo Lopes). Composta em sua maioria por cambissolos e uma pequena porção de argissolos a noroeste. Possui altitudes situadas entre 120 e 1270 metros. Coberta em grande parte por Florestas Ombrófila Densa (primárias ou em estágio médio ou avançado de regeneração) e por uma porção menor, porém bastante representativa da Floresta de Faxinais. Nesta tipologia está situado o PEST. Abrange os municípios de Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba.
- b) **Morros dispersos** – também possuem formação geológica do Proterozóico, com predominância do Granitóide Imaruí-Capivari e Granitóide Santo Antônio. Também apresenta formações mais recentes do Paleozóico com a Formação Rio Bonito e do Mesozóico com uma pequena área de fácies Gramado em Tubarão. Sua geomorfologia é de embasamento cristalino (Serra do Tabuleiro e Granitóide Pedra Branca). Composta por cambissolos e argissolos, possui altitudes menores que a tipologia anterior, entre 60 e 360 metros, com alguns poucos picos entre 360 e 720 metros. Esta tipologia é formada por Floresta Ombrófila Densa em estágio inicial de regeneração e em maior parte, por pastagens e campos naturais. Compreende, principalmente os municípios de Jaguaruna, Tubarão, Laguna e a área central de Imbituba.
- c) **Ilhas, Costões e Promontórios** – A formação geológica aqui é do

Proterozóico (variando entre o Granitóide Imaruí-Capivari, o Granito Ilha, Granito Serra do Tabuleiro e Granito Jaguaruna). Está composta por quatro tipos de embasamento cristalino (Granito Ilha, Riolito Cambirela, Granitóide Paulo Lopes e Serra do Tabuleiro). Apresenta argissolos e algumas áreas de cambissolos. As altitudes chegam a 180 metros na parte continental e a 360 metros na Ilha de Santa Catarina. Esta tipologia é coberta por vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa. Não apresenta uma denominação específica como as áreas de tensão ecológica formadas pelos manguezais e restingas. Porém, apresenta características diferentes da Floresta Ombrófila Densa situada mais ao interior do continente, devido a influência da salinidade e dos ventos conforme Filippini (2009).

- d) ***Planície Lagunar*** – de formação mais recente, se divide em duas porções no território: i) Ao sul apresenta os depósitos de barreira holocênica (depósitos deltaicos) em Laguna, Tubarão e Jaguaruna e depósitos flúvio-lagunares e praias em Jaguaruna e Balneário Rincão. ii) Ao norte, estão os depósitos flúvio-lagunares e aluviais-coluviais em Imbituba e Paulo Lopes. É de geomorfologia lagunar e seus solos variam entre organossolos, gleissolos, espodossolos e neossolos. Está localizada nas altitudes mínimas, entre 0 e 30 metros em relação ao nível do mar. A tipologia está composta por pastagens, campos naturais e agricultura, com destaque para a produção de arroz irrigado.
- e) ***Planície Eólica*** – Esta tipologia é formada por depósitos de planície de inundação e sua geomorfologia difere da anterior por ser de compartimento praias (principalmente depósito lagunar praias). Está composta basicamente de neossolos, de altitude entre 0 e 30 metros. Está diretamente relacionada com áreas de agricultura (mandioca, melancia, fumo), reflorestamento (eucalipto), pastagens e campos naturais nos municípios de Balneário Rincão, Jaguaruna e Imbituba.
- f) ***Praias e Dunas (com ou sem vegetação)*** – de formação cenozóica, é composta por depósitos eólicos na faixa que se estende de Balneário Rincão a Imbituba e depósitos litorâneos e praias de Imbituba para o norte. Constitui-se de geomorfologia praias em toda a área, com predominância do depósito lagunar praias. O tipo de solo predominante é de dunas, e apresenta pequenas áreas de neossolos. Com altitudes de 0 a 30 metros, apresenta sobreposta outra tipologia – a urbanizada ou construída – intercalada com extensas faixas de dunas com ou sem vegetação de restinga e áreas de várzea.

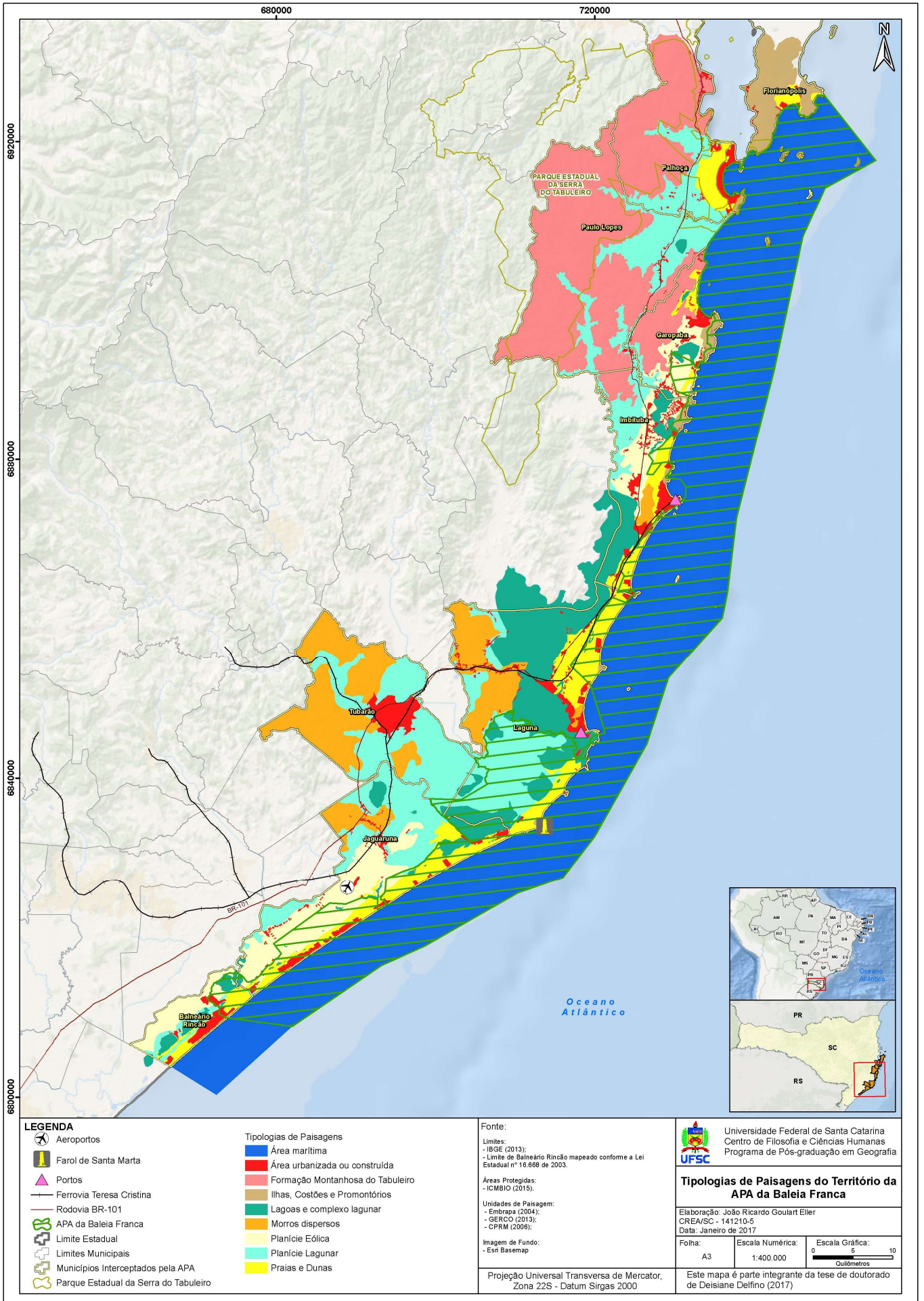
- g) **Área urbana ou construída** – está sobreposta e distribuída ao longo da costa, sobre área de dunas com ou sem vegetação, com registro de pontos mais críticos nos municípios de Jaguaruna e na Praia da Pinheira. Esta tipologia também se estende para o interior dos municípios onde estão as áreas urbanas das sedes, distritos e pequenas vilas distribuídas em diferentes tipologias. Esta, pode caracterizar-se como uma área de Atenção Especial (UPAE)<sup>59</sup> pela sua dinamicidade e pela intensidade das transformações que apresenta. As UPAsEs, geralmente, pertencem a outras UPs e de certa forma, podem comprometer a evolução e transformação destas.
- h) **Complexo Lagunar e lagoas** – distribuída ao longo de toda a costa da APABF, esta tipologia compreende o maior complexo lagunar de Santa Catarina, Santo Antônio dos Anjos-Mirim-Imaruí em Laguna e o sistema lagunar Camacho-Laranjal-Garopaba do Sul em Jaguaruna. Compreende ainda a Lagoa de Ibiraquera em Imbituba e Garopaba e inúmeras outras lagoas costeiras, situadas junto as áreas de dunas com ou sem vegetação. Sua formação está associada “às variações relativas do nível do mar ocorridas durante o período quaternário” (HORN FILHO, 2003, p. 81). Possui importante função ecológica, além da econômica relacionada à pesca, ao cultivo de camarão e às atividades de lazer.
- i) **Espaço Marítimo** – Corresponde a toda a área marinha protegida pela APABF desde o sul da Ilha, em Florianópolis, até Balneário Rincão – onde estão incluídas as zonas de recreação e lazer, recreação náutica, observação de Baleia, atividades portuária, aquaviária, aquícola e pesqueira.

---

<sup>59</sup> Nogué y Sala (2006).



Figura 38 - Tipologias da Paisagem no território da APABF



**LEGENDA**

- Aeroportos
- Farol de Santa Marta
- Portos
- Ferrovia Teresa Cristina
- Rodovia BR-101
- APA da Baleia Franca
- Limite Estadual
- Limites Municipais
- Municípios Interceptados pela APA
- Parque Estadual da Serra do Tabuleiro

- Tipologias de Paisagens**
- Área marítima
  - Área urbanizada ou construída
  - Formação Montanhosa do Tabuleiro
  - Ilhas, Costões e Promontórios
  - Lagoas e complexo lagunar
  - Morros dispersos
  - Planície Eólica
  - Planície Lagunar
  - Praias e Dunas

**Fonte:**  
 Limites:  
 - IBGE (2013);  
 - Limite de Balneário Rincão mapeado conforme a Lei Estadual nº 16.688 de 2003.  
 Áreas Protegidas:  
 - ICMBIO (2015).  
 Unidades de Paisagem:  
 - Embrapa (2004);  
 - GERCO (2013);  
 - CPRM (2006).  
 Imagem de Fundo:  
 - Esri Basemap  
 Projeção Universal Transversa de Mercator,  
 Zona 22S - Datum Sirgas 2000

Universidade Federal de Santa Catarina  
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-graduação em Geografia

**Tipologias de Paisagens do Território da APA da Baleia Franca**

Elaboração: João Ricardo Goulart Eller  
 CREA/SC - 141210-5  
 Data: Janeiro de 2017

Folha: A3	Escala Numérica: 1:400.000	Escala Gráfica: 0 5 10 Quilômetros
--------------	-------------------------------	--

Este mapa é parte integrante da tese de doutorado de Deisiane Delfino (2017)



## 7.1 UNIDADES DE PAISAGEM

A delimitação das unidades de paisagem, de acordo com Nogué y Sala (2006) é o elemento territorial básico para a formulação dos objetivos de qualidade paisagística, assim como para estabelecer critérios e medidas de ordenamento territorial e proporcionam a integração das políticas de planejamento territorial e urbanístico à política de gestão da paisagem, neste caso, do objeto desta pesquisa, o território da APABF.

De acordo com Bertrand (1973), uma unidade de paisagem deve ser definida muito mais baseada pela autonomia de funcionamento, do que por um limite e extensão materializada no espaço.

Assim, a partir das tipologias identificadas, o território foi zoneado em cinco unidades de paisagem (UP) no intuito de subsidiar o processo de gestão territorial na APABF: 1) Montanhas do Tabuleiro, 2) Maciambú e Ilha, 3) Ibiraquera e região, 5) Complexo Lagunar e Baixo Tubarão, 5) Litoral sul (Figura 40).

### 7.1.1 Montanhas do Tabuleiro

As Montanhas do Tabuleiro estão localizadas no noroeste do território da APABF, entre os municípios de Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba e Imbituba.

O relevo montanhoso abrange toda a unidade e toca o mar em dois pontos: na extremidade norte da UP, no município de Palhoça, na região que compreende a Enseada do Brito; e entre os municípios de Paulo Lopes e Garopaba, nas Praias de Gamboa e Siriú – praias onde são registradas anualmente a presença das Baleias. Assim como, compreende cerca de metade do município de Garopaba. De modo geral, apresenta elevações entre 120 e 1270m de altitude, cobertas por Floresta Ombrófila Densa (primárias, em estágio inicial, médio ou avançado de regeneração) e uma pequena área de Floresta de Faxinais. A paisagem vegetal da unidade encontra-se em um bom estado de conservação, uma vez que contempla o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) – unidade de conservação ambiental estadual, criado em 1975.

A maior parte da unidade se formou durante o Neoproterozóico, com predomínio do granito Serra do Tabuleiro, do embasamento cristalino Serra do Tabuleiro e com solos do tipo Cambissolos. Compreende nascentes e afluentes da Bacia do rio Cubatão Sul e da Bacia do rio da Madre.

A paisagem da Serra do Tabuleiro se estende para fora da UP definida nesta pesquisa e compreende uma continuidade paisagística da

Serra do Mar, que se estende do estado do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, formando a ecorregião Serra do Mar. Segundo estudo da WWF (SCARAMUZZA *et al.*, 2004-2011) o relevo montanhoso desta faixa foi um dos fatores que garantiu a preservação de uma maior extensão da floresta atlântica remanescente, juntamente com a criação de unidades de conservação.

Praticamente livre de urbanização, a UP possui poucas e pequenas vilas, onde a economia gira em torno da agricultura; conta com comunidades tradicionais de agricultores, pescadores e de indígenas.

As principais mudanças da paisagem estão relacionadas à prática da agricultura, as quais foram desaceleradas após a criação do PEST – o qual originalmente contemplava uma área de conservação maior que atual.

Os principais conflitos na unidade giram em torno dos usos público e turístico inadequados na área montanhosa, à sobreposição dos limites do PEST, com a reserva indígena e as APAs (Entrevistado 15).

### **7.1.2 Maciambú e Ilha**

Compreende toda a área de drenagem abaixo do Tabuleiro, na bacia hidrográfica do rio da Madre, entre os municípios de Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes. Além da parte continental entre o Tabuleiro e o Mar, esta unidade incorpora uma área insular, que corresponde ao sul da Ilha de Santa Catarina e outras seis pequenas ilhas localizadas no mar territorial da APABF – protegidas pelo PEST.

Na parte continental, conhecida como Maciambú, o relevo é plano, alcança entre 0 e 30m de altitude. O solo é formado por neossolos e gleissolos, coberto por vegetação de várzea e restinga na região pertencente ao município de Palhoça – onde se localizam os cordões arenosos. Na parte pertencente ao município de Paulo Lopes, há presença desta vegetação em uma pequena área, combinada com áreas de pastagens, campos naturais e agricultura – onde destaca-se o cultivo de arroz irrigado.

Toda a parte continental se formou durante o Cenozóico, com predomínio dos depósitos litorâneos, de geomorfologia lagunar e eólica. Compreende uma faixa de urbanização junto a linha de costa, na Praia da Pinheira, seguida de uma faixa de dunas no sentido sul, iniciando na Praia da Guarda do Embaú. Na área localiza-se um promontório e as Lagoas do Ribeirão e Macacú.

Os cordões arenosos da UP constituem-se patrimônio geológico, composto por cerca de 70 cordões de área dunar, que associados ao

ambiente lagunar de Paulo Lopes, ajudam a compreender a história de regressão do mar. Além do interesse geológico, a área possui interesse histórico, pela presença de sítios arqueológicos, oficinas líticas e rupestres. Vem sendo alvo de inúmeras pesquisas nacionais e internacionais, onde recentemente foi encontrada uma espécie nova de planta da restinga (Entrevistado 15).

A parte insular, situada no sul da Ilha em Florianópolis, foi incluída nesta UP por contemplar o limite político-jurídico norte da APABF. Assim, foi incluída toda a vertente voltada para o interior da unidade de conservação, que inclui comunidades tradicionais dedicadas à pesca artesanal.

Em toda a faixa marítima dentro da unidade costuma-se registrar ocorrências frequentes da Baleia Franca na temporada de reprodução da espécie.

As principais transformações da paisagem na UP ocorreram em função da agricultura, principalmente pelo cultivo de arroz irrigado no interior e da urbanização da linha de costa, na praia da Pinheira.

Um dos conflitos mais significativos registrados na UP – diretamente relacionado ao PEST – refere-se a urbanização de áreas frágeis, que pertenciam ao PEST, porém foram desanexadas em 2010, com a criação de duas novas APAs estaduais e a conversão de áreas anteriormente protegidas em áreas urbanas. Os planos diretores de Palhoça e Paulo Lopes, absorveram esta nova concepção de zoneamento que visa a urbanização e o aumento do índice de ocupação do solo urbano na área (Entrevistados 1 e 15).

### **7.1.3 Ibiraquera e região**

Esta UP compreende praticamente metade do município de Garopaba e toda a área municipal de Imbituba, mais o mar territorial da APABF à frente destes dois. O relevo é plano, com variações de 0 a 30 m de altitude em toda a unidade, sendo que no sul da unidade conforma uma área mais alta com até 360m de altitude.

A unidade se formou durante o Cenozóico, sendo composta praticamente de depósitos de planície de inundação, seguidos de depósitos flúvio-lagunares e depósitos praias, com geomorfologia do tipo eólica.

O solo pode ser classificado em dois agrupamentos: a) na faixa litorânea estão os neossolos, argissolos, cambissolos e dunas; b) na faixa interior estão os neossolos e gleissolos.

Desta UP Assim como, a faixa litorânea é mais urbanizada, onde se concentram as sedes dos municípios de Imbituba e Garopaba, bem como as principais praias, intercalando áreas de vegetação de restinga e várzea, com pastagens e campos naturais.

O nome da unidade é atribuído a uma das lagoas mais conhecidas do território da APABF, Lagoa de Ibiraquera, entre Imbituba e Garopaba - e ainda, abriga outras seis pequenas lagoas, três ilhas e alguns promontórios, cobertos por rochas e vegetação que compreendem belas trilhas e caminhos junto ao mar.

É formada originalmente, por comunidades tradicionais de pescadores artesanais e sua história está diretamente relacionada a presença da Baleia – seja pela reprodução, pela caça, seja pelo conflito com a pesca, com o porto, com os surfistas ou como recurso turístico.

A transformação da paisagem está diretamente ligada as práticas agrícolas mais tradicionais de subsistência, que com o passar dos últimos 30 anos cedeu lugar à urbanização nas principais praias e áreas adjacentes a lagoa de Ibiraquera. Este processo de urbanização foi intensificado pela migração de gaúchos, paulistas, argentinos e uruguaios para a região que passavam suas férias de verão no território e decidiram migrar em busca de maior qualidade de vida, em função, especialmente, da qualidade paisagística ligada à natureza exuberante (Entrevistados 7, 8 e 18).

Nesta UP, encontra-se o Porto de Imbituba – elemento determinante na configuração da paisagem urbana de Imbituba, juntamente com a Ferrovia Tereza Christina, ambos já citados anteriormente – e determinante na configuração de uma área industrial em franco processo de expansão, localizada às margens da rodovia BR-101 neste mesmo município.

A oeste da UP ainda pode ser encontrada uma área agrícola com cultivo de arroz irrigado, na área de drenagem da bacia do rio D’Una.

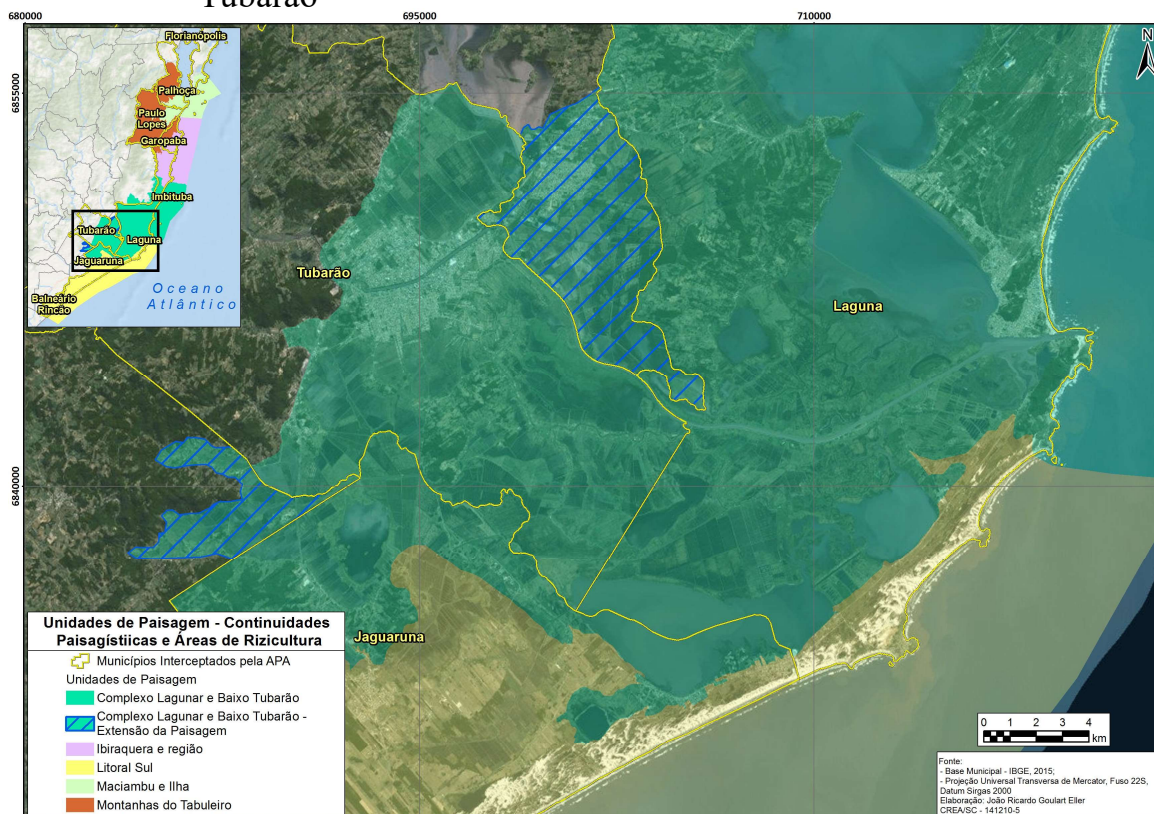
#### **7.1.4 Complexo Lagunar e baixo Tubarão**

Esta unidade compreende os municípios de Laguna, Tubarão, Jaguaruna e o sul de Imbituba, mais precisamente a Praia de Itapirubá. Devido a continuidade da paisagem, foi incluída nesta unidade uma porção territorial dos municípios de Capivarí de Baixo e Treze de Maio – os quais não fazem parte da área desta pesquisa. No entanto, considerou-se a continuidade paisagística existente entre os municípios de Capivarí, Tubarão e Treze de Maio relacionada a área de cultivo de arroz irrigado e drenagem do rio Tubarão (Figura 39).



A unidade é banhada pelos Complexos Lagunares Mirim-Imaruí-Santo Antônio dos Anjos e Santa Marta-Camacho-Garopaba, bem como, a área de drenagem do rio Tubarão. O relevo é predominantemente plano, ficando abaixo dos 30m de altitude, com exceção das elevações localizadas em área adjacente a BR-101, na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, no município de Laguna, que chegam a cerca de 360m de altitude.

Figura 39 - Continuidade paisagística na UP Complexo Lagunar e Baixo Tubarão



Fonte: Elaborado pela autora.

A UP pode ser dividida em duas formações distintas: a) do Cenozóico, em toda a faixa litoral com predomínio dos depósitos eólicos na faixa costeira frente ao mar; de depósitos de planície de inundação na faixa frente as lagoas; e depósitos deltaicos no baixo Tubarão; b) do Neoproterozóico, nas áreas mais altas, com predominância do Granitóide Capivarí-Imaruí e do Granito Jaguaruna.

A UP apresenta formação geomorfológica eólica e praias nos municípios de Laguna e sul de Imbituba, com presença de neossolos, espodosolos e dunas; lagunar, na planície de inundação do rio Tubarão, com predominância de espodosolos, organossolos e gleissolos; e embasamento cristalino Serra do Tabuleiro e Granitóide Pedra Branca nas partes mais altas de Laguna, com predominância de cambissolos.

Compreende parte das bacias do rio D'Una e do rio Tubarão. A maior parte da unidade está coberta por vegetação de várzea e de restinga, pastagens e campos naturais e rizicultura.

A transformação da paisagem ocorreu, principalmente, em função da urbanização, da rizicultura e do cultivo de camarão em cativeiro no complexo lagunar. A maior concentração urbana refere-se a malha urbana de Tubarão, cidade polo regional.

Na UP localiza-se a cidade histórica de Laguna, cidade tombada pelo IPHAN em 1985, como patrimônio histórico e onde ocorre a espécie do Boto-pescador, que conferiu à cidade o título de Capital Nacional do Boto Pescador em 2006.

### 7.1.5 Litoral Sul

Compreende faixa litorânea de Laguna e os municípios de Jaguaruna e Balneário Rincão. Relevo plano, com altimetrias que variam de 0 a 60m. A unidade é de formação cenozóica, predominantemente de depósitos eólicos e solo de dunas em toda extensão litorânea e de depósitos de planície de inundação e neossolos na parte interior da unidade.

De geomorfologia eólica, a unidade compreende diferentes tipos de usos do solo, sendo a agricultura a que mais ocorre, com plantações de fumo, mandioca e arroz. Os principais núcleos de urbanização estão concentrados na faixa litoral, concomitantemente as áreas de dunas e as de vegetação de várzea e restinga. Ainda ocorrem pastagens e campos naturais e áreas de reflorestamento, sobretudo, de eucalipto.

Compreende parte das bacias do rio Tubarão e do rio Urussanga, bem como, inúmeras lagoas – mais de 20 de tamanhos variados. Na área localiza-se o Aeroporto regional sul, em Jaguaruna e o histórico Farol de Santa Marta, em Laguna.

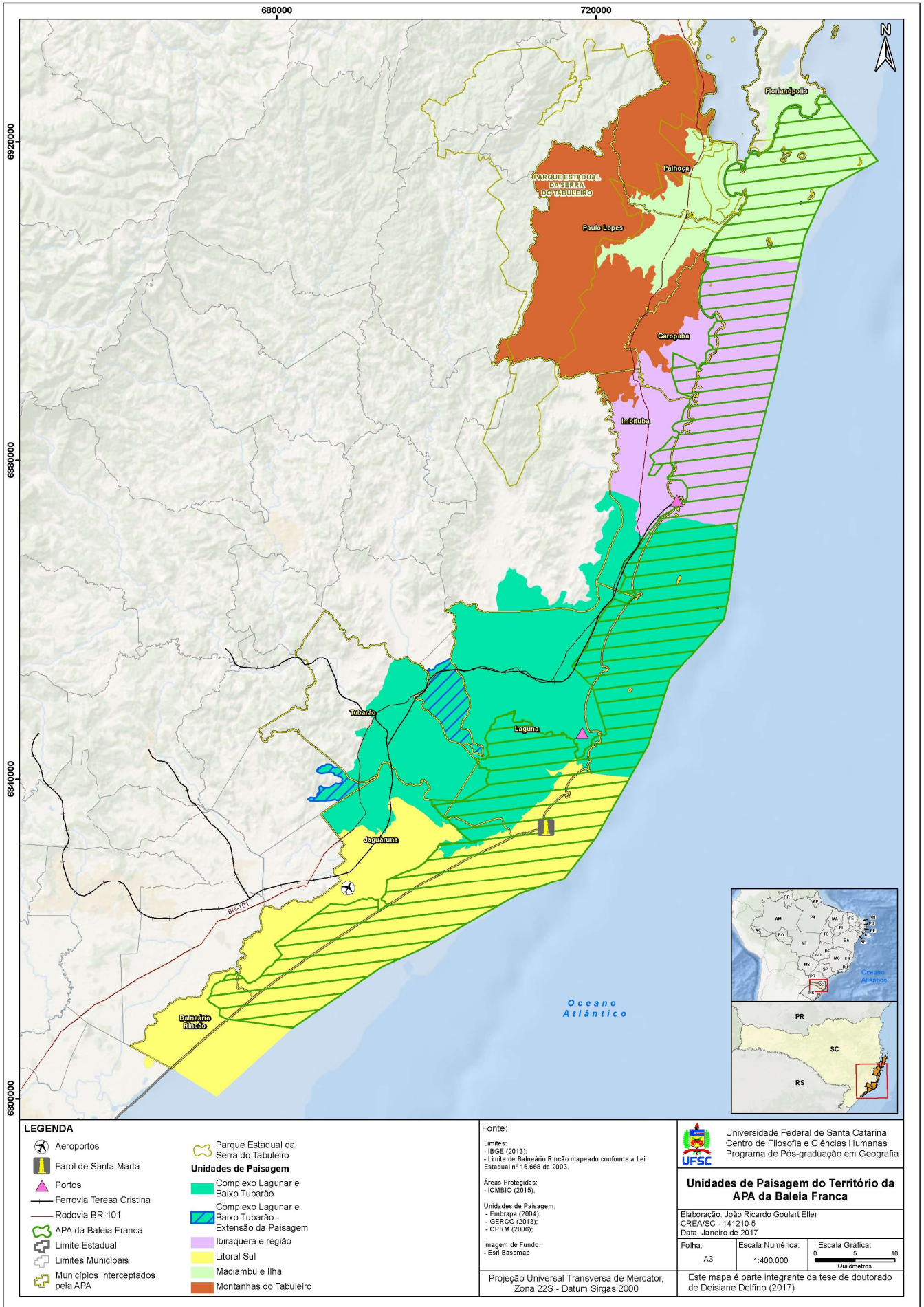
Esta UP está marcada pela presença de inúmeros sítios arqueológicos ao longo da costa, concentrando-se principalmente entre o Cabo de Santa Marta e a comunidade de Garopaba do Sul, em Jaguaruna. Estes sítios foram construídos no entorno do complexo lagunar Santa Marta-Camacho-Garopaba do Sul e a maior concentração deles entre as comunidades de Jabuticabeira e Garopaba do Sul, em Jaç – onde encontra-se o sambaqui mais extenso do mundo (DE BL *al.*, 2007; IPHAN, 2016<sup>60</sup>).

---

<sup>60</sup> Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/sc>, acessado em 06/01/2017.



Figura 40 - Unidades de Paisagem do território da APABF





## 7.2 OS VALORES DA PAISAGEM

Esta pesquisa, apresentou até o presente momento a evolução da paisagem da APABF desde seus processos físicos, procurando compreender os fatores naturais e socioeconômicos que interferiram e interferem na sua transformação. Esta análise permite conhecer os principais processos, atores e políticas implicados na transformação da paisagem no território, bem como, classificar o território em unidades de paisagem - as quais reúnem aquelas com características semelhantes a fim de facilitar o planejamento e ordenamento territorial.

Outro ponto fundamental para a análise da paisagem, é a identificação dos valores desta considerando todas as suas dimensões, atendendo assim, a riqueza e a diversidade natural e cultural que a conformam - as quais não costumam ser representadas ou incluídas na paisagem reconhecida legalmente pelas diferentes escalas de gestão (NOGUÉ Y SALA, 2006).

O conjunto de valores da APABF foi identificado de acordo com a pesquisa documental, bibliográfica, visitas de campo, análise cartográfica e da coleta de dados com os atores implicados.

Os principais conflitos na APABF giram em torno do mar e da Baleia de um lado, da ordenação do uso do solo e dos recursos naturais nas praias e dunas (com ou sem vegetação) de outro. As praias são um elemento comum a oito dos nove municípios da APABF.

Os grupos de atores entrevistados, ainda que atribuam diferentes valores à paisagem na APBF, destacam o importante papel da paisagem costeira para a manutenção dos valores e para o desenvolvimento do território (Quadro 19). Na identificação dos valores, os atores quando são questionados, atribuem à APABF os mesmos valores que atribuem aos municípios que representam.

Quadro 19 - Valores da paisagem do território da APA da Baleia Franca

<b>Grupo de los valores</b>	<b>Valores del paisaje del APABF</b>
Valores Naturais e ecológicos	Baleia Franca; Boto-Pescador; Tainha; dunas; lagoas; vegetação (floresta ombrófila densa, de várzea, de restinga e mangue), áreas úmidas; outras áreas protegidas municipais, estaduais e federais; costões; a desembocadura dos rios nas praias (Barra de Ibiraquera, Camacho, Laguna e Urussanga); Monumento geológico da Pinheira; zonas de refúgio da Baleia.
Valores estéticos	Baleia Franca; Boto-Pescador; Beleza cênica ligada ao Mar, lagoas, montanha, vegetação local, enseadas e baías e de dunas.
Valores produtivos	Pesca artesanal; Turismo de sol e praia; turismo cultural e gastronômico realacionado a cultura açoriana; turismo de observação de Baleias, do Boto-Pescador e de aves; turismo de base comunitária; artesanato local; turismo ecológico; esportes náuticos; agricultura orgânica e familiar; rizicultura; Porto de Imbituba; Ferrovia Tereza Christina; geração de energias renováveis (solar e eólica), potencial para exploração mineral, aquicultura.
Valores históricos	Cultura açoriana; sítios arqueológicos ( <i>sambaquis</i> ); oficinas líticas; comunidades tradicionais açorianas; comunidades <i>quilombolas</i> ; engenhos de farinha de mandioca; Farol do cabo de Santa Marta; Patrimônio arquitetônico de Laguna; Ferrovia Tereza Christina; naufrágios; interação do Boto com os pescadores artesanais; comunidade indígena próxima; museus; Porto de pesca tradicional, centro histórico de Garopaba.
Valores de uso social	Praias; surf; esportes náuticos no mar e nas lagoas; trilhas e caminhos ecológicos; apresentações culturais; terapias alternativas; pesca esportiva e amadora; esporte de aventura e radical.
Valores espirituais e religiosos	Festas religiosas nas comunidades; Igreja Santo Antônio dos Anjos em Laguna; Festa do Divino Espírito Santo em Jaguaruna; Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Garopaba.
Valores simbólicos e identitários	Identidade e cultura açoriana; comunidades tradicionais; vida simples; pesca artesanal; artesanato local; festas religiosas; gastronomia local; qualidade de vida; segurança.

Fonte: Delfino y Pèlachs (2015), atualizado pela autora.

### 7.2.1 Valores Naturais e Ecológicos

Os valores naturais e ecológicos (Figura 44) que aparecem na paisagem da APABF, estão diretamente relacionados a qualidade do

meio ambiente e se concentram basicamente na zona costeira e na montanhosa. Referem-se aos agrupamentos de vegetação costeira das áreas de praias e dunas, às florestas das Montanhas do Tabuleiro, dos morros dispersos, das Ilhas e promontórios, aos recursos hídricos que deságuam no território, aos corpos d'água, lagoas e complexo lagunar e à fauna marinha.

Muitos destes valores estão protegidos legalmente em diferentes escalas de gestão – principalmente estadual e federal - pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, pela APA da Baleia Franca ou pelo Código Florestal, como as Áreas de Preservação Permanentes (APP).

Os atores entrevistados apontam estes valores pela “*riqueza natural*” existente no território, pela existência do “*berçário da Baleia Franca*”, pela existência de “*áreas costeiras preservadas*”, pelo importante papel que desempenham na “*conservação da biodiversidade*”, na “*preservação dos ecossistemas costeiros*” e na “*manutenção da qualidade de vida ambiental do território*”. Os valores apontados apresentam-se, na visão dos atores, como “*importantes recursos naturais a serem preservados*” de “*ecossistemas que compreendem a área migratória da Baleia Franca*” (Entrevistado 39<sup>61</sup>, 22<sup>62</sup>, 23<sup>63</sup> e 36<sup>64</sup>).

Nas entrevistas pode-se perceber a relação de pertencimento e identidade com os valores identificados. O trecho a seguir mostra dois valores naturais explícitos – a lagoa e a Baleia – e um valor natural implícito – o mar, a praia - e a função ecológica deste ambiente para as Baleias: “*Ah, eu acho que o coração da APABF é a Lagoa da Ibiraquera, onde eu moro. [...] onde é mais vista Baleia durante a temporada da Baleia é na Barra da Ibiraquera, né? [...] para amamentação dos filhotes*”. (Entrevistado 14)<sup>65</sup>.

Neste outro trecho, o entrevistado menciona a floresta e sua função ecológica relacionada à qualidade de vida: “*A praia do Rosa, ela tem um charme especial [...] ela é uma praia bem preservada né, tem muito verde. Então você tem aquelas pousadas no meio do mato, da Mata Atlântica [...]*”. (Entrevistado 2)<sup>66</sup>.

Dessa forma os espaços de valor natural ou ecológico mais

<sup>61</sup> 36 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

<sup>62</sup> 37 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

<sup>63</sup> 40 anos, homem, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>64</sup> 31 anos, mulher, ensino superior, residente não nascida no território.

<sup>65</sup> 59 anos, homem, ensino superior, residente não nascida no território.

<sup>66</sup> 57 anos, homem, ensino superior, residente não nascida no território.

destacados pelos entrevistados no território da APABF são: as Florestas da formação montanhosa do Tabuleiro, a área berçário da Baleia Franca, a área de reprodução dos Botos de Laguna (*Tursiops truncatus*, ou Boto-de-Tainha<sup>67</sup> - Figura 41), as Dunas (com ou sem vegetação) de Jaguaruna, as praias (de Itapirubá, Ibiraquera, Ouvidor, Siriú, Guarda do Embaú e Pinheira), o Aquífero Santa Marta, o Complexo Lagunar e lagoas, a áreas de várzea na planície lagunar, o espaço de interesse geológico da Pinheira, as Ilhas, costões e os promontórios. *“A paisagem assim, é pra mim, é um valor extremamente rico, importante no território da APA da Baleia Franca. Essa paisagem é muito diversificada: as restingas, as dunas, o sítio arqueológico, as lagoas, os marismas, mata atlântica. Acho que esse é um grande valor que deveria ser resguardado no território da APA”* (Entrevistado 3)<sup>68</sup>. *“Indiscutivelmente um dos maiores valores do território da APA é a beleza natural, paisagística”* (Entrevistado 46).

Em escala superior estão as Unidades de Conservação Marinho Costeiras, que abrangem o território da APABF e a Grande Florianópolis, formadas pela APABF, PEST do Tabuleiro, Estação Ecológica (ESEC) Carijós, Reserva Biológica (REBio) Marinha do Arvoredo, APA do Anhatomirim e Reserva Extrativista (RESEX) do Pirajubaé. Estas UCs protegem espécies vegetais e animais de ecossistemas marinho-costeiros, ameaçadas de extinção e formam uma espécie de mosaico de áreas protegidas (DELFINO, 2013).

Em relação às Baleias Franca, foram criadas áreas de refúgio para proteção da espécie dentro da UC - instrução normativa do IBAMA n. 102, de 19/06/2006 (IBAMA, 2006) - onde as atividades náuticas sofrem restrições em seis praias durante os meses de junho a novembro, localizadas nas unidades de paisagem Montanha do Tabuleiro e Ibiraquera e região, são elas: Praia da Gamboa, Praia de Garopaba, Praia do Silveira, Praia do Luz, Praia D'água e Praia da Vila.

---

<sup>67</sup> Quanto ao boto-tainha, este foi declarado patrimônio natural do município de Laguna pela lei 521 de 1997<sup>67</sup> e em 2016, a cidade foi reconhecida como capital nacional do Boto-pescador, pela função ecológica que este mamífero desempenha junto à pesca da tainha. (Fonte: Agência Senado (2016). Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/21/sancionada-lei-que-faz-de-laguna-sc-capital-nacional-dos-botos-pescadores>, acessado em 03/10/2016).

<sup>68</sup> 57 anos, homem, graduado, residente não nascido no território.

### 7.2.2 Valores Estéticos

Os valores estéticos (Figura 45) configuram-se como aqueles que elementos ou conjuntos de elementos da paisagem que tem a capacidade de transmitir e despertar um sentimento de beleza, em função do significado que adquiriu ao longo do tempo. Tais valores na APABF giram em torno de duas grandes paisagens, a paisagem litorânea e a paisagem montanhosa.

Na paisagem litorânea destaca-se por suas belezas praias recortadas por enseadas e baías, desde Florianópolis ao Farol de Santa Marta, contraposta pela beleza da praia única, larga e retilínea que se forma do Farol de Santa Marta em direção ao sul, até a divisa com o Rio Grande do Sul, estado vizinho.

Um valor cênico único no litoral catarinense é formado pelo conjunto de dunas da Praia do Arroio Corrente. É uma grande área desprovida de vegetação, moldada pelos ventos Leste e Sul, predominantes no território nos períodos de verão e inverno, concomitantemente.

Algumas lagoas destacam-se pela sua beleza e tamanho, formando uma paisagem única – como o complexo lagunar de Santo Antônio dos Anjos, a Lagoa do Arroio Corrente e de Ibiraquera. A Lagoa Santo Antônio dos Anjos, ganhou um novo elemento após a duplicação do trecho sul da BR-101, uma ponte estaiada (Figura 41) – considerada pela comunidade local como o novo cartão postal da região, segundo entrevistados.

A presença da Baleia Franca nas enseadas e baías da APABF é apontada pelos entrevistados como uma das grandes belezas do território.

Por fim, as Montanhas do Tabuleiro e os Morros Dispersos pelo território, aparecem constantemente no discurso dos atores, pela beleza da vegetação nativa que as cobrem.

Os entrevistados qualificam a paisagem da APABF como um “*litoral magnífico*”, de “*natureza exuberante*”, com “*belíssimas praias*”, composta de uma “*diversidade de belezas naturais formada pelas montanhas, matas, mar, lagoas e Baleias*”. (Entrevistados 21<sup>69</sup>, 22<sup>70</sup>, 34<sup>71</sup> e 28<sup>72</sup>)’.

<sup>69</sup> 58 anos, homem, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>70</sup> 44 anos, mulher, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>71</sup> 46 anos, homem, ensino médio, residente nascido no território.

<sup>72</sup> 56 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

Sobre o contraste das praias de enseadas e baías com a montanha, a mata e os promontórios, um dos entrevistados afirma: “*a Praia do Rosa, ela tem um charme especial, desde a feitura das pousadas que usam muita madeira, um rústico chique. Ela é uma praia bem preservada, tem muito verde*”. Outro entrevistado cita as enseadas de Garopaba e de Imbituba, como valor e complementa: “*se pega um lugar que para mim é o recorte do paraíso é a Ponta do Gravatá, é belíssima!*” (Entrevistados 2<sup>73</sup> e 7<sup>74</sup>).

### 7.2.3 Valores Produtivos

Os valores produtivos (Figura 46) estão relacionados com a capacidade de uma paisagem em proporcionar benefícios econômicos, convertendo seus elementos em recursos, como as paisagens agrícolas, pesqueiras, florestais, turísticas, industriais, etc. (NOGUÉ y SALA, 2006).

Neste sentido, aparecem como valores produtivos no território da APABF principalmente as atividades ligadas à pesca artesanal e ao turismo de praia. No entanto, alguns entrevistados reconhecem outras atividades produtivas como valores importantes na promoção do desenvolvimento territorial, como a agricultura (Figura 42), as atividades portuárias e industriais. Para um dos entrevistados ligado ao setor industrial e turístico, o Porto de Imbituba representa “*o grande vetor de desenvolvimento econômico*<sup>75</sup>” para a região.

Na agricultura os entrevistados citaram duas vertentes: a agricultura tradicional, com destaque para a rizicultura, e a agricultura orgânica e familiar.

No turismo foram apontadas várias vertentes, como o turismo de praia, o turismo rural, o turismo ecológico, o turismo de observação de Baleias e de Golfinhos e, o turismo cultural ligado a pesca, à tradição e gastronomia açorianas. Segundo um entrevistado a área é constituída “*por áreas costeiras preservadas, ainda com potencial para explorar o turismo sustentável*”. Ainda, possui “*comunidades tradicionais que podem oferecer receptivos culturais diferenciados*” (Entrevistados 22<sup>76</sup> e 28<sup>77</sup>).

---

<sup>73</sup> 52 anos, homem, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>74</sup> 60 anos, mulher, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>75</sup> 52 anos, homem, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>76</sup> 44 anos, mulher, ensino superior, residente não nascido no território.

<sup>77</sup> 56 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.



Neste sentido, a Rede TobTerra foi criada com o objetivo de desenvolver o turismo de base comunitária, baseado nos valores naturais e culturais tradicionais, bem como, na observação terrestre de Baleias – gerando uma rede de emprego e renda ligada ao “saber-fazer tradicional” dos produtores locais de licores, açúcar mascavo, farinha de mandioca e derivados, bolachas e geléias (TOBTERRA, 2016<sup>78</sup>).

A Ferrovia Tereza Christina aparece como um valor produtivo, na medida em que dá suporte às atividades portuárias e ao turismo histórico e cultural. Atualmente, realiza o transporte de carvão e outras cargas para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda e para o Porto de Imbituba<sup>79</sup>. Ainda, participa do Projeto Rota da Baleia do SEBRAE, que realiza passeios de trem movido a vapor (Maria Fumaça), pelos municípios de Tubarão, Laguna e Imbituba<sup>80</sup>.

Outro valor, está ligado a “*abundância de sol e ventos para geração de energias limpas e renováveis*”<sup>81</sup>, tendo em vista que já existem projetos de instalação de usinas eólicas no litoral da APABF.

Dentre os valores citados anteriormente, os documentos da APABF e CONAPABF apontam também como valor produtivo: o potencial de exploração mineral, as atividades retro portuárias, a aquicultura, o extrativismo vegetal e o potencial produtivo de geração de emprego e renda em torno dos esportes de aventura e de natureza. (ICMBIO/APABF, 2016).

No setor industrial, um dos entrevistados, cita a empresa Mormaii, indústria que atende o mercado de esportes, sediada em Garopaba. Foi fundada na década de 1970, por um surfista gaúcho. A marca atende principalmente, o mercado do surf, e é conhecida internacionalmente, sendo uma importante geradora de emprego e renda na região<sup>82</sup>.

---

<sup>78</sup> Disponível em <http://www.nagaropaba.com.br/Pagina/740/Conheca-a-Tob-Terra-valorize-o-que-e-nosso-Preserv-Reuse-Recicle>, acessado em 20/09/16.

<sup>79</sup> FTC, disponível em <http://ftc.com.br/a-empresa/quem-somos>, acessado em 06/01/2017.

<sup>80</sup> Projeto, desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de incentivar o ecoturismo no território da APABF, no período do inverno catarinense, envolvendo os municípios de Laguna, Imbituba e Garopaba (MINISTÉRIO DO TURISMO, 30/06/16, disponível em <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6421-novo-roteiro-de-ecoturismo-permite-observação-de-baleias-franca-em-santa-catarina-2.html>, acessado em 20/09/16).

<sup>81</sup> 42 anos, mulher, pós-graduada, residente não nascido no território.

<sup>82</sup> Mormaii (2016), disponível em <http://www.mormaii.com.br/a-marca/historia>, acessado em 23/10/2016.

A Lagoa de Ibiraquera, além do valor ecológico e estético para o território, possui também valor produtivo, ligado à produção do camarão.

#### 7.2.4 Valores Históricos

Os valores históricos (Figura 47) referem-se as marcas mais relevantes deixadas pelo homem na paisagem ao longo da história. No território da APABF é possível encontrar valores desta categoria de três diferentes períodos: de ocupações pré-históricas, do período colonial e do período pós-colonial.

Os valores históricos mais antigos do território estão registrados nos sítios arqueológicos e líticos deixados pelos povos pré-históricos ao longo do litoral, desde Naufragados, em Florianópolis até Garopaba do Sul, em Jaguaruna.

De acordo com o Entrevistado 15<sup>83</sup>, além do patrimônio histórico registrado pela existência das oficinas líticas e sambaquis, existe o patrimônio geológico que ajuda a compreender a história de formação geológica da região.: “[...] pegando por essa área já tem várias histórias aqui nessa zona costeira. [...] tem ambientes geológicos muito distintos e todos eles tem vários sítios de interesse geológico, com as formações que contam a história de regressão do mar, essa relação toda de evolução histórica. E tem os sítios arqueológicos associados aqui, as oficinas líticas e os sambaquis. Pinturas rupestres, a gente tem também aqui nesse território e encima desses ambientes, a gente tem toda essa restinga [...]”.

Os valores relativos ao período colonial são encontrados nas construções históricas típicas portuguesas (Figura 42), onde o centro da cidade de Laguna tem a maior expressão do território, patrimônio arquitetônico reconhecido e protegido pelo IPHAN. Laguna foi um dos cenários da Guerra Farroupilha<sup>84</sup>, ocorrida no sul do Brasil entre 1835-1845. A cidade, sob o poder dos farroupilhas, chegou a ser proclamada como sede da República Catarinense em 1839. A cidade guarda até os dias atuais marcas deste período e do romance que ocorreu entre o general italiano, Giuseppe Garibaldi, e a catarinense

<sup>83</sup> 43 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

<sup>84</sup> A Guerra Farroupilha ocorreu no sul do Brasil entre 1835 e 1845, com o objetivo de conquistar maior autonomia política para as Províncias; iniciou-se com a tomada da cidade de Porto Alegre e a proclamação da república aí instalada (República de Piratini) e continuou com a conquista de outras províncias até Santa Catarina (PIAZZA e HUBENER, 2003).

Anita Garibaldi<sup>85</sup> (PIAZZA e HUBENER, 2003).

Outro elemento que destaca-se na paisagem da APABF e é uma referência histórica no território, é o Farol de Santa Marta (Figura 42), construído em 1891 no cabo de mesmo nome, situado em laguna. A construção do Farol deu início às comunidades de pescadores artesanais que o cercam: *“o Farol de Santa Marta, ele não é um balneário qualquer, aqui [...] existe uma população tradicional de base familiar, de pescadores, que sobrevive da pesca durante o inverno, que sobrevive do turismo durante a temporada”* (Entrevistado 10)<sup>86</sup>.

Ainda do período colonial, o território abriga uma comunidade quilombola, situada em Garopaba – Comunidade do Morro do Fortunato - que cultiva sua história através das tradições culturais, religiosas e gastronômicas.

Os entrevistados também citam como valor histórico do território, a Ferrovia Tereza Christina (FTC), construída no final do século XIX. As cidades por onde passa seu trajeto, possuem pequenas estações com arquitetura semelhante - Jaguaruna, Tubarão, Laguna e Imbituba. No ano de 2016, os passeios semanais de trem da FTC foram reativados no trecho entre Imbituba, Laguna e Tubarão, conforme visto anteriormente <sup>87</sup> (DIÁRIO CATARINENSE, 09/08/2016)<sup>88</sup>.

Um dos valores históricos mais citados pelos entrevistados refere-se à cultura açoriana trazida pelos açorianos que povoaram o território, passada de geração em geração, representada pelas comunidades tradicionais açorianas ligadas à pesca artesanal e aos engenhos de farinha de mandioca que existem pelo território. *“Outro valor mais no aspecto cultural, pra mim seria o modos vivendis das populações tradicionais que residem nesse território”* (Entrevistado

<sup>85</sup> A história da Guerra e do romance foi retratada no seriado nacional “A casa das sete mulheres”, no filme nacional “Anita e Garibaldi” e no espetáculo “A República em Laguna”, apresentado na cidade de Laguna.

<sup>86</sup> 49 anos, homem, ensino superior, nascido no território.

<sup>87</sup> Projeto, desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com o objetivo de incentivar o ecoturismo no território da APABF, no período do inverno catarinense, envolvendo os municípios de Laguna, Imbituba e Garopaba (MINISTÉRIO DO TURISMO, 30/06/16, disponível em <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/6421-novo-roteiro-de-ecoturismo-permite-observação-de-baleias-franca-em-santa-catarina-2.html>, acessado em 20/09/16).

<sup>88</sup> Disponível em <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/de-ponto-a-ponto/noticia/2016/08/passeios-de-maria-fumaca-pela-rota-da-baleia-franca-comecam-dia-20-entre-tubarao-laguna-e-imbituba-7215211.html>, acessado em 20/09/16.

3<sup>89</sup>). “*A cultura no sentido do pescador açoriano, suas crenças, a sua música, seus valores, que é um outro fator que tem que ser cuidado, e que a gente vê que o pescador artesanal, que é quem mantém ainda mais fortemente, essa cultura, está sendo ameaçado, o tipo de vida dele*”. (Entrevistado 9<sup>90</sup>).

Segundo a pesquisa realizada por Jerônimo (2012, p. 198) sobre a comunidade tradicional de Ibraquera, “a vida em torno da cultura da mandioca faz parte de um ritual que começa com a derrubada da mata e o plantio da mandioca, passando pela farinhada sempre depois da Páscoa”, envolvendo familiares e vizinhos no processo de produção artesanal.

A prática da pesca artesanal é considerada um valor histórico segundo alguns atores, como o caso da pesca da tainha pelas comunidades mais tradicionais do território e a pesca de interação com o boto-pescador na Barra de Laguna. “*A relação entre golfinhos e pescadores catarinenses já dura cerca de 150 anos. Os botos, em um movimento sincronizado, ainda inexplicado pela ciência, cercam o cardume de tainhas e emitem um sinal do momento certo para que o pescador lance a tarrafa ao mar*<sup>91</sup>”.

Nos documentos pesquisados ainda podem ser encontrados os naufrágios que ocorreram ao longo da costa da APABF; os museus; o porto de pesca tradicional conhecido como Porto Novo, localizado em Garopaba; as comunidades indígenas; e a interação do boto com o pescador em Laguna. (ICMBIO/APABF, 2016).

### 7.2.5 Valores de Uso Social

Os valores de uso social (Figura 48) se referem a utilização que um indivíduo ou um coletivo faz ou dá a uma paisagem. Está relacionado às atividades de lazer e ócio, como trilhas, passeios, atividades de diversão e lazer, repouso, local de encontro, observação e contemplação, esporte e atividades terapêuticas. Dentre os valores mais citados nesta categoria aparecem as atividades relacionadas à praia e ao mar, como banho de sol, banho de mar, surf; esportes aquáticos relacionados ao mar e às lagoas, caminhadas e trilhas junto à natureza, apresentações culturais e prática de terapias alternativas

<sup>89</sup> 57 anos, homem, graduado, residente não nascido no território.

<sup>90</sup> 52 anos, homem, superior, residente nascido no território.

<sup>91</sup> Agência Senado (2016). Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/21/sancionada-lei-que-faz-de-laguna-sc-capital-nacional-dos-botos-pescadores>, acessado em 03/10/2016.

ao ar livre, como yoga e meditação.

Ao mar estão relacionadas as atividades de pesca esportiva, surf e observação da Baleia Franca.

Às lagoas estão relacionadas às atividades de banho, caiaque, *stand up paddle*, *windsurfe*. Além de caminhadas nas dunas; trilhas nos promontórios, nos costões e na Mata Atlântica - atividades que geram sensação de bem-estar.

Dentre os valores de uso social, um dos mais citados pelos entrevistados foi o surf, já que alguns deles praticam o esporte e conheceram o território por conta deste esporte (Entrevistados 12<sup>92</sup>, 14<sup>93</sup>, 15<sup>94</sup>, 16<sup>95</sup>). *“O que me trouxe para cá? Principalmente a qualidade do surf, [...] na verdade em Imbituba, era lá em Imbituba que era o foco principal de surf, pico de ondas né”* (Entrevistado 16).

No território ocorreram campeonatos mundiais de surf (WCT) na Praia da Vila em Imbituba e de *Tow-in* – modalidade de surf rebocado - na Laje da Jagua, na praia do Arroio Corrente em Jaguaruna (SUL EM FOCO, 22/09/2013<sup>96</sup>; FECASURF, 2015<sup>97</sup>).

Mais ao interior do território podem ser encontrados valores ligados a atividades rurais, como cavalgadas pela natureza, banhos de cachoeira, trilhas pelas montanhas e morros dispersos em meio à mata densa.

As atividades de uso social listadas pelos entrevistados são desenvolvidas de acordo com a paisagem, que conforme o Entrevistado 9<sup>98</sup>, é bastante diversificada, do mar à montanha: *“eu acho que é uma região onde existem lugares quase, um do lado do outro, com belezas completamente distintas. Aqui é uma zona de transição. Tu olhas o Farol, vê essa transformação, vem lá da guarda para cá, tu vai vendo que a serra vai se afastando e que na parte litorânea os morros vão diminuindo, vão ficando costões e depois do farol para abaixo é só areia”*.

---

<sup>92</sup> 64 anos, homem, ensino médio, residente não nascido no território.

<sup>93</sup> 59 anos, homem, graduado, residente não nascido no território.

<sup>94</sup> 43 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

<sup>95</sup> 43 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

<sup>96</sup> Disponível em <http://www.sulinfoco.com.br/jaguaruna-recebera-evento-de-ondas-gigantes>, acessado em 21/09/16.

<sup>97</sup> Disponível em <http://www.fecasurf.com.br/?p=555>, acessado em 21/09/16.

<sup>98</sup> 52 anos, homem, superior, residente nascido no território.

### 7.2.6 Valores Espirituais e Religiosos

Os valores espirituais e religiosos (Figura 49) correspondem aos elementos da paisagem que se relacionam com práticas e crenças religiosas e espirituais. Os entrevistados, exceto dois, praticamente não mencionaram explicitamente os valores espirituais ou religiosos durante suas falas. Citam as festas religiosas e as práticas ao ar livre de atividades ligadas à dimensão espiritual (Entrevistados 35<sup>99</sup> e 30<sup>100</sup>).

No entanto, tais valores aparecem implicitamente nos discursos dos atores que se referem a cultura e tradição açoriana, relacionada às práticas folclóricas, como a farra do boi, o Boi-de-Mamão, o terno de reis, as crendices populares e as benzeduras (JERÔNIMO, 2012).

Esse grupo de valores no território está muito relacionado à igreja católica e ao perfil dos colonizadores açorianos, que trouxeram consigo festas, cantos e tradições espirituais, como a Festa do Divino Espírito Santo que ocorre anualmente em Jaguaruna, o Terno de Reis, o Boi-de-Mamão e as festas religiosas em homenagem aos santos padroeiros em cada comunidade do território.

De acordo com Jerônimo (2012), os valores religiosos estão muito presentes na vida das comunidades tradicionais, onde predomina a religião católica. Os jovens frequentam a catequese. Os idosos ainda praticam o jejum no período de quaresma e da Semana Santa. As comunidades utilizam rezas, cultuam santos católicos. Ocorre a realização da Festa do Divino e a visita da bandeira do Divino às casas antes da festividade. Ainda há a prática da Farra do Boi, já quase extinta pela violência ao animal que divide opiniões. Assim como, o Terno de Reis já quase extinto, grupo de cantigas que visitava as casas na noite de Reis. Existe a apresentação do Boi-de-Mamão durante as festas juninas. A realização de benzeduras para curar determinadas enfermidades e o uso de chás de plantas nativas para fins terapêuticos.

### 7.2.7 Valores Simbólicos e Identitários

Dentre os grupos de valores citados anteriormente, este é o grupo que está relacionado à sensação de pertencimento, refere-se à paisagens com uma grande carga simbólica ou identitária para as

---

<sup>99</sup> 44 anos, homem, graduado, residente nascido no território.

<sup>100</sup> 42 anos, mulher, pós-graduada, residente não nascida no território.

populações locais (Figura 49).

No caso da APABF fica evidente a identificação dos atores locais com a paisagem costeira, com o mar, a cultura açoriana e a pesca artesanal (Figura 42). Grande parte dos valores apontados até aqui, possuem como eixo transversal, a ligação com o mar e a cultura açoriana, assinalados de forma direta por cerca de 30% dos entrevistados (Figura 43).

Existe um estilo de vida intimamente ligado à cultura da pesca artesanal, à produção da farinha de mandioca, às festividades religiosas, conforme relatado por Jerônimo (2012). Este estilo de vida, esta identidade pode ser encontrada ao longo de todo o território da APABF, no todo ou em fragmentos. No entanto, apresenta-se de forma mais intensa em algumas comunidades consideradas bastante tradicionais, como o Pântano do Sul, a Guarda do Embaú, a Praia do Rosa Sul, Praia Vermelha, Praia do Luz, Praia de Ibraquera e Farol de Santa Marta (Entrevistado 42<sup>101</sup>).

A forma de pescar das comunidades tradicionais constitui-se como um valor e a pesca da tainha, mais especificamente, é considerada como o “grande símbolo cultural” da pesca, de acordo com o Entrevistado 42: *“A pesca da tainha do ponto de vista econômico, não tem grande importância para a pesca artesanal. Se você tomar a quantidade de peixes, a quantidade capturada por pescador, por safra de tainha e transformar isso monetariamente, você vai ver que não agrega muita coisa na renda anual. Então, a pesca de tainha para mim é um grande símbolo cultural. E como grande símbolo cultural da pesca artesanal, aí sim, você tem as praias em que a pesca da tainha praticada daquela forma, por companheiros, por pessoas que, inclusive, só são pescadores na época da tainha e que a comunidade vem toda para a despesca da rede.”* Assim como a gastronomia também é indicada como um valor ligado a identidade da cultura da pesca artesanal: *“o peixe frito com pirão, a parte da gastronomia, o que se comia, e o que se come. A farinha de mandioca, o pirão d’água”* (Entrevistado 46).

Aliados a estes valores, os atores entrevistados apontam também valores subjetivos que estão relacionados às características do território, como a vida simples, a qualidade de vida e a segurança. *“[...] a população daqui também me encantou, muito assim né, a forma de vida humilde, simples, e solidária e acolhedora”*

---

<sup>101</sup> 60 anos, homem, pós-graduado, residente não nascido no território.

(Entrevistado 18<sup>102</sup>). *“O que me identifica a Garopaba é a qualidade de vida, poder criar os filhos longe da cidade grande, conversar com o vizinho na cerca, não precisar fechar/trancar a porta, coisas que começam a ficar mais difíceis hoje em dia”* (Entrevistado 7)<sup>103</sup>.

Em um dos trechos, o entrevistado fala em como era a vida em comunidade quando chegou no território na década de 1980 e sua relação com a cultura açoriana: *“As pessoas viviam em comunidades, se conheciam, tinham seus ritos de encontros, por exemplo essa questão da farinha, fazer a farinha era um momento importante de encontro, surgiam namoros, surgiam casamentos. A partir desse momento, em que a comunidade se encontrava para preparar a mandioca para a farinha ou de participar em puxar a rede na pesca da tainha* (Entrevistado 7).

Os residentes não nascidos no território, relatam sua identificação com a paisagem natural e cultural, encontrada na biodiversidade local conservada e na cultura açoriana. O entrevistado 43<sup>104</sup> aponta que o que mais o identifica a este lugar é *“a qualidade de vida, potencial para um turismo de qualidade baseado na preservação ambiental e da cultura local”*.

---

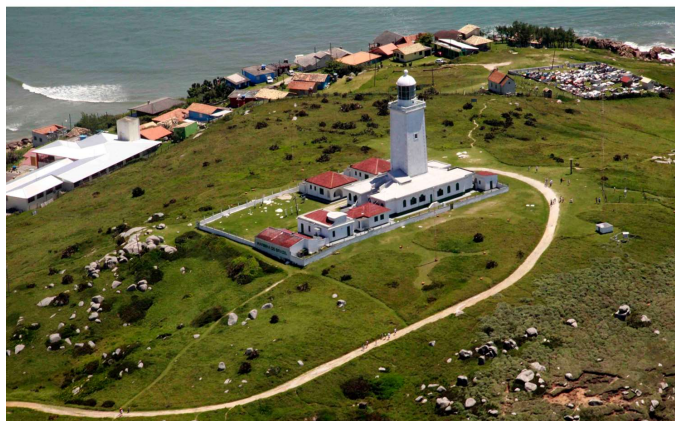
<sup>102</sup> 59 anos, homem, graduado, residente não nascido no território.

<sup>103</sup> 60 anos, mulher, graduada, residente não nascida no território.

<sup>104</sup> 60 anos, mulher, ensino superior incomp, residente não nascido no território.



Figura 41 - Valores do Território da APABF



a) Histórico: Farol de Santa Marta, Laguna  
Crédito: Miguel Von Berh (2015).



b) Estético: Ponte Estaiada Anita Garibaldi,  
Laguna. Crédito: Ronaldo Amboni (2016).



c) Ecológico: Boto Pescador, Laguna.  
Crédito: Ronaldo Amboni (2016).

Figura 42 - Valores do Território da APABF (Continuação)



a) Histórico: Centro histórico de Laguna. Crédito: Deisiane Delfino (2014).



b) Produtivo: Produção de arroz, Paulo Lopes. Crédito: Deisiane Delfino (2016).



c) Identitário: Ranchos de Pesca na Praia do Rosa. Crédito: Deisiane Delfino (2014).



Figura 43 - Representação artística dos Valores do Território da APABF



a) Mosaico na parede da Associação Comunitária da Gamboa, Garopaba. Tema: O pescador, o Mar e a Baleia. Acervo: Deisiane Delfino (2016).



b) Pintura exposta na Colônia de Pesca de Garopaba. Tema: O pescador e o peixe. Acervo: Deisiane Delfino (2016).



c) Pintura da artista Jackie Zelnick. Tema: Carro-de-Boi e Engenho de Farinha de Mandioca. Acervo: Deisiane Delfino (2016).



Figura 44 - Mapa de valores naturais e ecológicos

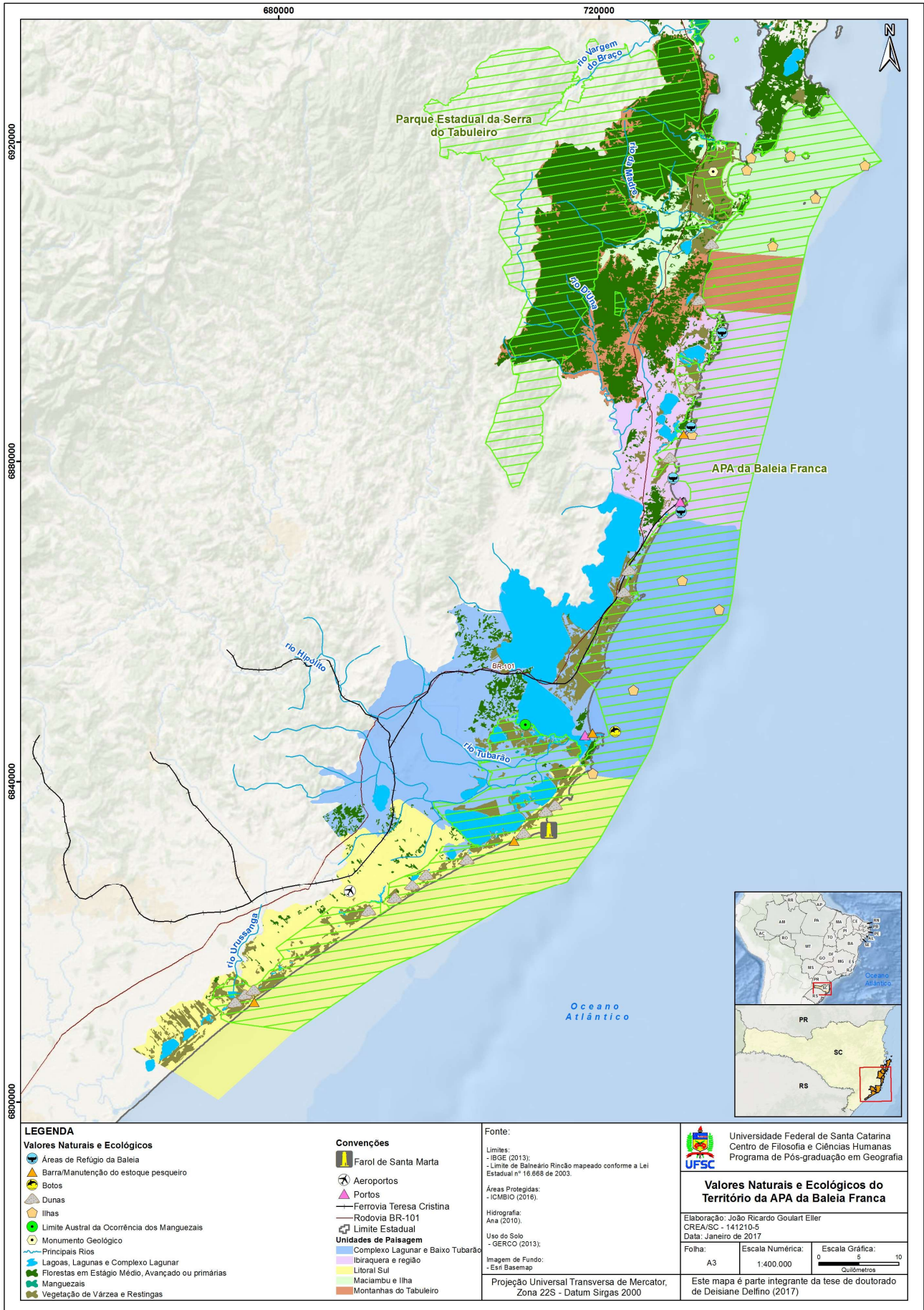






Figura 45 - Mapa de valores estéticos

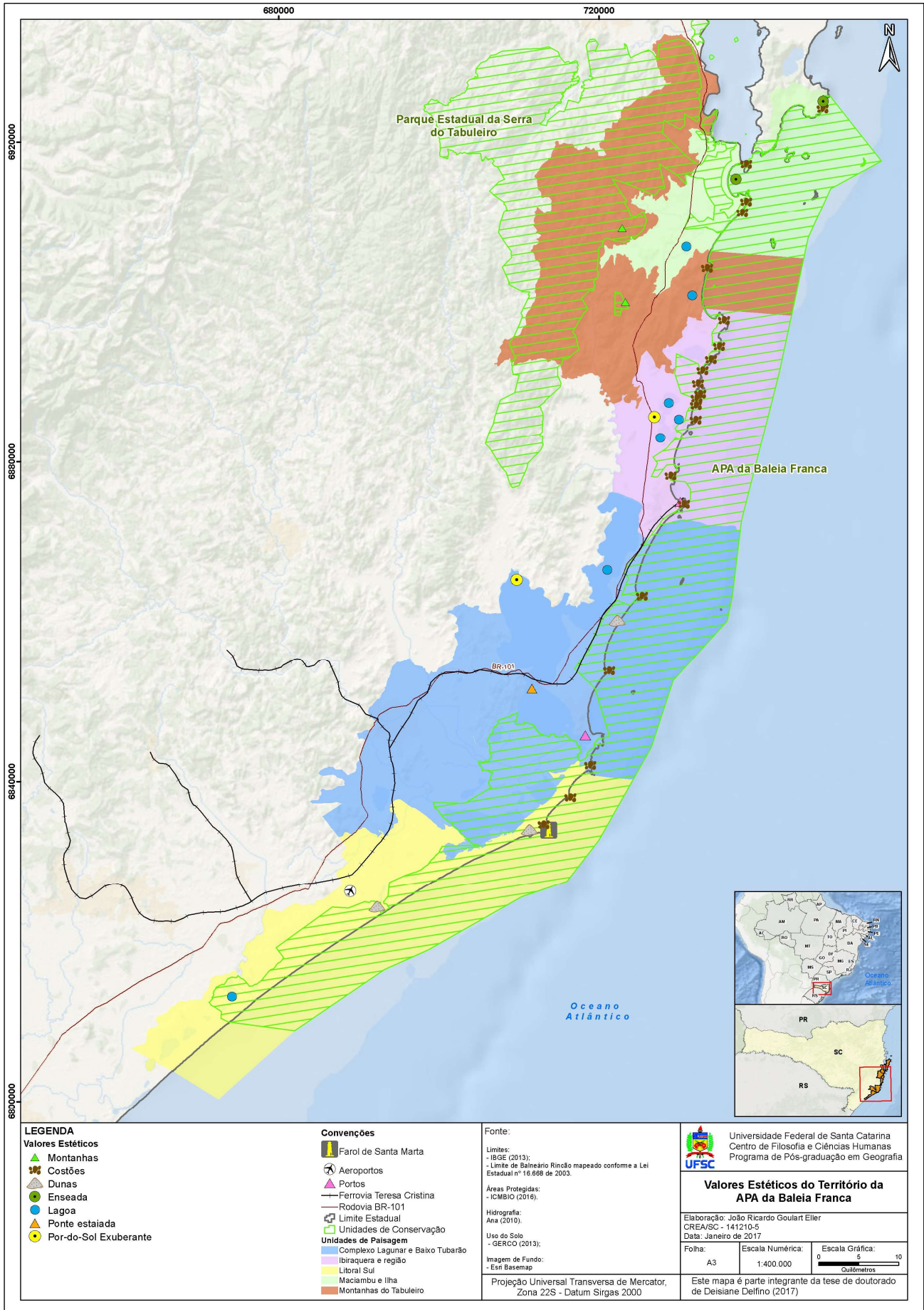






Figura 46 - Mapa de valores produtivos

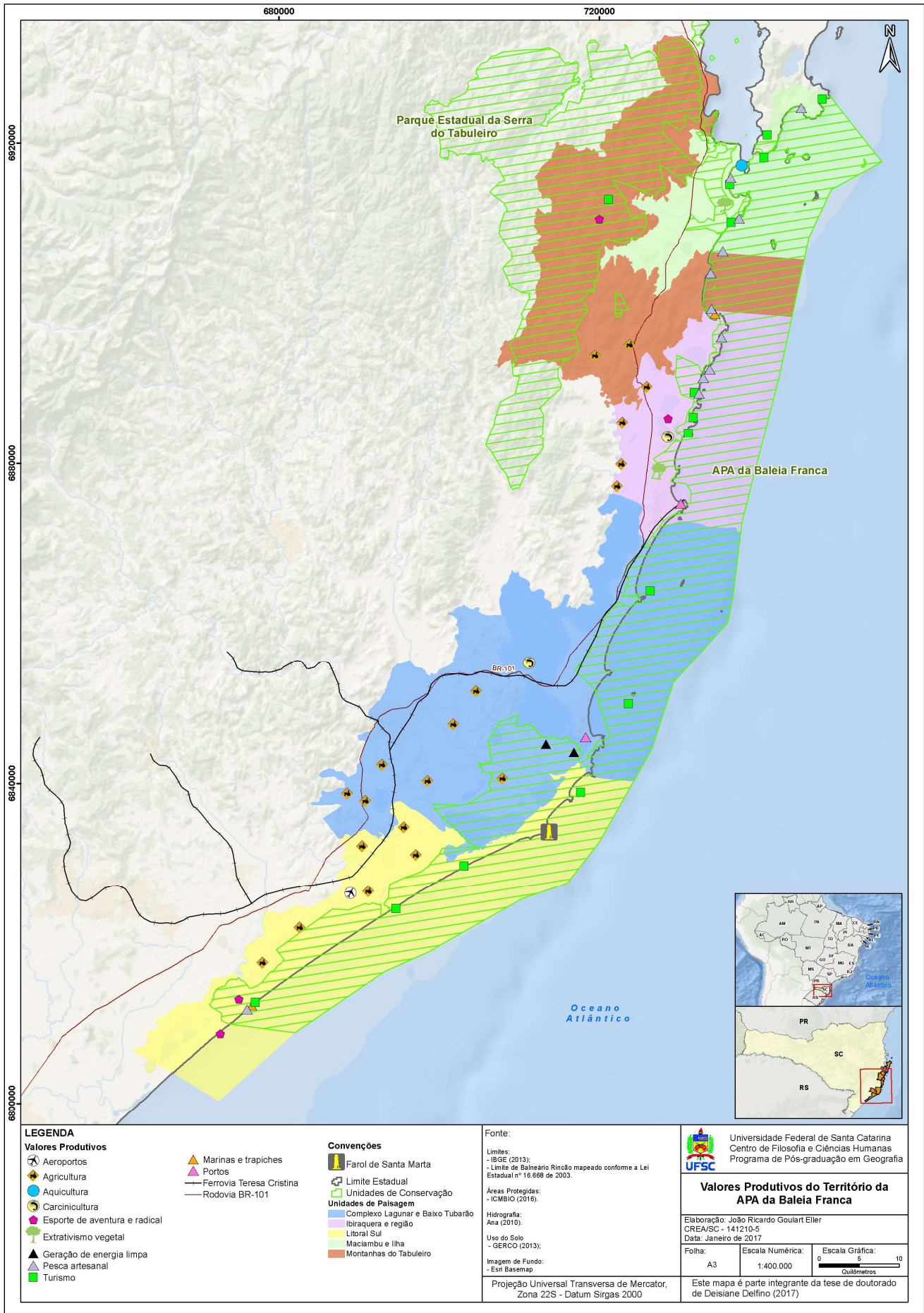






Figura 47 - Mapa de valores históricos

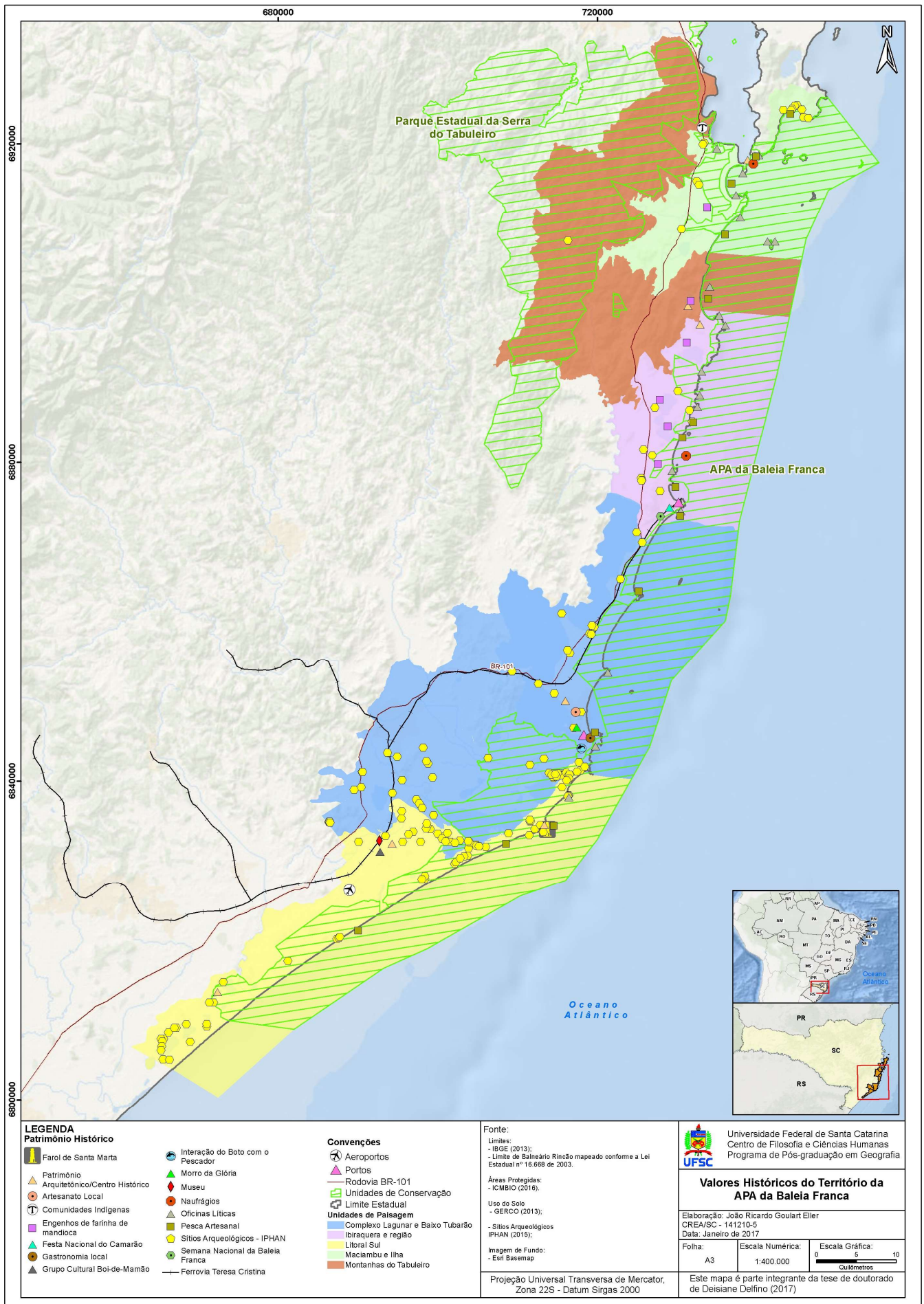






Figura 48 - Mapa de valores de uso social

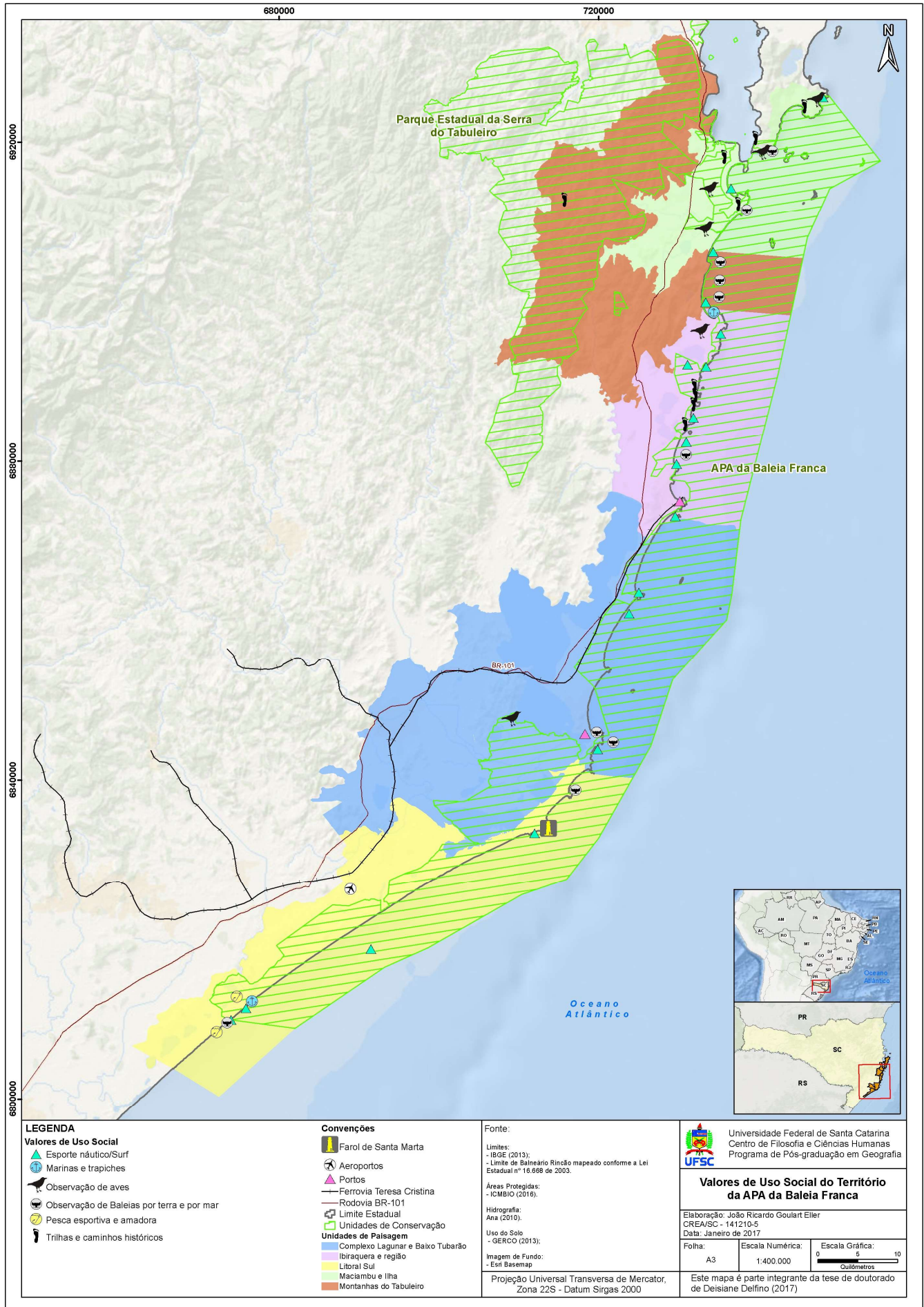
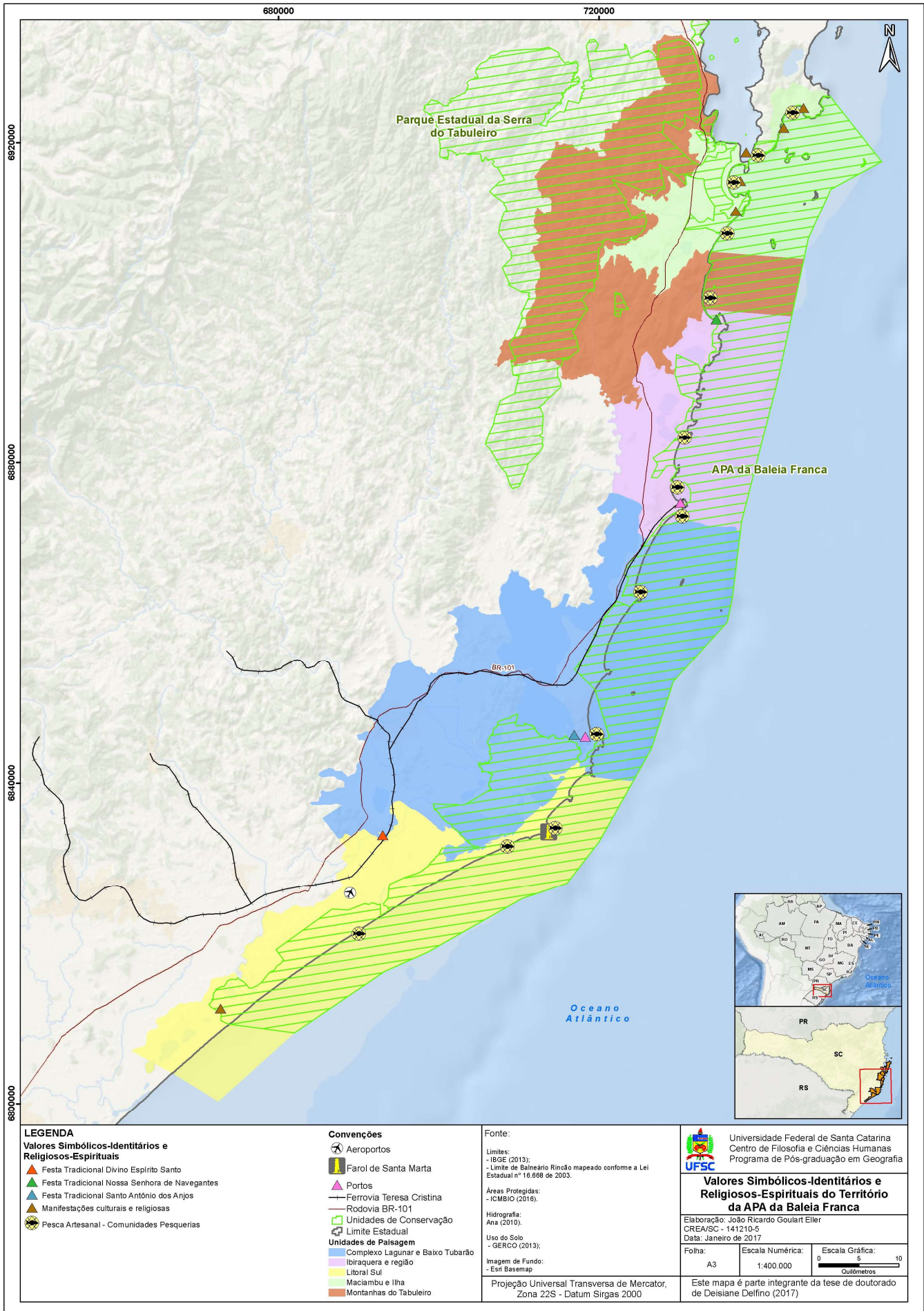






Figura 49 - Mapa de valores espirituais-religiosos e simbólicos-identitários







### 7.3 AVALIAÇÃO DA PAISAGEM

Até aqui, a presente pesquisa buscou descrever e analisar a transformação da paisagem no território da APABF usando como base a combinação de três conceitos bastante usados na geografia: Geossistema-Território-Paisagem, sob o modelo GTP (BERTRAND, 1992). Olhar sobre o geossistema permitiu conhecer a estrutura atual do meio natural; o olhar sobre o território permitiu conhecer a organização e distribuição socioeconômica sobre este geossistema, sob o enfoque da ocupação e urbanização litorânea na APABF; e o olhar sobre a paisagem, permitiu conhecer a representação sociocultural, os significados e os valores atribuídos a este geossistema.

Analisando a evolução da paisagem e transformação desta no território da APABF, foi possível identificar três ciclos de transformação do sistema GTP, com base na organização social e econômica que ocorre no território.

Na APABF o primeiro ciclo, está relacionado à transformação da paisagem pela ocupação e exploração do homem sambaquiano; o segundo ciclo à ocupação europeia, primeiro com a chegada dos portugueses-açorianos, logo depois, dos italianos e alemães; e o terceiro ciclo, às migrações, crescimento populacional, industrialização, urbanização e modernização do território nos últimos 45 anos.

Com base no que foi observado na APBF, a sucessão de um ciclo para outro pode-se dar por fenômenos naturais ou antrópicos. Mas devido a celeridade dos processos técnico-científicos-informacionais, facilitados pela globalização, essa sucessão ocorre muito mais por influência dos fatores antrópicos.

Com isso, pode-se dizer, que a evolução do sistema GTP é cíclica, não linear e está em constante evolução, com diferentes resultados no tempo e no espaço (Figura 50).

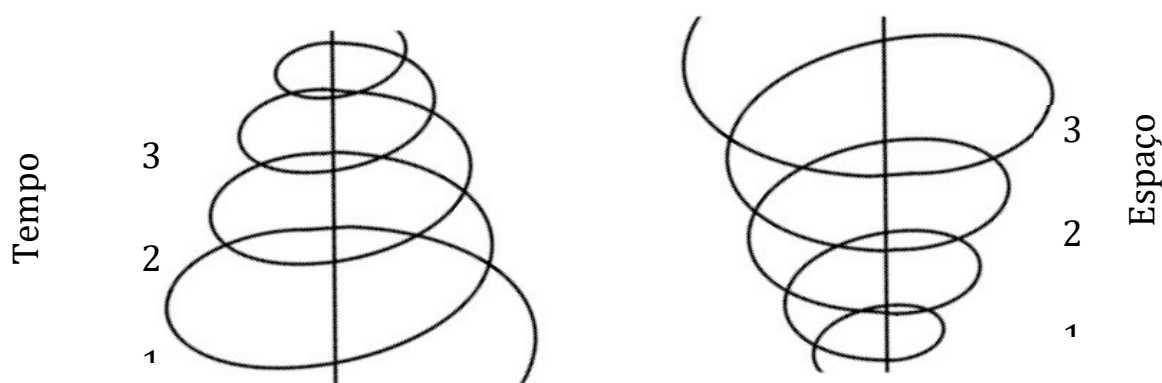
A evolução do GTP na APABF é proporcionalmente inversa comparando o tempo de transformação do G pela ação antrópica no T e as transformações no espaço. Enquanto, que no primeiro ciclo o tempo da atuação antrópica sobre o Geossistema é maior, as transformações na Paisagem são menores, se dão de forma mais lenta. O homem sambaquiano transformava a paisagem de forma mais lenta e gradual, o resultado concreto deste ciclo sobre à paisagem foi a construção dos sambaquis ao longo de aproximadamente 3,5 mil anos.

No segundo ciclo, o período de tempo de atuação do T sobre G diminui, enquanto as transformações na paisagem aumentam. Os

colonizadores deram início a um processo maior de transformação da paisagem, com a derrubada das matas para a construção de casas, engenhos, carruagens, etc. Aqui, o resultado mais concreto deste ciclo na paisagem foi a derrubada de matas ao longo de 300 anos.

E no terceiro ciclo (atual), o tempo de atuação do T sobre G é muito menor, enquanto as transformações em P são muito maiores, por conta do aumento da capacidade técnica que potencializou a intervenção antrópica no sistema GTP. O resultado mais concreto deste ciclo sobre a paisagem foi a ocupação e urbanização do litoral da APABF nos últimos 40 anos.

Figura 50 - Evolução do GTP na APABF por ciclo (1,2 e 3)



Fonte: elaborado pela autora.

A avaliação das transformações da paisagem foi realizada combinando duas técnicas diferentes. Uma, pela construção da matriz e identificação das Deficiências, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades – DAFO – e outra, pela avaliação da ocorrência dos valores da paisagem por unidade de paisagem (Quadro 20), conforme descrito no capítulo 3.1.5.1.

O quadro contribui na análise de como cada grupo de valor é percebido pelos atores nas unidades de paisagem da APABF. Permite ainda fazer uma relação com a Matriz DAFO, a medida que percebe-se as deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades que os valores do território vem sofrendo no processo de transformação da paisagem. A partir disso, é possível tomar decisões de gestão cabíveis para potencializar e/ou proteger os valores do território.

De acordo com o quadro 20:

- Os valores ecológicos são preponderantes nas UPs das Montanhas do Tabuleiro, do Maciambú e Ilha e de Ibiraquera.
- Os valores estéticos tem maior apelo na UP das Montanhas do Tabuleiro. Os valores produtivos se destacam nas UPs de Ibiraquera e Complexo Lagunar-Baixo Tubarão.
- Os valores históricos tem predominância nas UPs de Ibiraquera e região, Complexo Lagunar e no Litoral Sul.  
Os valores de Uso Social tem maior predominância no Complexo Lagunar, porém com pouca variabilidade para as demais UPs.
- Já os valores espirituais e religiosos são os que menos ocorrem nas UPs, não sendo apontados pelos atores nas Montanhas do Tabuleiro. Quanto aos valores simbólico-identitários, a UP que apresenta maior citação é a de Ibiraquera e não aparece nas Montanhas do Tabuleiro.

Quadro 20 - Estado dos valores por Unidades de Paisagem

<b>Grupos de valores/UP</b>	<b>Tabuleiro</b>	<b>Maciambu</b>	<b>Ibiraquera</b>	<b>Lagunar</b>	<b>Litoral Sul</b>
Ecológico-Natural	2,3	6,8	6,2	4,5	4,0
Estético	1,1	2,3	2,3	0,6	1,1
Produtivo	1,1	4,5	6,8	6,2	4,5
Histórico	0,6	2,8	6,2	5,1	5,1
Uso Social	0,6	2,8	2,8	0,6	2,8
Espiritual-Religioso	0	0,6	1,1	0,6	0,6
Simbólico-Identitário	0	2,3	2,8	2,3	2,8

Fonte: elaborado pela autora.

### 7.3.1 Avaliação a partir da análise DAFO

A análise DAFO foi elaborada a partir da análise da combinação dos dados primários (entrevistas e questionários codificados no *software* Atlas.ti) e secundários. A partir daí, foi possível observar que as Debilidades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades se referiam a temas específicos. Assim, as informações foram reunidas por semelhança em grupos temáticos, que se referem a questões relativas à território, à unidade de conservação, ao conselho gestor e aos municípios e áreas temáticas

específicas, conforme pode ser visto na sequência.

### 7.3.1.1 Debilidades

As debilidades identificadas estão relacionadas aos seguintes grupos temáticos: território, identidade, governança, uso e ocupação do solo, atividades econômicas, geossistema, gestão pública e comunicação com a sociedade – grandes temas que apareceram durante a codificação e análise dos dados no Atlas.ti. Dentre os temas, os que foram mais abordados pelos atores foram as questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e à governança.

As principais debilidades do território da APABF são:

- **Ocupação desordenada**, inclusive em áreas protegidas, sobretudo com a construção de **loteamentos ilegais** sobre área de dunas e restinga. Estes loteamentos caracterizam-se pela construção de casas de veraneio e segunda residência, apresentando maior expressão nos municípios de Jaguaruna e Balneário Rincão.
- Expansão da malha urbana nos municípios de Imbituba, Garopaba e Florianópolis que afeta também os ecossistemas de encostas, de transição entre dunas, restinga e Floresta Ombrófila Densa, ocasionando **desmatamento e perda de biodiversidade**.
- **Degradação do ecossistema de manguezal** nos municípios de Laguna, Palhoça e Florianópolis, ocasionados pela expansão urbana e pela poluição.
- **Poluição dos mananciais e recursos hídricos** por esgoto doméstico e pelos pesticidas utilizados na produção de arroz irrigado.
- **Deficiência na oferta do serviço público** de saneamento básico e coleta de resíduos sólidos, com agravamento na temporada de verão pelo aumento populacional.
- **Mineração indiscriminada** de conchas calcárias em Lagoas e Complexo Lagunar e de dunas.
- **Fragilidade ambiental da paisagem litorânea**, onde se encontram vulneráveis as paisagens de dunas e lagoas.
- **Fragilidade** na execução, implementação e fiscalização de **políticas públicas** e normas relacionadas ao controle do uso e ocupação do solo urbano.
- **Falta de integração de políticas públicas** entre os municípios

que incorporam um *continuum* paisagístico e outras escalas de gestão ambiental, urbanística e territorial.

- **Perda de identidade cultural** ligada às populações tradicionais, bem como, de diferentes tipos de valores, ameaçados sobretudo pelo modelo de urbanização adotado pelos municípios.
- **Pouco conhecimento** (ou empatia) da sociedade em geral **sobre a APABF** e seus objetivos de criação e gestão.
- **Baixa participação** de grupos de atores chave na conservação da paisagem no território da APABF e seus valores, como os gestores públicos municipais e pouca articulação com outras instâncias de gestão territorial, como o comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão.
- **Baixo nível de reconhecimento dos valores da paisagem** como valores do território, que integram os municípios e apresentam-se como alternativa ao desenvolvimento do turismo.
- **Investimento no turismo sazonal** por parte dos municípios, sem a devida infraestrutura, integração e valorização do patrimônio territorial.
- **Esgotamento de recursos naturais** explorados pelas populações tradicionais, como a pesca, onde ocorre o conflito entre a pesca artesanal e a pesca industrial.
- **Falta de recursos humanos e financeiros** no âmbito de gestão da unidade de conservação e para implementação da gestão territorial.
- **Atraso** na elaboração do **Plano de Manejo** da APABF.
- **Planos Diretores Municipais em discordância** com normas e políticas orientadoras do uso e ocupação do solo e relacionadas a conservação dos recursos do território.
- **Deficiência** técnica e política no campo da **fiscalização urbanística** e ambiental, bem como, equipe de fiscalização e gestão reduzida na APABF.

### 7.3.1.2 Ameaças

As ameaças mapeadas referem-se a uso e ocupação do solo, atividades econômicas, normas e políticas, escalas de gestão e relação com a comunidade. Dentre estes, os itens mais referenciados pelos atores foram as atividades econômicas e as normas e políticas.

As principais ameaças ao território da APABF são:

- O **crescimento urbano desordenado** que ocorre na linha de costa do território da APABF, associado ao turismo sazonal e as moradias de segunda residência. Este processo vem gerando uma dispersão do espaço construído na linha de costa, o que pode comprometer ainda mais a alteração da fisionomia da paisagem local e os valores nela contidos.
- **A falta de planejamento e gestão territorial e integrado**, que envolva os municípios e as diferentes escalas de gestão urbanística, ambiental e territorial. A existência de diferentes políticas e projetos de desenvolvimento e falta de integração entre estes pode comprometer a qualidade da paisagem em parcelas do território da APABF.
- Os projetos de **empreendimentos imobiliários**, previstos em alguns dos municípios, como Laguna e Palhoça. Tais projetos apresentam uma proposta de **densidade de ocupação urbana elevada** em áreas de fragilidade ambiental, caracterizadas por ecossistemas singulares do território, o que pode implicar na descaracterização da paisagem.
- **A sobreposição de normas e políticas** nas diferentes escalas de gestão urbanística e ambiental. A grande quantidade de normas e políticas nas escalas federal, estadual e municipal dificultam o entendimento dos limites de uso e ocupação do solo e dificultam a implementação adequada das mesmas.
- **A execução da política urbana**, responsabilidade dos municípios através da elaboração do Plano Diretor Municipal. Os Planos Diretores Municipais apresentam divergências nas normas de uso e ocupação do solo, bem como, na conservação da paisagem característica do território. Isto pode comprometer e destruir os mesmos valores que estes municípios exploram para o desenvolvimento do turismo na região. Os principais valores e recursos turísticos encontram-se nas áreas pretendidas pelo mercado imobiliário.
- **A implementação de indústrias** e de projetos de parques industriais pouco integrados ou comprometidos com a paisagem e os valores locais. Podem converter-se em uma ameaça quando não levam em conta a qualidade da paisagem e a capacidade de suporte dos recursos, bem como, a manutenção dos valores do território. Exemplos: mineração de conchas calcárias, do carvão mineral, da areia de dunas, pesca intensiva, parque industrial junto a vegetação de restinga, ampliação do porto.

- Os **impactos** das diferentes atividades realizadas **no âmbito das Bacias Hidrográficas** que banham o território da APABF. A falta de planejamento integrado e sistêmico nesta escala, somado ao impacto de tais atividades – como a suinocultura, a atividade carbonífera e a rizicultura - podem comprometer a qualidade da paisagem e sobretudo, da água no território.
- O **atraso** na elaboração e implementação do **Plano de Manejo da APABF** – que possibilita que a atual dinâmica de uso e ocupação do solo no território se expanda no espaço e no tempo.
- **A falta de empatia ou desconhecimento da sociedade** sobre a unidade de conservação da APABF. Este processo gera resistências e visões distorcidas sobre a unidade de conservação e seus objetivos, o que pode dificultar a própria implementação do Plano de Manejo e de um plano de gestão territorial.

### 7.3.1.3 Fortalezas

As fortalezas aparecem relacionadas à existência da unidade de conservação, ao conselho gestor, à participação social, à governança e aos valores da paisagem da APABF. São elas:

- **A variedade de paisagens** com características singulares do território, que combinam diferentes elementos datados de diferentes períodos geohistóricos, que fazem deste um território rico desde o ponto de vista paisagístico. Ressalta-se que foram mapeadas 9 unidades de paisagens diferentes no território da APABF.
- **A riqueza natural e ecológica**, verificada na biodiversidade composta pelos ecossistemas típicos do Bioma Mata Atlântica, distribuídos em dois grandes blocos paisagísticos: o de montanha e o da planície costeira. O território compreende parcelas significativas dos ecossistemas de restinga, mangue e floresta ombrófila densa, contando inclusive com registros de novas espécies e de espécies em extinção. Ainda, possui um papel importante na conectividade ecológica e paisagística entre estes ecossistemas. Sobretudo, quando considerado o mosaico de Unidades de Conservação ambiental existentes no território: como a própria APABF, o PEST, a APA do Entorno Costeiro e as demais UCs Marinho-Costeiras Catarinenses.
- **A riqueza e a beleza cênica** das diferentes paisagens

distribuídas pelo território, que permitem observar desde as paisagens montanhosas, como as costeiras, as históricas e até mesmo, outras mais bucólicas.

- A **ascensão de atividades produtivas** ligadas aos valores inerentes ao território, como o turismo ecológico, rural, de ócio, espiritual ou religioso. Bem como, a oferta de uma modalidade de turismo única no País, o Turismo de Observação de Baleias (embarcado e por terra).
- A **existência de uma rede de trilhas e caminhos** pelas praias, costões, promontórios, lagoas e matas, que permitem a contemplação e apreciação das diferentes paisagens. Assim como, a realização de atividades lúdicas e sociais associadas.
- A **adequação de atividades produtivas** visando o respeito e a conservação dos valores do território, baseada no diálogo entre os diferentes atores envolvidos.
- A existência de um **rico patrimônio geohistórico** datado de diferentes épocas, os quais registram a história e a evolução da ocupação do território, bem como, os níveis de regressão do mar, como as oficinas líticas, os sambaquis, os cordões arenosos e as turfeiras.
- A **identidade e a cultura açoriana** verificada nas comunidades tradicionais que se distribuem ao longo do território, fortemente vinculadas ao mar e a pesca, que imprimem um estilo de vida singular.
- A **participação ativa da sociedade civil** na defesa pela conservação dos valores do território através da participação em fóruns, associações e conselhos gestores, participando ativamente e exercendo o controle social sobre o território.
- A **presença** de uma Unidade de Conservação (**APABF**) e de um Conselho Gestor (**CONAPABF**) referências em gestão ambiental pública no Brasil, desde o ponto de vista da gestão da área, como do exercício da governança.
- A **qualidade de vida** proporcionada pela riqueza da paisagem, pela tranquilidade das cidades pequenas e pela identidade que as comunidades tradicionais imprimem no território.

#### 7.3.1.4 Oportunidades

As oportunidades aparecem relacionadas ao desenvolvimento urbano, as atividades econômicas, a pesquisa, a governança, a



educação, a paisagem e a própria unidade de conservação. As oportunidades para o território da APABF são:

- A **conservação da biodiversidade** da paisagem marinho-costeira e de montanha pela existência da APABF como unidade de conservação e pela criação de novas UCs.
- A **promoção do ordenamento e gestão territorial** baseado na paisagem e nos valores inerentes ao território da APABF, de forma a unir os diferentes grupos de atores na construção de uma política comum, integrada e interescalar.
- A **promoção do desenvolvimento urbano** ordenado, sobretudo, nas praias, respeitando a paisagem marinho-costeira e seus valores.
- A **geração de atividades econômicas** mais adequadas à paisagem e aos valores do território, com a criação de projetos inovadores e competitivos diante do mercado global.
- O **desenvolvimento de atividades turísticas** voltadas para valorização do patrimônio paisagístico do território da APABF e integradas dentro de um plano turístico territorial.
- A **elaboração de um programa de educação** e formação voltado para a conservação do patrimônio paisagístico, visando fortalecer a identidade individual e coletiva com o território da APABF.
- O **desenvolvimento de pesquisas acadêmicas** integradas em diferentes linhas temáticas, levando em consideração sobretudo, as especificidades geohistóricas do território.
- O **fortalecimento da identidade** territorial e da governança.

### 7.3.2 Algumas considerações sobre a matriz DAFO por Unidade de Paisagem e grupos de Valores

#### a) Montanhas do Tabuleiro

Esta UP apresenta como principal elemento a predominância dos valores naturais-ecológicos (quadro 20), o que caracteriza-se como sua principal fortaleza - fato que deve-se a existência da unidade de conservação de proteção integral do PEST e ao relevo montanhoso e acidentado, os quais permitiram a conservação da vegetação nativa, bem como, dos mananciais d'água.

Os valores naturais-ecológicos, associados aos valores

estéticos existentes, constituem-se como oportunidades para o desenvolvimento de atividades de uso social e produtivas, ligadas à natureza. A principal ameaça está no crescimento populacional e urbano verificado na região da Grande Florianópolis, a qual se espraia para os municípios da hinterlândia e deixa vulnerável as áreas limítrofes ao PEST, o que põe em risco seus principais valores.

A principal deficiência detectada é a falta de estrutura física-financeira-administrativa por parte do PEST e dos municípios implicados na UP para a promoção de atividades de uso social e produtivo relacionados à valorização do natural-ecológico, do estético e até mesmo, do espiritual e religioso na UP.

De acordo com a avaliação realizada (quadro 20), os valores do grupo espiritual-religioso e simbólico-identitário não são apontados nesta UP pelos atores entrevistados, embora a UP tenha potencialidade para tal. Comparada com as demais UPs, todos os grupos de valores podem ser potencializados e melhor valorizados como valores da paisagem do território da APABF, embora estejam mais diretamente relacionados ao PEST. A própria integração da gestão entre as duas diferentes UCs – APABF e PEST – pode contribuir para a maior conservação dos valores nesta UP.

#### b) Maciambú e Ilha

A principal fortaleza do Maciambú e Ilha está nos valores naturais-ecológicos ligados ao ambiente costeiro – praias, costões, mar e ilhas, bem como, as atividades produtivas ligadas ao turismo ecológico e de praia.

A oportunidade está em desenvolver melhor o potencial histórico, de uso social, espiritual e potencializar o valor simbólico e identitário (quadro 20) ligado à cultura da pesca no território da APABF.

A principal ameaça foi verificada na baixada do Maciambú, na parte ocidental da unidade, em que os Planos Diretores de Paulo Lopes e Palhoça preveem aumento do índice de urbanização e há proposta de grandes empreendimentos urbanos em área qualificada como frágil pelos entrevistados e pela equipe da APABF, que podem comprometer a conservação da biodiversidade da paisagem costeira, bem como, os próprios valores naturais e ecológicos da UP.

Outras ameaças citadas pelos entrevistados foram: retificação dos rios, contaminação dos mananciais por agrotóxicos agrícolas e efluentes residenciais, destruição do patrimônio histórico,

desvalorização da cultura açoriana e perda de identidade ligada à esta.

Como deficiência, aparece a falta de integração das políticas públicas municipais e estaduais com a federal, uma vez que a área também tem abrangência do PEST – unidade estadual – e da APABF – unidade federal e apresenta em seu interior outras áreas que são APPs.

Dentre os grupos de valores, podem ser potencializados e melhor aproveitados os valores históricos, de uso social, o simbólico-identitário e o espiritual-religioso (quadro 20).

### c) Ibiraquera e região

A principal fortaleza de Ibiraquera e região – UP situada entre a montanha e o mar – está nos valores naturais-ecológicos que estes dois ambientes lhes proporcionam. Também se constituem como fortalezas os valores produtivos e os históricos, ambos ligados à cultura da pesca e açoriana – que faz com esta UP tenha um dos maiores índices de valores identitários e simbólicos do território.

No discurso dos atores, é a UP que apresenta maior relação direta e identificação com a presença da Baleia no território, com a pesca artesanal e com o modo de vida tradicional açoriano, o que constitui-se com uma oportunidade para a potencialização das atividades ligadas a Observação da Baleia e a valorização da cultura local.

Nesta UP aparece como oportunidade a presença do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e de outras instituições, como o Projeto Baleia Franca, o Instituto Baleia Franca, o Fórum da Agenda 21 de Ibiraquera e a própria mobilização comunitária em defesa dos valores do território da APABF.

Como principais ameaças estão a urbanização crescente, os aterros em áreas alagadas, a pesca predatória, a atividade portuária e a contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos e efluentes residenciais, que ameaçam sobretudo, os valores naturais e ecológicos e os valores históricos.

Entre as UPs, esta foi a que teve maior ocorrência de valores em todos os grupos de valores (quadro 20), e a que os atores entrevistados demonstraram maior relação e conhecimento com a APABF. O perfil dos atores entrevistados nesta UP está bastante relacionado a identidade com a cultura local e a um estilo de vida mais alternativo, mais simples – segundo os próprios atores descrevem.

Esta UP é tida como o “coração da APABF”, uma vez que é onde se pode registrar maior avistamento de baleias, onde está a sede da UC e onde ocorrem as reuniões do CONAPABF.

#### d) Complexo Lagunar e Baixo Tubarão

A principal fortaleza do Complexo Lagunar e Baixo Tubarão, está relacionada aos valores históricos (importante participação na história nacional, patrimônio arquitetônico e arqueológico), aos valores produtivos (pesca, carcinicultura, turismo e rizicultura) e aos valores naturais-ecológicos, ligados principalmente ao complexo lagunar Imaruí-Mirim-Santo Antonio dos Anjos (quadro 20).

As oportunidades estão justamente em potencializar às atividades ligadas a estes valores e aos demais grupos de valores ligados à paisagem costeira e à cultura tradicional. A presença e atuação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) é considerada como uma oportunidade para o território.

A principal ameaça verificada está na contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos agrícolas e degradação do patrimônio arqueológico, que põe em risco os valores naturais e ecológicos, os históricos e os próprios valores produtivos. Dentre as deficiências os atores apontam a falta de integração do Plano Diretor com as políticas de conservação dos recursos naturais.

Esta UP apresentou baixa ocorrência de valores ligados ao grupo dos valores estéticos, de uso social e dos espirituais-religiosos, embora possua potencial para evidenciar tais valores.

#### e) Litoral Sul

O Litoral Sul, juntamente com o complexo Lagunar, possui o maior número de sambaquis do litoral catarinense e os maiores do mundo (IPHAN; DEBLASIS, 2016).

Dentre as principais fortalezas da UP estão os valores históricos (patrimônio arqueológico), os valores produtivos ligados principalmente à agricultura e destacam-se as dunas e restingas por seu valor ecológico-natural e pelo valor estético (quadro 20).

A oportunidade está em implementar políticas de proteção e gestão do patrimônio arqueológico, ecológico-natural e estético pelo poder público municipal, a fim de promover atividades de turismo sustentável e ecológico.

A ameaça está diretamente relacionada à degradação e ocupação das áreas de dunas e restinga pela construção civil e pela exploração mineral. Outra ameaça está relacionada às práticas agrícolas com uso de agrotóxicos e consequente, contaminação dos recursos hídricos, o que põe em risco os valores naturais e ecológicos e os produtivos.

A principal deficiência está na falta de controle e fiscalização do uso do solo urbano ao longo da zona costeira, sobretudo, no município de Jaguaruna, onde estão registrados os principais problemas de uso e ocupação do solo. Tais atividades também impactam o patrimônio arqueológico, pela destruição dos sambaquis, ameaçando os valores históricos da UP.

De modo geral, os entrevistados citaram a ameaça à cultura da pesca artesanal, a qual relaciona-se à manutenção dos valores simbólicos ou identitários. Numa avaliação da transformação da paisagem no território da APABF, pode-se afirmar que a pesca artesanal e a cultura ligada à ela, está presente no discurso dos atores como um dos pontos que conferem identidade do território, em pelo menos quatro UPs (quadro 20).

Além de estar presente na prática da atividade, no tipo de barco, na gastronomia, no modo de fazer e de viver, nas relações sociais – faz parte da história de formação socioespacial do território, fez parte da história da caça da Baleia e da própria relação com a agricultura local.

*A cultura local está sendo perdida, está sendo esquecida. No rumo em que as coisas vão, a pesca artesanal pode ser uma atividade em extinção. As atividades culturais, a memória histórica me parece que estão bem perdidas, bem esquecidas. [...] existem várias lendas e as pessoas estão esquecendo disso. Talvez exista um descaso com a cultura né. Eu não sei por que. Talvez as pessoas não valorizam a sua própria cultura, achando que é inferior a que vem de fora (Entrevistado 46).*

...

*Havia uma ligação também da pesca com a agricultura, certo? O pessoal vinha do sítio para trazer banana, farinha, laranja e feijão para trocar por peixe. Vinha carregado, com o carro-de-boi,*

*com comida para levar outro. Isso é uma coisa que não acontece mais, nem de carro-de-boi, nem de carro motorizado, certo? São coisas que talvez o turismo tenha favorecido no ganho financeiro, mas a gente perde na questão cultural. (Entrevistado 46<sup>105</sup>).*

Segundo os entrevistados, esta ameaça existe pelo crescimento do mercado imobiliário, do turismo de massa, da falta de continuidade da pesca artesanal pelas gerações atuais e pelo abandono da pesca em função das dificuldades vivenciadas pelos pescadores.

#### 7.4 OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA E DIRETRIZES PARA O TERRITÓRIO DA APABF

A elaboração dos Objetivos de Qualidade Paisagística (OQP) é uma importante etapa dentro do processo de ordenamento e gestão territorial. Uma vez feita a caracterização e avaliação da paisagem, o passo seguinte é a elaboração dos OQP. Eles representam, segundo Nogué (2006), a etapa declaratória sobre as preferências paisagísticas e quais as características da paisagem deseja-se manter ou alcançar, ou seja, que paisagem se deseja ter.

Assim, a formulação dos OQP devem “ter presente que a consideração da paisagem na ordenação territorial é um magnífico ponto de partida para o planejamento de novos objetivos ambientais, sociais e econômicos para os cidadãos de um determinado território” e ressalta o papel que a paisagem exerce na manutenção do bem-estar e da qualidade de vida (NOGUÉ, 2009, p. 61). Devem ser elaborados de acordo com os atributos de cada unidade da paisagem, bem como, do conjunto territorial. Inicialmente, devem ser elaborados por uma equipe técnica, logo, contar com a participação e contribuição dos cidadãos (NOGUÉ, 2006; NOGUÉ y SALA, 2009).

De modo geral, a metodologia catalã traçada para elaboração dos OQP, propõe estabelecer objetivos que visem a preservação, melhora, restauração, recuperação, valorização e/ou criação da paisagem. Além de compor o plano de gestão da paisagem no âmbito territorial, deverão guiar e orientar também às políticas urbanísticas e às políticas setoriais, tais como: de conservação da natureza, agrária, florestal, industrial, desenvolvimento rural, atividades

---

<sup>105</sup> 53 anos, homem, ensino médio não nascido no território .

extrativas, turismo, transportes, comunicações, energética, recursos hídricos, resíduos, cultural, educacional, patrimonial e fiscal (NOGUÉ, 2009).

Dessa forma, esta pesquisa propõe 8 OQPs para o território da APABF, construídos com base na caracterização e análise da paisagem, de forma que estes sirvam de diretriz para os municípios que compõem este território, para que possam manter e fortalecer seus valores. Os OQP foram formulados respondendo a questão “que tipo de paisagem se deseja ter?” e foram ordenados de acordo com seu campo de abrangência no GTP ou para o território como um todo.

Para cada OQP, foram elaboradas até três diretrizes que servem como estratégias de atuação a serem concretizadas pelos diferentes agentes sociais e incorporadas pelos documentos normativos, principalmente os municipais, conforme apresentado na sequência:

#### *a) Objetivos de qualidade Paisagística Gerais*

OQP 1: Uma **paisagem bem conservada, ordenada e gerida** – independentemente da sua tipologia - com respeito aos seus valores naturais, ecológicos, estéticos, históricos, produtivos, de uso social, simbólicos, identitários, espirituais e religiosos, envolvendo todos os grupos de atores na sua conservação e valorização.

#### Diretrizes:

- Elaboração da carta de paisagem do território da APABF, envolvendo os principais grupos de atores em um acordo pela conservação da paisagem e seus valores.
- Integração das políticas territoriais, urbanísticas e setoriais – municipais e intermunicipais – para potencialização das ações para conservação do território e seus valores.
- Elaboração de um plano de gestão integrado por unidade paisagística, a fim de diminuir os impactos negativos sobre a paisagem de um lado e potencializar os valores, por outro.

OQP 2: Uma paisagem diferenciada, que se destaque pelas **singularidades e valores do Território**, referência em desenvolvimento territorial a partir dos valores locais.

## Diretrizes:

- Adequação e alinhamento das políticas municipais à Carta de Paisagem para conservação das singularidades e valores locais.
- Promoção de um programa de educação voltado para a valorização e conservação dos valores do território da APABF.
- Promoção de um programa turístico integrado para o território a partir da valorização da paisagem e para o fortalecimento do território.

**b) Objetivos de qualidade Paisagística referente ao Geossistema**

**OQP 3: Paisagens naturais** bem conservadas, com qualidade paisagística, de forma a manter sua função ecológica e ao mesmo tempo, para que possam ser desfrutadas pelos cidadãos, dentro das dimensões de uso social, espiritual e, até mesmo produtiva.

## Diretrizes:

- Mapeamento das áreas a serem conservadas integralmente em cada UP, como as APPs e outras áreas com importante função ecológica para a manutenção da qualidade paisagística.
- Realização de ação integrada por UP entre os municípios que possuem continuidades paisagísticas ou características paisagísticas comuns em suas fronteiras;
- Mapeamento e instalação de caminhos e trilhas para contemplação das belezas naturais, culturais e cênicas do território em cada UP.

**OQP 4: Uma paisagem marítima, litorânea e lagunar** com qualidade paisagística, que mantenham, acima de tudo, sua função natural e ecológica em harmonia com as atividades produtivas, de extração dos recursos naturais, de uso turístico, e de lazer.

## Diretrizes:

- Ordenamento das atividades marítimas e náuticas – profissionais e de lazer – conciliando os interesses dos atores sociais e econômicos, com a conservação dos valores e biodiversidade marinha nas 4 UPs situadas junto à linha de costa.
- Proteção das lagoas e valorização de sua função natural, ecológica, estética, produtiva e de uso social, com especial atenção para as UPs de Ibraquera e Região e a do Complexo Lagunar e Baixo Tubarão, onde estão os maiores complexos lagunares do território.
- Ordenamento da ocupação e uso do solo junto à faixa litorânea, com possível verticalização – de baixa densidade - das áreas já consolidadas



para diminuir a degradação dos ambientes naturais, com especial atenção para as UPs do Litoral Sul e do Maciambú e Ilha, onde ambientes frágeis encontram-se sob a pressão do mercado imobiliário.

*c) Objetivos de qualidade Paisagística referente ao Território*

OQP 5: **Paisagem urbana** ordenada, com controle dos loteamentos urbanos, principalmente os situados na faixa litorânea, dimensionando-os de acordo com as necessidades reais, de forma que respeitem as singularidades e valores da paisagem.

Diretrizes:

- Revisão e adequação dos Planos Diretores Municipais aos OQPs e valores da paisagem do território da APABF e integração do Projeto Orla quando este existir, como no caso de Bal. Rincão, situado na UP Litoral Sul.
- Revisão da densidade de ocupação do solo urbano, com melhor aproveitamento das áreas urbanas já consolidadas, com especial atenção para a UP Litoral Sul, onde situam-se extensas faixas de dunas ao longo do litoral.
- Delimitação das áreas a serem conservadas e não passíveis de ocupação, tais como dunas, vegetação de restinga, patrimônio histórico e geológico, áreas úmidas e marismas, em todas as UPs.

OQP 6: Uma paisagem com **atividades econômicas** harmonizadas com os valores e singularidades do território com a proteção das paisagens naturais.

Diretrizes:

- Ordenamento das atividades agrícolas, extrativistas e industriais de forma que respeitem a capacidade de suporte dos recursos naturais para garantir a sua própria sustentabilidade, bem como, promovam adequações para que se tornem atividades sustentáveis de referência, que respeitem os valores do território – com especial atenção nas UPs de Ibiraquera e região, Complexo Lagunar e Baixo Tubarão e, Litoral Sul.
- Delimitação de áreas industriais em áreas que provoquem o menor impacto sobre as paisagens naturais e os valores do território, com especial atenção para a zona de influência do Porto de Imbituba, situado na UP de Ibiraquera e região.
- Elaboração de um plano de desenvolvimento turístico para as Unidades de Paisagem, com destaque para os seus valores, integrando os

diferentes grupos de atores e articulação entre os municípios.

***d) Objetivos de qualidade Paisagística referente à Paisagem***

OQP 7: Uma paisagem que tenha suas **singularidades** conservadas do território e em cada UP, destacando os valores naturais e culturais, como fator de diferenciação.

**Diretrizes:**

- Reconhecimento da Baleia Franca como símbolo natural, ecológico e histórico do território, com maior atenção para sua promoção .
- Mapeamento, identificação e divulgação do patrimônio histórico, arqueológico e geológico por UP, destacando as diferenças existentes em cada UP.
- Desenvolvimento de atividades de educação para sensibilização e conservação do patrimônio para o território e por UP.

OQP 8: Uma paisagem vinculada à valorização da **identidade** ligada à pesca artesanal, com valorização dos costumes e cultura entorno da atividade, como fator de diferenciação do território.

**Diretrizes:**

- Reconhecimento da pesca artesanal como patrimônio cultural do território.
- Fortalecimento das comunidades pesqueiras e dos seus valores simbólicos e identitários.
- Mapeamento das comunidades pesqueiras e toda cultura entorno desta por UP.

## **CAPÍTULO 8**



## 8 DA GESTÃO DA PAISAGEM À CONSTRUÇÃO DE UM PACTO PELO TERRITÓRIO DA APABF

A APABF, desde sua criação, vem protagonizando medidas de gestão baseadas no diálogo com os atores implicados no processo de transformação da paisagem dentro dos limites da UC, mas que em alguns casos repercutem para além destes limites formais. Constrói-se, assim, uma *expertise* de resolução de conflitos, baseada no diálogo e no estabelecimento de acordos.

Como foi visto anteriormente, um dos passos na gestão da paisagem é o estabelecimento de acordos entre os atores públicos e privados para a conservação dos valores da paisagem, através da elaboração das cartas de paisagem (BUSQUETS Y CORTINA, 2009).

Para enriquecer a presente reflexão sobre a construção de acordos visando a conservação e fortalecimento dos valores da paisagem, buscou-se pontuar e entender alguns dos acordos ou intervenções feitas pela APABF, os quais foram mencionados pelos entrevistados. Lembrando que durante a coleta e análise de dados, buscou-se mapear, além dos atores humanos, os atores não humanos, conforme indica Latour (2000) na Teoria do Ator Rede (TAR). Tais acordos constituem-se como instrumentos “não-humanos” que materializam a organização e estruturação de determinados espaços a partir das relações estabelecidas pela coletividade de atores humanos, conforme aponta o autor.

Dessa forma, considera-se que este acordos constituem-se como um primeiro ensaio, o qual servirá de exemplo para a construção de um grande acordo para a gestão da paisagem no território da APABF e implementação dos Objetivos de Qualidade Paisagística, trazendo benefícios para todos os atores envolvidos, tornando-os corresponsáveis pela gestão do território e seus valores.

Além disso, são uma amostra de que é possível aplicar um instrumento de acordo social em maior escala, como as cartas de paisagem propostas pelo Observatório de Paisagem da Catalunya<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> <http://www.catpaisatge.net/cat/cartes.php>

## 8.1 ALGUNS DOS ACORDOS E MEDIDAS DE GESTÃO

### **a) Acesso público principal à Praia Vermelha (Garopaba, UP de Ibiraquera e região)**

Praia isolada por costões, localizada entre às Praias do Ouvidor e do Rosa – foi fechado no final da década de 1990, pois se dava por dentro de uma propriedade privada. A única alternativa para se chegar à praia era pelos costões. No entanto, aí localizam-se pontos de pesca tradicionais e os pescadores passaram a ter problemas para transportar o pescado pelos costões. Dessa maneira, a comunidade entrou com uma ação civil pública junto ao Ministério Público Federal, reivindicando o direito ao acesso à praia pelo antigo caminho público.

A APABF foi incorporada no decorrer do processo e mediou um acordo que garantisse o interesse e o direito de todos os atores envolvidos. Em 2004 foi determinado que o acesso à Praia Vermelha pudesse ocorrer por dentro da propriedade privada, de duas formas: a pé, para turistas e moradores usarem a praia e de carro, para pescadores devidamente cadastrados. Ambos, passam por uma guarita de segurança da propriedade. E o acesso de carro para os pescadores não passa pelas casas dos residentes na propriedade.

Além disso, a propriedade implementou cercas em toda a propriedade, limítrofe a área da união, e infraestrutura para trilha de acesso à praia – *“uma das trilhas mais bem implementadas dentro do território da APABF”* (Entrevistado 7).

### **b) Abertura da Barra de Ibiraquera (Imbituba, UP de Ibiraquera e região)**

Tradicionalmente a abertura da barra era feita artificialmente pelos pescadores artesanais da região para vazão e renovação da água da lagoa e, periodicamente, fechada pela sedimentação da foz da lagoa pela ação do mar e dos ventos.

Com a urbanização, o turismo de massa e o crescimento populacional a partir da década de 1970, o entorno da lagoa foi sendo ocupado de forma irregular e desordenada e os usos da mesma se diversificaram. Assim, qualquer ator passou a solicitar a abertura da Barra à Prefeitura.

Entre 2009 e 2010, a APABF realizou um processo de diálogo entre todos os usuários da lagoa com o intuito de compatibilizar todos os usos, porém dando prioridade para à pesca artesanal. Foi criado um

Grupo de Trabalho (GT) com representantes de todos os atores implicados, o qual criou critérios para subsidiar a decisão de abertura artificial da Barra, baseados na recuperação do processo artificial de abertura da Barra em função da pesca e da saúde da lagoa.

De acordo com o Entrevistado 7, foi consenso entre os atores que a saúde da lagoa importava para todos e *“se houver saúde na lagoa para a pesca artesanal, tem saúde para o velejo, tem saúde para o morador, para o banhista, tem saúde para o público que vem para as pousadas e para os restaurantes”*.

Posteriormente, foi criado um comitê de controle da abertura da Barra, que funciona até os dias atuais que, conta com a representação da APABF, da Prefeitura, da câmara de vereadores, da associação comercial, do Fórum da Agenda 21, da colônia de pescadores, do esporte, e com mais três pescadores de notório saber e conhecimento de manejo da Barra.

### **c) Protocolo de Encalhe de Baleia (válido para todo o território)**

O Protocolo de encalhe de Baleia foi construído a partir do encalhe de Baleias nos anos 2004 em Laguna e de 2010 em Itapirubá, casos em que, embora estivessem vivas, as condições do encalhe impossibilitavam devolvê-las ao mar.

Com base nos desafios impostos para o desencalhe do animal ou encaminhamento dos restos mortais foi criado um GT envolvendo os atores públicos e privados responsáveis para resolução do problema: Projeto Baleia Franca, pela APABF, pela ONG R3 Animal, laboratório de zoologia da UNESC, UDESC, corpo de bombeiros, marinha do Brasil, Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA) do ICMBio e Polícia Militar ambiental.

O GT elaborou um Protocolo de Encalhe de Baleias, que resultou em uma medida de gestão que implica na proteção e defesa de um dos maiores valores do território da APA, que funciona de forma autônoma em relação a APABF até os dias atuais.

### **d) Ampliação do Porto de Imbituba (UP de Ibiraquera e região)**

A ampliação do Porto de Imbituba iniciou em 2009, com a construção de novo cais, licenciado pelo órgão ambiental estadual, resultou num impasse para a gestão da APABF. A área onde o Porto está localizado, fica fora dos limites da UC, no entanto, a área de chegada, saída e fundeio dos navios se dá pelo território marítimo da

UC – área de ocorrência das Baleias Francas.

A obra foi embargada pelo IBAMA. Os gestores da APABF iniciaram um processo de diálogo com os gestores do Porto para construir a melhor alternativa de solução do conflito, de forma a proteger a Baleia e ao mesmo tempo, permitir a continuidade das atividades do porto.

O acordo final envolveu diversos atores – o Projeto Baleia Franca, o CMA, a APABF, a Santos Brasil, a Companhia Docas de Imbituba, a Construtora Andrade Gutierrez – resultando na criação de um Projeto de Monitoramento da Baleia na área de atuação do Porto.

O monitoramento tem por objetivo verificar a presença da Baleia e sua aproximação da área da obra - naquele momento - com a determinação de três zonas de ocorrência da Baleia, onde a presença da Baleia na “zona vermelha”, significava paralização total da obra. O monitoramento foi adotado como medida de gestão do Porto e é realizado até os dias atuais.

#### **e) Ocupação ilegal de área de dunas na Praia da Galheta (Laguna) e praias de Jaguaruna (UP Litoral Sul)**

A ocupação ilegal de área de dunas nos municípios de Jaguaruna e Laguna é um dos conflitos que até então não foi resolvido, pois não houve acordo com os atores implicados. Em ambos os casos, no ano de 2011, foram autuados os proprietários das casas e loteadores em área de dunas (APP) e sítios arqueológicos – 43 processos individuais na Praia da Galheta e em Jaguaruna. Os processos foram contra os loteadores. Os atores envolvidos foram a FATMA, a SPU, APABF, MPF, Polícia Militar Ambiental, IPHAN e o município.

### **8.2 COMENTÁRIOS SOBRE OS ACORDOS E MEDIDAS DE GESTÃO MENCIONADOS**

Em primeiro lugar é importante observar que os acordos envolvendo a Praia Vermelha, a Barra de Ibraquera e o Porto de Imbituba não só garantem o interesse de todos os atores envolvidos, como contribuem para a conservação dos valores do território da APABF – valores identitários e simbólicos ligados à pesca, valores produtivos, valores de uso social e valores naturais e ecológicos,

Em segundo lugar, no caso específico da Barra de Ibraquera, embora somente a Barra estivesse dentro dos limites da UC, a



resolução do conflito gerou benefícios para todo complexo lagunar e seu entorno, contribuindo acima de tudo, para a manutenção dos valores identitários da pesca na lagoa, além dos valores produtivos, de uso social e dos naturais e ecológicos ligados à pesca do camarão. Neste caso, a APABF envolveu e compartilhou a responsabilidade com a prefeitura municipal, responsável pela política, planejamento e gestão do uso do solo na área afetada pelo conflito.

No caso do Porto, por mais que este acordo tenha resultado na proteção da Baleia como um dos grandes valores do território, ele também visou proteger o valor produtivo ligado às atividades relacionadas a atividade portuária na cidade. Ainda assim, gerou divisão de opiniões sobre os benefícios de se ter uma UC no território e a visão de que ela pode ser um impedimento ao desenvolvimento do município de Imbituba.

No conflito relacionado à ocupação de dunas e destruição de sítios arqueológicos em Laguna e Jaguaruna, a situação compromete e ameaça os valores, – que são valores muito específicos desses municípios, de acordo com o público entrevistado: a) Valores naturais, ecológicos e estéticos no caso das dunas e b) Valores históricos, no caso dos sítios arqueológicos.

Os municípios que compreendem a APABF são em sua maioria de pequeno porte, sua renda principal está baseada na arrecadação do IPTU e nas atividades ligadas ao turismo sazonal. No entanto, a conversão de espaços abertos em áreas urbanizáveis tem contribuído para a degradação dos valores da paisagem destes municípios e, conseqüentemente, do território da APABF.

De acordo com os dados coletados, fica evidente que a urbanização da linha de costa, da forma como vem ocorrendo, não contribui para a melhora da qualidade da paisagem. Ao contrário, em médio e longo prazo pode comprometê-la, conforme pode ser observado na identificação das ameaças, durante a avaliação da paisagem (Capítulo 7).

Observando as políticas e ações municipais, percebe-se um esforço por parte dos municípios para promover o desenvolvimento destes e proporcionar melhor qualidade de vida a seus habitantes – ainda que contem com falta de corpo técnico e capacidade financeira. Embora participem de diferentes espaços de gestão, em âmbito mais político, não atuam conjuntamente para o seu fortalecimento, como na promoção de programas de turismo integrado ou de conservação dos valores da paisagem.

Através da observação participante e análise de dados obtidos, constatou-se que outro ponto importante, refere-se a falta de integração e articulação entre as políticas e escalas de gestão, apontadas anteriormente (Capítulo 6). Sobretudo, aos governos municipais lhes falta conhecimento sobre as leis que incidem sobre seu território e da área contemplada pela unidade de conservação APABF, capacidade técnica para planejamento sistêmico, capacidade técnica para fiscalização de obras e empreendimentos e até mesmo, competência política para efetiva implementação da legislação.

A incidência de políticas nacionais de ordenamento territorial como o SNUC, o Estatuto da Cidade e o GERCO sobre o território da APA, apontam para a necessidade de integração das políticas locais, como o Plano de Manejo em construção, os Planos Diretores Municipais e o Projeto Orla. A integração entre estas possibilitará maior conservação dos valores da paisagem no território da APABF, bem como, contribuir na diminuição dos riscos e ameaças aos valores em função, sobretudo, do uso e ocupação desordenados do solo urbano na faixa litorânea.

### 8.3 UM POSSÍVEL CAMINHO PARA O PACTO SOCIAL PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO DA APABF

O Conselho Gestor e os gestores da APABF defendem que é possível construir um modelo de desenvolvimento diferenciado, baseado na harmonização das atividades econômicas com os objetivos da área protegida – o que buscou-se mostrar nesta pesquisa apoiada na gestão da paisagem.

O Plano de Manejo da APABF, em construção, pretende ser um plano de ordenamento territorial. No entanto, sua jurisdição vale apenas para dentro dos limites políticos-jurídicos determinados em lei, tendo pouco poder de atuação para além de seus limites.

Assim, a partir do referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa e dos dados coletados, sugere-se que o Conselho Gestor da APABF seja um agente mediador para a construção de um pacto territorial para a gestão da paisagem, baseado nos valores, nos Objetivos de qualidade Paisagística e nas Diretrizes apontadas por esta pesquisa.

Um dos principais instrumentos para a implementação dos OQP, de forma a subsidiar a política de gestão territorial da APABF, é a elaboração de uma Carta de Paisagem - que nada mais é que o estabelecimento de um pacto entre os diferentes agentes responsáveis

pela transformação da paisagem. Um pacto, sobretudo, com o compromisso dos gestores públicos municipais em promover políticas que garantam melhor ordenamento do uso e ocupação do solo para conservação e fortalecimento dos valores do território. “*En suma, el enfoque de las cartas del paisaje asume que la consecución progresiva de los objetivos establecidos en aquéllas debe contribuir a la consolidación de un modelo de desarrollo económico sostenible del territorio basado en sus valores*” (BUSQUETS y RAMOS, 2009, p. 429) - o que exige um esforço conjunto dos diferentes grupos de atores, em diferentes escalas de atuação, realizando ações concretas e medidas de intervenção específicas.

As Cartas de Paisagem constituem-se em um instrumento de aplicação da política de paisagem, dentro de um processo de mediação e construção de um pacto territorial. Visa a resolução de conflitos baseado na busca de consensos para a construção de estratégias de intervenção mais adequadas a defesa dos valores do território (BUSQUETS y CORTINA, 2009; CORTINA, 2009).

No âmbito europeu, as estratégias de intervenção paisagísticas das cartas incluem a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem:

*La protección (que integra la idea de que el paisaje está sometida a evoluciones que es necesario aceptar, dentro de ciertos límites), la gestión, que se define como una acción continua en el tiempo destinada a influir en cualquier actividad susceptible de modificar el paisaje; y la ordenación, que es asimilable a la noción de proyecto de territorio y comprende las formas de transformación que tengan la capacidad de anticipar nuevas necesidades sociales mediante la consideración de las evoluciones en curso (CONSEJO DE EUROPA, 2008 apud BUSQUETS y CORTINA, 2009, p. 433).*

Como todo processo de gestão, a elaboração deste pacto territorial, que aqui recebe o nome de Carta de Paisagem, requer que sejam estabelecidos os OQPs, as diretrizes e estratégias de intervenção e que: a) determine programas e ações de melhora da paisagem; b) defina critérios que aportem os instrumentos de planejamento territorial, setorial e urbanístico; c) estabeleça projetos pilotos de melhora da paisagem; d)elabore código de boas práticas à distintos setores sociais e econômicos; d) realize campanhas de

sensibilização e educação; e) estabeleça responsabilidades, os instrumentos mais adequados e os prazos e recursos necessários a sua execução; f) contenha a assinatura da maior parte de agentes públicos e privados implicados diretamente neste processo. (BUSQUETS y CORTINA, 2009).

Assim foi feito por exemplo, na Espanha, com a Carta de Paisagem “*del Alto Penedes*”, destinada a dinamizar as ações de promoção e melhora da paisagem vinícola deste território, buscando compatibilizar a evolução econômica com uma paisagem de qualidade. Cita-se também a Carta de Paisagem da “*Comarca del Berguedá*”, com o objetivo de promover melhoras necessárias a economia do território, potencializando o setor turístico com base nos valores locais (BUSQUETS y CORTINA, 2009; CORTINA, 2009). Ou ainda, na França, com a Carta de Paisagem e Meio ambiente de “*Costières de Nîmes*”, que envolveu 24 municípios, construindo um projeto territorial com base na paisagem de vinhedos (GUIBERT, 2009).

Dessa maneira, a Carta de Paisagem ou Pacto para o território da APABF, pode servir como um instrumento de desenvolvimento territorial, que busque aliar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais e dos valores da paisagem – os aqui mapeados e os que esta pesquisa por algum motivo não conseguiu identificar.

A gestão da paisagem mostra-se um eficiente instrumento de gestão territorial no caso da APABF, uma vez que transcende os limites político-jurídicos da UC, transcende os limites oficiais dos municípios e os integra a partir do sistema de unidades da paisagem e das continuidades paisagísticas do território.

Os valores da paisagem são o fator de diferenciação do território, que em seu conjunto, não se repetem em nenhum outro lugar, possuem suas singularidades constituídas no tempo e no espaço. Tais valores podem servir de guia para a elaboração de políticas setoriais, urbanísticas e territoriais com foco no desenvolvimento do território e, conseqüentemente, dos municípios – um desenvolvimento equilibrado e harmônico, que respeite as características locais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho se buscou descrever e analisar a transformação da paisagem no território compreendido pela APA da Baleia Franca - localizada no litoral sul-brasileiro – e identificar os principais valores da paisagem de forma a apoiar às políticas de gestão territorial desta área protegida.

A criação de APAs no Brasil é uma tentativa de inserir um novo modelo de gestão de áreas protegidas, em que não se separa a sociedade da natureza, mas que busca promover o desenvolvimento territorial, conciliando as atividades humanas e econômicas com a conservação da biodiversidade. O que se pretende é propor um novo modelo de desenvolvimento, mais próximo do desenvolvimento local sustentável.

Para que a gestão das APAs tornem-se efetivas, é necessário envolver a sociedade e sobretudo, os gestores públicos das diferentes instituições e escalas competentes envolvidas. Um dos princípios de gestão de uma APA é colocar em prática a conservação da biodiversidade pela aplicação das políticas federais existentes – partindo do SNUC, passando pelo Código Florestal, Lei dos Recursos Hídricos, Lei da Mata Atlântica, Plano de Gerenciamento Costeiro, Estatuto da Cidade, etc. Logo, combinar estas diferentes leis e políticas, com as das demais escalas - estaduais e municipais - da área compreendida por uma APA.

Dentre todas as políticas e escalas de gestão, este estudo observa que os municípios desempenham um importante papel junto a gestão de uma APA, em que seus Planos Diretores devem estar alinhados com o Plano de Manejo ou plano de gestão existente da área protegida. Pois são os responsáveis pela implementação da Política Urbana, ou seja, pela regulamentação e fiscalização do uso e ocupação do solo urbano, já que a urbanização é considerada como uma das maiores ameaças aos valores da paisagem no território da APABF.

Tendo eleita a APABF como estudo de caso para esta pesquisa, buscou-se identificar quais elementos poderiam unir os municípios em prol da gestão territorial a partir da área protegida. Analisando seus limites políticos-jurídicos, seu geossistema, o território e a paisagem, ficou evidente que existem certos elementos que são comuns aos nove municípios e conseqüentemente, à estes e a APABF. Eles elementos pertencem à paisagem e mais especificamente, à paisagem litorânea, como as dunas e a vegetação de restinga que estão presentes em oito municípios e as lagoas e complexos lagunares que estão presentes em todos os municípios.

A APABF foi criada para proteger os valores deste território, os quais são apontados como elemento de identidade individual ou coletiva por alguns grupos de atores, mas que vem sofrendo perdas irreparáveis pela atual dinâmica de transformação da paisagem. A atual política de gestão territorial – materializada no plano de manejo em construção – deve incorporar estes valores, além de iniciar um processo de integração com os planos diretores municipais e compromisso dos municípios para manutenção destes valores. Os valores do território da APA da Baleia Franca são resultado da soma dos valores individuais de cada município que a compõe.

Ao analisar a transformação da paisagem verificou-se que estes elementos se constituem em valores e que vêm sendo ameaçados pelo processo de urbanização desordenado e ilegal da paisagem litorânea.

**A paisagem litorânea da APABF foi a que mais sofreu transformações, as quais foram acentuadas nos últimos 45 anos.** Durante o processo de análise da transformação da paisagem no território da APABF, apoiado no modelo GTP, identificou-se três períodos principais de ocupação do território e transformação da paisagem:

- O primeiro período, está relacionado à ocupação sambaquiiana próxima a linha de costa e aos complexos lagunares, datada de 5500 anos AP, e a indígena (900 a 1000 anos AP). É o período mais longo, em que as transformações no espaço se dão de forma mais lenta e os principais registros de sua atuação podem ser verificados através dos inúmeros sítios arqueológicos distribuídos pelo litoral.

- O segundo período, refere-se a ocupação de origem europeia, com a chegada e instalação dos vicentistas e dos açorianos no litoral (1651 em Florianópolis e 1676, em Laguna) e logo, dos italianos nos vales do rio Tubarão e do rio Urussanga (por volta de 1870). Este período culminou no surgimento de pequenas vilas ao longo do litoral da APABF em função da pesca e da caça da Baleia e de cidades pólos regionais em função da exploração do carvão (até 1980, aproximadamente).

- O último período é caracterizado pelas migrações internas que ocorreram no País, em função do êxodo rural na década de 1970, mas também em função da urbanização do litoral. É um período em que as transformações no espaço se dão de forma mais rápida, em função do domínio de novas técnicas de construção e melhoria das vias de comunicação.

Os migrantes provêm principalmente dos estados do sul do País (Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina), de São Paulo e até mesmo, da Argentina e Uruguai, motivados por maior qualidade de vida e contato com a natureza. Uma tendência que se iniciou ainda na década de 1970 e



vem se fortalecendo nos últimos anos, com o crescimento da violência e dos problemas de mobilidade urbana nas grandes cidades.

Esse processo de urbanização e intensificação da ocupação do litoral da APABF, começa a afetar e comprometer diretamente os valores da paisagem. Dentre os principais responsáveis destacam-se os pescadores, os nativos nascidos no território, os migrantes que aí residem há mais de 20 anos, a falta de compromisso dos gestores públicos municipais e os interesses de agentes imobiliários. Estes dois últimos grupos vem sendo omissos em relação ao cumprimento das leis ambientais nos últimos, atuando de forma irresponsável na ocupação de áreas de dunas, de vegetação de restinga, de banhados e entorno de lagoas, como pode ser verificado, por exemplo nas UPs do Litoral Sul e de Ibiraquera e Região.

Resulta que os gestores da APABF não possuem capacidade de fiscalização sobre todo os empreendimentos e loteamentos ali instalados ou em instalação, ao longo dos cerca de 130 km de extensão, devido ao baixo número de fiscais e equipe reduzida. Portanto, necessitam do apoio dos demais órgãos competentes para a ordenação do uso e ocupação do solo e das atividades marítimas.

No entanto, durante a pesquisa ficou evidente que há uma forte resistência dos municípios em relação à existência da área protegida, associando-a uma limitação ao seu desenvolvimento, uma vez que buscam no mercado imobiliário e no turismo de massa, uma alternativa ao seu desenvolvimento econômico. Porém, da forma como vem ocorrendo a ocupação no litoral e o turismo acentuado, estes vem degradando os valores materiais e imateriais do território.

A presente pesquisa buscou responder: **quais são os valores da paisagem da APABF e como podem contribuir para a gestão territorial integrada** dos municípios desta área protegida?.

Com base no marco teórico-metodológico europeu e catalã sobre gestão da paisagem, verificou-se que os valores mais importantes e que justificam a existência da APABF são os valores naturais e ecológicos: a Baleia, o mar, as praias, as dunas, as lagoas, a vegetação, dentre outros. Seguidos dos valores históricos, relacionados principalmente, a cultura açoriana, que possui traços já muito peculiares do território: a pesca artesanal, os engenhos de farinha de mandioca e o modo de vida das comunidades mais tradicionais que imprimem uma identidade muito própria, relacionada a paisagem do território. Os quais também compõem os valores identitários e simbólicos.

No entanto, além destas duas categorias de valores que estão diretamente atreladas aos objetivos de criação da APABF, outros valores

foram apontados pelos atores e mapeados pela pesquisa.

Os valores produtivos - ligados à pesca artesanal, à diferentes fontes de turismo (praia, cultural, ecológico e rural), à agricultura e à indústria que vem se desenvolvendo em função do Porto e a ligação deste com a Rodovia BR-101 e a Ferrovia Tereza Christina.

Em menor escala foram reconhecidos os valores estéticos, relacionados à beleza das praias, das matas, dos costões rochosos e das montanhas que cercam o norte do território e também os valores de uso social, relacionados principalmente às praias, às matas e às lagoas.

Por fim, a categoria de valor menos reconhecida no território da APABF é a de valores espirituais e religiosos.

É importante observar que todas as categorias de valores passam pela relação direta ou indireta com os valores advindos das paisagens naturais e litorâneas do território. A alteração profunda desta paisagem acabará comprometendo a conservação dos demais valores. Costuma-se dizer que seria como “matar a galinha dos ovos de ouro”.

Ao avaliar as cinco unidades de paisagem desenhadas para esta pesquisa, percebe-se que umas categorias de valores são mais bem apropriadas que outras pelos atores em cada UP. Os valores naturais e ecológicos tem destaque em todas as UPs, seguido do produtivo e do histórico. As demais categorias de valores, são pouco apropriadas ou desenvolvidas na maioria das UPs. Dessa forma, a distribuição dos valores por UP pode ajudar os gestores públicos na tomada de decisão sobre como conservar os valores apontados, bem como, potencializar os demais valores existentes, porém pouco reconhecidos pelos atores ou pela sociedade.

A identificação e mapeamento dos valores pode contribuir para melhorar a gestão da APABF a partir do momento que passem a ser usados como instrumento de gestão do território e de aproximação da APABF com os municípios e os demais grupos de atores.

Os valores evidenciados pela pesquisa constituem-se em valores dos municípios que compõem a APABF. Valores estes que são utilizados pelos municípios para potencializar o mercado imobiliário e o mercado turístico. O conjunto dos valores desses municípios resulta nos valores do território da APABF. A APA é um polígono abstrato que se materializa sobre os territórios municipais.

Outrossim, o mapeamento dos valores permite aos municípios repensarem suas políticas de desenvolvimento turístico por exemplo, criando programa e ações que contribuam para distribuir as atividades turísticas ao longo do ano com base nos valores locais, que não dependam apenas da sazonalidade ligada a temporada de verão. Como no caso da

pesca da Tainha que ocorre no outono-inverno, a presença das baleias que ocorre no inverno-primavera, o patrimônio histórico e a gastronomia local que podem ser evidenciados o ano todo, a farinhada que ocorre no outono-inverno e as trilhas em diferentes ambientes que podem explorar as peculiaridades da paisagem em cada estação do ano.

O reconhecimento da existência de um território a partir da área protegida APABF e dos seus valores constitui-se no primeiro passo para a promoção da gestão territorial. Os gestores da APABF podem usar os valores mapeados para sensibilizar os gestores municipais de que a APA é uma oportunidade para potencializar o seu desenvolvimento econômico, aliado à conservação dos valores e à promoção da gestão integrada do território. Propondo a construção de um pacto territorial como é feito na Catalunya, com a elaboração das Cartas de Paisagem.

Assim, os Objetivos de Qualidade Paisagística (OQPs) formulados visam a conservação e promoção dos valores existentes, bem como, orientar as políticas territoriais e urbanísticas para o desenvolvimento do território.

Com a identificação dos valores e a construção dos OQPs e das diretrizes, esta pesquisa pretendeu contribuir para a consolidação de um projeto de gestão e de desenvolvimento territorial, que vem sendo pensado timidamente pelos gestores da APABF e discutido pelo CONAPABF. Considera-se fundamental o engajamento das prefeituras e a adequação dos Planos Diretores e das políticas setoriais ao Plano de Manejo da APABF e aos OQPs.

O Plano de Manejo, como foi dito anteriormente, está em processo de elaboração. Está sendo realizado de forma amplamente participativa, pela realização de oficinas setoriais e intersetoriais com os diferentes grupos de atores implicados no território: setor de pesca, turismo, esporte, imobiliário, público, de ONGs ambientalistas, mineração, infraestrutura, agricultura, indústria e comércio (ICMBIO, 2016). Sua estrutura, rompe com os modelos pré-existentes, uma vez que busca no mapeamento dos conflitos e na construção de acordos com os atores, uma estratégia para conservação de seus valores.

O próprio Plano de Manejo pretende ser mais que um documento normativo sobre o uso dos recursos e ocupação do solo no interior da UC, pretende ser um instrumento de promoção de um pacto territorial. Abrindo caminho assim, para a construção de um acordo nos moldes das cartas de paisagem, que pode ser aprofundado posteriormente, com a incorporação dos valores da paisagem, dos OQPs e das Diretrizes.

A APABF constitui-se em uma oportunidade para o território promover um modelo de desenvolvimento diferenciado, pautado nas

singularidades e características de sua paisagem, nos valores e na identidade próprios, permitindo ao território e aos municípios destacarem-se frente ao mercado competitivo e global. Em que vem crescendo a demanda pelo diferente, pelas singularidades, pelo “*sencillo*”, pelo contato livre e direto com a paisagem e a cultura local.

O referencial teórico-metodológico europeu e catalão adotado mostrou-se um importante marco conceitual para se repensar e estruturar um plano de gestão territorial para áreas protegidas, em que os valores territoriais e paisagísticos são a principal ferramenta de gestão integrada entre os diversos atores implicados no território.

Considerar o território abarcado pela área protegida, além de seus limites oficiais, é uma etapa a ser superada pelos gestores. Áreas protegidas antes de serem áreas protegidas, são territórios, dotados de valores, símbolos e significados – apropriados de diferentes formas pelos atores locais.

O modelo GTP foi fundamental como instrumento de análise para se chegar à compreensão dos elementos que constituem a paisagem, sua apropriação pelos diferentes atores nos diferentes períodos, sua transformação e seus significados.

Ao longo da pesquisa, se observou que as pesquisas sobre áreas protegidas, em especial sobre as APAs são realizadas em maior número no campo ecológico e biológico. Dessa forma, considerando o rico campo sociocultural em que estão inseridas as APAs recomenda-se para desenvolvimento de novas pesquisas o aprofundamento sobre gestão territorial em áreas protegidas, dentro de uma perspectiva sociocultural, contemplada nesta pesquisa pelo conceito de Território e Paisagem.

No caso específico da APABF, há uma diversidade de possibilidades para o desenvolvimento de novas pesquisas.

No entanto, uma linha importante de atuação, que poderia dar continuidade a esta pesquisa, seria aprofundar o conhecimento sobre as seguintes questões: i) Como cada grupo de atores reconhece os valores do território e poderia contribuir para conservá-los e potencializá-los no desenvolvimento de suas atividades? ii) Como tornar as atividades produtivas do território mais sustentáveis e harmonizadas com a manutenção dos valores da paisagem? iii) Como reconhecer e valorizar a atuação dos municípios e dos grupos de atores que se comprometem com a gestão integrada do território? e iv) Como disseminar para a sociedade em geral a ideia de um projeto de desenvolvimento territorial a partir da APABF? Certamente, as respostas à estas questões trariam um aprofundamento ainda maior no conhecimento para a gestão desta APA e contribuição ao campo das áreas protegidas no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**



## REFERÊNCIAS

- ASSUNÇÃO, Danilo. **Sambaquis na Paleolaguna de Santa Marta: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina.** Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo, 2010.
- ARAÚJO, Guilherme Pinto de. **Trajectoria do turismo no litoral centro-sul de SC: impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Aquicultura. Florianópolis, SC, 2008. 133 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009. (Obra original publicada em 1977).
- BARRAGÁN, Juan Manuel. **Política, Gestión y Litoral.** Una nueva visión de la gestión integrada de áreas litorales. Madrid: Ed. Tébar Flores, 2014.
- BASTOS, José Messias. Considerações sobre a urbanização do litoral catarinense. *In* PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro.** Florianópolis: Insular, 2011. p. 277-276
- \_\_\_\_\_. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. *In* LINS, Hoyedo Nunes; MESSIAS, José; CHEREM, Rosangela Miranda; SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Ensaio sobre Santa Catarina.** p. 127-140. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- BAUER, Martin W. E; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 4. Ed. Petrópolis, Vozes, 2005.
- BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade? Áreas protegidas no Brasil.** Brasília: IEB, 2014. 736 p.
- BENSUSAN, Nurit. Diversidade e unidade: um dilema constante. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. *In* BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade? Áreas protegidas no Brasil.** Brasília: IEB, 2014. 736 p.

BRAGA, Eduardo Pires Renault. **Distribuição Espaço-temporal ta Baleia-Franca-Austral – Eubalaena australis (Desmoulins 1822) – no sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Oceanografia Biológica. Universidade Federal do Rio Grande: Rio Grande, 2014.

BRANCO, Joaquim Olinto. Aves marinhas das Ilhas de Santa Catarina. p.15-36. *In Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação* (Organizado por Joaquim Olinto Branco). Itajaí: Editora da UNIVALI, 2004.

BELTRAME, Angela da Veiga. **Estratégias de gestão de paisagem em Parques Naturais da Catalunya como idéias para a tomada de decisões sobre o Parque Estadual Serra do Tabuleiro (Santa Catarina/Brasil)**. Relatório Final de Estágio Pós-Doutoral realizado na Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha) no período de 01/07/2011 a 30/04/2012. Florianópolis, 2012.

BERTALANFFY, L. Von. *General System Theory. Foundations, development and applications*. New York: George Braziler, 1968.

BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.

BERTRAND, Georges. *Paisaje más profundo. Da epistemologia al método*. *In Cuadernos Geográficos*. Universidad de Granada, 2008. N. 43. p. 17-27.

\_\_\_\_\_. (2002) A discordância dos tempos. *In* BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.

\_\_\_\_\_. (2001) A paisagem e a geografia: um novo encontro? *In* BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.



\_\_\_\_\_. O geossistema: um espaço-ctempo antropizado. \_\_\_\_\_.  
(1968) *Le paysage et la géographie: un nouveau rendez-vous*. In **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, Vol. XV, num. 50. p. 57:93, Barcelona: Dezembro, 2000.

\_\_\_\_\_. Entrevista com o Professor George Bertrand. In **Geosul**. Florianópolis. V.13, n. 26, p. 144-160. Jul/dez, 1998.

\_\_\_\_\_. (1996) Compor uma paisagem é recompor uma geografia. In BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.

\_\_\_\_\_. (1992) Territorializar o meio ambiente. In BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.

\_\_\_\_\_. (1991). A memória dos terroirs. In BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.

\_\_\_\_\_. (1978) O geossistema ou “sistema territorial natural”. In BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Organizador Messias José dos Passos. Maringá: Ed. Massoni, 2009. 360 p.

\_\_\_\_\_. (1968) *Le paysage et la géographie: un nouveau rendez-vous*. In **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, Vol. XV, num. 50. p. 57:93, Barcelona: Dezembro, 2000.

BRASIL. **Código Forestal**. Lei 12.651/2012. Casa civil: Brasília, 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm). Acessado em 17/01/2017.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Casa Civil: Brasília, 2007. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm), acessado em 06/05/2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico Nacional del Áreas Protegidas.** Decreto 5758/2006. Casa Civil: Brasília, 2006. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm). Acessado em 17/01/2017.

\_\_\_\_\_. **Regulamenta artigos da Lei 9.985/2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Decreto Nº 4340. Casa Civil: Brasília, 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm). Acessado em 10/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade.** Lei 10.257/2001. Casa Civil: Brasília, 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 11/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto de criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca.** Decreto 14/2000. Brasília: Casa Civil, 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2000/Dnn9027.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2000/Dnn9027.htm). Acessado em 19/01/2017.

\_\_\_\_\_. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Lei 9985/2000. Casa Civil: Brasília, 2000. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acessado em 10/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa Brasileira.** Casa Civil: Brasília, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acessado em 17/01/2017.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NOTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandro Fernando. (Org.). **Etnohistória, História Indígena e educação: Contribuição para o debate.** 1ed. Porto Alegre: Palotti, 2012, v. 01, p. 37-65.

BUELONI, Fernanda Soares. **Mudanças temporais na utilização da Baleia-Franca, Eubalaena Australis, pelas comunidades locais dos municípios de Imbituba e Garopaba, litoral sul de Santa Catarina, Brasil.** Florianópolis, 2012. 119 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Ecologia.

BUSQUETS, Jaume; CORTINA, Albert. *Gestión del Paisaje. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje*. Barcelona: Ed. Ariel, 2009.

CAMARGO, Luiz Henrique Ramos de. Ordenamento Territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In ALMEIDA, Flavio Gomes de. SOARES, Luiz Antonio Alves. **Ordenamento territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 288 p.

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal**: um estudo de caso no litoral Centro-Sul catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2010. 164 p.

CNUC/MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente. **Tabela consolidada das Unidades de Conservação**. CNUC/MMA, 2016. Disponível em [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC\\_Agosto%20-%20Categorias\\_copy.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_Agosto%20-%20Categorias_copy.pdf). Acessado em 15/09/2016.

COLEMAN, J.S. *Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling*. *Human Organization*. v.17, 1958 p. 28-36.

CONAPABF. **Proposição CONAPABF 01/2000**. Estabelece o novo Regimento Interno do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. ICMBIO/APABF/CONAPABF: Imbituba, 2010.

CONAPABF. **Ata das reuniões plenárias do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Atas da última reunião de cada ano. ICMBIO/APABF/CONAPABF: Imbituba, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015.

CONSEJO DE EUROPA. *Convenio Europeu del Paisaje*. Florencia: 20/10/2000. Disponível em <http://www.catpaisatge.net>, aceso em 01/07/2015.

CÔRTE, D. *Planejamento e gestão de APAs*: enfoque institucional. Brasília: Edições Ibama, 1997.

CORTINA, Albert. Les cartes del paisatge a Catalunya. In NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i gestió del paisatge a Europa**. Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Edgar Blücher Ltda, 1999.

DE BLASIS, Paulo. KNEIP, Andreas. SCHEEL-YBERT, Rita. GIANNINI, Paulo César. GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui e Paisagem**. Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Revista Arqueologia Sul-Americana*. 3 (1), p. 29-61, 2007.

DE PAULA, Elaine. **“Vem brincar na rua!” Entre o Quilombo e a Educação Infantil**: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

DELFINO, Deisiane; MARRUL FILHO, Simão. *Las Área de Protección Ambiental Marino Costeras brasileñas y su contribución a la gestión integrada de áreas litorales*. In *Anais do II Congresso Ibero Americano de Gestão Integrada de Áreas Litorais (GIAL)*. **Governança para os serviços ecossistêmicos ds costas e océanos**. Florianópolis, 2016.

DELFINO, Deisiane; PELACHS, Albert Mañosa. *La metodología de gestión del paisaje aplicada en el Área de Protección Ambiental de la Ballena Franca – Brasil, como instrumento de gestión territorial en áreas protegidas*. In *Anais do VII SAPIS e II ELAPIS*. Florianópolis, 2015.

DELFINO, Deisiane; BELTRAME, Angela. *Áreas de Protección Ambiental en Brasil: desde la conservación de los recursos hacia la concepción del nuevo paradigma para la gestión territorial*. In *Actas del Encuentro XV de Geógrafos da América Latina. Por una América Latina unida y sustentable*. Cuba: CD, 2015.

\_\_\_\_\_. *Áreas de Protección Ambiental y los Valores Territoriales como la Posibilidad de Gestión en las Unidades de Conservación en Brasil*. In *FUNDICOT. Actas del VII Congreso Internacional de Ordenación del Territorio: Patrimonio y planificación territorial como instrumentos para otro Desarrollo*. Madrid: Tomo II, p. 461-476, 2014.

\_\_\_\_\_. *Gestão territorial participativa em unidade de conservação: análise da trajetória do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca*. In *VIII anais do ENAPEGS. Gestão Social e Interdisciplinaridade: construindo novas pontes e expandindo fronteiras*. Cachoeira, BA, 2013.

DELFINO, Deisiane. Unidades de conservação marinho-costeiras catarinenses: desafios e perspectivas ao desenvolvimento territorial. *In* LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo. **Gestão socioambiental das cidades no século XXI: Teorias, conflitos e desafios**. Florianópolis: Insular, 2013.

DELFINO, Deisiane. **Desenvolvimento e planejamento urbano na cidade de Jaguaruna/SC: representação e atuação dos atores locais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

DEWS, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. Monografia. Graduação Bacharel em Estatística. Departamento de Estatística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. 51 p.

DIAS, Leila Christina. Hierarquia de cidades e integração do mercado nacional: configuração da rede urbana brasileira entre 1940 e 1960. **Revista Grifos**. Chapecó: Argos, 2007. P. 15-32.

DUBAR, Claude. **Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo**. Artigo apresentado no Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia, em fevereiro de 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaude-agenteatorsujeitoautor-atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf>

DUDLEY, Nigel. **Directrices para la aplicación de las categorías de gestión de áreas protegidas**. Gland, Suíza: UICN, 2008.

EUZEBIO, Kethury Daiany Becker. **A Produção do Espaço Litorâneo do Município de Jaguaruna/SC: Estudo de caso do Balneário Arroio Corrente e Cascata Vermelha**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. UNESC. Criciúma, 2010.

FILIPPINI, Alexandre. **Biogeografia dos vertebrados de Ilhas de Santa Catarina: destaque em aves marinhas e costeiras**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Geografia. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2009.

FREITAS, Rodrigo Rodrigues de. **Mudanças na paisagem da Lagoa de Ibiraguera e a gestão da sua fauna silvestre**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2005.

GENERALITAT DE CATALUNYA. *Lei 8/2005, reglament de protecció, gestió i ordenació del paisatge*. Col·lecció Quaderns de legislació, 65. Barcelona, 2006. Disponible en <http://www.catpaisatge.net>, acceso en 01/07/2015.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri. **Inovação, governabilidade e protagonismo de pessoas-chave na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (Santa Catarina, Brasil)**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

GIANNINI, Paulo César Fonseca; VILLAGRAN, Ximena Suarez; FORNARI, Milene; JUNIOR, Daniel Rodrigues do Nascimento; MENEZES, Priscila Melo Leal; TANAKA, Ana Paula Burgoa. ASSUNÇÃO, Danilo Chagas; DEBLASIS, Paulo; DO AMARAL, Paula Garcia Carvalho. **Interações entre evolução sedimentar e ocupação humana pré-histórica na costa centro-sul de Santa Catarina, Brasil**. Revista de Ciências Humanas. Belém. V. 5, n.1, p.105-128, jan-abr 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a08v5n1.pdf>. acessado em 04/07/2016.

GLASER, Barney G. *The discovery of Grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter, 1967

GOODMAN, L.A. *Snowball sampling*. *The Annals of Mathematical Statistics*. v. 32, 1961. p. 148-170

GRANJA, Leda V. A. de Carvalho. **O papel das áreas de Proteção Ambiental – APAS na conservação dos recursos naturais em áreas urbanas**. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

GROCH, K.R., **Biologia populacional e ecologia comportamental da baleia franca, Eubalaena australis (Desmoulins, 1822), Cetacea, Mysticeti, no litoral sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

GROCH, K.R., Medeiros, C.R.M. & Roncato, K. **Projeto Baleia Franca/Brasil: 30 Anos de Pesquisa e Conservação**. 4º Congresso Brasileiro de Biologia Marinha (CBBM), Florianópolis (SC), 19 a 23 de Maio de 2013.

GROCH, Karina. ESPÍRITO SANTO, Sabrina Mendes; FRANCO, Davide; *Analysis of the distribution patterns of Southern right whale off the Southern Brazilian coast. In Neotropical Biology and Conservation*. N.8(3), p. 143-149. September-December 2013.

GROCH, Karina. APABF: **entrevista** [mar. 2014]. Entrevistadora: D. Delfino. Imbituba: Sede do Projeto Baleia Franca, 2014. Arquivo de áudio mp3 (1h 07 minutos).

GUIBERT, Marie. Les cartes del paisatge a França. *In* NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i gestió del paisatge a Europa**. Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009.

GUIRADO, Carles. *Tornant a la Muntanya. Migració, ruralitat i canvi social al Pirineu Català. El cas del Pallars Sobirà. Tesi Doctoral. Departament de Geografia. Universitat Autònoma de Barcelona*. 2011

HAESBAERT, Rogério. O Território e a Nova Desterritorialização do Estado. *In* DIAS, Leia Christina. FERRARI, Maristela.

**Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2. Ed. rev., 2013.

HERZMANN, Gabriel. **As transformações no porto de Imbituba e seus reflexos urbano-regionais**. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas (Monografia). Florianópolis, 2005.

HORN FILHO, Norberto Olmiro. Setorização da Província Costeira de Santa Catarina em base aos aspectos geológicos, geomorfológicos e geográficos. *In* **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 71-98, jan./jun. 2003.

IBAMA. **Instrução Normativa 102/2006**. Cria áreas refúgio da Baleia na APABF. Diário Oficial da União, n. 116, p. 60. Brasília, 2006.

IBAMA. Portaria 48/2000. **Criação do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Diário Oficial da União, n. 119, p. 57: Brasília/DF, 2006. Disponível em [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa\\_baleia\\_franca.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa_baleia_franca.pdf). Acessado em 17/01/2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico: 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010**. Florianópolis: 2012.

\_\_\_\_\_. **Manual técnico de uso e cobertura da terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

\_\_\_\_\_. **Tendências demográficas : uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000 / IBGE**, Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2001. 63p

ICMBIO. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. APABF. ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA. **Relatório da primeira Oficina de Planejamento Participativo (OPP) para elaboração do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca, Santa Catarina, Brasil**. Laguna, ago.2016. (no prelo).

\_\_\_\_\_. **Relatório referente às atividades de Turismo de Observação de Baleias Embarcado nas temporadas de 2010, 2011 e 2012 no interior da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca/ICMBIO**. Imbituba, 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação Participativo do Conselho Gestor da APABF 2009-2010**. Florianópolis, dez. 2008. (no prelo).

IRVING, Marta de Azevedo. Governança democrática e gestão participativa de áreas protegidas: Um caminho sem volta para a conservação da biodiversidade no caso brasileiro. In BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. 736 p.

IWC/BRASIL. PROJETO BALEIA FRANCA. **Plano de Ação para a conservação da Baleia Franca, *Eubalaena australis*, no Estado de Santa Catarina**. IWC/BRASIL, Imbituba, 1999.

JAGUARUNA. **Lei Complementar 005/2014**. Disciplina o zoneamento, o uso e a ocupação do solo do município de Jaguaruna. Prefeitura Municipal de Jaguaruna, 2014.

JERÔNIMO, Rosa Nadir Teixeira. **Cultura e natureza em Ibiraquera: poesia e conflitos numa comunidade tradicional**. Criciúma: Ed. da Unesc, 2012. 247 p.

JORNAL DIÁRIO CATARINENSE. **Paulo Lopes: com a mudança na lei, cidade vai ficar mais urbana**. Edição de 02/11/2013. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/11/paulo-lopes-com-a-mudanca-na-lei-cidade-vai-ficar-mais-urbana-4321321.html>, Acessado em 01/06/2016.



JORNAL NOTÍCIAS DO DIA. **Projeto de megaempreendimento em área verde de Paulo Lopes causa polêmica na região.** Florianópolis, 04/05/2014. Disponível em:

<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/163530-projeto-de-urbanizacao-em-area-verde-de-paulo-lopes-divide-opinioes-entre-moradores-da-regiao.html>, acessado em 01/06/2016.

LE MOIGNE, J. **A teoria do sistema geral: teoria da modelização.** Trado: Jorge Pinheiro. Instituto Piaget, Lisboa, 1977.

LALI. **A Iniciativa Latino-Americana da Paisagem.** Rede LALI. Disponível em [http://lali-iniciativa.org/descargas/inciativa/declaracion/121113%20LALI\\_POR.pdf](http://lali-iniciativa.org/descargas/inciativa/declaracion/121113%20LALI_POR.pdf), acessado em 28/11/2016.

LATOURETTE, Bruno. **Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e um professor (um tanto socrático).** São Paulo: Cadernos de Campo n 14/15, 382 p. 2006.

\_\_\_\_\_. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Ed. UESP, 2000. 438 p.

LIMA, Cibele Oliveira. **A Criação da APA de Ilha Comprida e seus Desdobramentos no atual processo de Desenvolvimento Local.** In Anais do 14. EGAL. PERÚ, 2013.

MACEDO, Heitor Schulz. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas.** Estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MADERUELO, Javier. **Paisaje e historia.** Madrid: ABADA Editores, 2009. 314 p.

\_\_\_\_\_. Paisaje y territorio. Madrid: ABADA Editores, 2008. 350 p.

MAMIGONIAN Armen. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: ANDRADE, M. C.; FERNANDES, E. M.; CAVALCANTI, S. M. (Orgs.). **O mundo que o português criou: Brasil: século XVI.** Recife: CNPq/FJN, 1998.

MARQUES, Paulo Eduardo M.; OLIVEIRA, Kleber A. **Áreas de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Territorial: Perspectivas em torno do Conselho Gestor da APA Corumbataí em São Paulo.** Raízes, v. 32. Jul-dez 2012. P. 139-152.

MARTINS, Andreza. **Entre Terra e Mar**. Interfaces no processo de transformação territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

MARRUL FILHO, Simão; ITO, Enise Maria Bezerra; ROCHA, Maria Elizabeth Carvalho da. Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca: A persistência pelo novo. *In* BENSUSAN, N. PRATES, A. P. **A diversidade cabe na Unidade? Áreas Protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014.

MENDONÇA, Felipe Cruz; TALBOT, Virginia; Macedo, HEITOR Schuz. Reflexões sobre participação social em unidades de conservação e a contribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *In* BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014. 736 p.

MMA/CONAMA. **Dispõe critérios par atividades ou empreendimentos turísticos em dunas desprovidas de vegetação na Zona Costeira**. Resolução 341. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res34103.xml>. Acessado em 17/01/2017.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Núcleo Mata Atlântica e Pampa. Brasília: MMA, 2010. \_\_\_\_\_. **Instrução Normativa 06/2008 sobre a lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção**. Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. **Pilares para a Sustentabilidade Financeira do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Departamento de Áreas Protegidas. Brasília: MMA, 2009. 72 p.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. CONAMA. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução n. 341 de 25 de Setembro de 2003. Brasília, 2003. Acessado em 17/12/2016, disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res34103.xml>.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.

MOREIRA, L. M. DE P.; ROCHA, M. E. C. da; SERAFINI, P. P.; GROCH, K. R. CORREA, A. A. **Turismo de Observação de Baleias Embarcado (TOBE) na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca/ICMBio – Gestão e Manejo em uma Unidade de Conservação**. In XIV Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar – Balneário Camboriú, 2011.

MOURA, Danieli Veleza; SIMÕES, Christian da Silva. A Evolução histórica do conceito de paisagem. In **Revista Ambiente e Educação**. Vol. 15 (1). p. 179-186, 2010.

NEL-LO, Oriol. **Ordenar el Territorio. La experiencia de Barcelona y Cataluña**. Valencia: Ed. Tirant Humanidades, 2012.

NOGUÉ, Joan. SALA, Pere. **Prototipus de catàleg de paisatge. Bases conceptuals, metodològiques i procedimentals per elaborar els catàlegs de paisatge de Catalunya**. Olot i Barcelona. 2006. Disponible en en <http://www.catpaisatge.net>, acceso en 01/07/2015.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Catàleg de paisatge. Les comarques Gironines. Departament de Territori i Sostenibilitat**. Observatori de Paisatge: Catalunya, 2015. 693 p.

NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i gestió del paisatge a Europa**. Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009.

NOGUÉ, Joan. **La construcción social del Paisaje**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. 343 p.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **El Paisaje en la Ordenación del territorio. Los catálogos de paisaje de Cataluña**. In *Cuadernos Geográficos*. n. 43. (2008-2). p. 69-98.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Los Catálogos de paisaje**. In BUSQUETS, J.; CORTINA, A. **Gestión del Paisaje. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje**. Barcelona: Ed. Ariel, 2009.

NOGUEIRA, R. E.. **Cartografia: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico** : conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Márcia Regina Lima de. NICOLODI, João Luiz. A Gestão Costeira no Brasil e os dez anos do Projeto Orla. Uma análise sob a ótica do poder público. In **Revista de Gestão Costeira Integrada**. Vol. 12, n. 1, Lisboa: Mar. 2012.

PALAZZO JUNIOR, José Truda. **APABF: entrevista** [abr. 2014]. Entrevistadora: D. Delfino. Florianópolis: residência da entrevistadora via skype, 2014. Arquivo de áudio mp3 (48 minutos).

PANDOLFO, C.; BRAGA, H.J.; SILVA JÚNIOR, V.P.; MASSIGNAN, A.M.; PEREIRA, E.S.; THOMÉ, V.M.R; VALCI, F.V. **Atlas climatológico do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2002. CD-ROM.

PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. **Políticas públicas ambientais no Brasil**: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 24, p. 71-82, jul./dez. Editora UFPR, 2011.

PEIXOTO, Sônia L. Áreas protegidas urbanas: a necessidade de fortalecimento institucional dos governos locais para a efetiva conservação da biodiversidade. In BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. 736 p.

PENHA, Helio Monteiro. A importância da Geomorfologia no planejamento ambiental – uma breve apreciação. In **Anuário IGeo**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vol. 15. p. 163-166. 1992. Disponível em [http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1992/vol\\_15\\_163\\_166.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1992/vol_15_163_166.pdf) Acessado em 08/03/2016.

PEREIRA, Raquel Maria Fonte do Amaral. A particularidade do quadro urbano do litoral catarinense no processo de urbanização do sul do Brasil. In PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 251-267.

PIAZZA, W; HUBENER, L. M. **Santa Catarina: história da gente**. 6. ed. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 2003.

PHILLIPS, Adrian. *Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas: Protected Landscapes/Seascapes*. World Commission on protected Areas. Best Practice protected área guidelines series n. 9. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 2002.

PRATES, Ana Paula. SOUZA, Nadinni Oliveria de Matros. Panorama Geral das áreas protegidas no Brasil: desafios para o cumprimento da Meta 11 de Aichi. In BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. 736 p.

PUNDEK, Murilo. MOLINARI, Alcides José. **Curso de identificação, uso e manejo dos solos da região do litoral de Santa Catarina**. Epagri: Florianópolis, Julho de 2005.

RAMOS, Adriana. Políticas Públicas para Áreas Protegidas no Brasil. In BENSUSAN, Nurit. PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na Unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014. 736 p.

RENTE, Andréa Simone Gomes. **Áreas de Proteção Ambiental como inspiração para o desenvolvimento sustentável com liberdade**. O caso da criação da APA Alter do Chão/PA. Dissertação de mestrado. Pós Graduação em desenvolvimento, agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

ROCHA, Maria Elizabeth Carvalho da. **APABF: entrevista** [mar. 2014]. Entrevistadora: D. Delfino. Imbituba: Sede da APABF, 2014. Arquivo de áudio mp3 (1h 48 minutos).

RODRIGUES, Geraldo Stachetti. **Gestão Ambiental Territorial na Área de Proteção Ambiental da Barra do Mamanguape (PB)**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. EMBRAPA: Jaguariúna, 2008.

SACK, Robert David. **O significado de territorialidade**. In DIAS, Leila Christina. FERRARI, Maristela. Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Insular, 2. Ed. rev., 2013. 264 p.

SALA, Pere y MOLES, Anna. *La planificació del paisatge en l'àmbit local a Europa. Els casos d'Alemanya, França, Països Baixos, Regne Unit, Suïssa i la regió de Valònia, a Bèlgica*. Olot i Andorra, 2014. Disponible en <http://www.catpaisatge.net>, acceso en 01/07/2015.

SALA, Pere. *Els catàlegs de paisatge de Catalunya*. In NOGUÉ, Joan; PUIGBERT, Laura; BRETCHA, Gemma. **Ordenació i gestió del paisatge a Europa**. Observatori del Paisatge de Catalunya, 2009.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. DIRETORIA DO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES. **Implantação do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro**. Diagnóstico sócio-ambiental. Setor litoral central, 2010a; Setor centro-sul, 2010b; Setor litoral sul, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Implantação do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro**. Plano de Gestão. Setor litoral central, 2010d; Setor centro-sul, 2010e; Setor litoral sul, 2010f.

\_\_\_\_\_. **Implantação do Plano Estadual do Gerenciamento Costeiro**. Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro. Setor litoral central, 2010g; Setor centro-sul, 2010h; Setor litoral sul, 2010i.

SANTA CATARINA. GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. GAPLAN: Florianópolis, 1986.

SANTA CATARINA. EPAGRI. **Números da agropecuária catarinense 2015**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2015.

\_\_\_\_\_. **Síntese anual da Agricultura de Santa Catarina 2013-2014**. Florianópolis: Epagri/Cepa, 2014.

SANTA CATARINA. SANTUR. **Pesquisa mercadológica estudo da demanda turística**. Municípios de Garopaba e Imbituba, 2012.

SANTA CATARINA. **Panorama de Recursos Hídricos de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, 2007.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. **Crescimento e crise na região sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997. 155 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociedade e Espaço. A formação social como teoria e como método. In Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Boletim Paulista de Geografia. Num. 54. P. 81-100. São Paulo, 1977.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: formação espacial como teoria e como método. In SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: Ensaio**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. 156p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2013. 192 p.

SCARAMUZZA, Carlos Alberto de Mattos. SIMÕES, Luciana Lopes. RODRIGUES, Sidney Tadeu *et al.* **Visão da Biodiversidade da Ecorregião Serra do Mar**. Brasília: WWF, 2004-2011.

SCHEIBE, Luiz Fernando. **A Geologia de Santa Catarina, sinopse provisória**. Geosul, n. 1: Florianópolis, 1986.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**. Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SEVERO, Christiane Marques. **Pesca artesanal em Santa Catarina: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre: 2008.

SOSTISSO, Ivo. A questão urbana em Santa Catarina. In PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 2229-250

SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas**. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1977. Revista Métodos em questão. Vol. 16. 51 p.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. PENDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. In **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, novembro de 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

\_\_\_\_\_. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In CASTRO, Iná Elias de. *et al.*. Geografia: Conceitos e temas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TRICART, J. I. **Paisagem e Ecologia**. São Paulo: IGEO/USP, 1981.

VEADO, Ricardo. **Geossistemas de Santa Catarina**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Rio Claro, SP: 1998.

VON BEHR, Miguel. **Uso e Ocupação do Solo e Problemas Ambientais Urbanos na APA da Baleia Franca**.

MMA/ICMBIO/APABF: Imbituba, 2015. No prelo.

ZAMPIERI, Sergio Luiz. BACIC, Ivan Luiz. TASSINARI, Gilberto.

**Aptidão de uso das terras do Estado de Santa Catarina nas Unidades de Planejamento Regional da Epagri**. (Primeira

aproximação). Epagri: Florianópolis, 20xx. Ano de publicação não divulgado. Disponível em

[http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao\\_tecnico\\_cientifica/DOC\\_5904.pdf](http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_5904.pdf) acessado em 07/03/2016.

ZILLI, Julio Cesar; GIANEZINI, Miguelangelo; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto. O Porto de Imbituba no Desenvolvimento do Sul de Santa Catarina. **XV Mostra de iniciação científica, pós-graduação, pesquisa e extensão**. Programa de Pós-graduação em administração – UCS. Universidade de Caixas do Sul. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucsppga/index/about/index>. Acessado em 18 Jan 2016.

ZOIDO, Florencio. *El Convenio Europeo del Paisaje*. In BUSQUETS, J.; CORTINA, A. **Gestión del Paisaje**. *Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje*. Barcelona: Ed. Ariel, 2009.



## **ANEXOS**



**ANEXO 1 – lista das instituições conselheiras****CONAPABF – GESTÃO 2016-2018****SETOR GOVERNAMENTAL**

- Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – APABF/ICMBio
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. EPAGRI
- FATMA
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de SC, IFSC – Campus Garopaba
- Marinha do Brasil – Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna
- Polícia Ambiental
- Prefeitura Municipal de Garopaba – PMG
- Prefeitura Municipal de Imbituba – PMI
- Prefeitura Municipal do Balneário Rincão – PMBR
- Secretaria do Patrimônio da União – Superintendência de SC – SPU/SC
- SC Parcerias / Porto de Imbituba
- Universidade do Estado de SC – UDESC
- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

**SETOR DE USUÁRIOS DOS RECURSOS**

- Associação dos Moradores da Praia dos Naufragados – AMOPRAN
- Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera – ASPECI
- Associação de Surf da Praia da Guarda do Embaú
- Associação Empresarial de Garopaba- ACIG
- Associação Empresarial de Imbituba – ACIM
- Associação Comercial Industrial e Rural de Jaguaruna – ACIRJ

- Associação Empresarial de Laguna – ACIL
- Associação Empresarial de Tubarão – ACIT
- Associação Rádio Comunitária Pinheira
- CAIPORA Cooperativa para Conservação da Natureza
- Conselho Comunitário de Ibiraquera – CCI
- Plataforma de Pesca Praia do Rincão – PPPR
- Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
- Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

### **SETOR DE ONGS AMBIENTALISTAS**

- Associação Rasgamar na Defesa da Natureza
- Associação R3 Animal
- Ekko Brasil
- Ferrugem Viva – Centro de Educação Ambiental da Praia da Ferrugem
- FloripAmanhã
- Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera
- Fundação Gaia
- Instituto Baleia Franca – IB
- Instituto Boto Flipper
- Instituto Ilhas do Brasil – IIB
- Instituto Mangue Vivo
- Projeto Baleia Franca/Brasil – PBF/Brasil

**Fonte:** <https://conapabaleiafranca.wordpress.com>, acessado em 20/01/17.

## **APÊNDICES**



## APÊNDICE 1 – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

### ENTREVISTA PARA PESQUISA DE DOUTORADO

<b>DADOS PESSOAIS</b>	
Nome:	
Idade:	Sexo:
Profissão:	
Formação:	
Naturalidade:	
Cidade que reside:	
Quanto tempo reside:	
Fale sobre sua Trajetória:	
<b>QUESTÕES</b>	
1 – Ao longo dos tempos quais as principais transformações que tem ocorrido, se verificado no território da APABF?	
2 – Em relação à ocupação das praias, quais as principais transformações e em que praias?	
3 – Quais os principais atores ou grupo de atores que se destacam nesse processo?	
4 – Em relação às políticas públicas, quais são e como afetam a APABF ou no caso da ausência delas, como afetam?	
5 – Quais os valores existentes no território da APABF?	
6 – Qual sua perspectiva em relação ao futuro do território da APABF?	
Contato:	
Data/horário: 04 de fevereiro de 2014, 14 horas.	

## APÊNDICE 2 – ROTEIRO DOS QUESTIONÁRIOS

### QUESTIONÁRIO CONAPABF PARA PESQUISA DE DOUTORADO

<b>BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO</b>			
Nome da Instituição que representa no CONAPABF:			
Município da instituição:			
Instituição conselheira desde que ano?	2005 ( )	2008 ( )	2010 ( )
2012 ( ) 2014 ( )			
Você é Conselheiro Titular? ( )			
Idade:			
Formação:			
<b>BLOCO 2 – SOBRE O MUNICÍPIO ONDE ESTÁ LOCALIZADA SUA INSTITUIÇÃO</b>			
1. Você é natural do município onde está localizada sua instituição? Sim ( ) Não ( )			
1.1 Se sua resposta foi NÃO, responda onde você nasceu:			
1.2 Bairro e Município que reside atualmente:			
1.2 Motivo que o trouxe para o município onde localiza-se sua instituição:			
2. Liste as três principais características que mais identifica você ao município onde localiza-se sua instituição.			
3. Liste até cinco pontos fortes e potencialidades do município onde localiza-se sua instituição.			
4.			
5. Liste até cinco pontos fracos e principais problemas do município onde localiza-se sua instituição.			
<b>BLOCO 3 – SOBRE A APA DA BALEIA FRANCA, descreva de forma objetiva:</b>			
6. Quais os motivos que levaram sua instituição a participar do CONAPABF?			
7. O que a APABF representa para sua instituição?			
8. O que a APABF representa para você?			
9. Liste até cinco pontos fortes e potencialidades do território da APA Baleia Franca.			
10. Liste até cinco pontos fracos e principais problemas do território da APA Baleia Franca			
11. Liste que ações, atividades, projetos que sua instituição tem realizado ou pode realizar em relação a APABF e/ou ao Conselho Gestor da APABF.			